

OEI

Ibero-América: Uma Comunidade,
Duas Línguas Pluricêntricas

Iberoamérica: Una Comunidad,
Dos Lenguas Pluricéntricas

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.





Ibero-América: Uma Comunidade, Duas Línguas Pluricêntricas

Conferência Internacional
das Línguas Portuguesa e Espanhola
**Ibero-América: uma comunidade,
duas línguas pluricêntricas**

Iberoamérica: Una Comunidad, Dos Lenguas Pluricéntricas

Conferencia Internacional
de las Lenguas Portuguesa y Española
**Iberoamérica: una comunidad,
dos lenguas pluricéntricas**

OEI



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA
CONFÉRENCE INTERNACIONALE
DE LAS LENGÜAS PORTUGUESA Y ESPAÑOLA

**IBERO-AMÉRICA:
UMA COMUNIDADE,
DUAS LÍNGUAS
PLURICÊNTRICAS**
**IBEROAMÉRICA:
UNA COMUNIDAD,
DOS LENGÜAS
PLURICÉNTRICAS**
— CILPE 2019

> Nov 21*22
Fundação Calouste Gulbenkian
Lisboa, Portugal



CILPE2019
LISBOA - PORTUGAL

TOEI
TORGOS





Índice

Índice

11 **Prefácio**
Prefacio

15 **Sobre a OEI**
Sobre la OEI

17 **A Conferência**
La Conferencia

21 **Programa**
Programa

33 **Abertura**
Apertura
Guilherme d'Oliveira Martins
Francisco Ribeiro Telles
Rebeca Grynspan
Mariano Jabonero
Márcia Donner Abreu
Alejandro Tiana Ferrer
Tiago Brandão Rodrigues

51 **Conferências de Abertura**
Conferencias de Apertura
Alexandre Quintanilha
Darío Villanueva

67 **Painel 1: Espanhol e Português duas línguas com futuro**

Panel 1: Español y Portugués dos lenguas con futuro

Luís Faro Ramos
Rebeca Gutiérrez Rivilla
Márcia Donner Abreu
Incanha Intumbo
Mario Bedera

87 **Painel 2: Línguas e Economia**

Panel 2: Lenguas y Economía

Luís Reto
Lluís Bonet
Aureliano Neves
Artur Santos Silva
Duarte Azinheira
José Luis García Delgado

107 **Painel 3: Políticas de Língua para a Internacionalização**

Panel 3: Políticas de Lengua para la Internacionalización

Ángel Badillo
João Sobrinho Teixeira
Margarita Correia
Anabela Gradim
Viviane Bagio Furtoso

131 Painel 4: Línguas e Desenvolvimento de Competências

Panel 4: Lenguas y Desarrollo de Competencias

Maria do Carmo Vieira da Silva
Lidia Brito
Helena Peralta
Montserrat Grañeras
María Matesanz del Barrio

155 Painel 5: Línguas e Sociedade Digital

Panel 5: Lenguas y Sociedad Digital

Daniel Prado
David Pérez Fernández
Ana Garrido
Ana Cristina Amoroso das Neves
António Horta Branco

179 Painel 6: Plurilinguismo, Pluricentrismo e Diálogos Interculturais

Panel 6: Plurilingüismo, Pluricentrismo y Diálogos Interculturales

Gilvan Müller de Oliveira
Ladislav Alcaraz de Silvero
Javier López Sánchez
Rosângela Morello

195 Painel 7: Línguas, Artes e Culturas

Panel 7: Lenguas, Artes y Culturas

Ramiro Noriega
Manuela Júdice
Pablo Platas Casteleiro
Elena Vilardell
Pilar del Río
Lázaro Rodríguez Oliva

213 Conferência Final

Conferencia Final

Nélida Piñón, Louvor à Península

221 Encerramento

Clausura

Mariano Jabonero
Alexandre Ribeiro Pereira Lopes
Augusto Santos Silva

230 Galeria de fotos

Galería de fotos

Boas-vindas, Câmara Municipal de Lisboa
Cocktail de bienvenidas, Câmara Municipal de Lisboa
Jantar Oficial, Teatro Thalia
Cena Oficial, Teatro Thalia
Momento de Fado e entrega do Prémio Óscar Arnulfo
Momento del Fado y entrega del Premio Óscar Arnulfo
Receção na Embaixada de Espanha
Recepción en la Embajada de España
Lançamento da Revista Ibero-Americana de Educação / Educação
Lanzamiento de la Revista Iberoamericana de Educación / Educação

236 Biografias

Biografías

263 Organizadores e Apoios

Organizadores y Apoyos

265 Promover as Línguas Portuguesa e Espanhola Plano de ação 2021-2022

Promover las Lenguas Portuguesa y Española Plan de acción 2021-2022

Prefácio

Prefacio

Mariano Jabonero

Secretário-Geral da OEI

Em 2019, a OEI completou 70 anos ao serviço da educação, da ciência e da cultura na Ibero-América. Tratou-se de um momento em que evocámos uma longa história, mas sobretudo nos projetámos no futuro. O Programa-Orçamento para 2019-2020, aprovado pelos Ministros e Ministras da Educação em La Antigua, Guatemala, em 27 de setembro de 2018, estabeleceu metas ambiciosas para responder aos desafios contemporâneos. Esse documento de orientação incluiu entre as suas prioridades, pela primeira vez, um programa para a difusão da língua portuguesa, num modelo bilingue com o espanhol. Também o Programa-Orçamento para 2021-2022 mantém esse programa, ciente de que as línguas são transversais a todas as nossas áreas de missão e, além disso, permitem uma cooperação estratégica com outras organizações internacionais como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Estamos hoje confrontados com novos problemas que exigem novas respostas e, cada vez mais, importa definir agendas internacionais que contribuam para o bem comum. É nesse sentido que partilhamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 das Nações Unidas. Sabemos que os 17 objetivos e 169 metas formam um edifício em que cada parte contribui para o todo e nenhum objetivo, nem ninguém pode ficar para trás. Tendo em conta que a OEI tem como campos de atuação a educação, a ciência e a cultura, as pessoas estão no centro da nossa ação e conhecemos pela experiência de décadas a importância da proximidade e das parcerias.

A riqueza linguística da nossa região é imensa e nela coexistem centenas de línguas que precisam de ser valorizadas e preservadas. Trata-se também da região onde convivem duas das mais relevantes línguas internacionais – o espanhol e o português – que representam 800 milhões de falantes de dois idiomas próximos e diversos, duas comunidades que se cruzam e reconhecem o valor da cooperação para o bem comum.

As línguas são expressões da identidade, mas também formas de poder que se repercutem na economia, na ciência, na cultura, na tecnologia, no posicionamento geoestratégico e nos mecanismos de cooperação. Reforçar estas duas línguas significa mais capacidade de os seus falantes se fazerem ouvir e expressarem as suas vontades e os seus sonhos no contexto global.

Estamos certos de que a primeira Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE), realizada em Lisboa, nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, na prestigiada Fundação Calouste Gulbenkian, reuniu um conjunto de notáveis especialistas que refletiram sobre os principais tópicos que permitem estabelecer um Plano de Ação de forma a prosseguir em conjunto um trabalho em prol das línguas que seja também a favor dos nossos povos.

Mariano Jabonero

Secretario General de la OEI

En 2019, la OEI celebró su 70º aniversario al servicio de la educación, la ciencia y la cultura en Iberoamérica. En este momento evocamos una larga historia, pero sobre todo nos proyectamos hacia el futuro. Por ello, el Programa Presupuesto 2019-2020, aprobado por los Ministros y Ministras de Educación de la región en La Antigua, Guatemala, el 27 de septiembre de 2018, estableció ambiciosas metas para responder a los desafíos contemporáneos. Este documento incluye entre sus prioridades, por primera vez, un programa de difusión de la lengua portuguesa, en un modelo bilingüe conjuntamente con el español. También el Programa Presupuesto 2021-2022 mantiene ese programa, consciente de que los idiomas son transversales a todas nuestras áreas de misión y, además, permiten una cooperación estratégica con otras organizaciones internacionales como la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa.

Nos enfrentamos en la actualidad a nuevos problemas que requieren nuevas respuestas y, por este motivo, es cada vez más relevante definir agendas internacionales que contribuyan al bien común. Es en este sentido que compartimos la importancia de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) establecidos en la Agenda 2030 de las Naciones Unidas. Sabemos que los 17 objetivos y 169 metas conforman una estructura en la que cada parte contribuye a la totalidad y ningún objetivo, ni nadie pueden quedarse atrás. Dado que la OEI tiene como campos de actuación la educación, la ciencia y la cultura, las personas están en

el centro de nuestra acción y sabemos, por nuestra experiencia de décadas, la importancia de la proximidad y de las alianzas.

La riqueza lingüística de nuestra región es inmensa y, en ella, coexisten cientos de lenguas que deben ser valoradas y preservadas. Es también la región en la que conviven dos de las lenguas internacionales más importantes – el español y el portugués – representando a 800 millones de hablantes de dos lenguas cercanas y diversas, dos comunidades que se cruzan y reconocen el valor de la cooperación para el bien común.

Las lenguas son expresiones de identidad, pero también formas de poder que inciden en la economía, la ciencia, la cultura, la tecnología, el posicionamiento geoestratégico y los mecanismos de cooperación. Fortalecer estos dos idiomas significa más capacidad para que sus hablantes se hagan oír y expresen sus deseos y sueños en el contexto global.

El primer Congreso Internacional de la Lengua Portuguesa y Española (CILPE), celebrado en Lisboa los días 21 y 22 de noviembre de 2019, en la prestigiosa Fundación Calouste Gulbenkian, reunió a un grupo de notables expertos que reflexionaron sobre los principales temas que permiten establecer un Plan de Acción para proseguir un trabajo conjunto a favor de las lenguas que sea también a favor de nuestros pueblos.

Sobre a OEI

A Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI é o organismo decano de cooperação ibero-americana.

A sua atividade desenvolve-se nas áreas da educação, ciência, cultura, línguas e direitos humanos, no contexto do desenvolvimento, da democracia e da integração regional.

Os 23 Estados-membros que constituem a OEI são Andorra (Estado-membro mais recente), Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

As línguas oficiais da Organização são o português e o espanhol.

A Secretaria-Geral da OEI situa-se em Madrid, dispondo de 18 escritórios nacionais (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai. Portugal, Estado-membro desde 2002, tem desde 2017 um escritório em Lisboa, sendo a única representação no espaço europeu, além da Secretaria-Geral.

A OEI orgulha-se de 70 anos de atividade ao serviço da comunidade ibero-americana, um conjunto de povos que valorizam a diversidade e se reconhecem por meio de um rico património cultural partilhado. As línguas fazem parte desse património e, desde sempre, a OEI tem contribuído, através dos seus programas, projetos e ações, para fortalecer, preservar e garantir o seu uso no respeito pela diversidade.

Sobre la OEI

La Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI, es el organismo decano de la cooperación iberoamericana.

Su actividad se desarrolla en los ámbitos de la educación, la ciencia, la cultura, las lenguas y los derechos humanos, en el contexto del desarrollo, la democracia y la integración regional.

Los 23 estados miembros que constituyen la OEI son: Andorra (Estado miembro más reciente), Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Ecuador, España, Guatemala, Guinea Ecuatorial, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Portugal, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

Las lenguas oficiales de la organización son el portugués y el español.

La sede de la OEI, que aloja la Secretaría General, se encuentra en Madrid. La OEI posee 18 oficinas regionales: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Portugal, República Dominicana y Uruguay. Portugal, es Estado miembro desde el año 2002, y desde 2017, cuenta con una oficina en Lisboa, constituyendo junto con la Secretaria General, las dos únicas representaciones de la organización en el espacio europeo.

La OEI se enorgullece de sus más de 70 años de actividad al servicio de la comunidad iberoamericana, un conjunto de pueblos que valoran la diversidad y se reconocen en un rico patrimonio cultural compartido. Las lenguas forman parte de este patrimonio y, a través de sus programas, proyectos y acciones, la OEI ha contribuido desde siempre a fortalecer, preservar y garantizar su uso con respeto a la diversidad.

A Conferência

La Conferencia

Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola Ibero-América: uma comunidade, duas línguas pluricêntricas

O Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa, aprovado pela primeira vez no Programa-Orçamento da OEI para o biênio 2019-2020, tem como um dos seus eixos de ação a organização regular da Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE), que decorreu pela primeira vez em Lisboa, nos dias 21 e 22 de dezembro de 2019, na Fundação Calouste Gulbenkian.

No espaço ibero-americano, convergem duas línguas de origem comum, espanhol e português, com ampla projeção e diferenciação internacional que, no seu conjunto, envolvem uma comunidade de quase 800 milhões de falantes em quatro continentes, com especial presença na Ibero-América, África e Europa.

Os estudos publicados nas duas últimas décadas sobre o espanhol e, mais recentemente, o português, têm divulgado relevantes indicadores, permitindo conhecer melhor a sua posição geoestratégica e crescimento sustentado, contribuindo ainda para políticas educativas, científicas e culturais mais informadas.

O espanhol é atualmente a segunda língua mais falada no mundo, o que representa 7,6% da população mundial. Em 2060, os Estados Unidos da América serão o segundo país com mais hispano-falantes, representando dessa forma o idioma mais estudado em todos os níveis de ensino. O português é a quarta língua mais falada no mundo, com mais de 260 milhões de falantes, que serão 390 milhões em meados do século e cerca de 487 milhões em 2100, o que confirma a tendência consistente de crescimento, além de que a posição geoestratégica do português irá mudar, passando a estar na África o maior número de luso-falantes.

Considerando a proximidade linguística, cultural e, em muitos casos, geográfica do espanhol e do português, é cada vez mais relevante analisar as duas línguas em conjunto considerando que formam o maior bloco linguístico pluricêntrico com expressivo crescimento.

Na Agenda 2030, aprovada pelas Nações Unidas como plano de ação universal para a consecução do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana, as línguas têm presença enquanto dimensão educativa e cultural, constituindo um fator humano importante para uma educação inclusiva, equitativa e ao longo da vida, assim como para o desenvolvimento científico e valorização da diversidade cultural, sendo necessário promover cada vez mais o seu uso numa perspetiva de interculturalidade.

Nos dias de hoje, caracterizados por uma intensa competição num mundo globalizado, importa refletir sobre o lugar que as línguas pluricêntricas ocupam e as projeções que configuram. Assim, há uma grande relevância do

termo «pluricentrismo», que se refere às múltiplas formas que adquirem as línguas em questões de uso, prestígio, etc., assim como a zonas geográficas amplas que normalmente envolvem vários países.

A CILPE2019 partiu, assim, de um conjunto de questões que serviram também como eixos temáticos para a elaboração do seu Programa:

Qual o valor destas línguas no mundo atual? Em que geografias se afirmam? Quem são os seus falantes? Qual a sua relevância geopolítica e qual o seu lugar nos organismos multilaterais, nas agências de cooperação internacional e nas organizações da sociedade civil? Quais são as modalidades do seu uso? Qual a sua relevância na sociedade digital e no processo de inovação? E na ciência? Qual a relação com a economia? Qual o seu contributo para as indústrias culturais e a economia criativa?

Como desenvolver competências bilíngues? Como formar os professores? Como incrementar a formação de tradutores e intérpretes? Como estabelecer e reforçar o contacto com as línguas originárias? Como melhorar a percepção do seu valor pelos povos falantes? Como tornar as línguas um veículo de projeção, de fomento e desenvolvimento, de produção de ciência, cultura, conhecimento e de modernidade? Como contribuem as línguas para as competências a desenvolver na sociedade contemporânea?

A CILPE2019 contribuiu para estabelecer o Estado da Arte sobre os temas enunciados e permitiu elaborar um Plano de Ação a partir das conclusões dos diferentes painéis.

A Comissão Organizadora da CILPE2019, além da OEI que a promoveu, integrou os governos de países ibero-americanos, tendo sido Portugal país anfitrião, Brasil e Espanha países promotores, com a colaboração do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Instituto Cervantes, Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP),

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e Fundação Calouste Gulbenkian.

A CILPE2019 recebeu o Alto Patrocínio da Presidência da República de Portugal e da Casa Real de Espanha.

Conferencia Internacional de las Lenguas Portuguesa y Española Iberoamérica: una comunidad, dos lenguas pluricéntricas

El Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa, aprobado por primera vez en el Programa-Presupuesto de la OEI para el bienio 2019-2020, tiene como uno de sus ejes de actuación la organización regular del Congreso Internacional de las Lenguas Portuguesa y Española (CILPE), evento que se celebró por primera vez en Lisboa, los días 21 y 22 de diciembre de 2019, en la Fundación Calouste Gulbenkian.

En el espacio iberoamericano convergen dos lenguas de origen común, español y portugués, con amplia proyección y difusión internacional que, en su conjunto, conforman una comunidad de casi 800 millones de personas hablantes

en cinco continentes, con especial presencia en Iberoamérica, África y Europa.

Los estudios publicados en las dos últimas décadas sobre el español y, más recientemente, sobre el portugués, muestran indicadores relevantes que permiten conocer mejor su posición geoestratégica y crecimiento sostenido, contribuyendo también a contar con políticas educativas, científicas y culturales mejor informadas.

El español es actualmente la segunda lengua más hablada del mundo, lo que representa un 7,6 % de la población mundial. En 2060, los Estados Unidos de América serán el segundo país con más personas hispano-hablantes, representando de esta forma el idioma más estudiado en todos los niveles de enseñanza. El portugués es la cuarta lengua más hablada del mundo, con más de 260 millones de personas hablantes y se estima que serán 390 millones de personas a mediados de siglo y cerca de 487 millones en 2100, lo que confirma la tendencia de crecimiento constante, más allá de la posición geoestratégica del portugués que se prevé variará, pasando a estar en África el mayor número de personas luso-parlantes.

Considerando la proximidad lingüística, cultural y, en muchos casos, geográfica del español y del portugués, se torna relevante pensar en las dos lenguas en conjunto, considerando que forman el mayor bloque lingüístico pluricéntrico con crecimiento significativo.

En la Agenda 2030, aprobada por la Organización de las Naciones Unidas como plan de acción universal para la consecución del desarrollo sostenible y la dignidad humana, las lenguas tienen presencia en relación con su dimensión educativa y cultural, constituyendo un factor humano importante para alcanzar una educación inclusiva, equitativa a lo largo de la vida, así como para el desarrollo científico y la valorización de la diversidad cultural, siendo necesario promover su uso en una perspectiva de interculturalidad.

En la actualidad, tiempo caracterizado por una intensa competición en un mundo globalizado, es preciso reflexionar sobre el lugar que ocupan las lenguas pluricéntricas y las proyecciones que se configuran para el futuro. En ese sentido, tiene una gran relevancia el término «pluricentrismo» que se refiere a las múltiples formas que adquieren las lenguas en términos de uso, prestigio, etc., así como las zonas geográficas amplias que generalmente abarcan varios países.

CILPE2019 surge, pues, de un conjunto de preguntas que también sirvieron de ejes temáticos para el desarrollo de su Programa:

¿Cuál es el valor de estas lenguas en el mundo actual?
¿En qué geografías se afirman? ¿Quiénes son sus ponentes?
¿Cuál es su relevancia geopolítica y cuál es su lugar en las organizaciones multilaterales, las agencias de cooperación internacional y las organizaciones de la sociedad civil?
¿Cuáles son las modalidades de su uso? ¿Cuál es su relevancia en la sociedad digital y en el proceso de innovación? ¿Y la ciencia? ¿Cuál es la relación con la economía? ¿Cuál es su contribución a las industrias culturales y a la economía creativa?

¿Cómo desarrollar competencias bilingües? ¿Cómo formar a los profesores? ¿Cómo incrementar la formación de traductores e intérpretes? ¿De qué manera establecer y reforzar el contacto con las lenguas originarias? ¿Cómo mejorar la percepción de su valor para los pueblos que las hablan? ¿Cómo transformar a las lenguas en vehículos de proyección, de fomento y de desarrollo, de producción de ciencia, cultura, conocimiento y de modernidad? ¿De qué forma contribuyen las lenguas a las competencias a desarrollar en la sociedad contemporánea?

CILPE2019 contribuyó a establecer el estado de la cuestión sobre los temas enumerados y permitió preparar un plan de acción basado en las conclusiones de los diferentes paneles.

En el Comité Organizador del CILPE2019, además de la OEI, que promovió el evento, han participado los gobiernos de los países iberoamericanos, con Portugal como país anfitrión, Brasil y España como promotores, y se contó con la colaboración de Camões – Instituto de Cooperación y Lengua, el Instituto Cervantes, la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP), la Secretaría General Iberoamericana (SEGIB), el Instituto Internacional de la Lengua Portuguesa (IILP) y la Fundación Calouste Gulbenkian.

CILPE2019 recibió el Alto Patrocinio de la Presidencia de la República de Portugal y de la Casa Real de España.

Programa

8h00

Receção dos participantes

9h00

Cerimónia de Abertura

- *Guilherme d'Oliveira Martins, Administrador Executivo, Fundação Calouste Gulbenkian*
 - *Francisco Ribeiro Telles, Secretário Executivo, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*
 - *Rebeca Grynspan, Secretária-Geral, Secretaria Geral Ibero-americana*
 - *Mariano Jabonero, Secretário-Geral, Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura*
 - *Márcia Donner Abreu, Secretária de Comunicação e Cultura, Ministério das Relações Exteriores, Brasil*
 - *Alejandro Tiana Ferrer, Secretário de Estado da Educação e Formação Profissional, Espanha*
 - *Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação, Portugal*
-

10h00

Conferências de Abertura: As Línguas e a Cooperação Ibero-Americana nas áreas de Educação, Cultura e Ciência na perspetiva da Agenda 2030

- *Alexandre Quintanilha, Assembleia da República Portuguesa*
 - *Darío Villanueva, Real Academia Española*
-

PAINEL 1 **Espanhol e Português: duas línguas com futuro**

11h30 – 13h00 **Qual o valor das línguas? Em que geografias se afirmam? Quem são as pessoas que as falam? Qual a sua presença nas Organizações Internacionais? Qual a sua relevância geopolítica?**

Coordenador: *Nicolau Santos, Agência de Notícias Lusa, Portugal*

Relator: *Mario Bederá, Consejería de Educación, Embajada de España en Portugal*

Oradores:

- *Luís Faro Ramos, Camões, I. P., Portugal*
 - *Rebeca Gutiérrez Rivilla, Instituto Cervantes, Espanha*
 - *Márcia Donner Abreu, Ministério das Relações Exteriores, Brasil*
 - *Incanha Intumbo, Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)*
-

PAINEL 2 **Línguas e Economia**

14h30 – 16h00 **Qual a relevância das línguas e das culturas na internacionalização das empresas? Como aproveitar o valor das línguas? Qual o contributo das línguas para a economia e para as indústrias culturais e criativas? Exemplos e projeções.**

Coordenador: *Luís Antero Reto, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal*

Relator: *José Luis García Delgado, Universidade Complutense de Madrid, Espanha*

Oradores:

- *Lluís Bonet, Universidad de Barcelona, Espanha*
- *Aureliano Neves, Câmara de Comércio Hispano Portuguesa*
- *Artur Santos Silva, Fundação La Caixa, Portugal*
- *Duarte Azinheira, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Portugal*

PAINEL 3 **Políticas de Língua para a Internacionalização**

16h30 – 18h00 **Que estratégias? Qual a relevância da mobilidade académica e do intercâmbio entre sistemas educativos? Como incentivar a produção científica plurilingue? Que colaboração entre repositórios científicos? Qual é a contribuição da tradução e da interpretação? E da certificação internacional de competências?**

Coordenadora: *Marisa Mendonça, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique*

Relatora: *Viviane Bagio Furtoso, SIPLE – Universidade Estadual de Londrina, Brasil*

Oradores:

- *Ángel Badillo, Real Instituto Elcano / Universidad de Salamanca, Espanha*
- *João Sobrinho Teixeira, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal*
- *Margarita Correia, Universidade de Lisboa, Portugal*
- *Anabela Gradim, Universidade da Beira Interior, Portugal*

PAINEL 4 **Línguas e Desenvolvimento de Competências**

9h00 – 10h30 **Qual o lugar das línguas na educação? Que competências desenvolvem? Que modalidades de ensino-aprendizagem são utilizadas? Qual o papel das tecnologias? Como formar professores para desenvolver competências de intercompreensão? Quais os projetos de ensino bilingue na região?**

Coordenador: *Nelson Viana, Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Relatora: *María Matesanz del Barrio, Universidad Complutense de Madrid, Espanha*

Oradores:

- *Maria do Carmo Vieira da Silva, Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
- *Lidia Brito, Oficina Regional de Ciências da UNESCO para a América Latina e Caribe, Uruguai*
- *Helena Peralta, Universidade de Lisboa, Portugal*
- *Montserrat Grañeras, Ministerio de Educación y Formación Profesional, Espanha*

PAINEL 5 **Línguas e Sociedade Digital**

11h00 – 12h30 **Como se desenvolvem as tecnologias destas línguas? Que investigações existem sobre o processamento computacional da linguagem natural? Qual a sua relevância na sociedade digital? Como promover a sua presença nas redes digitais? E na comunicação social?**

Coordenador: *José Manuel Sanz Mingote, Agência EFE, Espanha*

Relator: *António Horta Branco, Universidade de Lisboa, Portugal*

Oradores:

- *Daniel Prado, Consultor internacional. Red Mundial para la Diversidad Lingüística, Argentina*
- *David Pérez Fernández, Secretaría de Estado para el Avance Digital (SEAD), Ministerio de Economía y Empresa, Espanha*
- *Ana Garrido, Representação da Comissão Europeia, Portugal*
- *Ana Cristina Amoroso das Neves, Departamento da Sociedade da Informação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal*

PAINEL 6 **Plurilinguismo, Pluricentrismo e Diálogos Interculturais**

14h00 – 15h30 **Quais as modalidades de uso das línguas? Como se estabelece o seu contacto, incluindo com as línguas originárias? Como se desenvolve o bilinguismo? Como desenvolver as redes de ensino das línguas e as redes de cultura?**

Coordenadora: *Maria Helena Araújo e Sá, Universidade de Aveiro, Portugal*

Relatora: *Rosângela Morello, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL), Brasil*

Oradores:

- *Gilvan Müller de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- *Javier López Sánchez, Secretaría de Educación Pública (SEP), México*
- *Ladislao Alcaraz de Silvero, Secretaría de Políticas Lingüísticas, Paraguai*
- *Manuel Lucena Giraldo, CSIC y Servicio Español para la Internacionalización de la Educación (SEPIE), Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, Espanha*

PAINEL 7 **Línguas, Artes e Culturas**

16h00 – 17h30 **Qual a relação entre línguas e artes? Como contribuem para a coesão social e para o pensamento crítico? Qual o seu lugar no desenvolvimento sustentável e nas indústrias culturais e criativas?**

Coordenador: *Ramiro Noriega, Universidad de las Artes, Equador*

Relator: *Lázaro Rodríguez Oliva, Grupo de Especialistas da UNESCO para a governança da cultura, Cuba/Panamá*

Oradores:

- *Pablo Platas Casteleiro, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Espanha*
- *Manuela Júdice, Casa da América Latina, Portugal*
- *Elena Vilardell, Programa Ibermedia*
- *Pilar del Río, Fundação José Saramago, Portugal*

17h30 – 18h00 **Conferência Final**

- *Nélida Piñón, Escritora, Brasil*

18h00 – 18h30 **Sessão de Encerramento**

- *Mariano Jabonero, Secretário Geral, Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura*
- *Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasil*
- *Augusto Santos Silva, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Portugal*

Programa

8h00

Recepción a los Participantes

9h00

Ceremonia de Apertura

- *Guilherme d'Oliveira Martins, Administrador Executivo, Fundação Calouste Gulbenkian*
 - *Francisco Ribeiro Telles, Secretário Executivo, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*
 - *Rebeca Grynspan, Secretaria General, Secretaría General Iberoamericana*
 - *Mariano Jabonero, Secretario General, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura*
 - *Márcia Donner Abreu, Secretária de Comunicação e Cultura, Ministério das Relações Exteriores, Brasil*
 - *Alejandro Tiana Ferrer, Secretario de Estado de Educación y Formación Profesional, España*
 - *Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação, Portugal*
-

PANEL 1

Español y Portugués: dos lenguas con futuro

11h30 – 13h00 **¿Cuál es el valor de las lenguas? ¿En qué geografías se afirman? ¿Quiénes son las personas que las hablan? ¿Cuál es su presencia en las organizaciones internacionales? ¿Cuál es su relevancia geopolítica?**

Coordinador : *Nicolau Santos, Agência de Notícias Lusa, Portugal*

Relator: *Mario Bedera, Consejería de Educación, Embajada de España en Portugal*

Ponentes:

- *Luís Faro Ramos, Camões, I. P., Portugal*
 - *Rebeca Gutiérrez Rivilla, Instituto Cervantes, España*
 - *Márcia Donner Abreu, Ministério das Relações Exteriores, Brasil*
 - *Incanha Intumbo, Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)*
-

PANEL 2 **Lenguas y Economía**

14h30 – 16h00 **¿Cuál es la relevancia de las lenguas y de las culturas en la internacionalización de las empresas? ¿Cómo aprovechar el valor de las lenguas? ¿Cuál es su contribución en la economía y en las industrias culturales y creativas? Ejemplos y proyecciones.**

Coordinador : *Luís Antero Reto, Instituto Universitário de Lisboa, (ISCTE-IUL), Portugal*

Relator: *José Luis García Delgado, Universidad Complutense de Madrid, España*

Ponentes:

- *Lluís Bonet, Universitat de Barcelona, España*
- *Aureliano Neves, Câmara de Comercio Hispano Portuguesa*
- *Artur Santos Silva, Fundação La Caixa, Portugal*
- *Duarte Azinheira, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Portugal*

PANEL 3 **Políticas de Lengua para la Internacionalización**

16h30 – 18h00 **¿Qué estrategias se utilizan? ¿Cuál es la relevancia de la movilidad académica y del intercambio entre sistemas educativos? ¿Cómo incentivar la producción científica plurilingüe? ¿Cuál es la cooperación existente entre repositorios científicos? ¿Cuál es la contribución de la traducción y de la interpretación? ¿Y de la certificación internacional de competencias?**

Coordinadora: *Marisa Mendonça, Universidade Pedagógica de Maputo, Mozambique*

Relatora: *Viviane Bagio Furtoso, SIPLE – Universidade Estadual de Londrina, Brasil*

Ponentes:

- *Ángel Badillo, Real Instituto Elcano / Universidad de Salamanca, España*
- *João Sobrinho Teixeira, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal*
- *Margarita Correia, Universidade de Lisboa, Portugal*
- *Anabela Gradim, Universidade da Beira Interior, Portugal*

PANEL 4 **Lenguas y Desarrollo de Competencias**

9h00 – 10h30 **¿Cuál es el lugar de las lenguas en la educación? ¿Qué competencias desarrollan? ¿Qué modalidades de enseñanza-aprendizaje se utilizan? ¿Cuál es el papel de las tecnologías? ¿Cómo formar profesores para desarrollar competencias de intercomprensión? ¿Qué proyectos de enseñanza bilingüe existen en la región?**

Coordinador : *Nelson Viana, Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Relatora: *María Matesanz del Barrio, Universidad Complutense de Madrid, España*

Ponentes:

- *Maria do Carmo Vieira da Silva, Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
 - *Lidia Brito, Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina y el Caribe, Uruguay*
 - *Helena Peralta, Universidade de Lisboa, Portugal*
 - *Montserrat Grañeras, Ministerio de Educación y Formación Profesional, España*
-

PANEL 5 **Lenguas y Sociedad Digital**

11h00 – 12h30 **¿Cómo se desarrollan las tecnologías de las lenguas? ¿Qué investigaciones existen sobre el procesamiento computacional del lenguaje natural? ¿Cuál es su relevancia en la sociedad digital? ¿Cómo promover su presencia en las redes digitales? ¿Y en la comunicación social?**

Coordinador: *José Manuel Sanz Mingote, Agencia EFE, España*

Relator: *António Horta Branco, Universidade de Lisboa, Portugal*

Ponentes:

- *Daniel Prado, Consultor internacional. Red Mundial para la Diversidad Lingüística, Argentina*
 - *David Pérez Fernández, Secretaría de Estado para el Avance Digital (SEAD), Ministerio de Economía y Empresa, España*
 - *Ana Garrido, Representação da Comissão Europeia, Portugal*
 - *Ana Cristina Amoroso das Neves, Departamento da Sociedade da Informação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal*
-

PANEL 6 **Plurilingüismo, Pluricentrismo y Diálogos Interculturales**

14h00 – 15h30 **¿Cuáles son las modalidades de uso de las lenguas? ¿Cómo se establece su contacto, incluyendo las lenguas originarias? ¿Cómo se desarrolla el bilingüismo? ¿Cómo desarrollar redes de enseñanza de las lenguas y redes de cultura?**

Coordinadora: *Maria Helena Araújo e Sá, Universidade de Aveiro, Portugal*

Relatora: *Rosângela Morello, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), Brasil*

Ponentes:

- *Gilvan Müller de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
 - *Javier López Sánchez, Secretaría de Educación Pública (SEP), México*
 - *Ladislau Alcaraz de Silvero, Secretaría de Políticas Lingüísticas, Paraguay*
 - *Manuel Lucena Giraldo, CSIC y Servicio español internacionalización de la educación (SEPIE), Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, España*
-

PANEL 7 **Lenguas, Artes y Culturas**

16h00 – 17h30 **¿Cuál es la relación entre las Lenguas y las Artes? ¿Cómo contribuyen a la cohesión social y al pensamiento crítico? ¿Cuál es su lugar en el desarrollo sostenible y en las industrias culturales y creativas?**

Coordinador : *Ramiro Noriega, Universidad de las Artes, Ecuador*

Relator: *Lázaro Rodríguez Oliva, Grupo de Expertos de UNESCO para la gobernanza de la cultura, Cuba/Panamá*

Ponentes:

- *Pablo Platas Casteleiro, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), España*
- *Manuela Júdice, Casa da América Latina, Portugal*
- *Elena Vilardell, Programa Ibermedia*
- *Pilar del Río, Fundação José Saramago, Portugal*

17h30 – 18h00 Conferencia Final

Presentación: *Mariano Jabonero, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura*

Nélida Piñón, Escritora, Brasil

18h00 – 18h30 Sesión de Clausura

- *Mariano Jabonero, Secretario General, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura*
- *Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasil*
- *Augusto Santos Silva, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Portugal*



Abertura
Apertura



Guilherme d'Oliveira Martins

Administrador Executivo

Fundação Calouste Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian tem o maior gosto, a maior honra em acolher esta conferência internacional: Ibero-América, uma comunidade, duas línguas pluricêntricas.

A OEI, a celebrar em 2019, 70 anos de vida, é uma instituição absolutamente fundamental. Não podemos esquecer que até ao final do século XXI as línguas ibéricas serão faladas no mundo por mais de 1 000 milhões de cidadãos e estes 1000 milhões de cidadãos estarão em todos os continentes.

A Fundação Calouste Gulbenkian, desde a sua fundação há mais de 60 anos, acolhe iniciativas ligadas à língua, às línguas, ao diálogo intercultural, razão pela qual entendemos que esta conferência internacional, que aqui tem lugar, constituirá um marco histórico fundamental relativamente a um tema crucial para todos nós.

Francisco Ribeiro Telles

Secretário Executivo

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Foi com enorme satisfação que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, se associou à Organização de Estados Ibero-Americanos, OEI, na organização da 1.^a Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola.

A parceria entre as duas organizações é relativamente recente. Foi em 2018 que a OEI se tornou na primeira organização internacional a obter o estatuto de Observador Associado da CPLP, refletindo o potencial de cooperação entre as nossas organizações. Desde então, a nossa relação tem vindo a crescer e a realização desta Conferência é mais um exemplo do nosso empenho em aprofundar e estreitar laços.

A cooperação em matéria de política de língua, sobretudo no caso de línguas pluricêntricas como o português e o espanhol, beneficiará grandemente da cooperação multilateral, envolvendo o maior número possível de Estados-membros das nossas organizações.

Todas as línguas carregam consigo valores, modos de pensar e a herança do universo cultural onde se desenvolveram. Mas a língua portuguesa é, acima de tudo, um património comum dos países e dos povos que a usam e que a foram alimentando e valorizando ao longo dos séculos, apropriando-se dela e vivendo-a hoje como elemento central da sua própria identidade nacional.

Os nossos dois idiomas contêm, assim, uma diversidade e heterogeneidade enriquecedoras, mas exigentes,

que impõem às nossas organizações a responsabilidade de desenham e implementarem políticas linguísticas cuidadas e eficazes e estratégias de internacionalização concretas e ambiciosas. A defesa e afirmação do multilateralismo e do multilinguismo e a firme rejeição de qualquer tentativa de hegemonia linguística, são, por isso, essenciais e devem ser reafirmadas.

O mundo globalizado em que vivemos coloca desafios às nossas línguas, mas será importante realçar que tanto as estimativas sobre a evolução demográfica como a nova realidade da revolução tecnológica e digital oferecem igualmente oportunidades favoráveis à difusão do espanhol e do português.

No caso específico da língua portuguesa, o número de falantes ascende hoje aos 260 milhões de pessoas, espalhadas por todos os continentes. É a língua mais falada no Hemisfério Sul, a quinta língua mais falada no mundo e é também uma das línguas mais usadas na *internet* e nas redes sociais.

De acordo com as mais recentes projeções demográficas das Nações Unidas, o número de falantes de português poderá aumentar para 500 milhões até ao final do século, sobretudo graças ao crescimento demográfico em Angola e em Moçambique, cuja população deverá ascender aos 150 milhões e 140 milhões, respetivamente, o que conferirá ao português uma dimensão mais africana, reforçando a sua natureza pluricêntrica.

As questões da língua têm hoje uma crescente expressão nos domínios político-diplomático e da geoeconomia, dos negócios, do conhecimento, da ciência, da inovação e da cultura, entre outros, extravasando uma abordagem cingida aos contextos da educação e da comunicação.

As nossas línguas representam, com efeito, a matéria-prima de um conjunto de atividades económicas geradoras de riqueza, que incluem o turismo, a cultura, as artes

criativas, as indústrias do audiovisual, da televisão e do cinema, a produção editorial, entre outras.

E o seu crescente valor geoestratégico e o enorme potencial económico são ainda ampliados pelo contributo insubstituível das diásporas de todos os nossos países, que levam as línguas portuguesa e espanhola a todo o mundo, constituindo-se, assim, como poderosos agentes de divulgação e promoção dos nossos idiomas.

A CPLP é uma organização jovem. Nasceu em 1996 e nestes seus 23 anos, a Língua Portuguesa tem permanecido como o motor e a matriz identitária da Organização. É o cimento da nossa unidade, o elemento congregador e um dos pilares fundamentais da ação diária da nossa Comunidade. Uma língua que pertence a todos, na diversidade com que a usam e a enriquecem.

A adoção da língua portuguesa como língua oficial e de trabalho em organizações internacionais, especialmente no âmbito das Nações Unidas, é também uma área de grande visibilidade e de trabalho constante da CPLP, embora estejamos conscientes de que se trata de um desafio de médio-longo prazo, de concretização gradual e que exige um esforço conjunto de todos os Estados-membros da CPLP.

Atualmente, a língua portuguesa é língua oficial ou de trabalho em cerca de 30 organismos internacionais. Em novembro do ano passado, por iniciativa apresentada pelos Estados-membros da CPLP e que contou com o endosso de outros 24 países, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) decidiu instituir o dia 5 de maio como o Dia Mundial da Língua Portuguesa.

Creio que se trata de um reconhecimento justo da crescente importância que a língua portuguesa tem vindo a adquirir na esfera internacional e que também se reflete no interesse crescente de outros países e organizações de virem a fazer parte dos trabalhos da CPLP, enquanto observadores associados.

Pela sua riqueza e variedade, pela pluralidade de culturas que lhe são inerentes, pelos exercícios de interculturalidade que permitem, o português e o espanhol encerram uma enorme mais-valia como línguas capazes de estabelecer pontes e promover a paz e o desenvolvimento. A diversidade e a heterogeneidade que encerram são elementos de poder e de futuro.

Num ambiente internacional cada vez mais competitivo e global, as organizações e os Estados pertencentes aos espaços de língua portuguesa e de língua espanhola devem ser capazes de se articular e, no respeito pelas suas diferenças e especificidades, afirmar internacionalmente esta grande comunidade de 800 milhões de pessoas e as nossas duas línguas pluricêntricas.

Rebeca Grynspan

Secretária Geral

Secretaria Geral Ibero-Americana

Permita-me primeiro agradecer-lhe, Ministro Rodrigues, pela grande hospitalidade com que sempre somos recebidos aqui em Lisboa. Viajar para Portugal é uma bela recordação de tudo o que nos une no espaço ibero-americano. Somos vinte e dois países com as suas próprias características e traços distintivos, mas que, com o tempo, podem reconhecer-se como parte de uma mesma comunidade. Como diz a campanha da cooperação ibero-americana: somos diferentes e isso nos enriquece, somos iguais e isso nos une. Somos diferentemente iguais.

Regresando al español, quiero agradecer primero a la OEI que ha organizado este encuentro y especialmente a Mariano Jabonero, con quien tenemos una magnífica colaboración en el espacio iberoamericano. Gracias Portugal, gracias Fundación Calouste Gulbenkian por este lugar excepcional y por invitarnos tan generosamente a su casa. Gracias a la CPLP, con la que hemos venido trabajando en el marco de los tres espacios lingüísticos y con la que nos estamos acercando aún más mediante el reconocimiento del estatuto de observador.

Queridos amigos, queridas amigas:

Nuestra afinidad histórica y cultural impulsó la celebración de la I Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno en Guadalajara, México, en julio de 1991. Ustedes recordarán que el Presidente de Portugal en ese momento

era Mário Soares, cuyo fallecimiento el año 2017 llenó de luto a la Comunidad Iberoamericana.

Quiero hacer más las palabras que dijo en la Cumbre de Guadalajara, el Presidente Soares:

«Somos países diferentes, com interesses que talvez nem sempre coincidam, que prosseguimos caminhos diversos. Mas o que nos une e atrai é um legado cultural que nenhuma diferença pode ocultar. É esse legado tão diversificado e rico o que nos permite estar hoje aqui, comunicar-nos com uma facilidade que outros desconhecem e sentir solidariamente os nossos anseios, medos e esperanças. É o que cimenta o caminho futuro de diálogo que já começamos a percorrer juntos com respeito mútuo e, sobretudo, em liberdade.»

Ese espíritu fue el prelude de las 26 cumbres que hemos celebrado desde entonces, y el sentimiento que nos sigue guiando para formar parte de estos encuentros, tan importantes para atar una vez más los viejos y duraderos lazos de nuestras lenguas hermanas; encuentros que son mucho más que una sumatoria de valores simbólicos, culturales, comerciales e institucionales.

Esta conferencia es también un ejercicio. El ejercicio de hablarnos y escucharnos, de ejercer estas lenguas tan propicias para entendernos mutuamente. Pues, quién lo duda, hay en el ejercicio de nuestras palabras mucho más que una correspondencia. Hay también un sello de identidad, un espacio donde caben cientos de millones de personas en las varias orillas del Atlántico, desde el Caribe de Costa Rica hasta Madeira aquí en Portugal, desde Rio de Janeiro en Brasil hasta Luanda, en Angola.

Las relaciones internacionales pueden entenderse como el resultado de la tensión entre las fuerzas que nos llevan a competir y las que nos llevan a cooperar; los factores que generan suspicacia y animadversión, y los que generan

confianza y cercanía. Compartir dos idiomas constituye una inmensa ventaja para Iberoamérica, una ventaja cuyas implicaciones no podemos subestimar.

En el ámbito económico, por ejemplo, está demostrado que los países que comparten idioma multiplican por cuatro los intercambios comerciales y por siete los flujos bilaterales de inversión extranjera directa, por no mencionar los beneficios en términos de transmisión de ideas y conocimientos, movilidad de talentos, difusión de la cultura, y promoción de las industrias artísticas y científicas.

Estos beneficios, que son ya inmensos, pueden ser mucho mayores, en particular cuando consideramos la cercanía y lo que Ana Paula me enseñó se llama la intercomprensión entre el español y el portugués. Son casi 650 millones los luso- e hispanohablantes que juntos serían la segunda lengua a nivel global, solo superada por el mandarín, pero que no es una lengua internacional como el portugués y el español. ¡Imaginen las posibilidades!

Queridos amigos, queridas amigas:

El bilingüismo encierra un enorme potencial para nuestros países, pero también un poderoso mensaje para la humanidad, en un entorno global fragmentado, polarizado y polarizante. Es un mensaje sobre el poder de la diversidad y la capacidad de colaborar de forma plural, abierta y horizontal. Nuestros países no aspiran a la uniformidad. Por el contrario, celebramos nuestra diversidad. En permanente diálogo e intercambio entre distintas fuerzas e influencias. Es ahí donde es posible el cambio y la innovación. Es ahí donde florece la creatividad.

El ser humano no ha progresado por el encuentro con los iguales, sino con los que son distintos. Fomentar ese encuentro, asegurarnos de que sea prolífico y positivo, es una misión de gran trascendencia en el mundo de nuestros días. Es la misión que nos encomendaba Fernando Pessoa,

cuando decía: «Sê plural como o universo». Y es la misión que hoy buscamos cumplir.

Mariano Jabonero

Secretário-Geral

Organização de Estados Ibero-Americanos
para a Educação, a Ciência e a Cultura

A realização desta grande Conferência Ibero-Americana, aqui em Lisboa, é para mim e para a OEI um exemplo e, ao mesmo tempo, uma aposta para avançar na integração ibero-americana e no fortalecimento da região através do que melhor nos caracteriza: a nossa diversidade cultural e linguística. Para a OEI isto é, mais do que uma estratégia ou um objetivo, boa parte da sua razão de ser e de reconhecer o grande valor que têm as nossas línguas num mundo globalizado.

Antes de continuar com a minha intervenção, quero agradecer à comissão organizadora que esteve connosco desde o início deste projeto, participando em cada etapa do seu desenho. Agradeço à Fundação Calouste Gulbenkian pela sua generosa hospitalidade, à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), à Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), ao Instituto Camões, ao Instituto Cervantes e aos representantes dos ministérios da educação, cultura, ciência e relações exteriores dos países da região, em especial aos do Brasil, de Portugal, da Espanha e do México. Quero destacar e agradecer o Alto Patrocínio do Presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, bem como a S. M. o Rei, D. Felipe VI de Espanha. Muito obrigado também aos embaixadores dos países ibero-americanos acreditados em Lisboa, que estiveram connosco em várias ocasiões durante o processo de organização deste evento.

Esta Conferência nasce com o compromisso de continuidade, para ser um espaço de diálogo entre duas línguas que compartilham uma origem comum: o espanhol e o português. Línguas que convivem na nossa região com centenas de outras línguas nativas, indígenas, de imigração e línguas de sinais. São duas línguas que juntas são faladas por mais de 800 milhões de pessoas em quatro continentes, com especial presença na América, África e Europa. O Rei da Espanha, Felipe VI, afirmou na última Cimeira Ibero-Americana na Guatemala que «cada dia avança positivamente o processo de aproximação entre os países hispano-falantes e lusófonos», palavras que pouco tempo depois tiveram eco na intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, ao afirmar o valor da Conferência Ibero-americana e dos seus organismos setoriais porque constituem, no seu entender, as únicas entidades de base linguística fundadas na soma das duas línguas: o português e o espanhol. E são a esses ideais e compromissos a que a OEI deseja responder. Línguas que, como Ángel Ganivet advertiu e Gilberto Freyre referiu, viveram receios que apenas o paradoxo explica: apreensões que foram fruto das suas semelhanças e não das suas diferenças. Hoje todos nós coincidimos em que ambas têm muito mais, melhores e autênticos amigos do que falsos amigos.

Em 2019, ano em que a OEI comemora os seus 70 anos ao serviço da educação, da ciência e da cultura na Ibero-América, estamos num momento importante e significativo para evocarmos a nossa longa trajetória, e, sobretudo, para nos projetarmos no futuro. Por isso, o último Programa Orçamento, aprovado pelos ministros e ministras de educação em Antígua, Guatemala, em setembro de 2018, incluiu pela primeira vez um Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa, num modelo bilingue com o espanhol e outras línguas nativas. Esta decisão conduziu à criação da Direção-Geral de Difusão da Língua

Portuguesa na Secretaria-Geral da OEI, dirigida por Ivana Siqueira, que conta com o apoio dos diretores dos escritórios do Brasil e de Portugal, Raphael Callou e Ana Paula Laborinho, respectivamente. Uma entidade que também servirá para reforçar a parceria com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organização da qual já somos Observadores Associados.

Aliado a isso, compartilhamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 das Nações Unidas. Os 17 objetivos e as 169 metas formam uma estrutura em que cada parte contribui para o todo e nenhum objetivo nem ninguém pode ficar para trás. No âmbito da educação, se pretendemos cumprir com o ODS 4, para conseguir uma educação equitativa, inclusiva e ao longo da vida é necessário fomentar o uso das línguas, o diálogo intercultural, o respeito mútuo e a disseminação de valores éticos para uma cidadania ibero-americana.

A experiência tem-nos mostrado, mais de uma vez, que as línguas são fatores-chave para a paz e a coesão social, bem como um motor económico e de desenvolvimento. Devemos, pois, criar, promover e estabelecer novas instâncias de diálogo que reúnam os governos, a sociedade civil, as empresas, enfim, todos, para que juntos nos unamos em torno de um projeto que, por meio da cooperação, busca estratégias de valorização, difusão e afirmação internacional dessas línguas. Consideramos que um espaço político privilegiado para esse diálogo são as Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, cuja liderança é exercida pela SEGIB, a quem também neste caso, expressamos o nosso maior reconhecimento e oferecemos uma estreita parceria.

O Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa da OEI é uma estratégia de cooperação nas áreas da educação, ciência e cultura, cujo objetivo é contribuir para a integração regional a partir do uso partilhado

das línguas. Entre as linhas de ação do programa destaca-se o projeto das escolas bilingues de fronteira com uma abordagem intercultural, que pretende desenvolver experiências de bilinguismo português e espanhol em regiões onde as duas línguas partilham territórios próximos, como são os milhares de quilómetros que há de fronteira entre o Brasil e os países hispano-falantes limítrofes, ou entre Portugal e Espanha; escolas «espelho» que partilharão visões não só no âmbito linguístico, mas também através de atividades culturais, desportivas e de convivência.

Junto com o exposto anteriormente, também estamos promovendo a criação e o fortalecimento de redes de colaboração de investigadores nos campos da educação, da ciência e da cultura sobre o bilinguismo, plurilinguismo e a difusão da língua portuguesa. Também estão entre os eixos do programa a formação de professores e a produção de materiais bilingues para a região.

Esta Conferência é mais uma linha de ação deste programa, que aspira ter uma periodicidade regular e o compromisso de continuidade em outros países. Nesta primeira edição, tivemos todo o apoio do governo de Portugal e temos certeza de que, em não muito tempo, poderemos informar do lugar e da data da segunda edição desta conferência.

No evento que abrimos hoje, participarão mais de 40 oradores, coordenadores e relatores, distribuídos em sete painéis, além de dois conferencistas na sessão de abertura. Todos profissionais reconhecidos, tanto ao nível académico como profissional e político, que ao longo de dois dias estarão aqui, nesta emblemática Fundação, refletindo, discutindo e contribuindo para o avanço desse tema tão relevante para todas as nações e cidadãos. A conferência abordará temas de especial atenção referentes ao valor das línguas: línguas e geopolítica, demografia e diásporas, modalidades de uso, o potencial de internacionalização das empresas através da língua, línguas e economia, o espanhol

e o português na sociedade digital, a intercompreensão, o desenvolvimento de habilidades e competências através do espanhol e do português, as relações entre línguas e cultura, artes e ciência e, entre outros aspectos, a certificação internacional e o reconhecimento de títulos.

Além disso, ao ser um espaço para fomentar a cooperação educativa, cultural e científica na Ibero-América, o evento será uma grande oportunidade para ampliar as possibilidades de alianças interinstitucionais.

Mais uma vez quero agradecer a todas as entidades que estiveram conosco e convidá-las para nos acompanharem no desenvolvimento e na implementação do Programa de Difusão da Língua Portuguesa, convite que faço extensivo a outras instituições que queiram somar-se a este esforço coletivo de contribuir para o reconhecimento da diversidade das línguas e do património que elas representam.

Para concluir, gostaria de lembrar uma citação de Unamuno relativa ao espanhol, que também encaixa perfeitamente no português, como: «uma língua de brancos e de índios, de negros e de mestiços, e de mulatos; língua de cristãos católicos e não católicos, e de não cristãos e de ateus; língua de homens que vivem sob os mais diversos regimes políticos».

Partindo de uma perspectiva bilingue, o português e o espanhol, presentes não só nos dois lados do Atlântico, mas também em quatro continentes, não seriam o que são sem as outras línguas com que convivem como o quéchua, o tupi-guarani, o náuatle, o emberá ou as línguas africanas. Duas línguas mestiças e multiculturais, que juntas formam a maior e mais crescente comunidade de falantes do mundo, e que são e cada vez mais serão, capazes de ajudar na construção de um mundo melhor através da comunicação e da compreensão mútua, onde o bem-estar, o desenvolvimento, a tolerância e a convivência deixem de ser fantasias retóricas para serem esperanças repletas de futuro.

Mariano Jabonero

Secretario General

Organización de Estados Iberoamericanos
para la Educación, la Ciencia y la Cultura

La realización de esta gran Conferencia «Iberoamérica: una comunidad, dos lenguas pluricéntricas», aquí en Lisboa, es para la OEI ejemplo y, al mismo tiempo apuesta, para avanzar en la integración iberoamericana y el fortalecimiento de la región a través de lo que mejor nos caracteriza: nuestra diversidad cultural y lingüística. Para la OEI esto es, más que una estrategia o un objetivo, buena parte de su razón de ser y de reconocer el gran valor que tienen nuestras lenguas en un mundo globalizado.

Antes de continuar con mi intervención, quiero dar las gracias a la comisión organizadora que ha estado con nosotros desde el comienzo de este proyecto, participando en cada fase de su diseño. Agradezco así a la Fundación Calouste Gulbenkian por su generosa hospitalidad, a la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP), al Instituto Internacional de la Lengua Portuguesa (IILP), a la Secretaría General Iberoamericana (SEGIB), al Instituto Camões, al Instituto Cervantes y a los representantes de los ministerios de educación, cultura, ciencia y relaciones exteriores de los países de la región, en particular a los de Brasil, Portugal, España y México. Quiero destacar y agradecer el Alto Patrocinio del presidente de la República de Portugal, D. Marcelo Rebelo de Sousa, así como al S. M. El Rey, D. Felipe VI de España. Gracias también a los embajadores de los países iberoamericanos acreditados en Lisboa, quienes

estuvieron con nosotros en más de una ocasión durante el proceso de organización de este evento.

Esta Conferencia nace con vocación de continuidad, para ser un espacio de diálogo entre dos lenguas que comparten un origen común: el español y el portugués. Lenguas que conviven en nuestra región junto con cientos de otras lenguas originarias, indígenas, de inmigración y lenguas de signos. Son dos lenguas que en su conjunto hablan más de 800 millones de personas en cuatro continentes, con especial presencia en América, África y Europa. El Rey de España, Felipe VI afirmó en la pasada Cumbre Iberoamericana de Guatemala que: «cada día, avanza positivamente el proceso de acercamiento entre los países hispanohablantes y lusófonos», palabras que tuvieron respuesta pocas fechas después, por parte del Canciller de la República Portuguesa, al afirmar el valor de la Conferencia Iberoamericana y de sus organismos sectoriales porque constituyen, a su entender, las únicas entidades de base lingüística que se fundan en la suma de las dos lenguas: el portugués y el español. A esos ideales y compromisos desea responder la OEI. Lenguas que, como advirtió Ángel Ganivet y refirió Gilberto Freyre, han vivido recelos que solo la paradoja explica: recelos que han sido fruto de sus similitudes y no de sus diferencias. Hoy todos coincidimos en que ambas tienen muchos más buenos y auténticos amigos que falsos amigos.

Este año de 2019, en el que la OEI celebra sus 70 años a servicio de la educación, ciencia y cultura en Iberoamérica, es un momento relevante y representativo para que evolucionemos nuestra larga trayectoria, y, sobre todo, nos proyectemos hacia el futuro. Por ello, el último Programa Presupuesto de nuestra organización, aprobado por los ministros y ministras de educación en Antigua, Guatemala en septiembre de 2018, ha incluido por primera vez un Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa, en

un modelo bilingüe, junto con el español y demás lenguas originarias. Decisión que ha supuesto la creación en la Secretaría General de la OEI de la Dirección General de Difusión de la Lengua Portuguesa, al frente de la cual está la Dr^a Ivana de Siqueira, con el apoyo de los directores de las oficinas de Brasil y Portugal, Raphael Callou e Ana Paula Laborinho, respectivamente. Entidad que también servirá para reforzar la colaboración con la Comunidad de los Países de Lengua Portuguesa (CPLP), organización de la que ya somos miembro observador.

Aliado a ello, compartimos los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) establecidos en la Agenda 2030 de las Naciones Unidas. Los 17 objetivos y las 169 metas forman una estructura en la que cada parte aporta al conjunto para que ningún objetivo ni persona pueda quedarse atrás. En el ámbito de la educación, si queremos cumplir con el ODS nº 4 para lograr una educación equitativa, inclusiva, de calidad y a lo largo de la vida, es necesario el fomento del uso de las lenguas, el diálogo intercultural, el respeto mutuo, la empatía y la difusión de valores éticos para una ciudadanía iberoamericana.

La experiencia nos ha enseñado, una y otra vez, que las lenguas son factores clave para la paz y la cohesión social, así como motor económico y de desarrollo. Así, debemos crear, fomentar y establecer nuevas instancias de diálogo que reúnan a los gobiernos, la sociedad civil, las empresas, en fin, a todos, para que juntos nos unamos en torno a un proyecto que busca, por medio de la cooperación, estrategias de valoración, difusión y afirmación internacional de esas lenguas. Consideramos que un espacio político privilegiado para ese diálogo son las Cumbres Iberoamericanas de Jefes de Estado y de Gobierno, cuyo liderazgo ejerce la SEGIB, a quien, también en este caso, manifestamos nuestro mayor reconocimiento y ofrecimiento de estrecha colaboración.

El Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa de la OEI, es una estrategia de cooperación en los campos de la educación, ciencia y cultura, cuyo propósito es contribuir a la integración regional a partir del uso compartido de las lenguas. Entre las líneas de actuación del programa destacan el proyecto de escuelas bilingües de frontera con enfoque intercultural, que pretende desarrollar experiencias de bilingüismo portugués y español en escuelas de regiones en las que las dos lenguas comparten territorios cercanos, como son los miles de kilómetros que hay de frontera entre Brasil y países hispanoparlantes limítrofes, o entre Portugal y España; escuelas «espejo» que compartirán miradas no solo en lo lingüístico, sino también a través de actividades culturales, deportivas y de convivencia.

Junto a lo anterior, también estamos promoviendo la creación y el fortalecimiento de redes de colaboración de investigadores en los campos de la educación, ciencia y cultura sobre el bilingüismo, plurilingüismo y la difusión de la lengua portuguesa, así como la formación de profesores y la producción de materiales bilingües para la región también están entre los ejes del programa.

Esta Conferencia también es otra de las líneas de acción de este programa, que aspira tener una periodicidad regular y la vocación de continuidad en otros países. En esta primera edición, tuvimos todo el apoyo por parte del gobierno de Portugal, estamos seguros de que en no mucho tiempo podremos informarles del lugar y fecha de la segunda edición de esta conferencia.

En el evento que hoy inauguramos participan más de 40 ponentes, coordinadores y relatores, repartidos en 7 paneles, además de dos conferencistas en la sesión de apertura. Todos ellos profesionales de reconocido nivel, tanto académico como profesional y político, que a lo largo de dos días estarán aquí en esa emblemática Fundación, reflexionando, discutiendo y contribuyendo al avance de ese tema

tan relevante para todas las naciones y ciudadanos. La conferencia abordará temas de especial atención referentes al valor de las lenguas: lenguas y geopolítica, demografía y diásporas, modalidades de uso, el potencial de internacionalización de las empresas a través de la lengua, lenguas y economía, el español y el portugués en la sociedad digital, la intercomprensión, el desarrollo de habilidades y competencias a través del español y el portugués, las relaciones entre lenguas y cultura, artes y ciencia y, entre otros aspectos más, la certificación internacional y la validación de títulos.

Además, como se trata de un espacio para fomentar la cooperación educativa, cultural y científica en Iberoamérica, el evento será una gran oportunidad para ampliar las posibilidades de alianzas interinstitucionales.

De nuevo quiero agradecer a todas las entidades que han estado con nosotros hasta e invitarlas a que nos acompañen en el desarrollo e implementación del Programa de Difusión de la Lengua Portuguesa, invitación que también extendiendo a otras instituciones quieran sumarse a este esfuerzo colectivo de contribuir al reconocimiento de la diversidad de las lenguas y el patrimonio que representan.

Para concluir, me gustaría recordar una cita que Miguel de Unamuno refería sobre el español en la que perfectamente cabe el portugués, como: «un lenguaje de blancos y de indios, y de negros, y de mestizos, y de mulatos; lenguaje de cristianos católicos y no católicos, y de no cristianos, y de ateos; lenguaje de hombres que viven bajo los más diversos regímenes políticos». Desde una perspectiva bilingüe, el portugués y el español, presentes no solo en los dos lados del Atlántico, sino en cuatro continentes, no serían lo que son sin las otras lenguas con las que conviven como son el quechua, el tupi-guaraní, el nahuatl, el embera o las lenguas africanas, etc. Dos lenguas mestizas y multiculturales, que juntas conforman la mayor y más creciente comunidad de hablantes del mundo y que son, y serán cada vez más,

capaces de ayudar a la construcción de un mundo mejor a través de la comunicación y comprensión mutua, en el que el bienestar, el desarrollo, la tolerancia y la convivencia pasen de ser de fantasías retóricas a ser esperanzas cargadas de futuro.

Márcia Donner Abreu

Secretária de Comunicação e Cultura
Ministério das Relações Exteriores, Brasil

Em nome do Brasil e do Chanceler Ernesto Araújo, que tenho a honra de representar neste evento de abertura, desejo agradecer muito à Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura a oportuna convocação desta Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola.

Um muito obrigado vai também para a Fundação Calouste Gulbenkian pelo apoio que empresta ao evento e ao governo de Portugal, anfitrião deste encontro.

Nestes próximos dois dias teremos a oportunidade de ouvir mais de 30 especialistas, na realidade 40, que nos vão falar sobre os valores identitários, demografia e a projeção internacional das nossas duas línguas pluricêntricas, faladas por mais de 800 milhões pessoas no mundo, em cinco continentes. Acabo de aprender que seremos já um bilhão ou mais de um bilhão de falantes no final deste século. Isso é um património, como também já ouvimos, que nos cabe honrar e preservar.

No caso do meu país, a projeção internacional da língua portuguesa na variante brasileira é um dos vetores centrais da nossa diplomacia cultural. Para isso temos o projeto de criar o Instituto Guimarães Rosa para a promoção da língua, da cultura e das indústrias criativas do Brasil, seguindo o exitoso exemplo de mais de 30 anos que nos dão Portugal e Espanha com os seus Institutos Camões, cujo presidente aqui nos acompanha, e Cervantes.

Más allá de la geografía y la historia que nos han unido a través de los siglos, con el Atlántico de por medio, la Iberoamérica figura hoy como un espacio privilegiado de acercamiento entre nuestros ciudadanos, ya sea por los lazos comerciales y de inversiones, por la dinámica de la vida cultural, el turismo, la movilidad académica y los varios procesos de integración económica y política que se construyeran entre 22, 23 países en los últimos años.

Temos, neste momento, a oportunidade de aceitar o desafio de fazer com que esta conferência, que se segue ao simpósio das línguas portuguesas e espanholas realizado há dois anos atrás pela SEGIB, e a que seguirão muitas outras iniciativas, um ponto de partida para a ampliação intrarregional do bilinguismo.

Não estou aqui falando da expansão do bilinguismo no mundo, e sim de aproveitar os laços, o contato das nossas duas sociedades – tão unidas através de tanto tempo – para concretar ações que apontem para um futuro em que as nossas populações, as nossas sociedades, sejam cada vez mais fluentes nas línguas irmãs que são o espanhol e o português. Línguas tão intercompreensíveis, cuja pegada genética é tão próxima, em que a OEI, a CPLP e a SEGIB têm tanto a contribuir, assim como podem também contribuir os governos dos nossos países.

Desejo a todos um excelente trabalho nesses dois dias, agradeço a todos que propiciaram este encontro e me junto aos senhores já no próximo painel.

Alejandro Tiana Ferrer

Secretario de Estado
de Educación y Formación Profesional, España

Quiero iniciar mi intervención felicitando a los organizadores del Congreso por esta iniciativa, muy en particular, a la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura que, tras 70 años de actividad, continua contribuyendo de modo eficaz al fortalecimiento de la construcción de un espacio común iberoamericano en los ámbitos de la educación, la ciencia, la tecnología y la cultura.

Gostaria também de agradecer às autoridades portuguesas a sua disposição para acolher esta Conferência Internacional ao proporcionar o máximo nível de reconhecimento, através da participação da Presidência da República e do Ministério da Educação na Comissão Organizadora.

Y, por supuesto, al resto de instituciones, que han participado en la preparación del Congreso, el gobierno de Brasil, que junto a España participa como país promotor, los Institutos Cervantes y Camões, la Secretaría General Iberoamericana, la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa, el Instituto Internacional de Lenguas Portuguesa (IILP), y la Fundación Calouste Gulbenkian, en cuyas magníficas instalaciones se desarrolla el Congreso.

La idea de organizar periódicamente una Conferencia internacional de alto nivel con el fin de apostar por la internacionalización de las lenguas española y portuguesa en los ámbitos de la educación, la ciencia y la cultura, cuenta con todo el apoyo del Gobierno de España y en particular del Ministerio de Educación y Formación Profesional.

En este sentido, quisiera señalar lo dicho por el Presidente del Gobierno de España durante su asistencia a la XXVI Cumbre Iberoamericana de jefes de Estado y de Gobierno, celebrada los días 15 y 16 de noviembre en Antigua, Guatemala, cuando destacó la «firme convicción e interés del Gobierno de renovar el compromiso ineludible de España con los países que forman parte de la comunidad Iberoamericana», situando a los países de este espacio en el centro de las prioridades de la agenda exterior española.

Estamos hablando de un espacio que abarca a más de 700 millones de hablantes y que cuenta con figuras de relevancia mundial en todos los ámbitos académicos y culturales y que ofrece múltiples oportunidades para nuestros jóvenes.

Aprender una lengua distinta de la materna desde la educación infantil es uno de los empeños del Ministerio de Educación y Formación Profesional español. Tenemos la inmensa suerte de tener 1.214 km de frontera con Portugal, la frontera ininterrumpida más larga dentro de la Unión Europea, lo que nos permite llevar a cabo proyectos conjuntos para promocionar ambas lenguas en nuestro sistema educativo:

En primer lugar, poniendo en marcha un programa piloto de auxiliares de conversación en Portugal, que se iniciará el próximo mes de enero, de manera que, inicialmente, cinco auxiliares desarrollarán su labor en otras tantas escuelas, en cada una de las cinco zonas educativas en que está dividido el Portugal continental. Las escuelas receptoras de los auxiliares serían las mismas que participarían en el proyecto de la OEI «*Escolas bilingues da fronteira*».

Consideramos que este proyecto servirá para extender la lengua portuguesa e integrarla en los currículos de los países fronterizos, en consonancia con los proyectos transfronterizos de ambos países. Los participantes españoles pueden ser futuros profesores de lengua portuguesa

en España, como sucede con los auxiliares de conversación que llevan a cabo sus tareas en España.

En segundo lugar, trabajando en la iniciativa de la OEL, Escuelas bilingües de frontera, con el fin de promover experiencias de bilingüismo e interculturalidad en escuelas que se encuentran en zonas fronterizas. En el caso ibérico, se han identificado inicialmente las Comunidades Autónomas de Castilla y León, Extremadura y Andalucía, que se corresponden con las regiones espejo portuguesas de Trás-os-Montes, Región Centro y Algarve. Creemos que las posibilidades de formación conjunta de profesorado, la producción de materiales comunes que vayan más allá de la lengua (sobre educación para la ciudadanía, cultura, historia...), la creación de bibliotecas en ambas lenguas, y el desarrollo de proyectos conjuntos van a contribuir de forma muy eficaz al entendimiento lingüístico y cultural de nuestros jóvenes y de quienes están a cargo de su formación.

No quisiera finalizar mi intervención sin destacar que el mejor modo de avanzar hacia la creación de una comunidad iberoamericana inclusiva y solidaria es el trabajo conjunto entre instituciones que comparten valores y que desarrollan su actividad en los ámbitos de la educación, la cultura y la investigación. Este Congreso es un ejemplo en este sentido y espero que sea un hito en el desarrollo de una estrategia común para el desarrollo de políticas lingüísticas para la internacionalización, el desarrollo de competencias y el diálogo intercultural.

Tiago Brandão Rodrigues

Ministro da Educação, Portugal

Muito bom dia a todos. É uma honra, é um prazer enorme estar presente nesta Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola.

Estimado Alexandro, quando o Secretário de Estado de Educação e Formação Profissional chega a Portugal e fala português, seria um erro se o Ministro da Educação de Portugal não dissesse algumas palavras em castelhano, mas vão ser só estas palavras para saudar a sua ministra, ministra que admiro muito, que trabalhou connosco durante muito tempo e com quem continuaremos a trabalhar. Muito obrigado por estar aqui.

Queria também saudar o Secretário-Geral da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Estimado Mariano, é um gosto poderemos trabalhar. Lembro-me bem do momento em que dissemos, em conjunto com a OEI, que não tinha sentido que a OEI não tivesse um escritório em Portugal e feliz a hora de termos encontrado, aqui também, depois da abertura do escritório da OEI na República Portuguesa, alguém que dirige esse escritório como a Professora Ana Paula Laborinho.

Queria agradecer a ambos o trabalho que temos feito, o trabalho que temos feito com intensidade e podermos estar aqui em momentos como este, e termos tido outros, alguns mais íntimos, outros mais intensos, mais plurais, obviamente com estudantes, com o mundo académico, mas também com a sociedade em geral, a dizer que o português e o espanhol são duas línguas, duas faces de uma mesma

moeda ibérica mas, mais do que isso, ibero-americana e termos trabalhado tanto e tanto.

Gostaria também de deixar aqui uma palavra à Secretária-Geral da Secretaria-Geral Ibero-Americana e, como é óbvio, ao senhor Secretário Executivo da CPLP. Temos estado juntos em tantos momentos, estivemos juntos no dia 5 de maio, ainda a UNESCO não tinha dito que esse dia seria o Dia da Língua Portuguesa e estamos aqui agora, novamente, a poder celebrar, como disse bem, que a UNESCO se lembra do português e diz para fortalecer o seu trabalho, e que tem de a reconhecer num dia em concreto – o dia 5 de maio – que será celebrado na UNESCO e em todo mundo como Dia da Língua Portuguesa.

Uma palavra para a Secretária de Comunicação e da Cultura da República Federativa do Brasil, um cumprimento para o Senhor Secretário de Estado da Educação, que está aqui hoje. Queria cumprimentar os membros do corpo diplomático, muitos de vós caras conhecidas das nossas tertúlias, de alguns momentos em concreto, onde falamos das questões que nos inquietam a todos e nos desacomodam e que são desafios comuns. Falamos dos receios, mas acima de tudo das oportunidades em que tantas e tantas vezes temos podido conversar.

Uma palavra à Fundação Calouste Gulbenkian. É um prazer estar aqui. Eu tenho dito ao Professor Guilherme de Oliveira Martins que, pelas vezes que aqui venho, pelo menos de quinze em quinze dias, em momentos como este, eu teria direito, não por usucapião, mas por direito próprio, Senhor Professor, a um pequeno escritório na Fundação. Falarei com a Senhora Presidente do Conselho de Administração para pensar nessa oportunidade: que os ministros da educação possam ter aqui, em perenidade, um sítio para se poderem instalar.

Queria agradecer a todos os dirigentes, a todos os funcionários da administração pública, a todos os académicos,

a muitos estudantes que estão aqui hoje e uma dirigir palavra especial aos moderadores, aos conferencistas, àqueles que aqui estarão connosco, como disse bem, o senhor Secretário Executivo, também o Secretário-Geral da OEI, a «desacomodar-nos» e a «inquietar-nos» nestes dias.

É uma honra podermos estar aqui, pelas mãos da representação da OEI em Portugal, e eu queria, e já saudei a senhora diretora, agradecer o empenho em apresentarmos, falarmos e dialogarmos com as comunidades educativas, com as comunidades científicas e com as comunidades culturais, que tanto enriquecem Portugal, mas também a comunidade ibero-americana.

Aquilo que nós sabemos na teoria, mas nem sempre temos condições para recordar na prática. Falámos desta importância, que a Professora Ana Paula Laborinho lembrou na introdução que nos fez, do enorme potencial pluricêntrico, mas diria também civilizacional, cultural das nossas duas línguas, mas também a sua importância social, económica, que aqui já foi recordada, que unem centenas de milhões de falantes em crescendo, com latitudes e longitudes absolutamente globais, e que se tenham assumido como línguas parceiras vivas, que não imanam claramente de dois imaginados centros para as suas inexistentes periferias, mas antes tem brotado, tem vivificado, tem consolidado em todas as nossas línguas, aqueles que falamos português e/ou espanhol e aqueles que ouvimos em português e em espanhol.

O nosso empenho na OEI, que acredito que tenha sido sentido também no resto da comunidade ibero-americana, é um produto direto de uma pertença que vem da nossa vocação ibero-americana, tem sido presente na imensa partilha civilizacional, cultural, científica, educativa que forma o quadro das intensas partilhas de mobilidade de cidadãos, de bens e serviços entre este todo imenso, mas também através deste espaço ibero-americano que é de terras, é

de gentes, mas acima de tudo, e aqui marcado nestes dois dias, é de ideias. Gentes e ideias que, como sempre acontece quando existem amizades profundas, se acabam por almentar nestas duas línguas mães, mas que se têm mostrado irmãs, de certa forma. E se é verdade que se traduzem numa imensa, intensa memória em que nos reconhecemos todos, traduzem acima de tudo uma sede do futuro. Do que aqui hoje falamos é do presente e do futuro, nunca esquecendo o passado, mas que acaba por moldar um conjunto de projetos comuns que temos em mãos.

Já falámos muitas vezes do novo Observatório Ibero-Americano da Educação, do qual certamente aqueles que não ouviram falar irão certamente ouvir falar muito, e acredito que bem, no futuro, e um conjunto de outros projetos nos amplos domínios científico, educativo e cultural dos espaços ibero-americanos. São projetos que acrescentam camadas ao sentido que já temos nas nossas relações multilaterais e até bilaterais e em que temos participado com cada vez mais intensidade.

No essencial, partilhamos uma visão que desenha um perfil de uma educação humanística comprometida com as competências comunicacionais, críticas, estéticas e interpessoais. Temos muito a fazer. Sabemos que esta inspiração, fornecida pelo espaço ibero-americano e pela OEI e pelo nosso Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa, fez Portugal e Espanha ensaiarem algo de novo e, no entanto, tão evidente às nossas escolas de fronteira – incluir a língua do outro no seu próprio ensino.

Entre Portugal e Espanha as fronteiras são hoje – e quem o diz é um homem raiano de fronteira que viveu com a Espanha no postigo de sua casa onde via todos os dias Espanha e onde veraneava longos períodos e passava longos fins de semana com a distância de um rio – como sabemos bem, as fronteiras, felizmente, nos dias de hoje são apenas reais porque são soberanas e simbólicas, mas elas

cada vez mais se abrem na nossa realidade, cada vez mais não se fecham, agregam e não nos separam, e, nos tempos que correm, esta não é uma obra escassa no mundo em que vivemos nem um símbolo pequeno.

A minha geração (eu tenho este anátema de ser considerado tantas e tantas vezes um jovem na política que hoje é feita de gente não tão jovem), a minha geração tem provado bem que uma vez saídos daquele obscurantismo antidemocrático em que Portugal e Espanha viveram, fizemos uma evolução impressionante na escolarização e na qualificação das nossas populações.

Sabemos bem como esta garantia de igualdade de oportunidades no acesso a uma educação inclusiva de qualidade são a marca de água também deste sucesso. Nos territórios transfronteiriços, temos de cumprir, tão plenamente quanto possível, o nosso enorme potencial real de desenvolvimento, e falou-se aqui no Brasil, na sua enorme fronteira, na sua ligação muito forte aos países que o circundam e principalmente aqueles de língua espanhola. Falamos também de Portugal e dessa imensa fronteira, como disse o Secretário de Estado espanhol.

Sabemos todos demasiado bem que há sempre muito caminho a fazer e temos falado tantas e tantas vezes daquilo que está feito, mas sabemos bem que há sempre um lugar para mais inovação em tudo que fazemos, ainda mais quando fazemos e o que queremos fazer é ensinar a saber, ensinar a sentir, ensinar a pensar e acima de tudo ensinar a fazer.

Assim, e já o disse uma vez com a OEI, tendo sido de algum modo espicaçado por estas novas vicissitudes e desafios da globalização e da digitalização, entendemos bem como o nosso exercício não está acabado. Temos aqui uma oportunidade única para os nossos territórios transfronteiriços. Sabemos que são projetos como estes que acabam por consolidar e até reforçar as relações educativas, científicas, as relações culturais entre os estados ibero-americanos.

Sabemos bem que Portugal, também pelas suas características, é o único país do mundo que acaba por interseccionar três blocos: o espaço da União Europeia, o espaço da CPLP e, claro, o espaço ibero-americano. Tem um papel insubstituível como ativador destas partilhas entre estes três universos.

Fico muito contente que a CPLP e a Secretaria-Geral acabem por ter aqui, também em Portugal, através da OEI, mais um espaço para se relacionar, para conviver e para trabalhar, para poder mimetizar boas práticas e acima de tudo trabalhar simbioticamente para que as línguas portuguesa e espanhola possam ser cada vez mais uma realidade.

Digo-vos que estes três universos são muito distintos na geografia física, mas verdadeiramente interdependentes na outra geografia, de que tantas vezes nos esquecemos, mas verdadeiramente importante, que é a geografia humana.

Já vos disse mais do que uma vez, e tem sido fonte de inspiração e de motivação para mim, que um dos primeiros ibero-americanos, muito provavelmente o primeiro que nos demonstrou *urbi et orbi* a importância da Ibero-América, o Padre António Vieira, demonstrou que estas sete décadas de vida plena de mérito da OEI acabam por ter sentido, e ele disse-o de forma extremamente marcante: «Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos, apenas duramos».

A OEI, a CPLP, a Secretaria-Geral, todos os que aqui estão vêm demonstrar nestes dois dias que não estamos aqui para durar, sabendo que queremos durar muito, estamos aqui acima de tudo para fazer, porque são dias como estes aqueles em que fazemos. É urgente existirmos e só podemos existir porque contamos uns com os outros.

Temos a sorte de contar aqui com um conjunto de moderadores, conferencistas, que são eles próprios marcantes na realidade onde existem. Eu, tendo aqui os meus

favoritos, tenho a infelicidade de não poder partilhar estes dois dias de Conferência convosco. Ainda agora terei que sair para o conselho de ministros, porque outras vicissitudes surgem no trabalho de um governante.

Sei que ficam com um excelente conjunto de moderadores e conferencistas. Sinto-me penalizado por não poder estar com o meu amigo Alexandre Quintanilha que seguramente, para aqueles que não o conhecem, irá captar a atenção, acabará por vos levar para outra dimensão e acabará por fazer aquilo que os homens nobres, plenos e celsos fazem sempre – acabam por cativar para um mundo de sonho, mas acima de tudo para um mundo de realização.

E não sabendo ainda como vai ser o dia de amanhã, saber que Nélide Piñon, que é alguém que nos faz sonhar tantas e tantas vezes, que ela própria no seu pulo genético demonstra bem como a Galiza e o Brasil estão tão perto, como a província de Pontevedra, tendo ela crescido e nascido naquele Rio de Janeiro distante, acaba por ter crescido com aquele pulo genético, tão próprio, tão próximo, aquele que eu acabei por fruir no meu Alto Minho.

Ter gente como esta que nos acompanha nestes dois dias, ter um painel de abertura como este, significa que a língua portuguesa e a língua espanhola têm aqui uma oportunidade. Por isso, agarremos esta oportunidade, vamos ao trabalho e espero que essa segunda conferência internacional das línguas portuguesa e espanhola faça com que este não seja um momento episódico, um momento fugaz, mas seja, acima de tudo, o início de uma grande caminhada que a OEI tem de fazer para alicerçar estas duas nossas línguas.

Muito bom dia a todos e espero que estas sejam umas grandes jornadas de trabalho.

PORTUGUESA
Y ESPAÑOLA
UNA COMUNIDAD
DOS LENGUAS
PLURICÉNTRICAS



Conferências
de Abertura
Conferencias
de Apertura



Alexandre Quintanilha

Cientista e Deputado

Assembleia da República Portuguesa

Muito bom dia a todos.

É um privilégio, é uma honra estar aqui. Resolvi fazer uma intervenção cujo objetivo é mostrar de uma forma relativamente curta e simples duas ou três coisas: primeiro, que a democracia só se constrói a partir do conhecimento e que o conhecimento é muito mais do que informação, é muito mais do que dados – é informação digerida. E que o conhecimento também só se desenvolve a partir do diálogo entre os vários domínios do saber, com a liberdade de fazer perguntas, de imaginar respostas. E, finalmente, que o conhecimento é essencial para o desenvolvimento da democracia.

Primeiro, uma pergunta simples – para que serve o conhecimento? O conhecimento serve para muitas coisas: serve para realização pessoal, treinar profissionais competentes, desde jardineiros, engenheiros, médicos, farmacêuticos e por aí fora, serve para explorar as áreas do desconhecido, principalmente nas fronteiras desse desconhecido, mas também para responsabilizar os cidadãos, baseados em várias ideias clássicas que emergem de milénios de experiência social, como a Virtude de Aristóteles, o Dever de Kant e o Utilitarismo de Mill. Esperamos todos, se tivermos sorte, conseguirmos cidadãos com autoconfiança lúcida e autoestima não arrogante que os ajudem a explorar domínios novos.

Alguna sabedoria para começar. Escolhi duas pessoas que são de áreas muito diferentes. A primeira foi em homenagem ao Dario Villanueva, que estudou Walt Whitman.

Quis mostrar que, muitas vezes, as mensagens que nos são transmitidas por pessoas de domínios de conhecimento muito diferentes são bastante semelhantes.

Walt Whitman afirmou: «Simplicity is the glory of expression. Be curious, not judgemental». E Albert Einstein lembra-nos: «If you cannot explain it simply, you don't understand it well enough. The only thing more dangerous than ignorance, is arrogance.» Estamos todos muitas vezes confrontados com situações onde estas mensagens transbordam de sabedoria.

Como é que se constrói o conhecimento? Tem três fases distintas em todos os domínios, desde a física, à matemática, à filosofia até à literatura, às humanidades, às ciências sociais e por aí fora. Começa sempre com perguntas. Aquilo que devemos tentar incutir nos nossos jovens é a capacidade de fazer perguntas, perguntas fora da caixa, perguntas diferentes – O que é o arco-íris? Em que consiste a natureza humana? Hoje, infelizmente, continua a discutir-se muito a dicotomia *Nature/Nurture*; sobre se é mais genética, se é mais ambiente? Onde está a nossa memória; em que sitio do cérebro? Se devemos confiar naquilo que parece óbvio porque muitas vezes não é verdadeiro? Porque é que certos livros, escritores, artistas, filósofos, sociólogos, arquitetos, cantores, jardineiros nos marcam para toda a vida? Porque é que a inovação fascina e assusta ao mesmo tempo? E, assim, procurar os dados relevantes a partir destas perguntas e explorar técnicas e conceitos conhecidos.

O que é que se segue às perguntas? Seguem-se as respostas, a que damos nomes diferentes. Baseadas na nossa capacidade imaginativa, em certas áreas de conhecimento, chamamos hipóteses ou conjeturas (na biologia, na física, na química) e, em outras áreas de conhecimento, chamam-se narrativas; aqui incluo quase todos os «ismos» da filosofia, psicologia, sociologia (o estoicismo, o platonismo, o pragmatismo, o existencialismo, o modernismo,

o neoliberalismo, o capitalismo, o socialismo, o estruturalismo...). São narrativas sobre a forma como vemos e consideramos o mundo e nós próprios nesse mundo. Outras respostas surgem na forma de mitos, mitos esses cruciais para a construção da nossa própria identidade (o Mito da criação, do Dilúvio, a Viagem do Herói, a Queda, o Paraíso e o Inferno, a Reencarnação), mitos que existem em quase todas as religiões que conhecemos. Finalmente, algumas das respostas surgem na forma de personagens que nos são reveladas na literatura ou na história e que nos marcaram de forma indelével.

As personagens que talvez mais me marcaram, a mim, como alguém que da física, depois muda para biologia, são pessoas que nunca mais me largaram. Tenho uma noção muito clara do que eles representaram para a minha escolha de vida. Da forma como eu queria construir aquilo que eu era. E muitas dessas personagens são conhecidas de vós. Quando nós fazemos perguntas sobre o que somos e para onde queremos caminhar, muitas vezes descobrimos respostas nos livros que estamos a ler, nos filmes que vemos, nas obras de teatro que apreciamos e nas esculturas que vemos. Lembro-me que da primeira vez que visitei o Louvre, vi pela primeira vez na minha vida a estátua da Vitória de Samotrácia que é das coisas mais maravilhosas que existem e que me marcaram para sempre. Eu tinha 16 anos e passei uma hora e meia a andar à volta, a tentar perceber como é que era possível esculpir o vento e desenhar a transparência através da pedra.

E por fim temos a validação ou a confrontação dessas mesmas respostas que nos damos. Chamamos a isso talvez a confrontação em relação àquilo que é o mundo à nossa volta, aquilo que julgamos que somos. Esse é um processo que muitas vezes leva tempo e em algumas áreas ainda estamos a debatê-lo, como por exemplo na área da economia, da sociologia da psicologia, ainda há domínios em

que estamos a tentar perceber se a resposta que demos é uma resposta correta. Mas também na biologia e na física ainda existem grandes mistérios que estamos a tentar desvendar. E temos a esperança, confiamos que esta viagem de três passos seja uma viagem que ganhe progressivamente em consistência. Isto é diferente de chegar à Verdade. Tem mais a ver com construir de forma consistente aquilo que é a nossa visão do mundo, a nossa visão da sociedade e de nós próprios.

Este processo de curiosidade e imaginação tem uma história interessante porque se nós olharmos para as atitudes que o mundo ocidental teve em relação à curiosidade e à imaginação, percebemos que ela começou inicialmente por ser sistematicamente castigada. Conhecemos inúmeros exemplos de histórias em que a curiosidade e a vontade de experimentar eram sempre castigados. O mais conhecido, provavelmente, é o de Adão e Eva que comem o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal e são expulsos do paraíso. Ainda por cima, a culpa é sempre dela, como é óbvio, é sempre ela a tentadora e portanto é por isso que eles são expulsos do paraíso; mas também o caso de Prometeu que fica amarrado a uma rocha com a águia que diariamente lhe vem comer o fígado; ou a Pandora que abre a caixa donde saem todos os males da terra; o Orfeu que olha para trás ao sair do inferno e todos sabemos o que lhe aconteceu. E ainda o grande Sócrates que não parava de fazer perguntas, e acaba por ser condenado à morte. Uma longa história do mundo ocidental, quase uma tradição em que a curiosidade e a imaginação são castigadas.

A partir do século XII, XIII, essa mesma curiosidade e imaginação começam a ser toleradas. Não são castigadas, mas não devem ser arrogantes. Pascal tem uma frase lindíssima que diz: «Nós só devemos querer aquilo que está à nossa *portée*, aquilo que a gente pode chegar com o braço e não tentar ir mais longe».

Quem são os primeiros pensadores que estimulam a curiosidade e a imaginação e dizem que é provavelmente a característica mais importante que nós, como seres humanos, temos – sermos curiosos e imaginativos? Thomas Jefferson tem uma frase lindíssima, quando inaugura a Universidade de Virgínia, que concebeu e construiu: diz que a curiosidade e a imaginação são provavelmente as características que nós devemos defender o mais possível para contruirmos aquilo que é o mundo em que queremos viver, e que não devemos permitir que alguém nos possa negar esse desígnio.

A partir do século xx, começam a aparecer alguns indícios de que, se calhar, as respostas à curiosidade e a imaginação, em si, não são nem boas nem más, mas que é aquilo que se faz com o que se descobre e que deve ser examinado. Temos a história da energia nuclear que foi a primeira a ser questionada em relação às suas utilizações, e depois temos a engenharia genética. Dois exemplos daquilo que faz com que as sociedades atuais continuem a discutir se ela deve progredir de qualquer maneira ou não, e se deve ter algumas regras.

As atitudes em Portugal durante este período são muito curiosas porque nós temos nos séculos xv-xvi alguns nomes extraordinários de pessoas que começaram a entrar nesta fase da descoberta, a fase do início dos grandes homens da ciência que estavam a aparecer um por pouco por todo lado. Temos uma série de personagens que até ao princípio do século xvi entraram nesta nova viagem de admirar aquilo que era a curiosidade e a imaginação. Gostava de mencionar um em particular que é o Garcia de Orta. Precisamente porque na área das ciências, a personagem considerada como o iniciador da era científica é Galileu. E, no entanto, é García da Orta que, em Goa, testa as plantas medicinais conhecidas na época, cem anos antes de Galileu. Temos esta entrada no mundo da

experimentação que acontece em Portugal e em Espanha, muito provavelmente já no fim do século xv e princípio do século xvi. Também gostava de mencionar Bernardim Ribeiro, autor que escreveu a primeira novela em língua portuguesa, e que tem um aspeto muito curioso – «fala» em nome de uma mulher. Hoje admiramos homens que conseguem falar em nome de uma mulher, mas Bernardim Ribeiro já o fazia. É uma audácia enorme no princípio do século xvi.

Mas, a seguir, Portugal passou por um período escuro: tivemos uma ditadura religiosa durante três séculos chamada Inquisição, depois uma grande instabilidade política durante quase um século, desde meados do século xix até meados do século xx, depois tivemos uma ditadura política durante meio século. Acho que Espanha passou por períodos semelhantes. O que aconteceu a seguir foi que desenvolvemos uma democracia em que os avanços foram absolutamente extraordinários, não só na área da educação como na área do conhecimento em todos os domínios. Portugal, que estava na cauda dos países da OCDE e da Europa, está hoje, para além da média europeia e da OCDE; conseguido em três décadas. Isto é uma história de sucesso extraordinária. Em três décadas, em todos os domínios de conhecimento, Portugal saiu de uma fase escura para entrar na modernidade e naquilo que é o futuro de uma forma muito clara.

Falemos agora das atitudes em relação às aplicações do conhecimento. O que é que nós sabemos em relação às aplicações do conhecimento? Acho que nesta sala todos são um bocadinho esquizofrénicos e eu também. Há certos dias em que achamos que estamos num mundo muito robusto, em que, se fizermos disparates é possível corrigi-los e vale a pena arriscar porque, se não correr bem, conseguimos depois corrigir. Nesses dias, damos como exemplo os enormes sucessos do conhecimento, na tecnologia, na medicina, na engenharia e por aí fora; mais empatia, tolerância,

inclusão fazem parte da nossa educação atual, tal como a nossa democracia representativa e a nossa diplomacia. Estes são os exemplos que damos quando queremos convencer o nosso interlocutor de que estamos num mundo muito robusto. Mas também conhecemos outros, ou mesmo nós próprios noutros dias, em que achamos que estamos num mundo muito frágil, em que é preciso levar tudo com muito, muito cuidado e, portanto, nessa altura, falamos das alterações climáticas (hoje muito na moda), da resistência aos antibióticos, da poluição, da modificação genética dos alimentos, dos fundamentalismos políticos e religiosos, das discriminações e por aí fora.

Estes que falam assim não têm um melhor conhecimento da realidade do que os outros. Estão a olhar para o mundo de forma diferente. Têm uma visão do mundo diferente. Curiosamente, faz com que nós próprios muitas vezes oscilemos e, à medida que os anos passam, também mudemos de uma posição para a outra e voltemos à primeira. Há uma dinâmica muito curiosa, na qual o conhecimento em todos os domínios, desde a filosofia, a religião, a história até à física, à química, engenharia, medicina, entram neste processo.

Como é que devemos avançar? Porque eu quero que a democracia seja fortalecida, acho que aquilo que é fundamental para avançarmos é que possa existir diálogo entre as diferentes disciplinas do nosso conhecimento. E isso cada vez é mais difícil. Hoje em dia, as disciplinas estão muito especializadas, têm uma linguagem própria e é muito difícil uma pessoa de um domínio falar com uma pessoa de outro domínio diferente. Aliás, acho que frequentemente até gostam de usar conceitos altamente específicos de propósito, para mostrar que são muito inteligentes e cultos e há uma espécie de opacidade em relação à informação. Não há uma tentativa de simplificar aquilo que conhecemos. Voltamos ao Whitman e ao Einstein! Além dos problemas das

fake news, outros surgem muitas vezes da visão que temos sobre o mundo, se é robusto ou frágil, da confiança que temos nas instituições, da confiança que temos na informação – e do risco ou das incertezas que estamos ou não dispostos a enfrentar.

É muito fácil ilustrar como todas as disciplinas estão hoje envolvidas na discussão sobre as alterações climáticas: os tipos de energia que usamos vão influenciar as alterações climáticas que por sua vez vão ter efeitos sobre a agricultura, a pecuária, a pesca, a produção alimentar, a poluição aquática, impactos na saúde, desigualdades crescentes, conflitos e migrações. E se as pessoas que conhecem esses domínios não tiveram a oportunidade e capacidade de dialogar uns com os outros, continuamos a criar uma distonia em relação ao diálogo que as democracias necessitam para poderem avançar.

Esta nossa visão do mundo (robusta ou frágil) em que muito de nós nos revemos determina a forma como pensamos o mundo em que vivemos. E eu garanto que não há ninguém aqui nesta sala que tenha uma visão do mundo linear – ou o «melhor possível» ou «deixa muito a desejar» – o nosso dia-a-dia afeta a forma como vemos o mundo à medida que vamos ganhando experiência.

Relativamente à confiança, não há ninguém que não saiba que a confiança leva décadas a construir. Quem é casado ou já teve vários casamentos, ou já teve vários namorados e namoradas sabe que a confiança leva muito tempo a construir e é de uma fragilidade espantosa. Desaparece num segundo, não preciso convencer ninguém disto, mas também há muitos fatores que afetam essa confiança: os níveis de educação e experiência que as pessoas têm, se as escolhas são voluntárias ou impostas, tudo isto afeta a nossa confiança nas instituições. De tal forma que na literatura, nos filmes, na filosofia surgem várias representações ou narrativas sobre o mundo, das utopias e distopias mais extremas às mais realistas.

Espero que todos já tenham lido ou que um dia possam ler *Frankenstein* de Mary Shelley, porque toda a gente conhece a história, mas não é a história verdadeira do livro. A mensagem da jovem de 19 anos que escreveu o livro não é que aquela criatura se tornou agressiva por ser uma mistura de bocados humanos, mas porque o doutor Frankenstein não lhe arranjou uma companheira para que ele pudesse amar e, portanto, a mensagem desse livro é uma mensagem lindíssima. O mal não é fazer experiências necessariamente novas, mas é não dar à pessoa a oportunidade de ter alguém que ela possa amar ou com quem possa construir o seu futuro.

Há um outro livro, também muito interessante, mas um bocado mais denso, que é o *Erewhon* de Samuel Butler, onde a mensagem é que a doença é um crime, e o crime é uma doença. Nós vivemos numa sociedade em que esta visão é recorrente e aparece com muita frequência nos meios de comunicação.

Para concluir, gostava de mencionar algumas frases que reforçam um pouco a mensagem inicial de que a democracia só se constrói com diálogo, diálogo que tenha significado e com liberdade.

Peguei aqui em três humanistas.

Um foi um filósofo que morreu há pouco tempo. Richard Rorty tem uma frase que eu acho que devia estar escrita na entrada de todas as instituições do conhecimento: «Take care of freedom and truth will take care of itself». Em inglês, *take care* tem um significado maior do que proteger, é proteger com carinho e, portanto, protejam com carinho a liberdade de fazer perguntas e de imaginar respostas e a verdade irá emergir desse processo.

A outra é da «minha bíblia», Marcel Proust: «Le véritable voyage de découverte ne consiste pas à chercher de nouveaux paysages, mas à avoir de nouveaux yeux». Na sua obra magistral *À la recherche du temps perdu*, que na editora

Gallimard tinha muitos volumes, o primeiro volume é a coisa mais chata que posso ter lido, porque é a história da Odette e do senhor Swann, que nunca mais se decidem e a gente quer dar um par de estalos a ambos para eles não se empatarem um ao outro; quase que não li o resto do livro porque esse primeiro volume foi, para mim, um enorme desafio. Mas em relação ao resto do livro, não queria acabar de ler. Levei dois anos a ler a pouco e pouco, devagarinho, para descobrir quem eu era, porque acho que a grande literatura faz isso, ajuda-nos a perceber quem somos. No último volume não consegui manter essa sabedoria e li-o numa noite. É um livro que recomendo altamente.

E, finalmente, esta mensagem que acho de uma beleza estética extraordinária escrita por um jornalista inglês que foi editor do *Chicago Tribune* e diz que a «principal função da educação é transformar espelhos em janelas». Não consigo pensar numa mensagem mais justa daquilo que deve ser a educação; esta simples frase escrita por um homem que não tinha um grande treino académico, mas que conhecia a vida e tinha vivido em vários continentes.

Mesmo para finalizar, queria voltar novamente ao início. Acho que o conhecimento é muito mais do que informação, é muito mais do que o *Big Data*. Todos nós sabemos isso. Precisa de tempo. E a democracia exige diálogo entre os diferentes domínios do conhecimento, o que não é fácil. Sendo cada vez mais difícil, por os domínios do conhecimento se isolarem e desenvolverem a sua própria linguagem, leva tempo. Não havendo esse tempo, a democracia torna-se vulnerável como estamos a ver um pouco por todo o lado no nosso planeta.

As democracias estão frágeis, as democracias estão cada vez mais frágeis. A nossa função, através da capacidade de diálogo que tem muito a ver com a língua, com as línguas que falamos e com a forma como tornamos as ideias claras para que até um físico como eu consiga apreciar e perceber

Whitman, é a forma melhor de conseguirmos desenvolver e fortalecer as democracias.

Desejo dois ótimos dias de trabalho e obrigado por me terem convidado a vir aqui falar um pouco daquilo que aprendi na vida.

Darío Villanueva

Real Academia Española, España

Antes de nada, y no por mero prurito académico, me siento obligado a determinar el significado exacto que le quiero dar a la palabra VALOR que actúa como emblema en el propio título de la conferencia que he escrito para esta sesión de apertura, cuya tribuna comparto con Alexandre Quintanilha.

Nuestros diccionarios reconocen dos significados para *valor*: aquello que una cosa vale y que se fija en su precio pero asimismo lo que da interés, utilidad y cualidad a algo. Por una parte, valor es la condición de las cosas, en virtud de la cual se da por poseerlas cierta suma de dinero o equivalente, y, por otra, representa su grado de eficacia o aptitud para satisfacer las necesidades o proporcionar bienestar o deleite. Pues bien, de un tiempo a esta parte se ha prestado significativa atención al valor de nuestros idiomas de acuerdo con la primera de las acepciones mencionadas, la estrictamente económica.

En España, fue pionero el académico y vicedirector de la RAE don Ángel Martín Municio, bajo cuya iniciativa y dirección se publicó en 2003 un primer estudio titulado *El valor económico de la lengua española*. Se trataba de determinar mediante la cuantificación de su porcentaje en el producto interior bruto (PIB) del país. Para ello, los autores se ocuparon de medir la aportación a nuestra economía de todas las actividades para cuyo desarrollo es imprescindible una presencia determinante del idioma. No se circunscribieron a la valoración de las llamadas «industrias de la

lengua», esto es, la lengua como producto, sino que ampliaron su campo de atención a todas las producciones en las que el idioma constituye un elemento esencial. Los resultados indican que la valoración del español en precios corrientes alcanzaba en 2001 un porcentaje del PIB de un 15,0%, ratio que se mantendría durante el trienio 2002-2004.

La metodología aplicada a la realidad económica española de la época podría, sin embargo, utilizarse en cualquier otro país hispanico así como en los distintos países lusófonos. Yo mismo promoví hace diez años un estudio conjunto en esta dirección, que no pudo realizarse por falta de financiación.

Posteriormente, Telefónica financió otra investigación codirigida por José Luis García Delgado que intervendrá en nuestra conferencia como relator en un panel específicamente dedicado a esta dimensión de nuestros idiomas

Utilizando también una metodología macroeconómica, los investigadores llegaron a conclusiones actualizadas no muy diferentes a las de 2003. Fundamentalmente, que la lengua española aportaba aproximadamente el 16 por ciento del valor del PIB (164.000 millones de euros de 2014) y otro tanto del empleo en España (3.5 millones de puestos de trabajo), porcentajes similares a los que presumiblemente se encontrarían en las economías mayores de la América hispana de serles aplicado el mismo patrón de trabajo. Por otra parte, se estimaba que las industrias culturales, tan vinculadas al idioma, supondrían el 3 por ciento de estas economías.

Junto a estas conclusiones, relativas al peso del español en términos de renta y empleo, esta investigación analizó asimismo en qué medida la lengua actúa como palanca generadora de efectos multiplicadores en los intercambios comerciales y flujos de inversión. El español cuadruplica los intercambios y transacciones entre los países en los que se habla, y el hecho de compartir esta misma lengua septuplica

los flujos bilaterales de inversión directa exterior. No es difícil concordar, pues, en que una lengua como el español o el portugués actúa como un impagable instrumento de internacionalización empresarial, pues posibilita considerables ahorros en cuando a los llamados «costes de transacción», que algunas empresas multinacionales llegan a fijar en cerca del 2 por ciento de su total de ingresos.

Resulta también interesante otra consideración. El conocimiento del español como lengua materna por parte de los inmigrantes latinoamericanos representa un premio salarial de hasta un 30 por ciento en el mercado de nuestro país, amén de facilitar obviamente una más fácil integración laboral y social. Y se apunta a la vez acertadamente que en los Estados Unidos ese premio se está dando también siempre en clave de un bilingüismo inglés/español cada vez más valorado por los empleadores.

Pero en esta mi presentación no puedo olvidarme del primer significado de *valor* como «Grado de utilidad o aptitud de las cosas para satisfacer las necesidades o proporcionar bienestar o deleite». Guiémonos ahora no ya por la economía, sino por beneficios en principio intangibles como *satisfacción, bienestar, provecho inmaterial*.

The Ethnologue: Languages of the World es una publicación elaborada por un instituto dedicado a documentar estadísticamente la realidad de unos 6.900 idiomas de todo el mundo. Según esta referencia, el español es la segunda lengua del mundo por número de hablantes nativos, 477 millones, solo por detrás del chino mandarín, lo que representa un 7,8 % de la población mundial. El portugués, por su parte, es la cuarta en el mismo rango, con más de 260 millones. A estas cifras hay que añadir el contingente de hablantes no nativos que, sin embargo, disfrutan de un dominio pleno del idioma.

A esta cifra actual, de unos 740 millones de personas encuadrables en lo que Roberto Moreno, de la Fundação

Geolingua, y Frigidiano Álvaro Durántez Prados denominan IBEROFONÍA, hay que sumar las previsiones de crecimiento de ambos idiomas. Así por ejemplo, para el portugués se esperan 390 millones de hablantes a mediados de esta centuria, y cerca de 487 millones en 2100. En 2050 se le calculan al español 750 millones. Para ese entonces, que está a la vuelta de la esquina, la iberofonía superará la cifra de 1100 millones.

No es, por lo tanto, hiperbólico ni chovinista calificar al español y al portugués como lenguas ecuménicas o *linguas globales*, junto con el inglés que disfruta de un estatuto privilegiado como *lingua franca* porque la lengua de Shakespeare y Henry Ford ganó la segunda guerra mundial. Los dos idiomas originados en la península ibérica gozan hoy de una amplísima presencia en América y África, pero disponen también de enclaves asiáticos, en las Filipinas o en Goa, Timor Oriental y Macao.

El ya citado Álvarez Durántez identifica como correlativos el término geopolítico del PANIBERISMO y el lingüístico de la IBEROFONÍA, que en términos cuantitativos constituye el primer bloque idiomático del mundo, comprehensivo hoy por hoy de unos 800 millones de hablantes pertenecientes a una treintena de países, un 10% de la población mundial que ocupa una quinta parte de la superficie del globo.

Este año 2019 se conmemora el quinto centenario del comienzo de la expedición capitaneada por Fernando de Magallanes y concluida tres años más tarde con la llegada a Sanlúcar de Barrameda de la nao Victoria al mando de Juan Sebastián Elcano. Se completaba así la primera circunnavegación del globo terráqueo, el atisbo inicial de lo que hoy se ha dado en llamar, precisamente, globalización. Se trata de la característica más determinante de nuestra época, y de una civilización decisivamente marcada por los avances tecnológicos de la sociedad de la comunicación.

A partir de los datos estadísticos antes apuntados yo destacaría la fortaleza de nuestros idiomas como lenguas nativas, como la lengua materna que se aprende en el ámbito familiar. El crecimiento vegetativo de muchos de los países de la iberofonía asegura una continuidad expansiva que, sin duda, podrá refrenarse a medida que los cambios sociales vayan modificando nuestras tasas de natalidad que hoy en día aún son muy altas, pero junto a esto me parece fundamental reparar en su crecimiento potencial en dos grandes potencias no hispanas, de características muy diferentes la una y la otra.

Por ejemplo, en lo que se refiere al español, además de la robustez demográfica de México, con sus 124 millones de habitantes, superada por los 207 millones de brasileños, los académicos y sociolingüistas estamos fascinados, y a la vez expectantes, acerca de la situación actual del español en los Estados Unidos, y su previsible evolución.

Allí más de 40 millones de personas hablan español con pleno dominio, y otros 15 poseen una competencia más o menos amplia. Otros datos encierran no menor interés. La Oficina del Censo certificaba en 2016 que la edad media de nuestra comunidad era la más joven, en torno a los 28 años, muy por debajo de la siguiente, la afroamericana, con 34. Y el *Observatorio de la lengua española y las culturas hispánicas en los Estados Unidos* del Instituto Cervantes y la Universidad de Harvard afirma que el 76% de los hispanos domina el español o es bilingüe. La propia Oficina del Censo espera que el crecimiento de nuestra comunidad continúe a un ritmo estable. En el último año, uno de cada dos nacimientos ha sido hispano. En 2050 se calcula que la población de los Estados Unidos será de 398 millones de personas, de las cuales 106 serían hispanas.

Y no menor importancia tiene el peso político que esta comunidad va cobrando sin parar. En las últimas elecciones de 2016 hubo 27,3 millones de hispanos con derecho a voto,

un aumento de un 70% si se compara con los datos de 2000. Ello quiere decir que el 11% del voto nacional fue hispano, mientras que, por ejemplo, en 2004 había sido solo un 4%.

Bien es cierto que en este momento parecen soplar vientos gubernativos poco favorables, pero la solidez de las cifras electorales y el creciente empoderamiento de la comunidad hispana inspiran confianza, así como la consideración muy generalizada de que el español es una lengua universal, que transmite además valores firmes y crecientes en los planos económico, social, periodístico y comunicativo, político, cultural, deportivo o científico. Canales de televisión como Univisión, Estrella TV o Telemundo ya compiten en audiencia con las grandes cadenas del país, y se publican periódicos en español en California, Florida, Illinois, Nueva York o Texas.

Los lingüistas diferencian entre dos situaciones distintas en lo que al contacto entre lenguas se refiere: el bilingüismo y la diglosia. Detrás del distingo están las relaciones de poder. Una cosa es la convivencia de dos lenguas en un plano de razonable equidad y otra cuando la lengua A, así denominada por los expertos, representa la riqueza, el poder y el prestigio social, mientras que la lengua B aparece subordinada como perteneciente a quienes también lo están en una determinada sociedad.

Tengo para mí que, aparte de los datos estadísticos, y al margen incluso de un cierto enrarecimiento del clima político por la presidencia de Donald Trump, el español está afianzando su posición como un idioma en condiciones de servir sin limitación alguna a la sociedad norteamericana en convivencia bilingüe con el inglés.

A principios de 2018 el gobierno chino aprobó un nuevo diseño de la enseñanza secundaria y del bachillerato en el que se contempla la inclusión del español en la oferta del currículo educativo además de las tres lenguas extranjeras existentes, el inglés, el japonés y el ruso.

Según informaciones posteriores, nos consta que las autoridades competentes manifestaban la necesidad de contar con apoyo para afrontar los dos grandes retos que su decisión plantea: por una parte, disponer de suficiente profesorado, bien nacional bien de nativos hispanohablantes, y por otra, contar con instrumentos docentes *ad hoc*: materiales didácticos, unidades y ejercicios prácticos, documentación y bibliografía sobre la lengua española. Estos problemas han limitado desde un principio las magníficas expectativas que se abrieron a principio de este siglo cuando se promulgó en Brasil otra ley para hacer obligatoria, gradualmente, la oferta del español en enseñanza media, y opcional en los tres últimos cursos de primaria.

Pero a los valores ya apuntados hay que añadir la globalidad de una lengua ecuménica, que satisface las necesidades de los países que la hablan como materna, pero que crece también en los demás porque como lengua extranjera proporciona beneficios que así son estimados por la población que se decide a estudiarla. Y añadido ahora otro valor doblemente apreciable en el contexto de la globalización: el de la unidad.

El proceso de la independencia y constitución de las Repúblicas americanas a lo largo del Siglo XIX, y de las africanas en el XX, representó sin duda un momento crítico en el que ciertos augures vaticinaban un desarrollo semejante a lo que con la caída del Imperio Romano representó la fragmentación lingüística de la Romania. Y no fue así porque las nuevas Repúblicas soberanas, al tiempo que consolidaban el Estado, la nacionalidad, fijaban sus respectivos territorios y fronteras, organizaban la administración y abordaban el reto de la enseñanza de su ciudadanía creyeron útiles nuestras lenguas como instrumento de cohesión, de integración nacional. De unidad. El español y el portugués son las lenguas que hoy son no por la Colonia, sino por la Independencia. Los sociolingüistas certifican que en 1820

hablaban español solo un veinte por ciento de los habitantes en la América hispana.

En la unidad de nuestras dos lenguas que son universales, bien perceptible hoy gracias a la fluida comunicación que la movilidad de las personas y la transmisión a través de los medios de nuestras respectivas hablas facilita, tuvo mucho que ver, en este trascendental siglo XIX, la labor académica. La Real Academia Española se fundó en 1713, y la primera americana fue la de Colombia, nacida en 1871. Por su parte, la Academia Brasileira de Letras es ya centenaria, pues su primer presidente, Machado de Assis, declaró su fundación el 15 de diciembre de 1896. La Academia Brasileña de Letras es según sus estatutos la autoridad máxima en cuanto al «lenguaje nacional» de Brasil, esto es, el portugués. Unidad incomparable a la de cualquiera de las otras grandes lenguas. Unidad que no significa uniformidad, pues se enriquece con los distintos acentos, modismos y particularismos. Porque el español y el portugués se consideran a sí mismas lenguas pluricéntricas, no sometidas a un centro metropolitano hacia el que reportarían comunidades lingüísticas periféricas.

A este respecto, permítanme ilustrar mi última aseveración con una anécdota personal que nunca se irá de mi memoria. Hace unos meses fallecía en Bogotá Belisario Bentancur, que fue presidente de Colombia entre 1982 y 1986, y desde entonces activo promotor cultural y embajador de nuestro idioma. En nuestro último encuentro, a finales del año pasado, a propósito del policentrismo lingüístico me platicó acerca de una experiencia que había tenido cuando invitó a conocer su país a un nutrido grupo de destacados poetas españoles. Cuando hicieron alto en una excursión por la sierra, don Belisario reparó en el interés con que el mesero que les atendía en una cantina al pié de la carretera estaba siguiendo la conversación de los escritores. Y cuando le preguntó el porqué de tanto interés, el mozo le

respondió: «Es que me complace mucho escuchar el dialecto en el que hablan esos señores que vienen con usted».

Lejos de mi ánimo el vicio del triunfalismo, enturbador de la objetividad con que un intelectual debe ver las cosas e intentar comprender los fenómenos complejos, y sin duda el Paniberismo y la Iberofonia lo son. A pesar de mi vocación y formación humanista, pues no soy otra cosa que un modesto filólogo, los ocho años en que me desempeñé como rector de una de las Universidades históricas de la Península ibérica y los nueve que me dediqué en cuerpo y alma a la gestión de la Real Academia Española como director y como Secretario, que es allí el segundo de abordo, me han proporcionado algunos recursos útiles para la gobernanza y la planificación estratégica como el llamado análisis DAFO, acrónimo que en inglés es SWOT, y que se refiere, como es bien sabido, al estudio de las Debilidades, las Amenazas, las Fortalezas y las Debilidades de una empresa, institución, organismo o proyecto.

La *Fortaleza* de la Iberofonía está en la solidez del crecimiento demográfico; en la dimensión económica que ello representa en cuanto a la producción y el consumo de bienes; en nuestra común potencia cultural, histórica y presente, que se expresa en la literatura, la música, el arte, la arquitectura, la producción audiovisual, la actividad deportiva, tanto en el plano de lo que llamamos cultura popular como en la llamada alta cultura; y en la unidad básica de cada una de nuestras dos lenguas que se ha hecho compatible con el mantenimiento de la diversidad. Precisamente por ser la unidad lingüística una de nuestras fortalezas, no debemos escatimar esfuerzos en reforzar la ortografía común del español y del portugués a uno y otro lado de los océanos que nos unen.

Se cierne, sin embargo, sobre nosotros una considerable *Amenaza*. Me refiero a la globalización arrasadora, identificada en gran medida con la hegemonía del inglés,

con todo lo que representa de desculturización. Un inglés, por otra parte, generalizado como una *lingua franca* banalizada y corrompida en detrimento de la belleza y el rigor de la lengua de Shakespeare y Walt Whitman. Amenaza que yo también veo, probablemente por mi condición de maestro, en la degradación de la educación, que es el instrumento más poderoso que los Estados tienen para enseñar la lengua a su ciudadanía como el gran aporte que le permitirá a cada persona integrarse plenamente en la sociedad como sujeto de derechos y de obligaciones.

Precisamente por lo dicho, una *Debilidad* que me preocupa especialmente es la del entreguismo indiscriminado e irreflexivo al inglés que, al menos en España, percibo en la televisión, en la publicidad, y en muchas expresiones de la comunicación pública. A veces parece como si decir algo con palabras inglesas otorgase un plus de calidad, de prestigio, de respetabilidad. Y de precio. Subyace a tal conducta lingüística un cierto complejo de inferioridad, absurdo cuando se da en individuos que poseen como materna una lengua global y culturalmente poderosa. Si escucho decir *on line* en vez de *en línea*, o referirse a un o una *tablet*, cuando se trata simplemente de una *tableta*, siempre se me viene a las mientes una palabra castellana muy expresiva, *papanatismo*, que es la actitud consistente en admirar algo o a alguien de manera excesiva, simple y poco crítica.

Pero no nos faltan *Oportunidades*. Me he referido ya, a propósito del español, a las expectativas para su crecimiento en los Estados Unidos y China. Nuestros dos idiomas suscitan creciente interés como lenguas de estudio, por causa del atractivo cultural, económico, incluso turístico de los países en que se hablan. Y pensemos en el beneficio indirecto que el Brexit pueda aportar para hacer valer en la Unión Europea la entidad del portugués y del español, no solo como idiomas oficiales de sendos países fundamentales de la Europa unida, sino también por su condición de

lenguas globales, abiertas desde el Viejo Continente hacia los horizontes de África, América y Asia.

Un gran intelectual italiano, Umberto Eco, escribió a principios de los años noventa del pasado siglo un libro sobre la búsqueda de la lengua perfecta en la cultura europea. Frente a la maldición bíblica que se encarna en el mito de la torre de Babel, Eco propone otro mito apócrifo, que denomina el del «don a Adán», consistente en que para los europeos la lengua madre no fuese una sola lengua artificial similar al esperanto o al volapuk, o una lengua única como pudo haber sido el latín, sino el conjunto de todas las que hablamos en nuestro continente. Pero no propone ni la adopción de un solo idioma vehicular, ni el triunfo de un poliglótismo exacerbado. Genera otro mito, esta vez rigurosamente contemporáneo: una Europa de ciudadanos que, hablando en su propia lengua, fuesen sin embargo capaces de entender suficientemente la del Otro.

No soy de la opinión, sin embargo, de que todo está hecho a este respecto, y que esa afinidad lingüística nos exima de cualquier acción programática para potenciar el bilingüismo panibérico. Como ciudadano europeo y como filólogo apoyo sin reservas el Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa, y en especial una de cuyas acciones: el proyecto de Escuelas de frontera en clave intercultural que va a desarrollar el bilingüismo portugués/español en regiones vecinas.

Mito hermoso, ciertamente, el propuesto por Eco; pero a la vez, utópico. Las familias lingüísticas románica, eslava y germánica son suficientemente impenetrables entre sí como para hacerlo posible, contando además con otras extraordinarias lenguas nuestras que no pertenecen a la familia indoeuropea como el eusquera, el estonio, el finés, el maltés o el húngaro.

Pero esa quimera de la interinteligibilidad se da de forma natural entre el portugués y el español, si sus

respectivos hablantes contribuyen con un esfuerzo razonable de comprensión mutua. Gracias, por supuesto, a su común origen en el latín y a una evolución distinta pero en cierto modo homologable por mor de la convivencia histórica y la proximidad geográfica. Los Jefes de Estado de Portugal y España no han dudado en reforzar en sus discursos la evidencia de este hecho, que el uruguayo Enrique Iglesias, titular de la Secretaría General Iberoamericana, resumió con estas palabras: «Además de los sustratos culturales que nos unen, es un hecho reconocido que el español y el portugués son las únicas dos grandes lenguas internacionales en términos cuantitativos (...) que son al mismo tiempo, y en líneas generales, recíprocamente comprensibles». Me vienen a la memoria unos versos hermosos de la polaca Wisława Szymborska: *Medio abrazados, sonrientes, / buscaremos la cordura, / aun siendo tan diferentes / cual dos gotas de agua pura.*

Hace ahora 149 años, cinco decenios después de las independencias, la Real Academia Española elaboró un Reglamento para la fundación de Academias Americanas correspondientes. Viene precedido de una exposición de motivos que parece escrita desde un profundo sentimiento de fraternidad y exigencia de unidad, como bien se percibe en esta frase: «Los lazos políticos se han roto para siempre; de la tradición histórica misma puede en rigor prescindirse; ha cabido, por desdicha, la hostilidad, hasta el odio entre España y la América que fue española; pero una misma lengua hablamos, de la cual, si en tiempos aciagos que ya pasaron usamos hasta para maldecirnos, hoy hemos de emplearla para nuestra común inteligencia, aprovechamiento y recreo».

Nuestra común inteligencia, aprovechamiento y recreo: Esta frase feliz nos lleva inevitablemente a otra de las dimensiones de la primera acepción de *valor* además de la económica: la de «proporcionar bienestar o deleite». Y esto

es lo que la lengua aporta cuando se convierte en expresión artística, a través, fundamentalmente, de la literatura, pero también de la música y de las artes o expresiones escénicas.

Pocas literaturas como las que se expresan en portugués y español pueden ofrecer un sistema tan integrado y estable de relaciones entre factores como tradición y renovación, escritores y público, centros y periferias, modelos y excepciones, creadores y mediadores, censura y libertad, críticos y lectores. Hablar, pues, de una literatura en dos continentes, o mejor, en cuatro continentes, tiene pleno sentido, más allá de lo meramente geográfico.

Que la literatura en lengua portuguesa y española fue, desde muy pronto, un factor de comunicación integradora entre los pueblos ribereños de los grandes océanos es un hecho evidente, como también lo es que siga constituyendo, junto a la propia lengua, el vínculo patrimonial más firme que nos une más allá de los avatares de la historia, incluidas las exigencias afirmadoras de las nacionalidades: como recuerda Carlos Fuentes, sin la lengua de la colonia no hubiese habido lengua de la independencia. Los escritores cubanos, argentinos, uruguayos, mexicanos, españoles, peruanos, colombianos, nicaragüenses y paraguayos que hasta el momento han merecido el premio Cervantes, así como, por caso, Clarice Lispector, Jorge Amado, Nérida Piñón, José Saramago, Erico Verissimo, João Cabral de Melo Neto, António Lobo Antunes, João Guimarães Rosa, David Mourão Ferreira o Sophia de Mello Breyner, comparten un mismo idioma, que adquiere en sus plumas diferentes acentos literarios sumamente enriquecedores del acervo de la iberofonía, pero participan a la vez, y desde diferentes perspectivas, de un sistema común en cuyo marco se institucionaliza una literatura.

Este valor es objeto de reconocimiento generalizado, que en mi opinión encontró una formulación eminente en palabras de Sergio Ramírez. El nicaragüense plantea la

angustia de «sentirse escritor de una lengua con el país por cárcel, oprimida dentro de las rejas de la comunicación y la expresión local». Menciona, así, a dos literatos, checo el uno y húngaro el otro, y recuerda también que «Nicaragua es un país más pequeño que la Hungría de Sándor Márai, o de lo que fue la antigua Checoslovaquia de Milán Kundera, y por eso me intriga, y me aterra, esa posibilidad de que nadie pudiera oírme más allá de mis fronteras, o la de quedarme alguna vez sin lengua». Y concluye con un párrafo insuperable con el que yo también quisiera, tomando de prestado su voz, quintaesenciar uno de los valores inmarcesibles del español y del portugués, las lenguas que satisfacen las necesidades espirituales y proporciona bienestar y deleite a todos los muchos que las hablamos y que proyectan nuestra cultura, nuestras inquietudes y nuestros valores por el mundo entero gracias a las traducciones: «*Soy escritor en una lengua vasta, cambiante y múltiple, sin fronteras ni compartimientos [...]. Puedo volar toda una noche, de Managua a Buenos Aires, y siempre me estarán oyendo, estaré oyendo el español porteño desde mi español centroamericano [...]. Me oirán en la Patagonia, y en Ciudad Juárez, un continente de por medio, y en el Caribe de las Antillas Mayores, y en el arco del Golfo de México, y del otro lado del dilatado Atlántico también me oirán, y oiré, en tierras de Castilla, y en las de Extremadura, y en las de León, en las de Aragón.*»

Vou chegando ó final das miñas verbas, e quixera facelo na outra das miñas linguas maternas, que é o galego, irmán do portugués. O meu país natal ten dous nomes: Galicia e Galiza. A Unión Europea posibilitou legalmente o que de sempre estaba no cerne da nosa historia, da nosa cultura e das nosas vivencias individuais e colectivas: unha comunidade efectiva, finalmente plasmada no Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular acollido a programas europeos de cooperación transfronteriza como o Interreg V-A España-Portugal.

Cousa semellante dáse en Rivera, un dos departamentos da República Oriental de Uruguai, que toma o seu nome do militar Fructuoso Rivera quen no convulso século das independencias bateuse unhas veces contra os portugueses e brasileiros e outras contra os uruguaios do Partido Nacional e os rosistas arxentinos. Como froito destes avatares, os seus cen mil cidadáns falan indistintamente castelán e portugués, cando non o dialecto local denominado *portuñol riveirense*, tamén chamado *fronteiriço* ou *misturado*, que chega tamén ata Sant'Ana do Livramento, atravesando doadamente a chamada Fronteira da Paz que separa naquel punto as dúas localidades e os dous Estados.

Neste mesmo eido, merece unha consideración especial o caso de Andorra, último membro en se incorporares á Comunidade Iberoamericana Institucionalizada. Non esaxera Durántez Prados cando cualifica o pequeno país pirenaico como, en termos relativos e porcentuales, o Estado ibérico máis iberoparlante do mundo, pois ten como lingua oficial o catalán, toda a súa poboación fala habitualmente tamén o español e máis do dez por cento emprega precisamente o portugués.

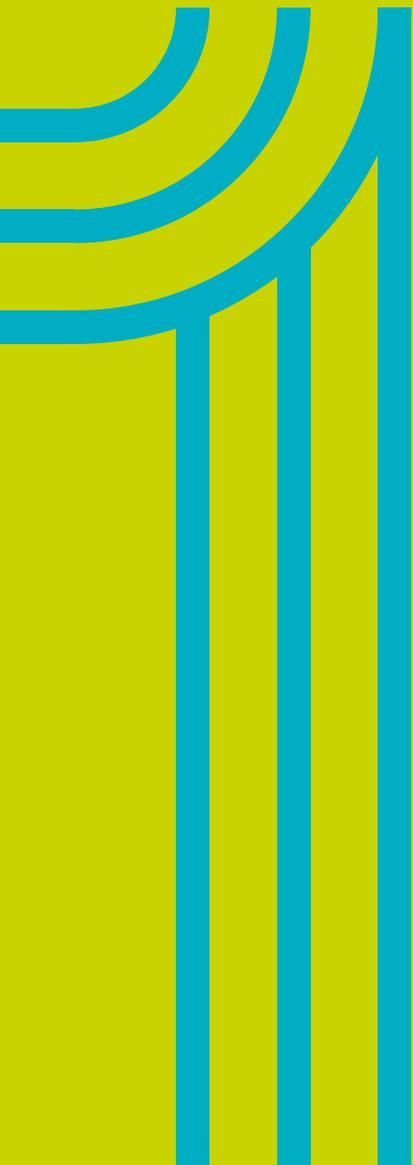
Non esquezamos, chegados a este punto, o fenómeno transcendental da emigración. Os países da iberofonía sabemos todos, sen excepción, da saudade de ter que procurarse a vida noutras terras, e sufrimos a morriña da nosa. Emigración alternativa no tempo e bidireccional no espazo, que, grazas á proximidade das nosas linguas, foi menos agresiva, por así dicilo máis doce. Contamos ademais cun sobranceiro testemuño literario, cunha verdadeira epopea moderna do periplo dos peninsulares galegos á terra promisoriosa do Brasil. Titúlase o romance que Nélide Piñón publicou no 1984 *A República dos Sonhos*. Nélide, que viviu anos de nena na aldea galega dos seus país, aquí denominada Sobreira, transmútase no personaxe de Breta, que xa é brasileira, máis a autora cede a primacía do protagonismo

ó seu avó galego Madruga, que lle encarga escribir un libro coa súa historia persoal e familiar, no que se amose como chegou a amar a súa segunda patria grazas á súa convicción máis fonda: «Uma nação se constrói sobretudo com os olhos, o cansaço, o sonho, a ilusão e a morte dos que labutam diariamente, e desse modo se preparam para admirar Leonardo Da Vinci, Cervantes e Machado de Assis».

Referencias bibliográficas

- Durántez Prados, Frigidiano Álvaro (2018). *Iberofonía y paniberismo. Definición y articulación del Mundo Ibérico*, Málaga: Última Línea.
- García Delgado, J. L. Alonso, J. A. y Jiménez, J. C. (2008). *Economía del español. Una introducción*, Madrid: Ariel/Telefónica.
- Martín Municio, A. (2003). *El valor económico de la lengua española*, Madrid: Espasa.
- Merino, J. M. y Grijelmo, A. [compiladores] (2019). *Más de 555 millones podemos leer este libro sin traducción*, Madrid: Taurus.
- Piñón, Nélide (1984). *A República dos Sonhos*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.





PAINEL 1

Espanhol e Português:
duas línguas
com futuro

PANEL 1

Español y Portugués:
dos lenguas
con futuro



Luís Faro Ramos

Presidente

Camões, I. P., Portugal

A Língua Portuguesa é oitocentenária. E é, na iluminada definição de Eduardo Lourenço, uma «chama plural» onde se encontram diferentes povos e múltiplas culturas, cujos atores e o tempo transformaram, e continuarão a transformar, uma língua «construída por laços antigos, tão antigos que por vezes lhes perdemos o rasto», como refere Mia Couto.

A minha homenagem a todos quantos, como Mia Couto ou Nélide Piñon e tantos outros do magnífico mosaico que, como dizia também Eduardo Lourenço, partilham a mesma pele, aqui e ali queimada por um sol diferente, enriquecem todos os dias a nossa língua portuguesa.

A diversidade da língua portuguesa existe porque a diversidade não supõe fragmentação comunicativa ou ininteligibilidade entre contextos diversos do ponto de vista sociocultural ou espacial. O pensador indiano Homi Bhabha, considerado um dos pais do pós-colonialismo, diz que quando duas culturas se juntam, produzem uma outra coisa a que Bhabha chama um terceiro espaço. É aqui que devemos situar a divisão entre passado e presente, é aqui que todas as culturas se realizam.

Nas múltiplas narrativas que todos os povos constroem sobre si mesmos não cabem hoje reinterpretações fixas e imobilistas da História, antes reescritas dos signos em circulação. Aceitemos esta possibilidade como o desafio mais adequado aos tempos que vivemos, os da globalização, ou antes, os das globalizações.

Devemos, cada vez mais, assumir a necessidade de uma nova dimensão que inscreva e articule o hibridismo de cada cultura. Evitemos uma política da polaridade, deixando emergir as palavras novas que nos permitam falar de todos os Outros que existem em nós mesmos. Só assim seremos capazes de aproximações oportunas e equilibradas. É de um Mundo assim que queremos certamente falar aqui durante estes dois dias.

Entro então no tema deste painel, *Espanhol e Português: duas línguas com futuro*. Abordarei brevemente dois tópicos:

- O valor e o potencial da língua portuguesa;
- O papel do Camões, I. P., organismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na valorização e na internacionalização da Língua Portuguesa.

Sobre a língua portuguesa, referiria alguns indicadores, nomeadamente divulgados na obra *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, e produto de uma parceria entre o Camões, I. P. e o ISCTE (saúdo a presença do Professor Luís Reto e do Dr. Duarte Azinheira, parceiros fundamentais do Camões nesta e noutras caminhadas). São eles:

- o número de falantes dos países de língua portuguesa (numa abordagem aritmética, somando as populações dos países de Língua Portuguesa são mais de 280 milhões, hoje) que corresponde a 3,8% da população mundial; do valor do PIB, equivalente a 3,6% da riqueza do globo;
- a posse de fontes de energia que se salda em 2,8% da produção de gás e petróleo;
- a posse de outros recursos, de enorme importância no nosso século, como sejam as reservas de água doce que contemplam 16,33% das reservas mundiais ou as das plataformas marítimas que equivalem a 5,48%;
- a pertença, como língua de trabalho e/ou oficial ou

de documentação, dada a sua pluricentralidade, a 32 Organizações Internacionais;

– o quinto lugar da utilização da língua portuguesa nas plataformas digitais;

– a valorização da produção científica e sua crescente visibilidade.

Realçando a importância do conhecimento científico, da sua produção, acrescentaria um outro paradigma na equação dos indicadores relativos à língua portuguesa, difícil de mensurar, mas de superior autoridade nas relações políticas mundiais, que urge potenciar e valorizar: o poder suave, mais conhecido por *soft power*.

Algumas referências, pedindo desde já desculpa por outras não mencionadas:

Em 1996, José Ramos Horta recebe o Prémio Nobel da Paz;

Em 1998, José Saramago recebe o Prémio Nobel da Literatura;

Em 2002, o malgrado Sérgio Vieira de Mello é o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos;

Em 2007, a Fundação Mo Ibrahim outorga o Prémio «Boas práticas de governo em África» ao Presidente Joaquim Chissano;

Nesse mesmo ano, Jorge Sampaio assume o cargo de Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações;

Em 2011, a Fundação Mo Ibrahim outorga o Prémio «Boas práticas de governo em África» ao Presidente Pedro Verona Pires;

Em 2016, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e anteriormente Chefe de Governo de Portugal, António Guterres, é eleito Secretário-Geral das Nações Unidas;

Em 2018, António Vitorino assume o cargo de Diretor da Organização Internacional das Migrações.

Os dados expostos são enquadrados pelos parâmetros que são fatores do valor de uma língua e do potencial da sua internacionalização, a saber:

(i) o n.º de falantes; (ii) o lugar que o(s) país(es) que fala(m) uma determinada língua ocupa(m) no *ranking* da economia mundial; (iii) a imagem, a nível do leque de oportunidades de negócio, investimento e trabalho, que os Outros têm do(s) país(es) que falam uma determinada língua; (iv) a ciência e a inovação tecnológica desenvolvida por esses países; (v) a representação que uma determinada língua tem em organismos internacionais; (vi) a presença na internet; (vii) a representação sociocultural que os Outros têm dessa língua, o poder de atração das culturas por ela veiculadas, designadamente a literatura, o audiovisual, a música, os média.

Relacionemos esta multiplicidade de indicadores com as globalizações. Se considerarmos os processos de globalizações, as fontes do poder económico dos países de Língua Portuguesa, levar-nos-ão a encontrar nesta área fatores de potenciar o valor da língua portuguesa a nível global, i. e. de potenciar a internacionalização da língua portuguesa. Porém, tal facto só se concretizará exponencialmente se percorrido a par de dois outros fatores, nomeadamente, (i) a produção científica *per se* e aliada às empresas e vice-versa e (ii) a interação linguístico-cultural.

Na teoria dos custos de transação, as barreiras de comunicação em que a diferença linguística pode ser significativa agravam os custos associados ao estabelecimento de contratos e à coordenação de trabalhadores oriundos de um universo linguístico diverso.

O custo da gestão de atividades no exterior é significativamente influenciado pelas diferenças culturais e linguísticas. As necessidades de coordenação e controlo estão também positivamente relacionadas com a distância «psíquica», cultural e linguística.

Recordaria o *Fórum Empresarial para o Multilinguismo* que, na última presidência de Portugal junto da União Europeia, declarou: «As línguas são a alma do negócio; As línguas facilitam o funcionamento das empresas». Neste âmbito, a interação linguístico-cultural exigirá, a montante, a formação de intérpretes de conferência e de tradutores, fazendo raiar, no contexto da língua portuguesa, a sua presença quer a países vizinhos da CPLP quer, ainda, a Centros de Decisão multiterritoriais como a ASEAN ou ainda dinamizando plataformas de interligação comercial, como a que a RAEM proporciona entre a China e os continentes africano e americano por via da língua portuguesa, devendo ser conferido, no entanto, à cultura e à interculturalidade espaço de primeira linha no ensino das línguas portuguesa e chinesa de forma a serem construídas redes sociais, de cidadania e de cooperação com futuro.

Assim, advogamos, no respeito pelos princípios da equidade participativa e orientando-nos por um modelo não intervencionista, antes horizontal e cooperativo, a aprendizagem da Língua Portuguesa, na perspetiva concomitantemente comunicativa, cultural e artística, desde a juventude, nas escolas do ensino básico/secundário, nomeadamente quer em todos os países da OEI quer em países vizinhos dos Estados-membros da CPLP, bem como, por «irradiação» das crianças e jovens das diásporas de Língua Portuguesa, nos países onde essas diásporas têm relevância sociopolítica.

A rede do Camões, I. P., tendo em conta este objetivo, patrocina e apoia a aprendizagem da língua portuguesa como Língua de Herança em 18 países, designadamente

10 europeus, 4 africanos, 3 americanos e a Austrália. De entre esses 18 países, em 13, o ensino da Língua Portuguesa também já está inserido nos respetivos sistemas escolares, aprendido como Língua Estrangeira.

Com o apoio do Camões, I. P., são, no total, 33 os países que integram escolarmente o ensino da Língua Portuguesa como Língua Estrangeira, cinco dos quais de Língua Espanhola: a Espanha, a Argentina, o México, o Uruguai e a Venezuela.

Olhando para os países africanos de Língua Oficial Portuguesa, o Camões, I. P., coopera no ensino da Língua Portuguesa em sete dos 11 países fronteiriços: Senegal, República Democrática do Congo, Namíbia, Tanzânia, Zimbábwe, Suazilândia e África do Sul, em dois deles apenas no contexto do ensino superior e nos restantes quer no ensino superior quer no ensino básico e secundário.

Tendo em conta os dados numéricos anteriormente referidos — 182 564 estudantes em dezembro de 2018 –, estes 7 países africanos abrangem 26,8% dessa população estudantil.

Os olhares sobre as línguas e culturas, nomeadamente a língua portuguesa e as suas culturas, conduzem-me a advogar, na área da EDUCAÇÃO, dois eixos de ação, de carácter complementar — a integração curricular do português e do espanhol nos sistemas de ensino dos Estados-membros da OEI, e o ensino bilingue, designadamente nas zonas de fronteira.

Sobre a educação bilingue, nomeadamente em espaços de fronteira, é clara a sua pertinência. Os especialistas advogam que a manutenção da língua materna e da língua segunda potencia a sua coexistência estável, o bilinguismo aditivo, potencialmente mais equilibrado e, realce-se, apresenta vantagens académico-cognitivas. Nesta área, também é essencial a valorização das competências linguísticas dos educadores em português e em espanhol e a sua formação pedagógica, didática e cultural.

Relativamente à integração curricular quer do português quer do espanhol conforme os países em pauta, só esta dinâmica potenciará junto dos jovens o sentimento de pertença a uma comunidade específica, a um espaço geopolítico concreto. Também neste eixo, a formação dos educadores deverá merecer a melhor atenção, nomeadamente na área cultural.

Antes de terminar, um anúncio: o Instituto Cervantes e o Camões, I. P., patrocinam, presentemente, um alargado estudo sobre o Espanhol e o Português, galvanizando a sua capacidade de abertura ao Mundo, com o valor dinâmico de uma «Porta», a sua capacidade de se tornarem «Ponte», num abraço a todos os Mares, que permitiram a Pablo Neruda dizer

«Necesito del mar porque me enseña...
no sé si aprendo música o conciencia!»

e a Manuel Alegre,

«O mar
dos nossos encontros, desencontros e reencontros.
Viagem de nós para nós. Viagem de nós para o mundo.»

Muito a propósito, esse estudo será tornado público em 2020, coincidindo com as comemorações do 500.º aniversário da primeira circum-navegação do Globo por Fernão de Magalhães e Juan Sebastian Elcano. É uma coincidência preciosa (não há coincidências!).

Certamente aí ficará demonstrado, se ainda preciso fosse, que o português e o espanhol são duas línguas com muito futuro.

Rebeca Gutiérrez Rivilla

Instituto Cervantes, España

En el espacio iberoamericano convergen dos idiomas de suma importancia –el portugués y el español–, con un origen común y una amplia proyección internacional. Estas dos lenguas, que han de entenderse como «lenguas hipercentrales»¹ (Swaan, 2001), conviven a su vez con más de 500 lenguas nativas u originarias vivas en toda la extensa región que ocupan: el continente americano, la Península Ibérica y los países africanos y asiáticos que conservan el español o el portugués con carácter de cooficialidad. Ambos idiomas internacionales cuentan también con la riqueza de pertenecer a una comunidad de hablantes diversa y multicultural, que al mismo tiempo conserva un índice de comunicatividad muy alto entre las distintas variedades del español y el portugués utilizadas por este vasto territorio iberoamericano. Asimismo, esta gran comunidad geocultural comparte una ventaja comparativa más que no suele ser común cuando se comparan lenguas hipercentrales: esa

1 El sociólogo holandés Abram de Swaan, en su libro *Words of the World: The Global Language System* (2001), desarrolla la teoría del «sistema lingüístico global» y enumera como «lenguas hipercentrales»: alemán, árabe, chino, español, francés, hindi, inglés, japonés, malayo, portugués, ruso y suajili. Son lenguas de gran alcance internacional que cuentan con más de cien millones de hablantes (salvo el suajili) y poseen hablantes multilingües que sirven como conectores entre ellas y las lenguas centrales.

ventaja estratégica es la intercomprensión² que se da entre los hablantes de portugués y los hablantes de español, que nos convierte en un contingente de unos 800 millones de personas con la capacidad de comprenderse entre sí sin necesidades de invertir en gastos de intermediación, interpretación o traducción.

En este breve artículo se expondrán los principales datos sobre el español como lengua internacional y su posición en el *ranking* mundial de lenguas (los datos sobre el portugués para esta publicación quedan de mano de los expertos del Instituto Camões). Se relacionan los datos demolingüísticos principalmente junto a datos sobre su presencia en el ámbito diplomático, así como en Internet y las redes sociales como principales medios de comunicación en los albores de esta segunda década del siglo XXI. No mencionaremos la presencia del español en el ámbito de la ciencia o su peso como valor económico, ya que otros especialistas abordarán esos temas. De los datos expuestos habrán de deducirse los siguientes pasos que han de acometer las instituciones responsables de la presencia cultural de los países iberoamericanos en la escena internacional. El futuro a medio y largo plazo no está exento de retos de gran calado para nuestras sociedades.

El alcance de la influencia internacional de un determinado idioma suele ponderarse teniendo en consideración su extensión y dispersión geográficas, su peso económico, su capacidad de comunicación, su utilización como instrumento de transmisión del conocimiento y su uso en el ámbito de la diplomacia. Ya en 2015, Moreno Fernández publicaba un cuadro ilustrativo para orientar los análisis y

2 El fenómeno de la intercomprensión o comprensión recíproca entre lenguas fue definido por François Ploquin como: *le fait de comprendre des langues sans les parler* («Esprit de famille», en *Le Monde Diplomatique*, enero 2005) y puede interpretarse como una «gran base de datos compartida (léxicos, gramaticales y sintácticos) que tiene su raíz principal en la estructura tipológica común de dos o más lenguas que, generalmente, poseen un tronco lingüístico común» (Ainciburu, 2007).

Cuadro 1 Índice de Importancia Internacional de las Lenguas

Indicadores	N.º de hablantes ¹	IDH ²	N.º de estados ³	Exportaciones ⁴	Traducciones ⁵	ONU ⁶	ILL ⁷
Inglés	360	0,667	46	4.516.567	1.264.943	1	0,418
Chino	955	0,764	3	2.759.500	14.065	1	0,352
Español	470	0,732	21	1.294.041	54.535	1	0,332
Árabe	295	0,639	24	1.902.330	12.407	1	0,302
Ruso	155	0,788	2	530.700	103.587	1	0,289
Francés	74	0,536	27	1.820.359	225.745	1	0,273
Alemán	89	0,897	6	2.288.390	208.060	0	0,261
Malayo	77	0,842	3	828.491	217	0	0,259
Coreano	76	0,812	2	663.562	4.701	0	0,245
Japonés	125	0,911	1	792.900	29.241	0	0,244
Italiano	60	0,897	2	783.700	69.538	0	0,24
Sueco	9	0,904	2	250.300	39.852	0	0,233
Portugués	215	0,554	8	859.826	11.566	0	0,233
Hindi	310	0,554	1	309.100	1.512	0	0,165
Totales	3.270		148	19.599.766	2.039.969		
Ponderación (coeficiente 8)	0,25	0,25	0,25	0,9	0,9	0,07	

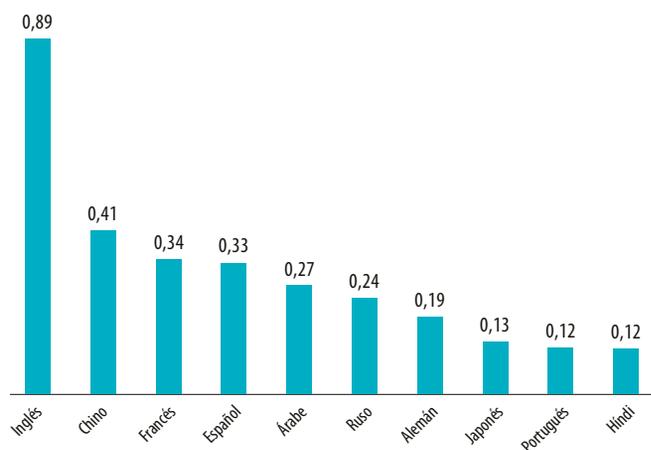
Notas al cuadro 1: 1. En millones. El número de hablantes tiene en cuenta los hablantes nativos de cada lengua en los países donde es oficial, circa 2014. 2 El Índice de Desarrollo Humano de cada lengua se basa en datos del PNUD (Malik, Jespersen *et al.*, *Informe sobre Desarrollo Humano*, 2014). 3. Solo se tienen en cuenta los estados soberanos donde el español es lengua oficial. 4. En millones de dólares estadounidenses, en su mayoría de 2014. 5. Traducciones de cada lengua a otras lenguas, según el Index Translationum de la UNESCO (2014). 6. Valor binario: oficialidad en la ONU=1. 7. El Índice Internacional de las Lenguas (ILL) se basa en la ecuación que tiene en cuenta los anteriores factores ponderados según el coeficiente señalado en 8.

Fuente: Moreno Fernández (2015).

mediciones de «importancia internacional de las lenguas» (véase cuadro 1, a continuación). Para calcular el «Índice de Importancia de una Lengua», este autor incluía cuestiones como el número de hablantes de ese idioma, el número de países donde es oficial, el Índice de Desarrollo Humano de dichos países, así como el volumen de exportaciones y traducciones. Con esta base de medición, el español se sitúa como la tercera lengua más importante del mundo.

Por su parte, el investigador Kai L. Chan incluía en su estudio «Power Language Index» de 2016 reproducido por el Instituto Cervantes (2019), en el cuadro 2 a continuación,

los siguientes factores influyentes a la hora de clasificar las lenguas en función de su «poder»: su geografía (incluidos aquí el número de países en los que se hablan, su extensión geográfica y la entrada de turistas al país); su economía; su capacidad de comunicación medida por el número de hablantes nativos y hablantes con competencia limitadas, junto al número de turistas que salen del país); su alcance como lengua del conocimiento y su presencia en los medios; y su peso en los ámbitos diplomáticos. Según estos indicadores, el español se situaría como cuarta lengua más poderosa del mundo.

Cuadro 2

Fuente: Chan (2016).

Veamos, a continuación, los datos concretos con los que contamos a día de hoy y sobre los que se sustentan estas dos previsiones analizadas de manera muy diferente por los investigadores ya mencionados³. El español, con casi 483 millones, es la segunda lengua materna del mundo por número de hablantes, tras el chino mandarín. Con un total aproximado de 580 millones de usuarios en 2019, es también, después del inglés y del chino, la tercera lengua en un cómputo global de hablantes (que incluiría a los hablantes de dominio nativo, con esos casi 483 millones + a los hablantes con competencia limitada, con más de 75 millones + a los estudiantes de español, con casi 22 millones). El desglose pormenorizado se expone en el cuadro 3, bajo estas líneas.

³ Moreno Fernández (2015) y Chan (2016).

Cuadro 3
Hablantes de español en el mundo 2019

	Mundo hispanico	Fuera del mundo hispanico	Totales
Grupo de Dominio Nativo (GDN)	438.676.796	44.272.290	482.949.086
Grupo de Competencia Limitada (GCL)	25.060.044	50.207.746	75.267.790
Grupo de Aprendices de Lengua Extranjera (GALE)			21.882.448
Grupo de usuarios potenciales			580.099.324

Fuente: Instituto Cervantes (2019).

Con estos datos, puede afirmarse que en estos momentos, el 7,6% de la población mundial es hispanohablante, cifra que continuará en ascenso hasta llegar al 7,7% en 2050. No será hasta la segunda mitad de siglo cuando esta tendencia se ralentice hasta situar ese porcentaje en el 6,6% en 2100, lo cual estará motivado por la pérdida demográfica que acusarán los países hispanohablantes frente al ascenso poblacional en la India y el África subsahariana, que se posicionarán sin dudas en los primeros puestos del crecimiento demográfico en el mundo (Instituto Cervantes, 2019).

Prosigamos con el peso del español en el ámbito diplomático, que ha de entenderse como síntoma de su relevancia internacional. El español ocupa la 3.ª posición de las seis lenguas oficiales en la Organización de las Naciones Unidas (ONU) tras el inglés y el francés, y junto con el árabe, el chino, el ruso. Su posición en la ONU asegura que podrá utilizarse en todas las reuniones formales y que todos los discursos y documentos en español se interpretarán y traducirán a las otras lenguas oficiales. También es la 4.ª en el ámbito institucional de la Unión Europea (tras el inglés, el francés y el alemán, de un total de 24 lenguas oficiales). Como lengua de trabajo, el español se utiliza en el Consejo

y en el Parlamento Europeo, pero no en la Comisión Europea (en inglés, francés y alemán), ni en el Tribunal de Justicia (francés), si bien su lengua de procedimiento puede ser cualquiera de las 24 lenguas oficiales de la Unión. Además, todos los hispanohablantes europeos tienen derecho a recibir una respuesta en español por parte de las instituciones comunitarias. El español también es lengua oficial en la OEA, FAO, Mercosur, CEPAL, OEI y, desde 2007, en la Unión Africana.

Por último, abordaremos muy brevemente los principales datos sobre la presencia del español en Internet y las redes sociales basándonos literalmente en los datos publicados por el Instituto Cervantes (2019): el español es la tercera lengua más utilizada en la Red y la segunda lengua más utilizada en las principales redes sociales: Facebook, LinkedIn, Twitter y Wikipedia. El 8,1% de los usuarios de Internet se comunica en español. La penetración media de Internet en los países hispanohablantes es del 65,8%.

Con un escenario como el que acabamos de dibujar en este brevísimo artículo, queda ahora la siempre incómoda tarea de suscitar la reflexión y perfilar nuevas líneas de previsión estratégica para afrontar los numerosos desafíos que habrá de acometer la comunidad iberoamericana de hablantes. Y aquí volvemos a retomar el planteamiento común para los países cuya lengua oficial es el español y el portugués porque es muy previsible que su imagen panorámica futura tenga muchos puntos de inflexión donde ambos idiomas vuelvan a encontrarse en el camino porque pertenecen a una comunidad con vínculos culturales y patrimoniales muy fuertes. Siempre será más fructífero aunar esfuerzos de cara a un futuro difícil para la penetración del español y el portugués en la escena internacional, cuando su vitalidad demográfica deje de serlo y sean los países africanos y asiáticos, con otros idiomas vehiculares, los que lleven el pulso de la demografía, y por lo tanto, de la

comunicación internacional. Las principales predicciones de la Organización de Naciones Unidas pronostican que en menos de 50 años África será el eje sobre el que se articulen la mayor parte de las decisiones estratégicas internacionales. Los ciudadanos que habitamos en Occidente estamos siendo testigos ya de que esto mismo ha ocurrido con Asia desde que empezó el actual milenio. La inversión en política internacional, cooperación al desarrollo, diplomacia pública, I+D+i, así como en difusión cultural y lingüística por parte de los países pertenecientes a la comunidad iberoamericana debe empezar a mirar a África. Es una realidad inapelable. Si no empezamos a planificar nuestras acciones ya, no llegaremos a tiempo de participar con voz propia en este nuevo contexto multilateral internacional.

Referencias bibliográficas

- Ainciburu, M. C. (2007). Definición y alcance del término intercomprensión en la adquisición de lenguas afines, *Metalinguaggi e metatesti. Lingua, letteratura, traduzione. Atti del XXIV Convegno*, AISPI Edizioni, Roma.
- Chan, K. L. (2016). Power Language Index. INSEAD Knowledge. Recuperado de: http://www.kailchan.ca/wp-content/uploads/2016/12/Kai-Chan_Power-Language-Index-full-report_2016_v2.pdf.
- Instituto Cervantes (2019). El español: una lengua viva. Informe 2019, en VV. AA., *El español en el mundo 2019. Anuario del Instituto Cervantes*. Madrid: Instituto Cervantes y Bala Perdida Editorial S. L.
- Moreno Fernández, F. (2015), La importancia internacional de las lenguas. Informes del Observatorio / Observatorio Reports (0010-04/2015). Instituto Cervantes at Harvard University. Recuperado de: http://cervantesobservatorio.fas.harvard.edu/sites/default/files/010_informes_importancia_internacional_lenguas_1.pdf
- Swaan, A. de (2001). *Words of the World: The Global Language System*. Malden, Massachusetts: Polity Press.

Márcia Donner Abreu

Secretária de Comunicação e Cultura
Ministério das Relações Exteriores, Brasil

Re-bom dia a todos os participantes. É com prazer que volto a intervir nesta Conferência sobre as línguas portuguesa e espanhola. Um muito obrigada aos apresentadores da abertura, ao Coordenador deste primeiro painel, Nicolau Santos, ao Embaixador Faro Ramos – parceiro do Brasil nos esforços da promoção do português no mundo – e à Dr.^a Rebeca Gutiérrez, do Instituto Cervantes.

Permitam-me começar falando um pouco sobre o português no Brasil. Quando Pedro Álvares Cabral chega ao sul da Bahia, em abril de 1500, o português já está em sua fase final de consolidação de sua forma clássica e vai-se expandindo pelas costas da África, até a Ásia, dando origem a diferentes «línguas de contato», os *pidgins*, com estruturas simplificadas e fortemente influenciadas pelas línguas nativas. Nasceram, daí, variados crioulos e papeares de base lexical lusófona.

Essa língua de estrutura menos formal vai se estabelecer lentamente no Brasil. Nos primeiros duzentos e cinquenta anos da colonização só se fala português nos povoados maiores, como Recife ou Salvador. Nas lavouras, os escravos africanos se comunicam em uma versão muito básica do idioma, enquanto os religiosos jesuítas encarregados da catequese dos nativos optam por variantes da língua indígena como sua língua geral. Antônio Vieira, em seu *Sermão da Epifania*, ilustra a dificuldade que essa «Babel indígena» implicava para a missão evangelizadora: «quando lá chegamos, todos nós somos mudos, e todos eles surdos. Vede agora

quanto estudo e quanto trabalho será necessário para que estes mudos falem e estes surdos ouçam».

A situação começa a mudar a partir de meados do século XVIII, quando o Marquês de Pombal, por meio do Diretório dos Índios, torna a língua portuguesa obrigatória na região amazônica. Em 1759, a lei se aplicará a toda a colônia. O crescente afluxo de metropolitanos ao Brasil com as descobertas auríferas nas «Minas Geraes» e a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808 vão reforçar o português como a língua falada em todo o país – um português, diga-se, enriquecido com a significativa herança vocabular do tupi indígena e das línguas africanas, sobretudo o banto.

Esse processo de consolidação da língua vai se completar nos séculos XIX e XX, período em que a população brasileira vai-se expandir de forma notável: de pouco mais de 3 milhões em 1808, ano da chegada de D. João VI ao Brasil, a população salta para 171 milhões em 2000 – e 210 milhões agora em 2019. Em que pese as sucessivas levadas de imigrantes de toda a parte, somos um dos países mais perfeitamente monolíngues em todo o mundo. Para isso contribuem o sistema educacional unificado, que acolhe 97% das crianças nos anos iniciais, e o poder unificador dos meios de comunicação de massa.

Somos, também, de longe, os maiores falantes do português entre os nove países que compartilham nossa língua: de cada dez dos cerca de 280 milhões de usuários do idioma contabilizados hoje, oito são brasileiros. Como o quarto país em usuários da Internet e o segundo em acesso a redes sociais, asseguramos à língua portuguesa o quinto posto em número de usuários no mundo. Em termos econômicos, o Brasil responde por 85% do PIB da lusofonia, e é também o único país lusófono a integrar o ranking dos maiores produtores de artigos acadêmicos, na 13.^a colocação global, com mais de 250 mil publicações entre 2011 e 2016.

Estudos recentes, notadamente o *Novo Atlas da Língua Portuguesa* de 2018, sugerem que as realidades demográficas farão do português um idioma mais africano que brasileiro daqui ao fim do século. Vejo essa afirmação com cautela: no Brasil, o desenvolvimento e a urbanização a partir dos anos 1960 levaram à queda abrupta da taxa de natalidade, hoje em 1,7 filho por mulher, correlação que tenderá a verificar-se igualmente na África lusófona. Para não mencionar que os PALOP são notoriamente plurilíngues, com marcada presença das línguas maternas. Pensando apenas nos maiores contingentes populacionais, temos Angola, onde 70% da população fala português regularmente, mas também Moçambique, onde só 13% dos habitantes o fazem, e onde o português chega a ser a terceira língua falada, atrás do inglês. Temos também Cabo Verde, onde os chineses que desembarcam para investimento e comércio estão preferindo aprender diretamente o crioulo cabo-verdiano, língua franca no país, e tangenciando o português.

Dito isso, essas dinâmicas futuras e o que elas embutem de incógnitas só fazem, de minha perspectiva, reforçar a importância de promover o ensino e o uso do idioma português no mundo. Como língua de herança, língua segunda, língua intercultural, língua de contato e negócios, língua estrangeira. Como língua viva. Quanto mais falantes houver de português no mundo, mais valioso e atrativo será o idioma, mais ele projetará a cultura, a identidade e o *soft power* da lusofonia e dos países que a compõem. E maior será a sua capacidade de gerar valor econômico, como facilitador de comércio e investimentos, de turismo de lazer e negócios, e da circulação e consumo de produtos das indústrias culturais e criativas.

A partir dessa convicção, chego ao tema central da minha intervenção neste painel sobre a presença e a relevância das duas línguas majoritárias da Ibero-América no mundo: as bases e a utilidade de estimular e promover o

bilinguismo português-espanhol na região. Essa ideia me surge como um objetivo natural, ainda que desafiador, dos debates nesta conferência.

Permitam-me um recorte. Embora o espanhol e o português ultrapassem as fronteiras dos 22 países ibero-americanos – sete dos países de língua oficial portuguesa estão na África e na Ásia, o espanhol é a segunda língua mais falada no mundo e temos diásporas por todo lado, a começar pelos EUA, onde há hoje mais *hispanohablantes* do que na Espanha, 50 contra 45 milhões de falantes – pretendo concentrar minha reflexão no contexto estritamente regional.

Meu foco de interesse é o bilinguismo estimulado pelo contato, pela vizinhança, pela funcionalidade: pergunto-me se hispanófonos e lusófonos ibero-americanos, que vivem literalmente na fronteira uns dos outros e cujas interações econômicas, comerciais, políticas e sociais são cada vez mais intensas, não deveriam idealmente ser capazes de entender e exprimir-se com alguma facilidade na língua do outro. A estratégia de internacionalização da língua portuguesa deve passar também por aprofundar a aliança estratégica entre o português e o espanhol, em vista do potencial de intercompreensão e interoperatividade, que otimiza o investimento de tempo e esforço com amplas condições de política de reciprocidade. Nessa perspectiva, a valorização do bilinguismo apresenta-se como um importante vetor de internacionalização da língua portuguesa.

Alguns números nos ajudam a projetar o potencial da região: somos mais de 650 milhões de pessoas, 430 milhões das quais falam espanhol, 220 milhões o português. Nosso território – é bem verdade que separado pelo Atlântico – corresponde a mais de 10% da superfície terrestre, congregando idiomas variados, abundantes riquezas naturais, facilidades crescentes de infraestrutura e expressivo patrimônio cultural e turístico. O PIB nominal da região em 2018 foi de aproximadamente US\$ 7,3 trilhões, sendo

Brasil, Espanha, México, Argentina e Colômbia as cinco maiores economias. Há dezenas de acordos de integração econômico-comercial e de coordenação política entre os países ibero-americanos, a começar por SEGIB e OEI, além de, entre outros, ALADI, MERCOSUL, Aliança do Pacífico, SICA e os mecanismos de diálogo e integração com a União Europeia, entre os quais ressaltamos o acordo MERCOSUL-UE, que criará, quando entrar em vigor, a maior área de livre comércio e cooperação do mundo, incluindo seis dos 22 países ibero-americanos.

A Ibero-América é um polo importante de atração e emissão de investimentos dentro da própria região. Para citar uns poucos exemplos, a Espanha investiu no Brasil, nas duas últimas décadas, mais de 41 bilhões de euros, o México, 30 bilhões de dólares, o Paraguai é um destino favorito de empresas brasileiras nos dias atuais, e Portugal converteu-se, nos últimos anos, em verdadeiro imã para a inversão direta espanhola. Além disso, o turismo intrarregional vem se ampliando de forma expressiva. O fluxo de empresas que se estabelecem nos mercados regionais gera demanda por profissionais fluentes nas duas línguas, o que se repete na economia do lazer, para não mencionar a vida na fronteira propriamente dita. O Brasil partilha mais de 15 000 km de fronteiras com 10 países, sete dos quais falantes de espanhol. A Raia luso-espanhola, fronteira mais antiga da Europa, cobre mais de 1200 km. Mais do que uma divisa, esses espaços são encontros de mundos, como na brasileira Santana do Livramento frente à uruguaia Rivera, separadas apenas por uma avenida e onde é comum ouvir-se que «quem vive na fronteira sabe que a fronteira não existe».

Apesar das vantagens do aprendizado recíproco do português-espanhol, tarefa de resto facilitada pela pegada genética tão próxima dos dois idiomas, o ensino formal em ambiente escolar esbarra frequentemente na prevalência

do ensino do inglês, por definição a hiperlíngua da modernidade, como primeira escolha de língua estrangeira da maior parte das escolas, pais e alunos. Essa realidade, principal razão da revogação da Lei do Espanhol que vigorou no Brasil entre 2005 e 2017, não impede que se estimule o aprendizado de crianças e jovens, seja em cursos privados extraescolares, seja em cursos optativos oferecidos no próprio espaço escolar, dentro ou fora do currículo, ou seja, com ou sem notação.

Políticas públicas de difusão da língua «irmã» podem incluir, por exemplo, algumas horas mensais de ensino do idioma em escolas, acompanhadas de atividades lúdicas como contação de histórias, jogos ou aprendizado de cantigas e danças folclóricas. Já o ensino de adultos tende naturalmente a ocorrer em cursos de línguas e pode, a depender do contexto, ser desenhado com foco profissional específico. Muitas das embaixadas e consulados brasileiros na região ibero-americana mantêm centros culturais – são 13 ao todo – que oferecem cursos de português e atividades culturais complementares, em diversos níveis de aprendizado, com currículos e materiais desenvolvidos especialmente para o público hispanófono. Em diversos casos o ensino da língua também se estende, a pedido do governo local, a grupos de funcionários públicos, como diplomatas, policiais ou autoridades aduaneiras, cujas tarefas se beneficiam do melhor conhecimento do português.

O Brasil oferece, ainda, dez leitorados, cursos superiores do idioma português, em várias universidades da região, e nossos programas de mobilidade acadêmica já trouxeram ao Brasil, nos últimos 20 anos, mais de seis mil estudantes da Ibero-América. Os esforços em todas essas áreas podem ser ampliados e ganhar mais recursos. No caso brasileiro, estamos criando na Chancelaria o Instituto Guimarães Rosa para a promoção da língua, da cultura e das indústrias criativas brasileiras e contamos ter cada vez mais falantes

do português na região, se possível somando esforços com nossos parceiros do Instituto Camões.

Como conclusão, deixem-me saudar mais uma vez a oportunidade do debate que nos está sendo propiciado aqui – e lembrar que essa conferência pode abrir muitas portas. A primeira delas é estimular um real bilinguismo na OEI e na SEGIB, duas organizações marcadas pelo uso prevalente do espanhol, a despeito de ter no Brasil seu membro de maior população. A segunda é impulsionar o conhecimento e estudos sobre o bilinguismo português-espanhol: ainda é difícil achar literatura e dados a esse respeito. Pode até existir material de boa qualidade na academia, mas não está suficientemente divulgado. A publicação das atas deste encontro, por exemplo, seria referência de grande utilidade a todos nós.

Mais do que isso, a OEI pode apoiar o desenvolvimento de metodologias e materiais para facilitar o ensino do português e do espanhol para públicos-alvo na região ibero-americana. Temos, por exemplo, dois núcleos de ensino de português na região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai que poderiam servir de «pilotos» para experiências efetivas de implantação do bilinguismo e cujos resultados, se bem sucedidos, poderiam ser replicados em outros contextos. É um bom começo para buscarmos fugir do academicismo e aterrissar as boas propostas formuladas nesta conferência em projetos concretos.

Referências bibliográficas

- Dantas, Marcelo. *Minha pátria é a língua portuguesa: O Brasil e a política de promoção do idioma*. Tese apresentada ao LV Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Mimeo, Brasil, 2010.
- Jabonero, Mariano. «Presentación», *Revista Iberoamericana de Educación*, vol. 81, n.º 1, pp. 7-10, OEI, 2019.
- Müller de Oliveira, Gilvan; Morello, Rosângela. «A fronteira como recurso: O bilinguismo português-espanhol e o Projeto Escolas Interculturais Bilingües de Fronteira do MERCOSUL (2005-2016)». *Revista Iberoamericana de Educación*, vol. 81, n.º 1, pp. 53-74, OEI, 2019.

- Prado, Daniel Héctor; Varela, Lia. «Bases para un estudio pormenorizado de la presencia del español y el portugués y de su incidencia real em el mundo», *Revista Iberoamericana de Educación*, vol. 81, n.º 1, pp. 35-52, OEI, 2019.
- Reto, Luís Antero; Machado, Fernando Luís; Esperança, José Paulo. *Novo Atlas de Língua Portuguesa*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Portugal. 2016.
- Departamento de Promoção de Serviços e Indústria. *Investimentos argentinos no Brasil*. Ministério das Relações Exteriores. Mimeo. Brasil, 2019.
- Investimentos chilenos no Brasil*. Ministério das Relações Exteriores. Mimeo. Brasil, 2019.
- Investimentos mexicanos no Brasil*. Ministério das Relações Exteriores. Mimeo. Brasil, 2019.
- Investimentos colombianos no Brasil*. Ministério das Relações Exteriores. Mimeo. Brasil, 2019.
- Fluxo de investimentos Brasil-Espanha*. Ministério das Relações Exteriores. Mimeo. Brasil, 2019.
- Portugal. Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo. Investimentos bilaterais*. Ministério das Relações Exteriores. Mimeo. Brasil, 2019.
- Investimentos brasileiros na América Latina*. Ministério das Relações Exteriores. Mimeo. Brasil, 2019.

Incanha Intumbo

Diretor Executivo

Instituto Internacional da Língua Portuguesa

Começo a minha intervenção dizendo que o português e o espanhol não são incompatíveis. De facto, há séculos que Portugal e Espanha estão separados por uma linha imaginária, – a fronteira – e nunca houve problemas. Também no continente americano, o Brasil tem fronteiras terrestres comuns com vários países que falam espanhol e nunca houve problemas.

As projeções aqui apontadas pelo embaixador Faro Ramos deixam-me, na qualidade de diretor executivo do IILP, Instituto Internacional da Língua Portuguesa, muito satisfeito e como costume dizer, é possível ver uma luz ao fundo do túnel. Mas a verdade é que também já me avisaram que uma luz ao fundo do túnel pode ser um comboio em sentido contrário.

As nossas línguas coexistem há muitos séculos. Permitam-me falar concretamente do português e de um contexto específico.

Quando entrei para a universidade, falava-se em variante africana do português. Agora já não se fala em variante africana do português, mas sim em variantes, porque na verdade o português convive em África com várias línguas tipologicamente diferentes da matriz europeia.

Por exemplo, eu sou da Guiné-Bissau e falo balanta. Os que falam balanta marcam o plural no início da palavra. A língua balanta, como várias outras línguas da Guiné, faz parte das línguas bantoides. Esta é uma classificação de

André Wilson, que foi um dos linguistas da Guiné, que em 1959 e 1962 constatou que algumas línguas são parecidas, têm algumas características morfológicas, mas também sintáticas das línguas bantu. Significa que quem fala essas línguas não marca o feminino, o tempo, o modo e o aspeto verbal por via de sufixação, marca tudo no início ou através de partículas que coloca antes ou a seguir aos verbos para significar presente, passado, futuro ou masculino e feminino.

Isto serve para exemplificar as dificuldades que um falante da Guiné, mas também de Angola e eventualmente de Moçambique, enfrenta para fazer a transição da sua língua africana para o português. É todo um paradigma nominal e verbal que temos que reconstruir na aprendizagem da nova língua.

O IILP não tem uma função normativa, não constrói regras para a língua portuguesa, mas trabalha na difusão, internacionalização e desenvolvimento da língua portuguesa. O IILP não faz políticas linguísticas para os Estados-membros, mas pode ajudá-los na construção das suas políticas linguísticas. A tarefa do IILP é complexa porque temos que lidar com muitos contextos e muitas limitações em termos de recursos humanos e financeiros.

Temos estado a trabalhar com a forte convicção que a nossa língua está a crescer, que o interesse pela nossa língua está a crescer em todo mundo. Até na China abriram algumas faculdades com estudos da língua portuguesa. Na Nigéria, na Serra Leoa também abriram cursos de língua portuguesa. De referir também que recentemente os Estados Unidos pediram para ser observador da CPLP e é importante termos essa grande potência com o estatuto de observador da nossa comunidade.

O IILP contribui para a difusão da língua portuguesa através dos meios disponíveis. O «projeto estrela», neste momento, é o Portal do Professor porque o IILP acredita no

feito multiplicador da formação de pessoas. Nós formamos um professor e esse professor poderá ter a tarefa de formar 20, 30, 40 alunos que serão novos falantes da nossa língua.

O IILP tem um outro projeto que é o VON – Vocabulário Ortográfico Nacional. A ideia é que os países membro, através das suas comissões, criem um *corpus* do vocabulário específico que usam no português. A partir deste VON vamos formar o VOC, que é o Vocabulário Ortográfico Comum. Assim, se ouvir «ginguba», consultando o VOC, saberei que se trata de «amendoim» ou «mancara». Se ouvir «machibombo», saberei que é autocarro ou que é «tocatoca» na Guiné-Bissau, ou que é ônibus no Brasil. Se ouvir «bolanha» saberei que é várzea.

Para além disso, o IILP está também a trabalhar no programa TCTC Terminologias Técnicas Científicas Comuns, que é um projeto muito técnico que está a ser desenvolvido por setores. Em África, existem vários quadros formados que não são de tradição linguística lusófona e muitas vezes no exercício profissional têm problemas de terminologia e o programa TCTC pretende unificar a terminologia por setores, por exemplo, petróleo ou pesca.

Recentemente, o IILP recebeu uma ajuda significativa do governo português, através do Instituto Camões, que permitiu recrutar recursos humanos através do lançamento de um concurso para uma BCC, Bolsa Cientista Convocado. Neste momento contratámos dois linguistas que estão a trabalhar em projetos específicos. A experiência que ganhámos neste primeiro concurso vai permitir melhorar o segundo concurso.

O IILP está em conversações com o Brasil, através da sua embaixada em Cabo Verde (a sede do IILP é em Cabo Verde, na Cidade da Praia), para lançar um novo projeto no âmbito da revista Platô. São várias as atividades que estão em execução no IILP, algumas em consolidação, resultantes dos trabalhos desenvolvidos pelas direções executivas

anteriores, que se pretende valorizar e consolidar. Está previsto o desenvolvimento de outros projetos através da BCC, ou através dos nossos parceiros para continuar a trabalhar na difusão da nossa língua.

Para o IILP é motivador poder trabalhar com a OEI. Esperamos poder assinar um protocolo que vai permitir a evolução do projeto.

De salientar também que temos recebido vários pedidos de países que não são de tradição linguística lusófona para aderir como observadores do IILP, nomeadamente a Polónia. Vamos renovar o protocolo com a República Checa e com vários outros países.

Acredito que as línguas portuguesa e espanhola, pelos dados demográficos aqui apresentados, pelo interesse crescente das universidades e dos empresários, vão crescer. Agora cabe-nos trabalhar para este fim.

O IILP olha com muito interesse para a mobilidade que está a ser discutida no quadro da CPLP, durante a Presidência de Cabo Verde. Somos a favor da mobilidade académica e gostaria de lançar um desafio aos Estados-membros da CPLP no sentido das nossas universidades aceitarem estudantes de tradição linguística não lusófona.

Se aceitássemos, por exemplo, 10 estudantes por país e por ano estaríamos a ter pelo menos 90 estudantes, 90 novos falantes da língua portuguesa por ano, multiplicados por 10 seriam 900. Isto significa que estaríamos a lançar sementes e daqui a uns anos podemos colher frutos deste investimento.

Para além da mobilidade académica para estudantes de tradição linguística diferente, somos também a favor da mobilidade académica intracomunidade, isto é, troca de profissionais, quer sejam professores, quer sejam estudantes, num formato semelhante ao Erasmus dentro da nossa comunidade. Isso permitiria aos nossos estudantes terem a oportunidade de estudar noutros países que falam a nossa língua e conhecer, pelo menos, a realidade sociolinguística

destes países que falam o português, porque as realidades sociolinguísticas dos nossos países são diversas e difíceis.

Há pouco dei um exemplo, mas podia continuar a dar mais exemplos não só das línguas africanas, mas dos afro-romances, sobretudo na Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e também na Guiné Equatorial.

Nós temos os crioulos, os chamados crioulos de base lexical portuguesa. São línguas, afro-romances que têm o léxico europeu, o português. São crioulos de base lexical portuguesa, mas a estrutura é das línguas africanas. Isso acaba por interferir no português que falamos na Guiné-Bissau, Cabo Verde e também São Tomé e Príncipe. É um português com características próprias do português, por exemplo, concordância de género variável, a marcação simplificada em tempo, modo, aspeto nos verbos. São aspetos que precisamos de estudar, O IILP também estuda essas ocorrências no português.

O pluricentrismo do português advém do fato das variedades do português europeu ou do Brasil não serem as variáveis centrais. Cada Estado-membro, cada falar português conforme a realidade sociolinguística, pode constituir uma variedade diferente.

Recentemente iniciou-se um debate, numa conferência em Espanha, a questão do pluricentrismo: se é simétrico ou não, mas essa questão para mim é um pormenor. Na verdade, as variedades coloquiais são diferentes, mas isso não interfere na unidade linguística do português como língua una, como nossa língua.

O português é a nossa língua, é um fato que os próprios governos aceitam, e por isso quero referir que o IILP, apesar de não ter uma função normativa, pode colaborar com os Estados-membros na formação de políticas linguísticas. O IILP está aberto a essa possibilidade de colaboração. Há países que têm realidades sociolinguísticas muito complexas, o caso de Guiné-Bissau, fala-se em diglossias.

Eu utilizo um termo de um linguista tanzaniano que fala em triglossia, em que temos o nível de três línguas considerando as línguas africanas da Guiné como um todo, o crioulo como uma língua e o português como outra. O português ocupa o topo da pirâmide, tem menos falantes, mas na cabeça dos falantes tem mais prestígio. O crioulo está no meio com mais prestígio que as línguas africanas, mas com menos falantes que estas. As línguas africanas, ainda na cabeça dos falantes, terão menos prestígio e mais falantes.

Gostaria de concluir, afirmando que a nossa língua, o português, está bem de saúde e recomenda-se. Vários estados falantes de outras línguas têm manifestado interesse em conhecer a nossa língua, portanto estamos a ver uma luz ao fundo do túnel.

Mario Bedera

Consejero de Educación

Embajada de España en Portugal

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

LUÍS FARO RAMOS

(Camões, I. P., Portugal)

La diversidad de nuestras dos lenguas es un valor a preservar porque no supone fragmentación comunicativa ni falta de inclusividad; para ello es preciso apostar por un hibridismo cultural en el que todos los hablantes, con independencia de su contexto sociocultural o espacial, puedan verse reconocidos.

La mejora del posicionamiento internacional de la lengua portuguesa tiene dos retos: el incremento y mejora de la producción científica y la interacción lingüístico-cultural que exige, entre otras actuaciones, la formación de traductores.

La sensación de pertenencia a una misma comunidad que forman el portugués y el español pasa necesariamente por trabajar en el área de la educación. En concreto, propiciando la interacción curricular de ambas lenguas en los sistemas de enseñanza de los Estados miembros de la OEI y generando actuaciones bilingües, en especial, en zonas de frontera.

REBECA GUTIÉRREZ

(Instituto Cervantes. España)

Es necesario planificar las actuaciones futuras sobre datos empíricos. En este sentido, los datos demográficos del uso del español y el portugués ponen de manifiesto que además

de compartir un pasado común, tienen buenas expectativas de futuro debido a su gran proyección internacional.

Las métricas de esa proyección internacional arrojan datos positivos. En el caso de internet ambas lenguas tienen un alto margen de crecimiento (casi 30 puntos). En redes sociales, medio natural de comunicación e información de las generaciones más jóvenes, su posicionamiento es excelente (el español es la segunda lengua más usada y el portugués oscila entre tercera y sexta en LinkedIn, Twitter y Facebook). Otro tanto ocurre con los índices de influencia internacional de las lenguas.

Aunque el número de hablantes de portugués y español seguirá creciendo hasta mediados de siglo, la tendencia demográfica a partir de entonces señala una caída ante la explosión demográfica en África, lo que debe asumirse como una llamada de atención y un desafío para la iberofonía que se juega a largo plazo su futuro en Asia y África.

MÁRCIA DONNER

(Ministério das Relações Exteriores. Brasil)

En Brasil, al igual que en el resto de las colonias, el portugués se hizo obligatorio a mediados del s. XIX y aunque el país tuvo muchas olas inmigratorias con ricos aportes lingüísticos, en la actualidad es uno de los países más monolingües del mundo. De hecho, el ochenta por ciento de los hablantes portugueses son brasileños.

La experiencia brasileña demuestra la necesidad de ser cautos con las proyecciones demográficas a largo plazo. La caída actual de la natalidad en Brasil no se previó y lo mismo puede pasar en África.

Las alianzas estratégicas con los países vecinos hacen que se vea la frontera como un ámbito de intensificación de relaciones entre las dos lenguas (la vecindad como oportunidad). Esto es especialmente importante para Brasil que tiene 15.000 kilómetros de frontera.

La prevalencia del inglés como *lingua franca* puede mermar las posibilidades de expansión del español, o en su caso del portugués, en países iberófonos, lo que requiere la adopción de estrategias creativas por parte de la OEI para afrontar estos retos.

INCANHA INTUMBO

(Instituto Internacional da Língua Portuguesa. IILP)

En los últimos años se ha avanzado mucho en la consideración de las diferentes variantes del portugués en África. Este reconocimiento supone un aporte enriquecedor para la lengua sobre todo cuando dichas variantes se estudian desde una óptica científica (vocabulario ortográfico nacional, etc.).

El esperanzador futuro del portugués y del español no se fundamenta exclusivamente en datos demográficos sino también en el interés creciente de empresarios, universidades y otros agentes que coadyuvan a su difusión.

El crecimiento del número de hablantes de portugués debería tener un soporte muy importante en el ámbito académico. Desde la formación de profesores, por su efecto multiplicador, a la movilidad de estudiantes en sus dos facetas: La externa, con la captación de alumnos de tradición lingüística no portuguesa en universidades de países lusófonos para que sean semillas para el futuro; y la interna, con un «Erasmus» dentro de la lusofonía que permita conocer la diferente realidad sociolingüística de dicha comunidad de hablantes.

La única fórmula que garantiza el respeto y la riqueza de todas las variantes lingüísticas, tanto del español como del portugués, es el enfoque pluricéntrico por lo que tiene de respeto para las diferentes tradiciones nacionales, con independencia de que dicho pluricentrismo sea simétrico o asimétrico.

RECOMENDACIONES

Compromiso institucional. Si portugués y español quieren tener un futuro común de modo que las sinergias de ambas lenguas posicionen a la iberofonía en un lugar destacado del concierto internacional, como se ha mantenido en CILPE2019, se recomienda trasladar a los centros de decisión política de los países miembros de la OEI la necesidad de adoptar las medidas y poner los medios que lo hagan posible.

Hibridismo, pluricentrismo y multilateralidad. La puesta en valor conjunta del portugués y el español, así como el diseño de las actuaciones y políticas que se planifiquen en ese sentido, deben llevarse a cabo bajo los principios de hibridismo cultural, pluricentrismo y multilateralidad.

Visión holística y métricas comparables. Para ayudar a la toma de decisiones se requiere la elaboración de estudios empíricos nacionales (Atlas, vocabularios...) que ofrezcan una imagen precisa del estado de la lengua en cada territorio, pero cada vez se hace más necesaria también la realización de trabajos conjuntos con una visión holística de las dos lenguas. En ambos casos, estos trabajos deben acometerse con métricas comunes (en especial indicadores) que hagan posible la comparabilidad.

Aprovechamiento demográfico y calidad institucional. Las proyecciones demográficas, positivas hasta mediados de siglo, deben ser aprovechadas para impulsar la expansión de nuestras lenguas, pero no sería conveniente planificar futuras actuaciones exclusivamente sobre los buenos datos del crecimiento vegetativo de la población iberófona porque estas expectativas a medio y largo plazo pueden variar, como ya ha ocurrido en el pasado, y porque es preferible el impulso de políticas basadas en la calidad de las instituciones de los países miembros más que en la cantidad de población.

Vecindad como oportunidad. Se recomienda la generación de alianzas estratégicas entre países que tienen como lengua el español y el portugués, especialmente en zonas de frontera. Las interacciones que empiezan por compartir espacios lingüísticos comunes y se amplían con propuestas escolares conjuntas, terminan por crear oportunidades económicas y generación de riqueza. Se trataría de asumir y potenciar el concepto de frontera como referente y como recurso.

Variable educativa. Una mirada de futuro sobre el uso común del portugués y del español que tuviera vocación de crear una comunidad lingüística, debería empezar por trasladar dicho reto al ámbito educativo. En este sentido se proponen las siguientes acciones:

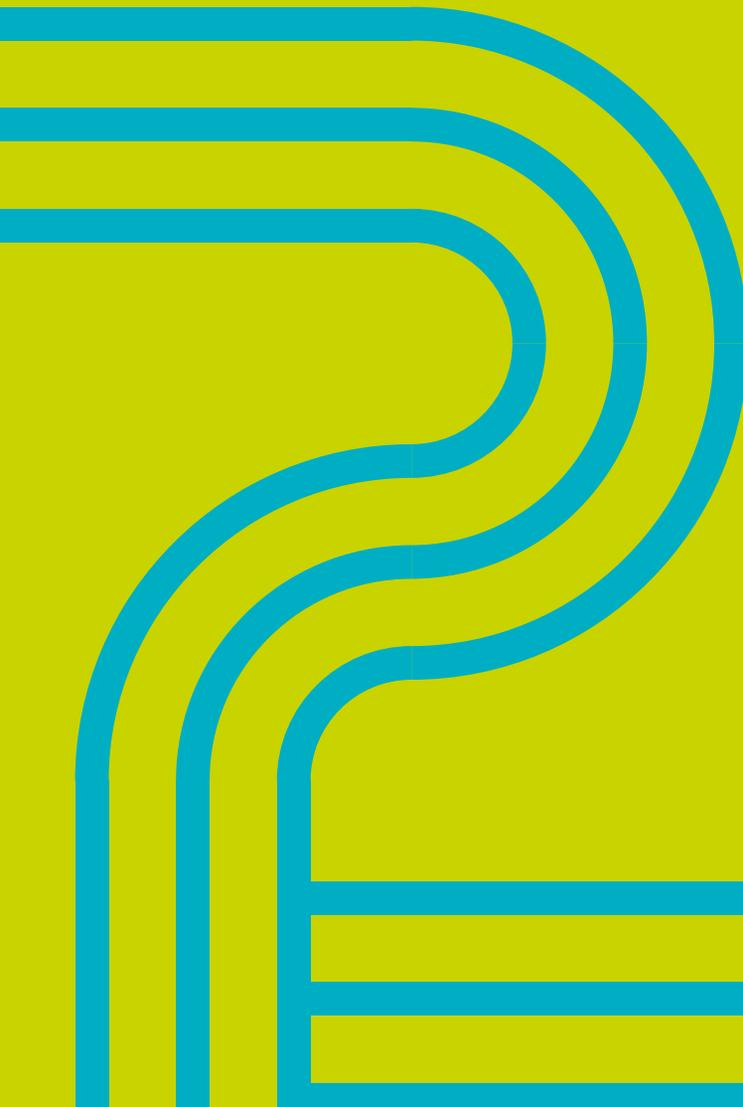
Integración curricular del español y el portugués en los sistemas educativos de los países miembros de la OEI, lo que creará desde muy pronto en nuestros jóvenes la sensación de pertenencia a un proyecto común más amplio y ambicioso. Aunque tiene la dificultad de un cambio de paradigma supone apostar por una visión cosmopolita que supera los tradicionales enfoques nacionales del pasado y apunta a beneficios mensurables no solo en términos económicos sino también de creación de valores cívicos y democráticos.

Bilingüismo aditivo, especialmente en zonas de frontera. La convivencia de la lengua materna con una segunda lengua desde etapas tempranas potencia la coexistencia estable y produce ventajas académicas y cognitivas.

Formación específica del profesorado en las metodologías que hagan posibles los anteriores objetivos y que en su desempeño tendrá un efecto multiplicador.

Movilidad académica de estudiantes, tanto interna, dentro de la propia comunidad iberófona (Erasmus adaptado), como externa, atrayendo a nuestras universidades alumnos ajenos a nuestra tradición lingüística.



A decorative graphic on the left side of the page consists of several thick, parallel blue lines. These lines enter from the left edge, curve downwards and to the right, and then continue horizontally across the bottom of the page. The lines are set against a solid yellow background.

PAINEL 2

Línguas e Economia

PANEL 2

Lenguas y Economia

Luís Reto

ISCTE-IUL, Portugal

1 – Enquadramento Geral do Painel

Desde que Marschak escreveu o artigo seminal «The Economics of Language», em 1965, o valor económico das línguas tem conhecido uma produção académica crescente em domínios cada vez mais diversos. Dado que esta apresentação apenas tem por objetivo introduzir o tema para debate neste painel – **Línguas e Economia** – e que, para além dos quatro ilustres oradores, o meu colega relator, Professor José Luís Garcia Delgado, é um reputado especialista neste campo, limitar-me-ei a uma breve síntese sobre o tema e partilhar um caso recente sobre o mercado de trabalho em África e a importância das línguas, enquanto capital humano.

No já vasto campo de investigação sobre a Economia das Línguas, poderemos distinguir pelo menos sete grandes domínios:

1. Custos de transação nas atividades internacionais (atuar numa comunidade linguística diferente tem tantos mais custos, quanto menor for a proximidade linguística e cultural).
2. O mercado das indústrias da língua: ensino, edição, interpretação/tradução (quanto maior o número de falantes e o seu poder de compra, maior é este mercado).
3. O mercado das indústrias culturais e criativas (cinema, séries televisivas, música, teatro, etc.).
4. A influência na mobilidade humana entre comunidades linguísticas (migrações, turismo e estudantes).
5. A internacionalização das economias, particularmente pelo efeito da diminuição da «distância psicológica» (ESCOLA de UPPSALA), com efeitos positivos no Comércio e no Investimento Direto Estrangeiro entre comunidades linguísticas e culturais próximas.
6. As línguas como componente importante do capital humano ao nível migratório, em setores internacionalizados, como o Turismo, ou nas carreiras profissionais a nível internacional.
7. Por último, mas não menos importante, o valor da língua na diplomacia cultural e nas relações internacionais (ativo geopolítico).

Em síntese. Quanto maior for o número de falantes de uma língua, o peso económico dos países seus falantes e a dispersão geográfica mundial desses países, maior será o valor dessa língua e maior o número de funções que poderá desempenhar, em particular, ser língua de comunicação internacional e língua de ciência. De facto, menos de uma dezena de línguas no mundo podem desempenhar hoje estas duas últimas funções:

- Comunicação internacional
- Comunicação científica.

2 – Competências linguísticas e o mercado de trabalho em África. Um estudo de caso

A aprendizagem de uma língua nova exige investimento em tempo e dinheiro, pelo que a rentabilização desse investimento será tanto maior quanto for o valor dessa língua no mercado de trabalho.

Neste campo, as duas áreas de estudo mais importantes reportam-se ao valor da língua para as comunidades migrantes, enquanto fator de maior remuneração e integração social e à sua importância nas carreiras profissionais, particularmente nas empresas multinacionais.

Apresentamos aqui apenas alguns dados de um estudo recente que realizámos para o Instituto Camões sobre as competências linguísticas em português no mercado de trabalho em África, que demonstram a importância do português e do espanhol nesse mercado.

Pela análise de **dois portais de emprego**, um para toda a África (54 países) e outro apenas para a África do Sul, obtiveram-se os seguintes resultados:

	PORTAL GLASS DOOR	PORTAL INDEED
N.º de Países	54	1 (África do Sul)
Total de anúncios	100.671	107.253
Total de anúncios que exigiam competências linguísticas	24.960	21.629
Principais línguas requeridas em %	Inglês – 68,8 % Francês – 16 % Árabe – 7,7 % Alemão – 2,6 % Português – 2,1 % Espanhol – 1,6 % Chinês – 0,8 % Russo – 0,4 %	Inglês – 90 % Francês – 3 % Alemão – 2,8 % Espanhol – 1,3 % Português – 1,1 % Árabe – 0,9 % Chinês – 0,6 % Russo – 0,3 %

Fonte: Reto *et al.* 2019.

Os dados revelam que:

- as competências linguísticas são uma componente importante dos *curricula* de emprego (mais de 20 000 em 100 000);
- o inglês continua a ser a única língua franca;
- o francês e o árabe têm maior peso particularmente na África do Norte;
- o alemão, apesar de pouco falado, revela a importância da sua economia;
- o português e espanhol surgem como línguas relevantes para o emprego, à frente de línguas de potências económicas tais como o chinês e o russo, sendo que o português aparece a par do alemão quando se trata do mercado de emprego de todo o continente.

Em mercados diferentes, obter-se-ão resultados diferentes, mas não deixa de ser interessante que num mercado ainda pouco internacionalizado, como é o mercado africano, as competências linguísticas surjam já com esta importância e que o espanhol e o português marquem presença neste campeonato do mercado de trabalho internacional.

Referências Bibliográficas

- Marschak, J. (1965), *The Economics of Language*, *Behavioural Science*, vol. 10, n.º 2, pp. 135-40.
- Reto, L.; Rivilla, R. G. (2020), *A Projeção Internacional do Espanhol e do Português: O potencial da proximidade linguística/ La Proyección Internacional del Español y el Portugués: el potencial de la proximidad lingüística*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Reto, L. *et al.* (2020), *A língua portuguesa como ativo global*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Reto, L.; Machado, F. L.; Esperança, J. P. (2016), *Novo atlas da língua portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Lluís Bonet

Universidade de Barcelona, Espanha

Se me plantea la cuestión: ¿Cuál es la contribución de las lenguas y de las culturas en la economía? Esta pregunta puede ser respuesta de forma general o podemos plantearla de manera más focalizada: ¿Cuál es la contribución de las lenguas y de las culturas en las industrias culturales y creativas? En mi intervención voy a responder a ambas preguntas desde la perspectiva de un académico que intenta aportar una mirada crítica, no interesada ni conformista, pensando en las estrategias colectivas que los actores de las dos regiones lingüísticas podrían desarrollar para avanzar hacia un mundo más creativo y equitativo.

Para ello voy a empezar con un muy breve análisis del contexto. Más allá de las incertidumbres actuales, estamos inmersos en un proceso de globalización imparable, donde los países hispano y luso-parlantes no tienen una posición hegemónica, sino que observan desde la periferia (es decir, sufren los efectos) de la lucha geoestratégica entre Estados Unidos y China, y en algunos aspectos también de Rusia. Por ello, es necesario evaluar las propias fortalezas y oportunidades situar los propios intereses —por heterogéneos que sean dada la pluralidad de agentes y comunidades culturales presentes en nuestra gran región— en una agenda transnacional solo interesada por la cultura de forma instrumental, no por su valor intrínseco.

Existe un segundo factor de contexto importante: la consolidación del proceso de digitalización y las transformaciones que la inteligencia artificial plantea no solo en las formas de producir y consumir sino también de participar

en la vida social y cultural. Para las industrias del idioma y los sectores de la cultura esta doble transformación tecnológica es fundamental, pues en función de cómo nos posicionemos —de forma protagónica o a remolque de los demás— condicionará nuestro futuro desarrollo cultural, económico y social.

Pero volviendo a la pregunta inicial del moderador: ¿Cuál es la contribución de las lenguas y de la cultura en la economía? Factores culturales inciden en toda la cadena de valor económico. Nuestro propio lenguaje verbal incide en los fundamentos de la vida económica. También el lenguaje no verbal o implícito que va desde lo humorístico a lo más conceptual, o a lo más gestual. Por ello, los mercados se han conformado tradicionalmente alrededor de comunidades culturales. La componente cultural está particularmente presente en los mercados de la alimentación (los gustos son fruto de un proceso lento de aprendizaje colectivo) o en los mercados de la moda (no solo del vestir o el calzado, sino también de la belleza), así como en el de la publicidad. En todos estos sectores la incidencia directa de los profesionales culturales (diseñadores, creativos de todo tipo...) es menos visible que en la industria cultural tradicional, pero no menos importante.

De todas formas, los factores culturales tienden a perder fuerza debido al proceso de homogeneización que la globalización impone. Por ello, cada vez más, capas crecientes de la población son capaces de leer y aceptar contextos, códigos, valores, formas de comunicación verbal y no verbal que de alguna forma superan los espacios tradicionales lingüístico-culturales.

Por otro lado, hay algo que es evidente, que se ha visto de forma implícita en lo que hemos escuchado esta mañana, cuando mayor es una comunidad/mercado que comparte una misma lengua, unos mismos códigos lingüísticos y culturales, mayores son las economías de escala

para la producción y comercialización de productos con contenido o valores simbólicos. Esto es negativo para la diversidad cultural del planeta puesto que los menores costes obtenibles en los grandes espacios lingüístico-culturales, en particular cuando estos están liderados por países y empresas con gran capacidad de inversión, producción, distribución e imposición de cánones, van en perjuicio de los mayores costos unitarios de la producción cultural de las comunidades con menor número de hablantes y de las empresas con menor capacidad económica. Y, de nuevo, cuando hablamos de productos de contenido simbólico, no solamente son los que promueven las industrias culturales, pues hay una enorme cantidad de sectores económicos en los que los aspectos simbólicos tienen gran importancia.

Es importante, sin embargo, analizar con matices toda esta realidad, pues por un lado las comunidades culturales más allá de compartir un idioma son internamente diversas, cosa que conocemos muy bien tanto en el mundo hispano-hablante como en el luso-parlante; y por otro lado existe un sinfín de mecanismos proteccionistas, desde el proteccionismo estatal basado en barreras arancelarias, al que se da por razones culturales, económicas o políticas. Existen muchas formas de impedir la competencia, en particular cuando hay intereses económicos potentes y lobbies eficaces. Aunque a veces, no es fácil saber por qué se mantienen determinadas barreras. Por ejemplo, ¿por qué solo el 3% de la producción editorial de Estados Unidos son traducciones de otros idiomas? ¿Es fruto de una estrategia maquiavélica coordinada de los operadores editoriales o responde a valores más profundos de la sociedad norteamericana frente a lo que viene del exterior? Otras barreras son más estructurales como la que se da a nivel iberoamericano donde, aun y existir una política explícita de libre comercio editorial, en la práctica estos

esfuerzos refrendados en las Cumbres de jefes de estado y de gobierno se diluyen cuando un contenedor llega a un puerto y debe traspasar barreras normativas y aduaneras difíciles de entender.

Otra cuestión a tener en cuenta es la riqueza potencial generada por las industrias de la lengua. Disponer de un idioma atractivo y numéricamente potente a escala mundial, permite el desarrollo de mercados lucrativos, como el turismo lingüístico que países como el Reino Unido han convertido en un gran negocio, en un gran aporte a su economía. Este fenómeno también se da, aunque a menor escala, en nuestras dos regiones lingüísticas, pero al igual que con el inglés, no todos los países y regiones han podido canalizarlo de manera parecida. Si utilizamos el ejemplo de Lisboa, no solo existe un turismo ligado al aprendizaje del portugués sino también atraído por personajes y rutas literarias. Pessoa es un personaje que genera no sólo un museo dedicado a él, sino también un conjunto de itinerarios literarios, de visitas a lugares emblemáticos o la venta de productos asociados a él (el llamado *merchandizing*). El hecho de ser reconocido internacionalmente impulsa otros sectores, desde la educación superior al *software* lingüístico, o se multiplican los intercambios con espacios con los que se comparten referentes.

Pero, ¿Existen referentes parecidos en otros países luso-parlantes? La competitividad entre países de una misma área lingüística depende, fundamentalmente, de la calidad y prestigio de sus instituciones y sus referentes, así como del nivel de conectividad internacional y de los recursos disponibles. Es evidente que no todos los países luso e hispano parlantes disfrutan o pueden aprovechar las mismas condiciones. Y eso se debe reconocer para trabajar en una relación más equitativa, cuestión fundamental si realmente queremos impulsar conjuntamente una alianza estratégica a escala internacional.

Si focalizo un poco más la mirada en el impacto de las lenguas y la cultura en el sector específico de las industrias culturales y creativas, nos encontramos que históricamente, sobre todo si analizamos los últimos dos siglos, los mercados culturales se han conformado ligados a comunidades lingüísticas específicas. Esto es válido no solo para aquellos ámbitos culturales que tienen el idioma como materia prima esencial —como pueden ser la industria del libro, el teatro de texto o la canción— sino que se repite para el conjunto de sectores culturales. En todo caso, la clave está en la existencia de referentes compartidos, a menudo impulsados por las élites culturales y replicados por las industrias culturales y el sector educativo. De todas formas, dentro de un mismo espacio lingüístico-cultural ha existido tradicionalmente una tensión entre los defensores de los modismos más autóctonos, regionales, y aquellos que buscan un espacio de expresión y de mercado más amplio, por la que circulen sin barreras los productos culturales. En la actualidad esta tensión tiende a reducirse en la medida que la globalización implica un cierto cambio de paradigma y que las tecnologías allanan barreras y homogeneizan procesos en el interior de un mismo espacio lingüístico y a escala global.

Estamos ante la aceleración de un proceso que se inicia durante el segundo tercio del siglo xx cuando la producción cinematográfica y posteriormente las series de televisión y el pop-rock de Estados Unidos y de otros grandes centros de producción hegemónicos, propician la aceptación progresiva por parte de las audiencias de los referentes y los «*star-sistemas*» propulsados desde estos lugares. Es evidente que, si hiciésemos una encuesta sobre los actores cinematográficos preferidos en nuestras dos áreas lingüística, probablemente los nombres más citados serían actores de Hollywood.

Hoy el gran mercado del ocio digital, de los videojuegos al mundo del deporte electrónico, mueve millones y millones de gente joven en todo el planeta; es un negocio global. La oferta y la demanda dominante dependen sólo marginalmente del idioma y de la cultura de cada país. Y eso es algo que debemos considerar. Evidentemente, la mediación, la forma como los medios comentan estos productos, puede incidir en una mejor o peor recepción en función de determinados rasgos culturales. Por esto es tan importante repensar las formas de mediación y de apoyo gubernamental al sector, puesto que, si se hace bien, se pueden matizar las fuerzas de unos agentes y unos mercados cada vez más globales.

La otra gran cuestión, señalada al inicio cuando se comentaba el contexto, es el desarrollo de la digitalización y la inteligencia artificial. Por ejemplo, las tecnologías de traducción e interpretación debilitan las barreras lingüísticas. Cada vez más, todos nosotros estamos utilizando *software* de traducción automática y esto se va a sofisticar y a automatizar mucho más. ¿Qué implicaciones tendrá para el desarrollo de nuestras industrias culturales y creativas? ¿Cambiarán los referentes y los patrones de consumo y participación cultural de la población? Para poder diseñar políticas públicas que refuercen los propios referentes y sus industrias culturales es necesario analizar atentamente los factores de cambio. Una de las dificultades consiste en disponer de información fidedigna, puesto que a menudo esta está solo en manos de empresas con intereses particulares. Información que nutra el análisis y acompañe el proceso de diseño de políticas públicas adecuadas a los retos del siglo XXI. ¿Qué estrategias expresan mejor la defensa de la diversidad cultural y el interés general de nuestras comunidades culturales contemporáneas? La respuesta no es fácil puesto que existe un conjunto de intereses contrapuestos en tensión, defendidos de forma muy desigual

entre grandes corporaciones transnacionales y pequeños operadores nacionales o locales. Aquello que la tecnología provoca o las políticas que las propias comunidades legitiman de apoyo a la cultura nacional determina las formas de cooperación cultural en el interior de un espacio lingüístico-cultural. Y eso es precisamente algo que creo que deberíamos analizar en profundidad porque aquí tenemos enormes espacios de reflexión, pero también de acción; en este sentido, un foro como es presente es un espacio ideal para compartir ese tipo de elementos.

Me gustaría terminar centrando la mirada en lo que ocurre en aquellas áreas de nuestra enorme comunidad lingüístico-cultural donde conviven diversos idiomas. Yo como catalán, que además de mi lengua materna hablo el castellano, que entiendo bien pero no hablo el portugués, pero que me gustaría mucho poder hablarlo correctamente, es importante mirar esto no sólo en la Península Ibérica, sino muy en particular desde la diversidad cultural y lingüística de América Latina y de África. ¿Qué pasa en las regiones bi o multilingües? ¿Cómo defender esta rica diversidad cultural? ¿Cómo construir estrategias que nos favorezcan a todos de forma equitativa ante un proceso de homogeneización galopante provocado por la globalización y el impacto tecnológico?

Evidentemente cada una de estas regiones es muy heterogénea, con complejas relaciones sociales y políticas, pero esta complejidad es una enorme ventaja cuando queremos diseñar estrategias adaptadas a un mundo en cambio, cada vez menos monolingüe. Por ejemplo, analizar nuestras comunidades bilingües o multilingües puede servir para aprender a adaptarnos mejor a entornos más competitivos e internacionalizados. Evidentemente, existen muchas otras variables o factores que explican la desigual adaptación. Pero si de entrada analizamos territorios que compartan ciertas condiciones de estabilidad, de educación

y de conectividad equivalentes, podemos observar como algunos son particularmente eficientes en la prestación de servicios de traducción, de interpretación, de atención personalizada a públicos globales y en el desarrollo de software multilingües. En ese sentido, parece confirmarse en estos casos que el multilingüismo y la diversidad cultural y lingüística nos prepara mejor para la globalización.

Sin embargo, hemos de ser conscientes que, como se ha dicho esta mañana, la oferta prioriza el idioma mayoritario, el idioma coíné o con mayor prestigio y poder; no siempre el idioma más hablado es el que domina la producción cultural o los circuitos con capacidad de influencia. Esta es una experiencia común en África, y lo es también a escala global donde el inglés domina muy por encima de otros idiomas demográficamente más extensos. Por lo tanto, más allá del valor cuantitativo, es necesario tener en cuenta la dimensión cualitativa para contrastar contextos y datos. El ahorro de costos asociado a las economías de escala explica por qué las empresas y en general el mercado prioriza la comunicación en el idioma con mayor alcance, prestigio y consecuentemente, coste-beneficio. En las industrias del ocio digital esto es aún más fundamental que en el paradigma analógico.

Y termino con una reflexión que complementa lo expresado anteriormente. La macro región luso-hispano hablante es demasiado heterogénea para conformar un único mercado cultural. No nos podemos engañar. Sin embargo, comparte un mismo contexto y unos intereses muy parecidos. Así pues, en una negociación a escala global esta asociación puede ser muy importante. A partir de este primer foro, deberíamos construir y analizar una estrategia compartida, basada en el análisis de lo que tenemos en común: fortalezas, debilidades, amenazas y oportunidades. Sobre dicha base, tal como nos decía esta mañana el ponente de la Real Academia de la Lengua,

podemos construir estratégias compartilhadas, equitativas, sem imposições nem velhos rancores. Em esse sentido, a economia pode aportar um análise e uma visão complementar à mirada cultural, social ou política. Devemos construir alianças que vão além dos aspectos econômicos, mas que tenham em conta esta dimensão, que não é tão prosaica como às vezes se a adjectiva, mas muito mais holística de lo que parece. Esta é uma labor colectiva a la que todos devemos estar chamados.

Aureliano Neves

Câmara de Comércio Hispano-Portuguesa

Como institución bilateral siempre hemos entendido la importancia de las barreras lingüísticas y la necesidad de acercar España y Portugal a través de la difusión y enseñanza del portugués y el español. En nuestro caso específico, la difusión y el conocimiento del portugués y español como lenguas vehiculares para hacer negocios, son fundamentales para nosotros y no solo por el mercado ibérico sino también porque el portugués y el español permiten acercarnos a Latinoamérica y África como destino para nuevas oportunidades de negocio. Los territorios hispanoparlantes representan un mercado potencial de más de 580 millones, mientras que el mercado lusoparlante representa más de 300 millones de habitantes, es decir un mercado con prácticamente 900 millones de habitantes, además los vínculos históricos y culturales entre ambas partes facilitan el intercambio comercial y debería ser también un valor fundamental a potenciar a la hora de internacionalizar nuestras empresas.

Nuestra Cámara de Comercio Hispano Portuguesa fue fundada en 1971 por un grupo de empresarios y autoridades hispano portuguesas que ya hace mas de 45 años entendían esta dinámica, y por eso cuando la Organización de Estados Iberoamericanos nos invito a hablar en este panel, no dudamos en aceptar.

Ahora me gustaría poder profundizar en la relevancia de las lenguas y la cultura para la internacionalización de las empresas que comento al principio:

El Español Y El Portugués En El Mundo

La potencia económica de un idioma depende esencialmente de dos factores:

- El número de sus hablantes y su dinámica de crecimiento a lo largo del tiempo. Se multiplican sus efectos a medida que crece el número de personas que lo dominan.
- El segundo factor tiene que ver con la intensidad de los intercambios que se establecen entre individuos y países. Es decir, con la capacidad de compra de esos hablantes, lo que puede multiplicar los intercambios, las transacciones mutuas y con ello el mercado común que conforma una lengua compartida.

El español y el portugués adquieren valor como lengua de relación internacional: ante todo, porque proporcionan una «renta diferencial» en forma de mayores y menos costosos flujos de bienes, servicios, factores y recursos productivos entre un mayor número de países y de personas.

Así, el español y el portugués son un activo que nos acerca a otros más de ochocientos millones de personas y que se traduce, de hecho, en mayores niveles de intercambio comercial entre determinados países.

Gracias a la lengua compartida se facilitan los negocios sin trabas lingüísticas en casi una treintena de países (21 hispanohablantes y 8 lusoparlantes) así como para centenares de miles de emigrantes que viajan y se establecen más fácil y ampliamente por el mundo.

Por ello son lenguas que potencian muy directamente industrias, comenzando por las culturales y de la enseñanza, además de las telecomunicaciones, de gran dinamismo en el mundo actual, y fuente de riqueza y de empleo.

Lengua, Factores Culturales Y Distancia

Tal y como explican Jimenez y Narbona (2010), de igual modo que una moneda común reduce los costes de transacción de los flujos económicos, favoreciendo así la conexión de los mercados y activando los intercambios, una lengua común ejerce una parecida función reductora de los costes de transacción, deshaciendo las barreras comunicativas.

La lengua funciona como puente que acorta la distancia en términos psicológicos entre individuos y países: frente a la barrera separadora de la distancia física y de las fronteras administrativas.

Una lengua común, añadiendo además los vínculos históricos y culturales que esa comunidad de lengua encierra y propiciará entornos de afinidad.

Es por ello que hoy en día, la lengua es reconocida como factor importante en el proceso de internacionalización de las empresas ya sea a la hora de decidir a qué país comenzar a exportar o en cual establecerse.

El Español Y El Portugués En El Comercio Internacional Y Los Flujos De Inversión Directa en el Exterior

El español se apunta, como un poderoso impulsor de los intercambios comerciales y de inversión en el mundo. Desde hace cientos de años, la balanza comercial entre España y Latinoamérica ha tenido un fuerte vínculo.

Según datos del Ministerio de Asuntos Exteriores del Gobierno de España, España es hoy uno de los principales inversores en América Latina, con una presencia destacada en sectores clave del proceso de desarrollo y modernización social como la banca, la energía, las comunicaciones, la construcción y gestión de infraestructuras, el turismo o la provisión de servicios públicos.

Igualmente, la política exterior portuguesa se vertebra en torno a tres ejes; eje europeo (UE), eje transatlántico

(Estados Unidos y Brasil), y eje africano (especialmente relaciones con los Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa).

Las relaciones bilaterales con Brasil son excelentes y especialmente fluidas en el ámbito económico, Brasil es el tercer mercado de exportación portugués fuera de la UE, fuerte presencia inversora de Brasil en Portugal (séptimo puesto) y 13º lugar inversor de los lusos en tierras americanas (cuarto destino de las inversiones).

Conclusiones

En suma: tanto el español como el portugués han ejercido en las décadas recientes un gran papel como instrumento de la internacionalización empresarial constituyendo a día de hoy las empresas españolas y portuguesas los casos más sobresalientes.

Como decían Jiménez y Narbona en 2010; «La gran tarea pendiente es materializar esa ventaja del idioma como gran activo económico internacional en un conjunto de países que precisan para ello de más desarrollo.»

Referencias Bibliográficas

- Jiménez, J.C. y Narbona A. (2010). Capítulo 4: El español como instrumento de la internacionalización empresarial. *El español, lengua global. La economía, tercer volumen del Instituto Cervantes y Español Santillana*. Recuperado de: https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_economia/04.htm
- España en Iberoamérica (2020). Ministerio de Asuntos Exteriores. Recuperado de: <http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExterior-Cooperacion/Iberoamerica/Paginas/EspEnIberoamerica.aspx>

Artur Santos Silva

Fundação La Caixa

Vou debruçar-me sobre aspetos mais gerais relacionados com a importância da língua para a economia portuguesa. Na perspetiva da economia, devíamos ter uma estratégia muito coerente e muito solidária em relação à nossa posição no mundo. É verdade que na Europa, mesmo que os dirigentes políticos portugueses e espanhóis fossem de linhas políticas diferentes, a ideia de se realizarem cimeiras regulares e em relação às grandes questões europeias revela que Portugal esteve sempre alinhado.

E, portanto, acho que em relação à América Latina e à nossa presença em geral no mundo, só temos a ganhar, como refere o Professor Luís Reto logo no início do seu livro – seu e de uma equipa de grande qualidade que o apoiou na realização desse estudo.

Neste ponto, coincido com a opinião de Antero de Quental, na sua obra sobre as causas da decadência dos povos peninsulares: não se trata de um projeto ibérico, pois cada país tem obviamente o seu papel na estratégia ibérica para o mundo, mas há sem dúvida proximidades que decorrem de duas línguas muito coincidentes. Nós, portugueses temos uma grande facilidade em ouvir o espanhol e, portanto, imediatamente converter o espanhol na nossa língua. Reconheço que falamos muito depressa e é mais difícil para os espanhóis acompanharem as nossas intervenções na nossa língua, mas na leitura é fácil.

Eu tenho a experiência que o Professor Luís Reto refere em relação ao Banco onde trabalhava: quando Portugal

entrou em crise e a Troika avançou sobre o país, o acionista alemão pensou que nós íamos ter o destino da Grécia – felizmente não tivemos – portanto nessa altura saiu da estrutura acionista, mas com o Brasil nunca tivemos problemas, porque a língua é a mesma. Com o acionista espanhol, que entrou mais ou menos na mesma altura, nos anos 90, nunca houve tradução simultânea. Tínhamos também um grande acionista alemão com dois representantes, um catalão e o outro alemão que tinha estado no Brasil, pelo que nunca houve problemas nos conselhos. A partir dessas participações nunca houve tradução simultânea, até aos anos 90 foi necessária.

Nesse sentido, a minha viva recomendação é: tenhamos, para a afirmação no mundo, uma estratégia muito partilhada. O orador anterior, português que vive há muito em Espanha, disse «compartido», mas essa palavra não existe (eu estive a ver). Ele já assume uma língua cruzada com o espanhol. Há «partilhado», mas não há «compartido», embora todos nós tenhamos percebido.

O português e o espanhol são línguas globais, línguas oficiais de inúmeros países e línguas «lexificadoras» de crioulos quer africanos quer asiáticos, o que estabelece importantes pontes com esses povos.

Na África subsariana, o português tem indiscutivelmente uma presença relevante, não apenas em Angola, com uma população de 30 milhões em grande crescimento, mas também em Moçambique. Além disso, temos o caso de Cabo Verde, que nos rankings internacionais de boa *governance* em África, como a Fundação Mo Ibrahim, está em primeiro ou segundo lugar. É um país que tem uma pequena população mas com uma grande diáspora que tem um papel muito relevante, não só no nosso país mas também em outros países, alguns deles europeus, como a Holanda, ou os EUA, onde tem também uma presença muito forte que também se expressa através de uma cultura de grande

riqueza na literatura, na música. É um país pequeno que se afirma pela sua qualidade.

Gostaria de lhes dar conhecimento de uma instituição bastante informal que realizou este ano a 20.^a conferência – o *Foro Ibero-América* – que reúne políticos, homens e mulheres da cultura, pessoas da área empresarial, média, estando muitos setores representados. Os últimos copresidentes foram Fernando Henrique Cardoso e Ricardo Lagos, dois grandes presidentes de países da América Latina. Os atuais copresidentes são Francisco Balsemão e Juan Maria Sanguinetti, que foi presidente do Uruguai. Todos estes homens tiveram uma carreira política notável com grande dimensão cultural. As mulheres estão realmente pouco representadas, deviam estar mais representadas neste fórum.

Este fórum reúne uma vez por ano, já teve 20 edições, a próxima será no Porto onde teremos a presença de Filipe González, presidente do capítulo espanhol, que sempre participou nestes encontros e teve um papel muito importante. A posição do fórum é de que temos de fazer alguma coisa para uma maior aproximação entre a América Latina e a Europa e, portanto, os países ibéricos, Portugal e Espanha, podem ter aí um papel muito relevante e há neste momento uma grande oportunidade para esse reforço.

Com uma política que ninguém entende – penso que ninguém entende a política do atual presidente dos EUA e com o Brexit – a Europa precisa de reforçar as suas alianças no mundo e esta é uma grande oportunidade se efetivamente houver do lado dos países da América Latina um outro entendimento, porque ainda não há uma relação entre eles que permita que na economia, nas políticas de finanças públicas e nas políticas sociais tenham um caminho mais próximo. Se esse problema vier a ser resolvido, acho que Portugal e Espanha podem ser um grande mediador de uma nova aliança da Europa com a América Latina, porque estou certo de que todos terão muito a ganhar.

Existe esta instituição informal, mas é uma rede muito interessante de diálogo a que estou ligado desde o princípio. Só nos últimos três anos participo no comité de direção (do lado português estou eu e o Francisco Balsemão), mas acho que o nosso papel tem e deve ser facilitar essa aproximação.

Portugal e Espanha tiveram períodos negros coincidentes e, felizmente, Portugal não teve uma guerra civil que foi terrível, mas a maior alteração que houve, do meu ponto de vista, com a entrada dos nossos países na Comunidade Europeia, foi a relação entre os dois países. A Espanha era um mercado negligenciável para Portugal. Hoje, a Espanha é o nosso maior mercado e 25% a 30% das nossas exportações vão para Espanha. Portugal também é importantíssimo para a Espanha porque as suas exportações representam uma vez e meia, em média nos últimos anos, das exportações para os países da América Latina, do México ao sul da América do Sul, o que dá uma ideia dessa importância.

Da importância da língua não vou repetir o que já foi dito e visto no filme magnífico que tive oportunidade de ver antes desta sessão começar. Em relação ao desafio do futuro, estas nossas línguas são fortíssimas. No desafio digital, a língua portuguesa e espanhola estão nas mais visitadas, nas mais usadas e nas línguas mais importantes.

Queria dizer que, para este desígnio de termos uma estratégia comum, as nossas universidades de Portugal e Espanha têm de ter um papel maior. A Universidade do Porto instituiu um Pró-Reitor cuja responsabilidade primeira é a promoção da língua portuguesa. Acho que as nossas universidades deveriam ter na sua *governance*, no comando das universidades, alguém que, em exclusivo ou em termos predominantes, se dedique a esse tema.

Qual é o maior problema dos nossos dois países, Portugal e Espanha? É a questão demográfica: somos países muito envelhecidos, o que vai levantar uma questão muito séria. A solução está evidentemente nas migrações, no

papel que as comunidades imigrantes podem ter em ambos os países. Nós sempre estivemos de braços abertos e hoje temos cerca de 500 000 habitantes que tiveram a sua origem na imigração, metade dos quais são de língua portuguesa, o que facilita muito a integração.

Em Espanha acontece a mesma coisa. Espanha sempre foi um país extremamente aberto, como demonstrou mesmo nas crises mais recentes, em que também as comunidades de língua espanhola têm um papel muito importante. Trabalhamos muito mais a relação da Ibéria com a América Latina pode ajudar a reduzir esta questão dramática que temos: a natalidade é baixa para aquilo que os nossos países precisam, não há estímulos suficientes para que a mulher possa trabalhar e possa dar também atenção ao papel nuclear que tem na família, não há adequadas políticas fiscais. A natalidade é baixa, o que não se vai inverter de um dia para o outro e a saída está nas migrações, nos movimentos migratórios que temos de ser capazes de acolher.

Para terminar, gostaria de referir o seguinte: Portugal e Espanha tiveram desafios enormes num espaço de tempo muito curto, quando passaram de uma sociedade ditatorial para uma sociedade democrática. Portugal teve, além desse desafio, um outro que foi a descolonização. Portugal teve uma revolução e Espanha teve o talento de fazer uma reforma e, assim, em passos mais radicais ou, depois, na inversão desses passos radicais, tivemos alterações muito importantes (nacionalizações, privatizações, descolonização depois de uma guerra de 13 anos). Portugal restabeleceu uma relação muito própria e muito estreita com as suas antigas colónias, e mesmo aquelas que têm ainda níveis elevados de pobreza, de desigualdade e menos desenvolvimento beneficiam de portugueses que quiseram ir para esses países e estão a ajudar quer fluxos de investimentos de empresas portuguesas quer oportunidades de emprego e de aproveitamento nesses países.

Mas em Espanha e Portugal tivemos o desafio europeu. Espanha teve o talento de fazer uma transição sem grandes feridas, não indo buscar ao passado problemas e teve uma caminhada fantástica de progresso e de avanço. Temos, porém, um problema muito sério, ambos somos sociedades muito desiguais. Também na América Latina a desigualdade é gritante e esta é uma questão que nos deve levar a procurar, com os países da América Latina, construir políticas e soluções que combatam esta gritante desigualdade.

Mas a situação de pobreza em Portugal e em Espanha não deve ser esquecida. Em Portugal, 17% das pessoas vivem em situação de pobreza e, em Espanha, perto de 20% da população. A solução está na educação, na cultura, na ciência, enquanto grandes fatores de combate à desigualdade.

Uso muito a comparação da Coreia do Sul com o Gana que, a seguir à guerra, tinham um PIB per capita igual e, hoje, a Coreia do Sul é um país que fez uma reforma extraordinária, mas onde as famílias dedicam 30% do seu rendimento à educação dos filhos. Não pagam nada no ensino público, mas investem um terço do seu património em atividades extracurriculares ou reforço das curriculares.

Temos de saber aproveitar os laços das nossas culturas, das nossas línguas e da nossa memória que tem pontos altos e pontos baixos, mas importa aproveitar tudo isso para construir uma outra relação, e acho que a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, que completa 70 anos em 2019, tem um papel fundamental. Espero que possa ter um papel ainda mais persistente para nos ajudar a enfrentar estes desafios com sucesso.

Duarte Azinheira

Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), Portugal

A apresentação que vou fazer é um tudo ou nada diferente e talvez possa ser vista como um estudo de caso, porque é dedicada a uma empresa pública portuguesa – a Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) – que tem responsabilidades estatutárias de promoção da língua e da cultura portuguesas, mas tem também uma atividade empresarial forte e séria.

Antes de mais e para conceptualizarmos a intervenção, gostaria de referir que a INCM é uma sociedade anónima 100% pública que resulta da fusão da Imprensa Nacional com a Casa da Moeda.

A Imprensa Nacional foi criada por decreto real de 24 de dezembro de 1768 e fez os seus primeiros livros durante o primeiro trimestre de 1769. Em 1972, durante o Marcellismo, funde-se com a Casa da Moeda, o mais antigo estabelecimento industrial português, que trabalha continuamente desde o final do século XIII, dando origem a esta empresa *sui generis* que existe no âmbito do sector empresarial do Estado português.

A INCM é conhecida por todos: as moedas de euro que trazem no bolso, os passaportes, as cartas de condução, os cartões de cidadão, os selos do tabaco, e vários outros produtos, ou seja, os melhores e mais relevantes produtos gráficos de segurança portugueses são produzidos pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Por outro lado, a sua crescente dimensão exportadora torna esta sociedade pública portuguesa cada vez mais familiar, mesmo para os cidadãos de outros países presentes neste evento.

Esta empresa tem na sua missão uma responsabilidade – a promoção da língua e da cultura portuguesas – e esta responsabilidade sempre foi entendida como uma missão de salvaguarda patrimonial.

Todos os anos, a INCM coloca no plano de responsabilidade social e cultural uma percentagem do seu valor de vendas, que pode variar em função dos resultados da empresa. Não existe nenhuma espécie de intervenção dos órgãos de gestão empresarial da INCM na programação cultural, que é feita por programadores que são coordenados por um diretor editorial e de cultura. Existe também um conselho editorial (órgão estatutário de aconselhamento composto por 10 personalidades de reconhecido mérito) que desempenha um papel fundamental no cumprimento desta missão.

A face mais visível desta atividade é o plano editorial de serviço público, que anualmente garante 80 a 100 novas edições.

A Imprensa Nacional (a chancela editorial da INCM) é uma editora com características completamente diferentes das editoras privadas. Tem um papel supletivo. A sua missão é garantir que um conjunto de textos fundamentais para a língua e cultura portuguesas estão disponíveis nas melhores edições possíveis, mesmo quando não são rentáveis.

A editora disponibiliza textos fundamentais do cânone literário e cultural. Neste momento tem um catálogo ativo com cerca de 1500 títulos e um passado significativo, com uma oferta editorial centrada em autores clássicos. Mantém ativas as edições críticas de Fernando Pessoa, de Almeida Garrett, de Camilo Castelo Branco, e Eça de Queirós.

A Imprensa Nacional promove um conjunto relevante de prémios literários: em Moçambique, o prémio «Eugénio Lisboa», em Cabo Verde, o prémio «Arnaldo França», em Timor-Leste, o prémio «Rui Cinatti». Em Portugal, o prémio Vasco Graça Moura e recentemente foi criado o

prémio «Ferreira de Castro» para a diáspora portuguesa, em conjunto com o Ministério de Negócios Estrangeiros.

A editora pública trabalha em parceria com instituições publicas e privadas na promoção da língua e cultura portuguesas. Por exemplo, o *Atlas da Língua Portuguesa* (muito referido durante o presente encontro) foi editado pela Imprensa Nacional em conjunto com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

A questão do *soft power* é um tema muito relevante para as empresas quando decidem investir na cultura. Existe um grau de transversalidade nas atividades culturais, que torna, por vezes, a criação de pontes e diálogos uma tarefa menos complexa e que favorece o desenvolvimento de um ambiente propício aos negócios.

Essa relação entre economia e cultura fazem, sem qualquer dúvida, da INCM uma empresa diferente da generalidade das empresas, porque não se limita a vender produtos.

Muitos empresários portugueses já perceberam a importância da «diplomacia cultural». Existem excelentes exemplos de empresas privadas que fazem este trabalho, mas quando essa prática for generalizada, quando as empresas começarem a investir uma percentagem do seu volume de vendas para intervir nas áreas de cultura e de responsabilidade social, os resultados nos negócios serão ainda mais evidentes.

Existe um *ranking* sobre esse *soft power* que nos diz que a língua e a cultura são fatores chave da diplomacia económica. No caso português há claramente uma aproximação aos centros europeus e africanos. Há uma aproximação à comunidade lusófona na América do Sul. De facto, a cultura permite aumentar a atratividade económica de Portugal no mundo.

No caso deste *ranking* de *soft power*, que tem cinco ou seis critérios, Portugal tem estado, nos últimos quatro anos, em 22.º lugar, o que é bom para o nível de desenvolvimento

do país. Espanha claramente está mais acima, está no 12.º ou 13.º lugar, mas é também um país de uma outra dimensão.

Espero que este exemplo da INCM possa ajudar a esclarecer a importância do investimento empresarial nos temas de responsabilidade cultural, especialmente nos aspetos que se relacionam com a língua.

José Luis García Delgado

Universidade Complutense de Madrid, Espanha

Conclusiones y Recomendaciones

Tres conclusiones

1. ¿Cuál es la *relevancia de la lengua y la cultura en la internacionalización de las empresas*?

La lengua es un factor muy relevante en la explicación de los procesos de internacionalización de las empresas: la lengua y las pautas culturales que con ella se expresan, esto es, comportamientos y actitudes en el ámbito de las relaciones interpersonales. No lo olvidemos: el «trato» siempre antecede y acompaña al «contrato».

Tanto la teoría como los estudios empíricos, así lo consignan. En el caso del español, el trabajo de campo disponible (promovido por Fundación Telefónica) ha permitido constatar tres hechos claves:

Primero: la comunidad de lengua tiene alta influencia en la decisión de internacionalizar la empresa y en la selección de los mercados sobre los que esta va a operar, especialmente en las etapas más tempranas de tal experiencia. La razón es clara: reducción de los *costes de transacción* que la lengua común propicia, aminorando la distancia psicológica con la que se contempla el mercado y la percepción de riesgo asociada a la operación. El aprendizaje del proceso de internacionalización que así se consigue es básico. La

lengua común proporciona a las empresas una suerte de *escuela* en la que adquirir habilidades para alcanzar más tarde nuevas cotas de proyección exterior.

Segundo: disponer de una lengua común potencia la acción competitiva de la empresa, una vez que ha decidido instalarse en el nuevo mercado. Son diversas las vías a través de las que se produce este efecto: la lengua común facilita la identificación de socios y la negociación de acuerdos con ellos; propicia un mejor conocimiento del entorno normativo y una relación más fluida con las autoridades locales (lo que es clave en sectores regulados); permite conocer más rápidamente gustos y preferencias de los consumidores, y hace posible un abaratamiento de los costes de adaptación de los productos y de las campañas y operaciones de marketing derivadas. En más de un sentido, la lengua común equivale a una moneda única.

Tercero: la presencia de una lengua común ayuda a la labor directiva al hacer más accesibles los cambios organizativos obligados por el proceso de internacionalización. Al menos, por una doble razón: por una parte, la lengua común propicia una más asequible traslación de los modelos de gestión a las nuevas unidades, mejorando los procesos internos de transmisión de órdenes, supervisión y control; por otra, permite la formación de cuadros y equipos directivos más cohesionados, facilitando la contratación de profesionales nativos del país donde la empresa se instala.

Y bien, ¿de qué cifras se trata? En el trabajo de campo aludido para el español, con una muestra de casi 2.000

empresas exportadoras y 100 permanentemente instaladas en el extranjero, las cifras son muy abultadas:

- Un tercio de las empresas exportadoras considera que operar en un mercado de lengua distinta incrementa en más de un 1% de su facturación anual los costes de adaptación de sus productos y los costes de sus campañas de promoción y marketing.
- Igualmente, también cerca de un tercio de las empresas instaladas en el exterior atribuye a la necesidad de operar en una lengua distinta a la propia un coste superior al 1% de la facturación anual.

¿Porcentaje insignificante? No lo son, desde luego, los valores absolutos: téngase en cuenta que entre esas empresas estudiadas abundan las que facturan en cada ejercicio más de 10.000, 20.000, 30.000 o, incluso, 40.000 millones de euros, lo que quiere decir que la lengua puede suponer un ahorro entre 100 y 400 millones de euros anuales. El 1% tal vez no impresione; sí esos montos en euros.

2. ¿Cómo **aprovechar el valor de las lenguas**?

La conclusión a este respecto es muy simple: convenciendo y convenciéndonos de las ventajas que reporta una lengua común.

Hablamos de *ventajas*, y no otra cosa son los efectos multiplicadores de intercambios comerciales y flujos de inversión que genera un espacio lingüístico común o compartido. En el caso concreto del español, la evidencia empírica disponible es contundente:

- el español multiplica por 4 los intercambios comerciales entre los países hispanohablantes, y

- compartir el español multiplica por 7 los flujos bilaterales de inversión directa exterior (IDE), actuando así la lengua común de potente instrumento de internacionalización empresarial en el ámbito hispanohablante.

Así pues, ¿cómo aprovechar esas ventajas, ese valor que crea la lengua? Ante todo —repetámoslo—, convenciendo a políticos y empresarios, a empresarios y políticos de la existencia y de la relevancia de tales ventajas.

Y después, consiguiendo avanzar en el terreno del *estatus*, quiere decirse, del reconocimiento para el español y para el portugués de su condición de lenguas de comunicación internacional en foros y organismos multilaterales. Es cierto que el español y el portugués son lenguas consideradas como oficiales en Naciones Unidas, pero en la práctica su utilización es muy reducida. Y en el seno de la Unión Europea, el español y el portugués son de hecho lenguas subalternas, sin estatus real de lenguas de trabajo (que sí tienen inglés, alemán y francés). El reto, por consiguiente, es inequívoco, y lo que en este campo viene haciendo Francia desde hace mucho tiempo, y con notable éxito, convendría tenerlo muy presente.

3. ¿Cuál es la **contribución de la lengua en la economía y en las industrias culturales y creativas**?

Importante, desde luego, y en línea con todo lo antes afirmado.

Tanto para el portugués como para el español, las investigaciones realizadas indican que la lengua aporta entre un 15% y un 17% del Producto Interior Bruto de los países que lo tienen como lengua oficial (sea mayoritaria o común) y un porcentaje similar en su aporte al de empleo total. Es un cálculo aproximativo,

a partir de lo que se denominan contenidos o «coeficientes» de lengua (altos en la industria editorial o en la administración de justicia, por ejemplo, y bajos en actividades agropecuarias, por ejemplo); un cálculo aproximativo y que exige cuidado en las correspondientes «hipótesis de ponderación», pero que es revelador, en todo caso, de la significativa contribución de la lengua en términos macroeconómicos.

Una contribución importante que se realiza más al considerar el creciente peso en nuestras economías de las industrias culturales (edición, audiovisual y música, principalmente), nunca por debajo del 3% del PIB respectivo.

Tres recomendaciones

Primera: el español y el portugués, con tanta fortuna en su devenir histórico, pues su expansión durante siglos se ha hecho sin especiales apoyaturas administrativas de promoción, se merecen una política ambiciosa, de altura, con un doble planteamiento.

- Uno: que ambas lenguas sean consideradas como *bien preferente* a todos los efectos —también por los Ministerios de Economía y Hacienda— y que su proyección internacional sea una tarea a largo plazo, con las prioridades que ello comporta en el campo de la enseñanza del idioma, en la elección de las lenguas de trabajo en foros internacionales y en el apoyo, claro está, a todos los procesos de creación cultural. Una política que trascienda las alternancias gubernamentales y los ciclos políticos, ganando potencia y continuidad. Vigorosas políticas *públicas*, en suma, para un cometido que es alta responsabilidad *pública*.

- Dos: que esa política de impulso internacional se articule a través de una estrategia compartida por España, en un caso, y Portugal, en otro, y todos los países también titulares de tal *propriedad mancomunada*, pues eso es lo que indica o supone la oficialidad multinacional y la condición pluricéntrica del español y el portugués.

Segunda: deben impulsarse esfuerzos concertados al respecto entre España y Portugal: esta Conferencia Internacional prueba que son siempre fructíferos. No debería ser difícil, por ejemplo, acordar que en los centros del Instituto Cervantes se ofreciera también la enseñanza del portugués y que en los del Instituto Camões se pudiera aprender español. En términos de inversión —capital físico y humano— el monto sería reducido y, en cambio, grande el efecto multiplicador, al sumarse las respectivas redes institucionales en países de los cinco continentes. Tanto el Cervantes como el Camões son creaciones mucho más recientes que la Alliance Française, el Goethe Institut o el British Council, están mucho menos dotados presupuestariamente que estos y tienen menor irradiación mundial; si aquellos aunaran esfuerzos, el salto adelante sería para ambos —Instituto Cervantes e Instituto Camões— muy pronunciado.

Y **tercera:** español y portugués, segunda y cuarta lenguas más habladas hoy y con grandes perspectivas de expansión global, tienen buenas credenciales para encarar el futuro. Pero a condición de no depender tanto del crecimiento «natural» demográfico como de la calidad institucional de los países que hablan portugués y español, de la competitividad de sus respectivos tejidos productivos y de la reputación social de sus empresas. Eficiencia económica, cohesión social y calidad democrática:

la combinación que abrirá un horizonte esperanzador a la comunidad iberoamericana, cuya singularidad acaso más acusada es poseer dos grandes lenguas internacionales, constituyendo así «el mayor bloque lingüístico pluricéntrico», como bien destaca la OEI en la *razón de ser* de esta espléndida Conferencia Internacional.



PROGRAMA
Painel 3 - Panel 3
Políticas de Língua para a Internacionalização
Políticas de Língua para a Internacionalização
Coordenação: Coordenadora de Língua, Literacia e Cidadania
Waldemar Almeida
Cristina Alves
Ángel Sánchez
Ana Paula





PAINEL 3

Políticas de Língua
para a
Internacionalização

PANEL 3

Políticas de Lengua
para la
Internacionalización



Ángel Badillo

Real Instituto Elcano / Universidad de Salamanca,
España

Tres cuestiones para un espacio científico de luso-hispanófono:

Los riesgos para una ciencia en español y en portugués

La burocratización científica y la dictadura del impacto
La privatización de la ciencia
«La ciencia se escribe en inglés»

La comunidad iberoamericana tiene dos nervios centrales en forma de dos lenguas globales —y muchas más, cuyas delicadas condiciones demográficas requieren especial cuidado en su preservación y promoción—, llevadas por las diásporas pasadas y presentes a los cinco continentes, que están entre las cuatro más habladas del mundo pero cuya cooperación está todavía, en muchos ámbitos, por escribir. El español lleva dos décadas construyendo una nueva identidad más decididamente policéntrica y horizontal (el llamado «panhispanismo»), mientras el portugués ha recorrido un camino más profundo aún, vinculando la historia mestiza de los pueblos que lo hablan en todo el mundo con un instrumento multilateral de cooperación, la *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), que funciona como un escenario de cooperación multilateral en todos los órdenes. El nuevo Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa de la OEI parece apuntar en una dirección esperada por quienes animan esta cooperación

interlingüística, especialmente si sirve como iniciativa para potenciar, bidireccionalmente, el portugués y el español en todos los territorios en los que una acción público-privada combinada reforzaría su presencia social, su uso como lenguas de conocimiento y de ciencia, su oferta educativa y su reconocimiento como lenguas oficiales en instituciones internacionales.

Pero hablemos en esta ocasión de la ciencia, que centra la mayor parte de las cuestiones planteadas por la organización para este panel de trabajo.

Los riesgos para una ciencia en español y en portugués

Preguntarse acerca de los modos de circulación del conocimiento científico en relación con el poder y, en particular, con la geopolítica corresponde a un campo que va desde la tradicional filosofía del conocimiento hasta la contemporánea economía política de la ciencia o la *agnología* y la *agnogénesis*, el estudio de la construcción social de la ignorancia con fines comerciales o políticos, más en boga que nunca en los tiempos de la desinformación. Igual que hace cincuenta años las ciencias sociales se preguntaban acerca de la dependencia no solo en términos económicos, sino también culturales, y apostaban por la necesidad de una política cultural activa que garantizara la diversidad, hoy tenemos que preguntarnos acerca de los mecanismos de cooperación que refuercen los sistemas de investigación, desarrollo e innovación y que garanticen una ciencia productiva y diversa en agendas, métodos y, sobre todo, accesible. No es, sin embargo, sencillo hablar de estas cuestiones en una región cuya inversión en I+D sigue siendo más baja que en los países más desarrollados, lo que una y otra vez replantea la pregunta de si los países más ricos invierten más en I+D por serlo o lo son por invertir en I+D.

El mundo salido de la segunda guerra mundial tiene en la producción de conocimiento uno de sus vectores centrales. El fundador del *Foro Económico Mundial*, Klaus Schwab, ha puesto el acento en estas nuevas tecnologías para hablar de una cuarta revolución industrial (tras las del carbón, la electricidad y la electrónica): la del cambio de escala e impacto que suponen las redes globales, la conectividad universal, las grandes masas de datos constantemente generados y la inteligencia artificial, transformando todas las industrias, en todos los lugares, todo el tiempo. La centralidad de la producción de conocimiento es este proceso es tal que la ciencia y la innovación se han convertido en factores centrales de la economía. La necesidad de promover y proteger en ese contexto el sistema científico es cada vez más urgente, mientras el liderazgo de la investigación se desplaza de las instituciones públicas a megacorporaciones privadas y del espacio Atlántico al Pacífico.

Me gustaría poner el foco en tres riesgos inmediatos para la ciencia en el espacio hispanohablante —y, de hecho, en el iberoamericano— que puedan servir para el debate de ideas, y que no resultan fáciles de escuchar en el sistema de ciencia español:

- La burocratización científica y la dictadura del impacto
- La privatización del conocimiento y el control de las grandes editoriales anglófonas
- El dominio del inglés.

La burocratización científica y la dictadura del impacto

La producción científica académica ha sufrido, en dos décadas, un proceso de burocratización que (nos) preocupa a muchos investigadores. Primero, porque se han adoptado parámetros de unos campos científicos extendiéndolos a otros cuyas prácticas son muy diferentes. Pensando en las

humanidades o las ciencias sociales, en el ámbito iberoamericano ambas se han asentado durante décadas en el libro como la columna vertebral de la difusión de conocimiento, consolidando a algunas grandes editoriales —y a sus formidables editores— como nodos de la historia intelectual reciente del espacio hispanófono. La sustitución del libro por la revista científica ha puesto en crisis a la industria editorial académica, reemplazando la comunicación de la ciencia en libros por las revistas académicas, reproduciendo el modelo anglosajón de difusión del conocimiento científico. La obsesión por el anglosajón «*publish or perish*» («publica o muere») ha abonado también el suelo para el crecimiento de las llamadas «revistas depredadoras» (que cobran a los autores por publicar sus artículos, por traducirlos o para promover la existencia de sus plataformas) además de toda suerte de manipulaciones de los sistemas de medición para beneficiar a personas, colectivos, publicaciones o áreas de conocimiento. La más sencilla y evidente: la vertiginosa multiplicación del número de autores en los textos, sin que ello suponga ningún cambio evidente en la calidad de la producción científica (The Economist, 2016).

La mayor parte de las revistas no son, sin embargo, depredadoras, sino simplemente parte del lucrativo negocio editorial de la ciencia mundial. La adopción de las revistas como herramienta de comunicación científica obedece sobre todo a dos razones. La primera es la facilidad que ofrece una producción breve, numerosa y constante para medir el impacto de los artículos, autores y publicaciones en un campo mediante un cálculo bibliométrico muy elemental: las publicaciones más citadas son mejores que las menos citadas. Este principio, muy antiguo, fue el que Larry Page y Sergei Brin tomaron para determinar la importancia de las páginas web al ordenarlas en los resultados de Google (el denominado *PageRank*). Hoy dos compañías anglosajonas hegemonizan el impacto de las revistas científicas —el

impacto de las revistas o JIF por sus siglas en inglés— a través de clasificaciones anuales: la que realiza Elsevier en el *Scimago Journal Rank* y la de Clarivate en el *Journal of Citations Reports* (JCR). Curiosamente, la clasificación de Elsevier es una adaptación del *Google PageRank* realizada por un grupo de investigación de la Universidad Carlos III en España.

Ahora, numerosas agencias de calidad educativa, universidades e instituciones educativas han tomado el factor de impacto como indicador (frecuentemente único) de la calidad de la producción científica, pese a que el JIF de una revista «es un indicador pobre de la calidad de los trabajos individuales» (Larivière et al., 2016) y que, aún más importante, una referencia a un texto no es necesariamente indicio de su calidad y toda referencia a un trabajo debe entenderse en su contexto.

Todos los científicos sabemos hasta qué punto el uso exclusivo del factor de impacto (JIF) ha deteriorado la calidad de la producción del conocimiento en las universidades, convirtiéndolo en un trabajo finalista, rutinario y burocrático. La ciencia parece producirse hoy en los departamentos e institutos universitarios con el factor de impacto como único objetivo, por más que este los mecanismos con los que se calcula por algunos índices no sean totalmente transparentes, o que sea constantemente distorsionado por revistas o autores: como hace unas semanas mostraba un artículo de la revista *Nature*, la mayor parte de las citas de muchos de los autores más referenciados provienen del hecho de que ellos y sus discípulos se autocitan constantemente (Van Noorden & Singh Chawla, 2019).

No quiero dejar lugar a dudas: la producción científica debe evaluarse, pero el impacto dentro del propio campo científico no es suficiente, y solo potencia una ciencia autorreferencial, enferma de clientelismo, obsesionada consigo misma y, frecuentemente, demasiado desconectada de los problemas sociales a los que debe servir.

Las recomendaciones de la *Declaración de San Francisco* (2012) al respecto son claras y las suscribimos: la investigación debe evaluarse por sus propios méritos y no por los factores de impacto, que además deben reconsiderarse para ponderarlos adecuadamente en los procesos de financiación, nombramiento y promoción.

Nuestra primera recomendación se centra en que la política científica —en especial la cooperación científica en el espacio iberoamericano— tome en consideración la Declaración de San Francisco y se fundamente en principios de calidad científica que tomen en consideración, prioritariamente, los índices no comerciales, valoren la publicación en libros y no solamente en revistas y exploren modelos más complejos que el factor de impacto tradicional.

La privatización de la ciencia

Lo más paradójico de este modelo es que la mayor parte del gasto en i+d+i se origina en Iberoamérica en instituciones públicas, con financiación pública. Condicionados por la dictadura del impacto, ese conocimiento se deriva a plataformas de publicación privadas que gestionan las revistas con mayor JIF —un factor que esas mismas editoriales miden—. La paradoja culmina cuando comprobamos que esas grandes compañías llevan décadas vendiendo a precios elevadísimos la recuperación de conocimiento a los mismos investigadores que lo producen.

Aunque es difícil conocer el coste total de las suscripciones, un medio de comunicación español publicaba hace unos meses que los contratos del estado español con Elsevier sumaban alrededor de 25 millones de euros anuales, unos cien millones de euros en el último lustro. En Reino Unido el excepcional trabajo de Lawson y Meghreblian identifica unos 40 millones de libras anuales en suscripciones a las 10 mayores editoriales científicas (Lawson & Meghreblian, 2015).

Los datos sobre los costes de acceso de las grandes bases de datos científicas plantean dos serias cuestiones: la primera es que muchos sistemas públicos de ciencia no pueden permitirse el acceso a estas bases de datos, con lo que se sostiene una fractura entre el conocimiento científico al que pueden acceder unas y otras universidades. La segunda clave que debe tenerse en cuenta es que, como venimos diciendo, una importante cantidad de los resultados de investigación que comercializan se ha producido con fondos públicos, los mismos que luego se utilizan para que las universidades puedan acceder, mediante suscripción, a esos conocimientos.

En 2018, finalmente, las agencias públicas de investigación de una veintena de países pusieron en marcha el *Plan S*, que propone que en 2021 toda la investigación europea financiada con fondos públicos deba publicarse, exclusivamente, en revistas de libre acceso. El plan ha recibido ya el apoyo de la Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal, del European Research Council y de la Comisión Europea a través del propio comisario de Investigación, Ciencia e Innovación, el portugués Carlos Moedas.

En línea con lo expresado por los ministros y autoridades de ciencia tecnología e innovación en Iberoamérica en Cartagena de Indias en 2016, nuestra recomendación es, por tanto, que toda iniciativa en torno a la cooperación científica iberoamericana debe hacerse en torno al principio de acceso abierto al conocimiento científico.

«La ciencia se escribe en inglés»

Hace algunos meses, el *Ministerio español de Asuntos Exteriores* elaboró un documento marco sobre la diplomacia científica que debía servir de marco para la toma de decisiones sobre la cooperación del sistema nacional de I+D+I y el servicio exterior (Maec, 2016). En una de las reuniones de la comisión que discutió la redacción del documento, el

representante de una importante institución pública replicó a mi insistencia sobre encajar el impulso a la ciencia en español entre las prioridades del plan diciendo: «*la ciencia se escribe en inglés*».

No hay duda de que la *lingua franca* de la ciencia mundial es el inglés. De hecho, cuando los índices comerciales de impacto científico publicitan sus datos, ofrecen como variables las revistas, las áreas de conocimiento, las citas o los países, pero apenas se detienen en los idiomas. Para todos los que nos dedicamos a la ciencia, el inglés es la lengua de las revistas con mayor JIF (las que más puntuación otorgan a la carrera académica), de las editoriales con más alcance, de la mayoría de los congresos internacionales. La centralidad geopolítica de los Estados Unidos en la segunda mitad del siglo xx fue transformando las redes científicas internacionales (germanófonas o francófonas anteriormente) que se han globalizado en inglés, con los campus estadounidenses en el epicentro, y con investigadores obligados a decantarse: «*anglophonia*» o «*anglophobia*».

¿Cómo actuar en este escenario? En primer lugar, entendiendo que los sistemas automáticos de traducción nos van a permitir muy pronto diferenciar entre la lengua de producción científica y la lengua de difusión científica, al menos para muchas disciplinas y siempre con la prevención de que los lenguajes no son meros sistemas de codificación, sino que constituyen prácticas culturales mucho más complejas y en las que la traducción basada en el análisis de grandes masas de datos e inteligencia artificial probablemente no tenga todas las respuestas, especialmente en ciertos campos. Pero, como sabemos, las revistas científicas traducibles instantáneamente en línea a cualquier idioma están en el horizonte inmediato de la aplicación a la edición científica de la inteligencia artificial.

Mientras tanto, en segundo lugar, las políticas públicas de ciencia tienen que contemplar la protección y promoción

del idioma como un factor esencial para la protección del patrimonio cultural que son nuestras lenguas. Como decía Steiner, una lengua es un modo de mirar y comprender el mundo, una piel cultural de símbolos que nos permite comprender nuestro entorno y a nosotros mismos. La cooperación multilateral debe trabajar para priorizar una ciencia en portugués y en español como modo de proteger nuestras lenguas de la pragmática funcionalista de una globalización malentendida como aceptación de la hegemonía cultural.

Para ello no solo es necesario que se fomente la producción científica, también las redes de conocimiento e intercambio y las plataformas de difusión que utilicen nuestras lenguas y que fomenten la circulación transversal dentro de las instituciones del espacio iberoamericano de educación superior. La promoción de herramientas de circulación de acceso abierto en español y portugués, el reconocimiento del impacto de las publicaciones en nuestros idiomas en los sistemas científicos, la movilidad de los investigadores y la producción de repertorios actualizados de terminología son algunas de las medidas que deben revisarse y potenciarse.

Una conocida anécdota dice que el emperador Carlos V, el nieto de los reyes católicos que unificó los imperios del sur y el centro de Europa, otorgaba un uso específico a cada uno de los idiomas que hablaba: el alemán para dirigirse a los soldados, el flamenco para los caballos, el francés con los diplomáticos, el italiano para hablar con las mujeres, el latín para los tratados y el español... para hablar con dios. Hoy podríamos preguntarnos si, en el futuro, nuestros investigadores pensarán en el español y el portugués como lenguas de ciencia y, sobre todo, si la ciencia seguirá haciéndose preguntas en nuestras dos lenguas.

Referencias Bibliográficas

Larivière, V., Kiermer, V., MacCallum, C. J., McNutt, M., Patterson, M., Pulverer, B., et al. (2016). A simple proposal for the publication of journal citation distributions. *bioRxiv*, 062109. doi: 10.1101/062109

Lawson, S., & Meghreblian, B. (2015). Journal subscription expenditure of UK higher education institutions [version 3; peer review: 4 approved]. *F1000Research*, 3(274). doi: 10.12688/f1000research.5706.3

MAEC. (2016). *Informe sobre diplomacia científica, tecnológica y de innovación*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, Gobierno de España.

The Economist. (2016, 25 de noviembre de 2016). Scientific papers get more authors: Bylines on scientific papers are multiplying, but this doesn't reflect more science being done, *Nov 25th, 2016*.

Van Noorden, R., & Singh Chawla, D. (2019). Hundreds of extreme self-citing scientists revealed in new database. *Nature*, 572, 578-579.

João Sobrinho Teixeira

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal

Vou relatar sobretudo aquilo que é a minha experiência enquanto ex-dirigente institucional e também qual é a perspetiva do nosso Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) sobre estas questões [da internacionalização]. E a primeira experiência que vou relatar é de facto uma experiência que à partida podia parecer estranha.

Durante muitos anos fui Presidente do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), uma instituição do interior de Portugal, situada na cidade mais distante de Lisboa, mas também aquela que está mais perto da Europa, devido à proximidade e à ligação que tem com Espanha. Na perspetiva da nossa noção de interioridade, seria à partida uma instituição fragilizada por essa situação, mas soubemos fazer das dificuldades, oportunidades.

E a primeira boa oportunidade foi acreditar que, numa cidade como Bragança, ainda com poucas pessoas e uma grande capacidade de alojamento, cujo custo de vida era baixo e situada perto de Espanha, se podia avançar com a internacionalização da instituição. Hoje, o Instituto Politécnico de Bragança tem mais de 30% de estudantes estrangeiros, cerca de 3200 num universo de cerca de 8500 estudantes. No último ano em que participei no Dia do Instituto, data em que se entrega um diploma por cada país representado em termos de alunos, entreguei 72 diplomas, o que prova a grande diversidade existente na instituição. Uma instituição inserida numa cidade que não chega a 25 mil habitantes.

E porque tivemos tanto sucesso e soubemos fazer dessas dificuldades, oportunidades? Em relação à captação de estudantes, pode sempre considerar-se o facto de Portugal pertencer ao espaço da União Europeia (UE), o que é também um fator de atração para todos aqueles que se confrontam com a realidade mundial. Mas porque é que Portugal conseguiu ser tão atrativo face a outros países também parte do espaço europeu e com as mesmas características? De acordo com a minha experiência, tínhamos tanta gente de tantos países porque falamos português, uma língua falada por mais de 260 milhões de pessoas que fez com que muitos desses estudantes escolhessem Portugal e não escolhessem outros países europeus com a mesma dimensão.

Esta é a primeira experiência que quero partilhar: Portugal estar inserido numa comunidade de vários países que falam português e a forma como isso era reconhecido como uma vantagem para os estudantes que vinham de fora. Sabia-se que os estudantes, apesar de alguns acabarem por ficar, pensavam regressar ao seu país porque achavam que tinham o mercado de trabalho muito mais aberto e muito mais disponível por dominarem o português. Estamos a falar de países, por exemplo, do Extremo Oriente em que a vantagem de saber português permitia falar funcionalmente com mais de 260 milhões de pessoas e esse é também um fator de atração dos estudantes internacionais em Portugal.

Claro que temos uma grande abrangência relativamente à realidade dos países de expressão portuguesa, mas este é um crescimento global. Portugal está neste momento com uma percentagem de cerca de 15% de estudantes internacionais. O nosso objetivo é chegar ao final da legislatura com 25% de estudantes internacionais. Num só ano, crescemos 42% no número de estudantes internacionais que pela primeira vez quiseram vir para Portugal.

Abordando também a questão da língua inglesa é evidente que a maior parte destes estudantes não falavam

português, não falavam espanhol e tivemos de providenciar, como muitas das instituições portuguesas, cursos em língua inglesa. Nós não resistimos a isso porque, se o fizéssemos, não tínhamos nem estávamos a fazer aquilo que era a nossa vantagem, a nossa oportunidade, uma realidade. Tivemos, pois, de providenciar cursos em inglês, embora os estudantes internacionais quisessem aprender português e, por isso, introduzimos uma graduação de ensino em português, que se traduzia no ensino do português ao longo de um semestre, ou ao longo de um ano ou um curso inteiro de português em três anos, que era frequentado paralelamente por todos esses estudantes.

Assim, aceitámos a globalização, mas dentro da globalização demos aos estudantes aquilo que eles de facto vieram procurar. Não vieram para Portugal para estudar em língua inglesa, mas tiveram de estudar em inglês porque não sabiam comunicar de outra maneira. De facto, vieram para Portugal para aprender português e, portanto, queria também reiterar essa questão: não temos receio daquilo que pode ser a globalização porque, tal como a biodiversidade foi fundamental para a evolução do Planeta, também a diversidade cultural vai ser uma das bases para a globalização.

Podemos também tirar partido da nossa fronteira com Espanha. Nessa altura, o Instituto Politécnico de Bragança fez um acordo com a Universidade de León onde muitos dos estudantes, incluindo do Extremo Oriente, tinham um processo de mobilidade específico. Escolhemos a Universidade de León porque é a instituição de ensino superior mais perto de Bragança e celebrámos um protocolo, visto que muitos dos alunos gostavam de aprender português e gostavam de aprender espanhol. Os que foram para Espanha achavam que era uma grande vantagem poder aprender português e os que vinham para Portugal achavam que era uma grande vantagem poder aprender espanhol. E isso

foi ótimo para ambas as instituições porque naturalmente se tornaram mais atrativas nessa ligação e na facilidade de aprendizagem de duas línguas tão semelhantes. E, por isso, também queria transmitir esta experiência – a vantagem que representou para todos o facto de termos esta língua e a vantagem que representou o facto de termos duas línguas tão próximas.

Em termos de propostas futuras e da visão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, consideramos que há uma obrigação conjunta de fazer do mundo hispano-lusófono, do mundo ibero-americano, cada vez mais um mundo evoluído e um mundo culto. Estamos em vias de assinar um contrato de legislatura entre todas as instituições públicas de Ensino Superior portuguesas e o Governo, sendo uma das condições um empenho cada vez maior das instituições portuguesas na sua ligação às congéneres dos países de expressão portuguesa, porque é também através do crescimento daquilo que é a capacidade de afirmação das instituições da CPLP, e, se quisermos, das instituições do espaço da Ibero-América, que as nossas línguas se tornarão de facto mais fortes e mais afirmativas. Por isso, um processo de mobilidade de estudantes é uma troca de experiências, mas é também, e sobretudo, uma troca de boas práticas e um processo de crescimento conjunto entre instituições de Ensino Superior que farão acordos para que isso, de facto, aconteça.

Da mesma forma, consideramos que é um desafio criar graus conjuntos entre estas instituições. Poderá ser difícil, poderá haver níveis de maturidade diferentes em ambas as instituições, mas é certamente da mistura entre esses níveis diferentes que resultará um crescimento global maior para todo esse espaço. E, portanto, é esse também o desafio. É essa determinação, esse apoio e sobretudo essa obrigação que queremos aqui transmitir como um caminho para a afirmação deste espaço ibero-americano.

Também no campo da ciência, dando corpo àquilo que foi o Centro UNESCO tipo 2, vamos lançar o Centro Internacional para a Formação Avançada em Ciências Fundamentais destinado a cientistas oriundos de países de expressão portuguesa. Criámos já dois consórcios – um na área da engenharia, outro na área das ciências agrárias – e queremos também avançar na área das ciências da saúde e das biológicas e iremos conceder globalmente 80 bolsas de doutoramento para cientistas oriundos de países de expressão portuguesa, com a condição de que a maioria do tempo desses doutoramentos se faça nos países de origem. Consideramos que é também residindo nesses países que podemos ter mais evolução do conhecimento, quer para esses países quer para os parceiros portugueses, que terão muito mais para aprender se saírem do retângulo português e se virem aquilo que é de facto uma realidade abrangente de outros mundos e de outras sociedades.

Ainda no campo da ciência, e tendo em conta a evolução do mundo, em especial as alterações climáticas, Portugal está a dinamizar, muito em parceria com Espanha, mas com a adesão de outros países, o Centro Internacional de Investigação do Atlântico que procura reunir a interação entre Espaço, Clima e Oceanos. Esse Centro está localizado nos Açores, na Ilha Terceira, mas tem polos em vários países: Canárias, Espanha, mas também Brasil (Baía, Rio de Janeiro, Fortaleza e em vias de criação Santa Catarina e Paraná), Angola, Cabo Verde, São Tomé.

Terminaria com este apelo: a nossa língua será tanto mais forte quanto mais pessoas qualificadas tivermos nos nossos povos. É desse esforço coletivo que temos de estar imbuídos, seja em África, seja na América Latina: o esforço para qualificar. Ainda hoje um dos problemas de que padecem esses países é a falta de qualificação, é o facto de não terem capacidade de interagir com o mundo que os rodeia e não serem capazes de se afirmar.

A qualificação é a principal forma de gerarmos igualdade entre as pessoas. Podemos nascer desiguais, mas se fizermos um esforço para que muitos se possam qualificar, estamos, com toda a certeza, a tornar essas pessoas mais iguais.

Não se pense que a falta de qualificação, e consequente desigualdade, existe apenas na América Latina ou em África. Temos na Europa fenómenos idênticos que só poderemos ultrapassar através da qualificação. Para nós e para a nossa sociedade, era impensável numa Europa que se julgava desenvolvida ver fenómenos como hoje vemos, de atração pelo populismo, o nacionalismo, a xenofobia e o racismo. E uma das razões por que isso acontece é porque na Europa não temos gente suficientemente qualificada. E temos de fazer o esforço para essa qualificação.

Um dos desígnios em Portugal é chegar a 2030 com seis em cada 10 jovens com 20 anos qualificados. Porque a qualificação não é uma análise absoluta, mas uma análise relativa. Estão aqui muitos colegas brasileiros e posso dizer que um índio da Amazónia é uma pessoa qualificada em função do mundo que a rodeia, porque consegue interagir com o conhecimento que tem nesse mundo que a rodeia.

Hoje, o mundo que nos rodeia é um mundo diferente e um mundo que chega de uma forma para a qual só com mais qualificação podemos estar preparados. A forma como atualmente a informação hoje nos chega, a falta de capacidade para a filtrar, deixa-nos extremamente vulneráveis e, portanto, esses movimentos encontram acomodação naquilo que julgávamos já ter conseguido atingir neste momento: uma Europa qualificada. Esses movimentos encontram acomodação, não naqueles que são piores do que eu ou do que vós, mas naqueles que não tiveram a sorte de se qualificarem, em relação aos quais a sociedade não se mobilizou para os qualificar.

É também através da valorização da qualificação e do ensino superior que nos chega uma expectativa de igualdade e uma voz de esperança. Com certeza, teremos no espaço ibero-americano um mundo que continuará baseado nos valores civilizacionais que nos animaram. Fica aqui o desafio, fica aqui a disponibilidade do nosso Ministério, a minha disponibilidade pessoal, com tudo o que me animou ao longo deste tempo para, de facto, colaborar nesta ligação entre o português e o espanhol e, sobretudo, pela elevação da qualificação dos povos que compõem todo este grande mundo.

Margarita Correia

Universidade de Lisboa, Portugal

Introdução

O espanhol e o português são duas línguas pluricêntricas,⁴ como lembra o tema da CILPE 2019, mas o seu pluricentrismo tem histórias distintas e configurações atuais bem diferentes.

Comparativamente ao espanhol, o português tem efetivamente sido desde o século XIX, uma língua bicêntrica (com duas normas codificadas e reconhecidas, de Brasil e Portugal), também devido ao facto de as independências dos países africanos de língua portuguesa terem ocorrido recentemente (anos 1970). A conceção de políticas de normalização e internacionalização do português de Brasil e Portugal pautaram-se, ao longo de cerca de dois séculos, pelo isolacionismo e pelo não reconhecimento mútuo. A certificação de proficiência em língua portuguesa como língua estrangeira (PLE) é um exemplo paradigmático das práticas isolacionistas adotadas por ambos os países.

No século XXI, as políticas linguísticas para o português têm vindo a reforçar o seu estatuto de língua pluricêntrica, especialmente a partir de instâncias supranacionais como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), criado em 1989 e hoje integrado na CPLP. Este reforço do carácter pluricêntrico da língua portuguesa passa em grande medida por duas estratégias: a) apoio à

⁴ Critérios que fazem de uma língua uma língua pluricêntrica em <http://www.pluricentriclanguages.org/pluricentricity/what-is-a-pluricentric-language> (consulta a 24 de fevereiro de 2020) e respetivas fontes (obras coordenadas por Rudolf Muhr entre 2012 e 2018 – <http://www.pluricentriclanguages.org/publications>).

codificação das normas nacionais emergentes; b) reconhecimento recíproco das diferentes variedades nacionais (Oliveira, 2013; Correia, Ferreira e Almeida, 2020).

A certificação de proficiência em PLE não poderá ficar imune, por um lado, a esta mudança de paradigma e, por outro, aos conhecimentos acumulados em relação à certificação em espanhol como língua estrangeira (ELE) e aos esforços da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) no sentido de reforçar o papel das línguas espanhola e portuguesa como línguas pluricêntricas, conjugando sinergias em favor de um bem comum.

Em Portugal, a reflexão sobre a certificação de proficiência em PLE não tem merecido o interesse esperado por parte da comunidade científica e parece não haver um diálogo frutífero entre especialistas e políticos, pelo que as medidas até agora adotadas são incipientes e pouco consequentes.

Nesta apresentação, proponho-me problematizar a certificação de proficiência em PLE dos estudantes universitários estrangeiros em Portugal, sobretudo ao nível da pós-graduação, realçando a escassez de estudos nesta área. Proponho-me ainda dar conta de pequenos passos em curso para conhecer a situação atual e para encontrar novos caminhos para a certificação (projeto ACePLE e protocolo OEI/IILP). Por fim, pretendo deixar algumas questões para reflexão.

Alunos estrangeiros em Portugal

Em nota à comunicação social (11/09/2019), publicada com a divulgação das colocações de alunos nas universidades públicas, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior faz saber que «o número de estudantes estrangeiros aumentou cerca de 48% desde 2014-2015, representando em 2018/19 cerca de cinquenta mil inscritos e 13% do total

de estudantes inscritos» e acrescenta que «para o ano letivo de 2019-2020, está estimado um aumento de cerca de 40%, que deverá superar 7000 novos estudantes, confirmando a afirmação internacional do ensino superior em Portugal.»⁵

Ouvimos há pouco o Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior referir estes números, destacando a sua importância para a afirmação do estatuto internacional da língua portuguesa e da qualidade das instituições universitárias portuguesas.

Do ponto de vista dos estudantes, ao nível da graduação, muitos dos estrangeiros provêm atualmente de programas de intercâmbio entre universidades portuguesas e especialmente chinesas, ou de programas de curta duração (e.g. Erasmus+), com regras de funcionamento próprias. Já ao nível da pós-graduação, os estudantes provêm não só de outros países de língua portuguesa, mas também de fora do espaço da CPLP, sendo os critérios de seleção e funcionamento dos cursos determinados caso a caso.

Do ponto de vista das universidades, no que respeita à internacionalização, estas podem adotar uma de duas vias: a) usar o inglês como língua de produção e transmissão de conhecimento, *i. e.* fornecendo cursos e orientações de dissertações e teses em inglês; b) usar o português para as mesmas funções, servindo a certificação de proficiência em PLE como critério de seleção à entrada dos cursos. Não se conhecem dados concretos sobre as práticas linguísticas adotadas neste âmbito.

Tendo em conta as práticas de instituições de outros países, especialmente pertencentes ao Conselho da Europa, para acesso ao ensino superior e atribuição de bolsas de estudos a estudantes estrangeiros, seria de esperar que o aumento destes estudantes nas universidades portuguesas se tivesse traduzido num aumento exponencial da procura

5 <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=affa46f9-a2ac-4491-a7f9-e897aec01d3d>

de exames de certificação de proficiência em PLE. Os dados disponíveis⁶ não permitem, porém, confirmar esta hipótese.

Parece, portanto, haver muita discussão e muito trabalho a desenvolver internamente nesta área.

A certificação de proficiência em PLE hoje

Existem dois sistemas de certificação de proficiência em PLE atualmente ativos.

O programa do Brasil, o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), foi criado em 1994, especificamente «para atender às necessidades de seleção de estudantes que participariam do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G)».⁷

O Centro de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira (CAPLE), de Portugal, foi criado em 1999 e conta os «estudos, [e o] acesso à carreira académica» entre as suas diversas finalidades.⁸

Tal como aconteceu com a ortografia no início do século xx, no final do mesmo século a criação de programas de certificação no Brasil e em Portugal obedeceu a perspetivas nacionais e isolacionistas, sem levar em conta o facto de o português ser língua bicêntrica e, já à época, oficial de sete países integrados na CPLP.

6 Os números fornecidos pelo CAPLE (<https://caple.letras.ulisboa.pt/estatisticas>) fornecem apenas números absolutos para um período de quatro anos (2015-2018); não se encontraram outras fontes disponíveis. No seu «Relatório de Actividades e Contas – 2017», a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, FLUL, sede do CAPLE, apresenta uma ligeira subida do número absoluto de exames realizados ao longo de 2015, 2016 e 2017 (respetivamente, 4315, 4407 e 5070), sendo que o Diploma Inter-médio de Português Língua Estrangeira (DIPLÉ, B2) aparece apenas em terceiro lugar na procura e nenhuma menção é feita aos níveis C1 e C2 (FLUL, 2017: 20-21) Porém, na sua página *online*, a mesma FLUL – <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/sobre-a-flul/flul-em-numeros> – mostra-nos uma queda de 8% entre os anos de 2017 e 2018 no número de «Exames de acreditação de competências em língua portuguesa (CAPLE)» [sic].

7 <http://portal.inep.gov.br/web/guest/aco-es-internacionais/celpe-bras/historico> (consulta a 28/11/2019).

8 <https://caple.letras.ulisboa.pt/pagina/1/missao> (consulta a 28/11/2019).

Pequenos passos

O projeto ACePLE (Avaliação geolinguística da Certificação em Português como Língua Estrangeira) encontra-se a dar os primeiros passos no âmbito do Programa de Português como Língua Estrangeira/Língua Segunda da FLUL. Os objetivos do ACePLE encontram-se organizados em torno de dois eixos: (1) a avaliação da situação atual, promovendo uma visão global da adequação dos certificados existentes à realidade da língua portuguesa como língua internacional e verificando as condições em que os sistemas existentes estão a ser usados; e (2) o desenho dos certificados do futuro, estudando práticas adotadas por autoridades de outras línguas com estatutos semelhantes, constatando os modelos e enquadramentos teórico-metodológicos existentes e fazendo propostas de configuração dos certificados de proficiência em PLE mais adequados tendo em conta o seu caráter pluricêntrico e internacional.

Ao mesmo tempo, a OEI e o IILP assinaram, no decurso da CILPE 2019, «um Convénio destinado a regulamentar todas as atividades relacionadas com a execução de programas e projetos de cooperação que sejam considerados de interesse mútuo por ambas as instituições, predominantemente nos campos da educação, ciência, cultura e desenvolvimento social nos Estados-membros das duas Comunidades». No âmbito desse Convénio prevê-se «a elaboração de um modelo de certificação de proficiência do português que reforce a sua influência e o seu estatuto como língua internacional».⁹ Seguramente a assinatura deste Convénio permitirá maximizar sinergias e permitir às instituições de língua portuguesa tirar partido da experiência e do conhecimento já adquiridos no âmbito da certificação de proficiência em ELE.

9 <https://www.oeiportugal.org/Oei/Noticia/oei-e-iilp-assinam-convenio-para-a-promocao-e-difusao-da-lingua-portuguesa> (consulta a 24/02/2020).

As duas ações mencionadas constituem apenas primeiros passos no desenvolvimento da certificação de proficiência em PLE entendida como língua pluricêntrica e internacional. Espera-se que delas resultem bons frutos e a tomada de decisões que nos encham de orgulho.

Em suma

A língua portuguesa vive hoje um momento basilar no percurso que a tornará seguramente uma língua mais forte, mais difundida, mais internacional, e não apenas devido ao fator demográfico, tantas vezes apontado. Em momentos desta natureza importa questionar as vias possíveis, as alternativas existentes e adotar medidas fundamentadas, aproveitando o saber e a experiência já adquiridos.

Um primeiro passo imprescindível é o do reconhecimento efetivo, não apenas das variedades nacionais estabelecidas da língua portuguesa, mas também das variedades emergentes, em primeiro lugar, pelos próprios países e, em segundo lugar, pelos países que constituem a CPLP. Em termos de certificação, este passo implicará o reconhecimento mútuo dos diferentes sistemas de certificação já existentes e o desenvolvimento de novo(s) sistema(s), de matriz pluricêntrica, que envolvam todos os países de língua portuguesa e permitam que quem procura certificar a sua proficiência em PLE possa ver reconhecida essa certificação em todas as latitudes da língua portuguesa.

Se ao nível da certificação da língua portuguesa, isoladamente, é necessária ação, importa também decidir o que se quer fazer em termos de espaço ibero-americano, tendo em conta: a) a relação entre o espanhol e o português (considerando ou não a intercompreensão entre as línguas); b) a relação entre o espanhol e o português em conjunto e as demais línguas.

Referências Bibliográficas

- Correia, M.; Ferreira, J. P.; Almeida, G. M. (2020), «A gestão da ortografia da língua portuguesa: Do desencontro ao VOC», *Estudis Romànics* [Institut d'Estudis Catalans], 42 (2020), pp. 277-286. DOI:10.2436/20.2500.01.
- FLUL (2017), *Relatório de Atividades e Contas – 2017*. ms. disponível em <http://www.lettras.ulisboa.pt/pt/sobre-a-flul/documentos-de-gestao/relatorios-atividades/5248--281/file> (consulta em 24/02/2020).
- Oliveira, G. M. (2013), «Política linguística e internacionalização: A língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI», *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, n(52.2): 409-433, jul./dez. 2013 (disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132013000200010&script=sci_abstract&tlng=pt (consulta em 24/02/2020).

Anabela Gradim

Universidade da Beira Interior, Portugal

Tendo como propósito afirmar a existência de um espaço cultural ibérico também na publicação de ciência, o nosso trabalho ocupa-se dos idiomas de publicação na mais prestigiada base de dados científica nas últimas cinco décadas. O resultado desse levantamento é notável. Sabemos que o português é uma língua pluricêntrica, a quinta mais falada da internet,¹⁰ língua de cultura e língua de ciência, nesse campo revelando as polifonias do seu pluricentrismo. Mas não se sabia que a partir de 2009, e juntamente com o espanhol, se constituiu como o segundo idioma de publicação na *Web of Science* (WoS), a mais seletiva base de dados de publicação académica. Ao contrário do que vem sucedendo na diplomacia, política e económica, e na cultura, a percepção da sua importância neste campo é difusa. A este posicionamento das línguas ibéricas na comunicação de ciência *inter pares* não corresponde uma visão estratégica sobre o seu futuro no campo da investigação e da comunicação científica, nem a defesa de um espaço cultural ibérico comum de publicação de ciência.

Para reclamar a importância desse capital linguístico, partimos de um trabalho empírico realizado sobre a *Web of Science* (Gradim & Naval, 2018). A análise bibliométrica da publicação em português e espanhol na WoS, desde os anos 60 até 2015, recolheu dados sobre todos os documentos publicados anualmente, no *Science Citation Index* (SCI) e no *Social Sciences Citation Index* (SSCI), categorizando-os por língua de publicação. O resultado é uma base de

dados que analisa 51 milhões de documentos científicos, 7 milhões e 420 mil pertencentes ao SSCI, e 43 milhões e 926 mil pertencentes ao SCI. O nosso tratamento desses dados atentava exclusivamente na língua de publicação, tal como foram catalogados pela WoS.

Ao analisar o perfil e a evolução das línguas de publicação neste *corpus*, o estudo demonstra que o português e o espanhol (idiomas ibéricos), ausentes no início dos anos 60, são agora a segunda língua de publicação, enquanto os tradicionais idiomas de forte presença como o alemão, o francês e o russo diminuíram a sua produção, e o inglês continua sendo dominante, aumentando a sua influência e hegemonia. Não obstante, a partir de 2009, o português e espanhol somados constituem a segunda língua de ciência para a totalidade das publicações da WoS, logo após o inglês. Esta tendência sai muito reforçada se aplicarmos as mesmas categorias de análise ao *Emerging Sources Citation Index* (ESCI), mostrando ainda haver potencial de crescimento dos idiomas ibéricos na coleção principal da WoS.

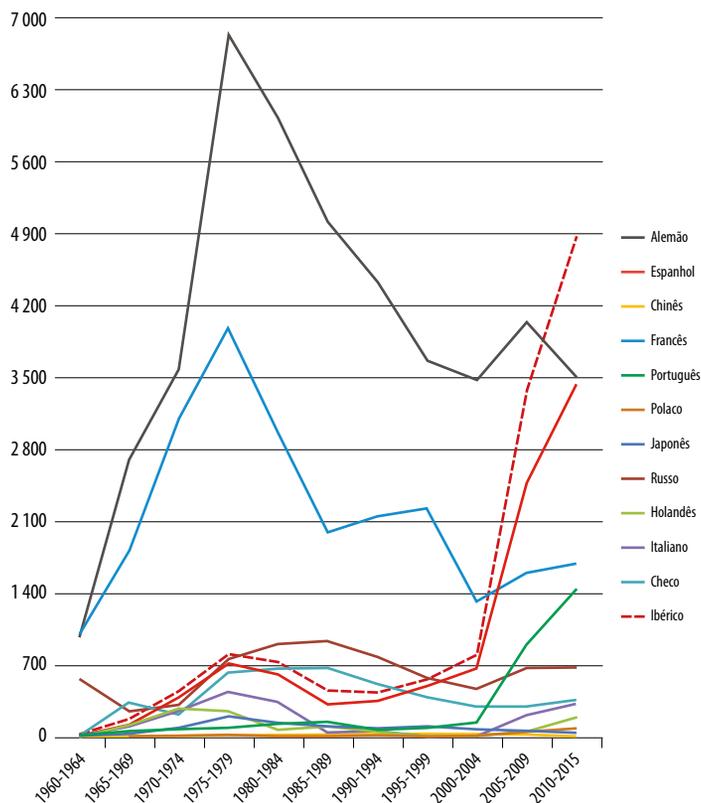
Evolução dos idiomas por área

Deste resultado, de certo modo surpreendente, há a concluir que o português e o espanhol são línguas com futuro no campo da comunicação científica.¹¹ Ao representar graficamente os resultados dessa evolução a partir da base de dados recolhida, foi excluído o inglês, pela distorção que a presença desta língua representaria. É também um dado de contextualização importante saber que, na década de 70, nas Ciências Sociais, a publicação em inglês constituía 86 a 87% do fundo; enquanto em 2015 era já 96%. Ou seja, português e espanhol crescem, a par do inglês que aumenta a sua expressão e hegemonia.

¹¹ Uma avaliação detalhada, com a justificação da metodologia e da relevância estatística dos resultados encontra-se em Informação & Sociedade xxx

¹⁰ <https://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

Evolução Temporal das Publicações SSCI

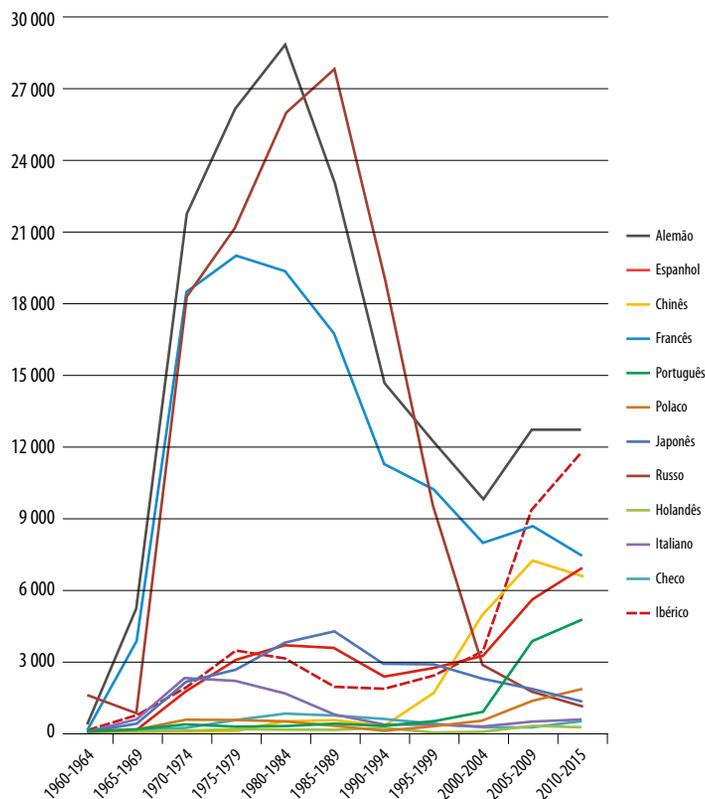


Fonte: elaboração própria

Nesta primeira representação, sobre o fundo disponível no SSCI, mais de 7 milhões de documentos no período analisado, vemos que todas as línguas evoluem em curva descendente, exceto o espanhol e o português; com as quedas mais expressivas protagonizadas pelo alemão e o russo, que atingem o seu pico de publicação até ao final da década de 70. Pelo contrário, a partir do ano 2000, português e espanhol apresentam um crescimento significativo, com este último idioma a ultrapassar o alemão e todos os outros a partir de

2015. Porém, se considerarmos os dois idiomas ibéricos, português e espanhol, a ultrapassagem das outras línguas dá-se em 2009, de uma forma bastante dramática, com a curva a apresentar uma vigorosa tendência ascendente.

Evolução Temporal das Publicações SCI



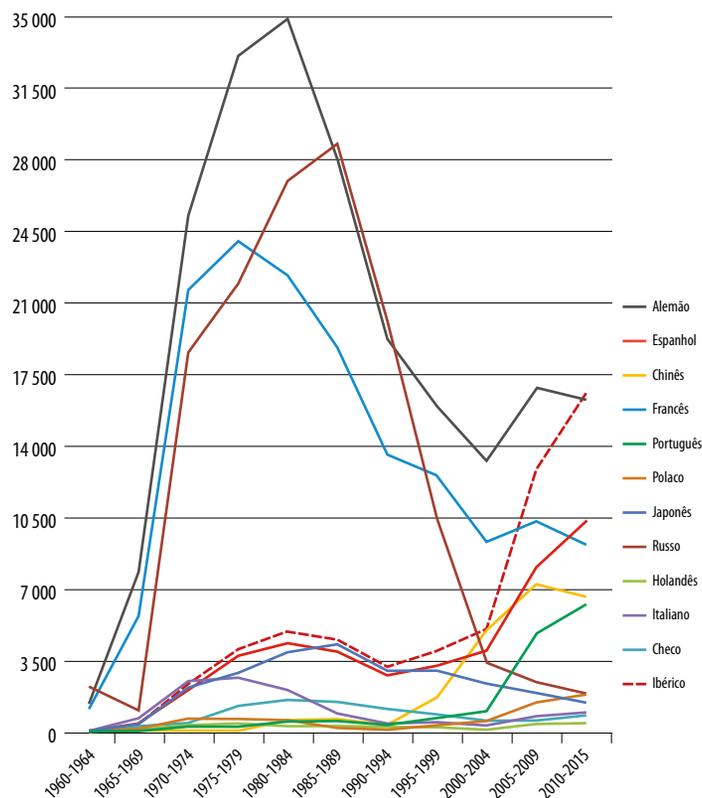
Fonte: elaboração própria

A evolução da publicação em Ciências, avaliada no *Science Citation Index*, compreendeu quase 44 milhões de documentos e segue, embora de modo não tão marcado, a

mesma tendência. O português e o espanhol são línguas em franco crescimento, mas a soma das duas não chega a ultrapassar o alemão.

Esta evolução é também ela surpreendente quando se sabe que nas áreas de STEM¹² a publicação em inglês é a regra, está bem estabelecida há décadas, e é muito valorizada. No SCI o português e o espanhol têm um crescimento acentuado a partir da viragem do século, constituindo-se respetivamente como terceira e quarta língua de publicação, atrás do alemão, do francês e do chinês, que o espanhol ultrapassa após 2010. Apesar de a soma dos idiomas ibéricos não chegar a exceder o alemão, a orientação da curva de ambos indica que isso poderá já ter acontecido. É também significativa a queda do alemão, só suplantada pela quebra ainda mais radical do russo, e, também, o sentido ascendente da evolução das duas línguas ibéricas, que se reforçam mutuamente.

Evolução Temporal da Totalidade das Publicações

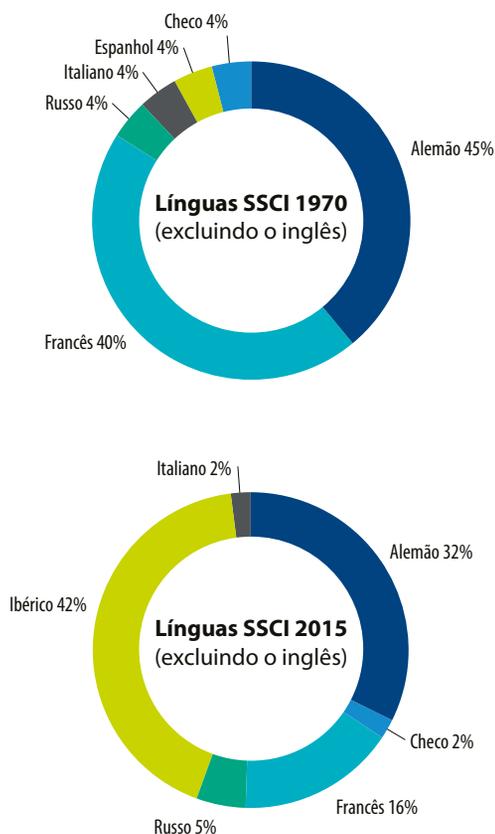


Fonte: elaboração própria

Somando os resultados das duas bases de dados, Ciências Sociais (SSCI) e Ciências (SCI), todas estas tendências se aprofundam e intensificam, tornando-se mais claras no seu desenvolvimento. Aqui, as quedas do alemão, do francês e do russo, que atingiram o seu pico entre finais dos anos 70 e meados da década de 80, são dramáticas. Pelo contrário, português e espanhol mostram, desde a passagem do milénio, uma clara dinâmica de crescimento; e a soma dos dois idiomas ultrapassa todos os outros a partir de 2015.

12 Acrónimo de Science, Technology, Engineering & Mathematics.

Perfil dos idiomas WoS em 1970 e 2015



Fonte: elaboração própria

Numa outra representação gráfica, os idiomas de publicação na *Web of Science* em 1970 e em 2015, excluindo o inglês, mostram para o ibérico a passagem de uma presença de 4 para 42%, operada à custa de reduções dramáticas do francês (de 40 para 16%) e do alemão (de 45 para 32%).

Este corte diacrónico é muito expressivo, indicando que em 1970 o alemão e o francês constituíam 85% das línguas que não o inglês (LOTE)¹³, enquanto o espanhol ocupava 4% e o português estava ausente. Em 2015 há uma inversão deste quadro, com os idiomas ibéricos a valerem 42% da publicação LOTE, e reduzindo-se o alemão e o francês para 32 e 16% respetivamente.

Línguas de ciência e cultura

Dois ocorrências são notáveis quando se avalia a prevalência dos idiomas de publicação em Ciências e Ciências Sociais na *Web of Science* num período alargado de cinco décadas: a expansão do inglês e a afirmação da sua hegemonia como língua franca da ciência, reduzindo-se o espaço de publicação em outras línguas; e o crescimento do português e do espanhol. Praticamente ausentes no início da série, estas duas línguas constituem-se, somadas, como o segundo idioma de publicação após o inglês. Tal ascensão constitui um elemento muito relevante para a defesa do multilinguismo na publicação científica, e um ativo que poderia ser valorizado na determinação de políticas científicas e linguísticas, contribuindo para o debate em curso sobre diversidade linguística na ciência.

Perante a hegemonia do inglês, como incentivar a produção científica plurilíngue? Estes resultados mostram que é possível refletir sobre o potencial do imenso espaço de publicação ibero-americano – uma realidade palpável e com significado – que no caso das ciências sociais encerra ainda uma componente axiológica e política que não pode ser ignorada.

Segundo o *Novo Atlas da Língua Portuguesa* (Reto, Machado, & Esperança, 2016), o português é a língua oficial de oito países, ultrapassando 275 milhões de falantes que representam 3,7% da população mundial. É uma língua

¹³ LOTE, acrónimo de Languages Other Than English.

global que se encontra espalhada por todos os continentes, uma das cinco línguas mais faladas em todo o mundo e das mais usadas pelos internautas. Como a primeira língua mais falada no hemisfério sul, terá um crescimento estimado de falantes até 390 milhões em meados do século, e 487 milhões no final século (*idem*).

Já o espanhol é uma superpotência linguística de ainda maior dimensão: é a língua oficial de 21 países, e falada como idioma não oficial em mais 25. É a segunda língua materna mundial em número de falantes, somando 483 milhões de nativos e mais de 580 milhões de falantes potenciais (Vitores, 2019). Em 2019, 7,6% da população mundial era de língua espanhola, estimando-se que esta percentagem aumente ligeiramente até 2050, para 7,7%, acompanhando o crescimento da população mundial, enquanto falantes nativos de inglês e chinês devem diminuir devido à demografia (*idem*).

É preciso ainda atender à proximidade entre o português e o espanhol. Juntos, formam o maior bloco linguístico indo-europeu, com atualmente perto de 700 milhões de falantes nativos. Há uma base objetiva para tal proximidade, que é a intercompreensão dos seus falantes. Mesmo sem aprendizagem formal da outra língua, os falantes de ambas conseguem comunicar entre si. (...) E é a copresença de duas línguas e de dois continentes que sugere um campo de ação e influência que desafia as tradicionais mas crescentemente obsoletas divisões entre o Norte e o Sul. (Reto *et al.*, 2016).

Neste quadro, o propósito deste trabalho é alertar para a importância do espaço ibero-americano de produção e difusão de ciência, e reclamar que lhe corresponda, na *WoS* e nos *fora* internacionais de ciência, um espaço que represente a qualidade da ciência ibero-americana e que seja proporcional à sua importância económica, geográfica e demográfica. Neste momento não o é.

Sem prejuízo das vantagens de um idioma comum para a comunicação de ciência, papel hoje desempenhado pelo inglês, abandonar o português e o espanhol como línguas de ciência é um erro, por diversas razões. Esse abandono perpetua relações de poder/prestígio linguisticamente mediadas. Nas áreas de Ciências Sociais e Humanas a pesquisa é em geral enraizada localmente e essa é uma forma de devolver à comunidade o investimento feito. Para publicar em veículos estrangeiros e em outras línguas a investigação terá tendência a «universalizar-se»: investiga-se mais o que interessa ao centro, drenando recursos das periferias para esse centro. Este movimento empobrece a comunidade, o autoconhecimento desta e a sua identidade, que é cultural e linguisticamente construída. Finalmente, persistindo no tempo, o trabalho continuado numa língua estrangeira impede a criação de um léxico capaz de expressar ciência, tornando impossível pensar e fazer ciência nessa língua, porque desapareceu o vocabulário para concebê-la, pensá-la e comunicá-la.

Futuro dos idiomas ibéricos na comunicação de ciência

O papel do português e espanhol na construção e comunicação de ciência espelha a evolução dos países onde são falados nos *fora* mundiais a nível cultural, económico e político. Políticas que afirmem a língua e o espaço ibero-americano no mundo têm necessariamente de passar pela credibilização da ciência que se produz nessas línguas, acolhendo a pluralidade linguística nas diversas comunidades disciplinares (Serra, 2016). Para que português e o espanhol tenham futuro como língua de comunicação de ciência, são os seus falantes que têm de lutar por uma maior visibilidade da investigação nessas línguas sinalizando, cada vez mais claramente, que a importância das suas línguas na produção e comunicação de ciência deve corresponder à

importância cultural, geográfica, económica e demográfica do espaço ibero-americano. No fundo têm de assumir o combate linguístico a que todos os falantes de uma língua são convocados (Martins, 2015), pois que

Num tempo pós-colonial e globalizado, as opções linguísticas e culturais exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo. (...) Aquilo que se joga nesta luta simbólica entre globalização cosmopolita e globalização multiculturalista é o poder de definir a realidade, assim como também o poder de impor, internacionalmente, essa definição. (*idem*, p. 17)

Isso faz-se com políticas da língua interventivas, que privilegiem o multilinguismo na comunicação científica; pelo estreitar de laços com as comunidades de falantes no espaço ibero-americano; pela indexação de revistas em Português e Espanhol nas mais prestigiadas bases de dados que medem a produção científica; pela criação de instrumentos bibliométricos e qualitativos de avaliação da publicação e produção científica (Redib, Scielo, Qualis, ERIH, índice para as Ciências Sociais da FCT); e por uma aposta determinada na tradução e na publicação bilíngues.

Sem prejuízo da utilização de um idioma comum, que sempre será necessária, é importante defender a língua e o espaço cultural ibérico também na construção e comunicação de ciência. A ciência é pública e universal, mas não há nenhuma razão para que seja monolíngue.

Referências Bibliográficas

- Gradim, A., & Naval, V. P. (2018), «Policies for Portuguese and Spanish: the world's second publication languages in Web of Science», *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa*, 29 (2), 145-160. doi:<http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n2.38279>
- Martins, M. L. (2015), «Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural», in M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia*. Porto: Edições Húmus.
- Reto, L.; Machado, F. L. & Esperança, J. P. (2016), *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Serra, J. P. (2016), «O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação / The (lack of) mutual acknowledgement between iberian-american researchers of Communication Sciences» (bilingue). *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68.

Vitores, D. F. (2019), *El español: una lengua viva – informe 2019*, Instituto Cervantes. <https://www.cervantes.es>

Viviane Bagio Furtoso

Universidade Estadual de Londrina

Conclusões e Recomendações

Gostaria de agradecer este convite para estar aqui. Fico muito feliz de ver hoje concretizados ideais que começamos em setembro do ano passado a vislumbrar. Obrigada por esse esforço para estarmos aqui unidos conversando sobre este tema. Apresento três grandes aspectos abordados pelos palestrantes onde ressalto as controvérsias, consensos, desafios e recomendações.

O **primeiro ponto** que destacaria no que este painel trouxe para a nossa discussão é o entendimento do que é internacionalização, conceito que vai além da mobilidade acadêmica. É claro que talvez a mobilidade seja o aspecto que mais se destaca e seja o mais concreto da internacionalização, mas as intervenções apontaram para um entendimento mais alargado. Para além do ir-e-vir de discentes e docentes das instituições de nível superior, esse conceito envolve a integração global e intercultural que se insere nas propostas de ensino, de serviço e de pesquisa das instituições de ensino superior. Em termos de recomendações, como grande estratégia, reafirmaria que este painel aponta para a valorização de uma dimensão qualitativa para complementar o foco quantitativo. Muitos dados quantitativos têm sido veiculados, mas acredito que há uma necessidade de se fazer uma interpretação qualitativa para que os dados possam ser mais bem aproveitados e, assim, fomentar uma reflexão mais aprofundada acerca dos fatores relacionados à língua, cultura para a internacionalização. Foi levantada

ainda a questão de que internacionalizar em casa também se torna necessário, oferecendo a todos os discentes uma perspectiva global dentro de seus programas de estudo indo ou não esses alunos para fora do país.

Este painel levantou um **segundo ponto** em relação ao espanhol e ao português como línguas de ciência. Existem algumas controvérsias em torno da avaliação do impacto da produção científica, assim como em relação à homogeneização da língua de produção de ciência. Gostaria de ressaltar essa dicotomia entre produção e divulgação: produzir ciência em uma língua é a mesma coisa que traduzir essa ciência para outra língua? Estamos vivendo uma inversão de valores que envolve a comercialização da ciência. Nosso desafio está em pensarmos que não precisamos e não devemos ter receio da globalização, pois a diversidade cultural é uma base para a globalização. Em termos de recomendações, os sistemas de cooperação ibero-americanos, considerando aspectos como agenda e métodos de pesquisa assim como acessibilidade, deveriam investir no acesso aberto à produção de conhecimento no espaço luso-hispano-falante promovendo assim uma inversão de valores e também fomentar a circulação transversal no espaço ibero-americano que motivem a produção nas duas línguas. Para finalizar, gostaria de sinalizar a importância das políticas linguísticas interventivas que privilegiam o multilinguismo na comunicação científica e estratégias para a produção bilingue.

O **terceiro e último ponto** que gostaria de destacar deste painel foi a discussão sobre a certificação para agir em espanhol e português. Um ponto controverso que quero salientar é que alguns pensam que a globalização tende a apagar a diversidade, e, como disse anteriormente, a diversidade cultural é de fato uma base para essa internacionalização e não buscarmos uma hegemonia mas deixarmos a diversidade contribuir para esse espaço.

A cooperação ibero-americana tem potencial para alavancar crescimento para as instituições que assinarem acordos de cooperação para a mobilidade acadêmica, mas também pensando em termos de serviços de pesquisa em outras instâncias que esse espaço de internacionalização promove. Para isso foi apontada a importância de qualificar aqueles que falam português e espanhol para que tenham capacidade para interagir e serem agentes com igualdade entre pares. Neste sentido, uma qualificação «linguística» e «linguística cultural» faz-se necessária, mas é importante ressaltar que precisamos avançar para além da busca por um único sistema de certificação, porque senão estaremos incorrendo em erros que podem levar novamente à hegemonia que não é o que buscamos.

Será importante responder a seguinte pergunta: que tipo de certificação almejamos no espaço ibero-americano? E, a partir de respostas para essa pergunta podemos pensar em ações, envolvimento e resultados esperamos.





PAINEL 4
Línguas e
Desenvolvimento
de Competências

PANEL 4
Lenguas y Desarrollo
de Competencias



Maria do Carmo Vieira da Silva

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Introdução

Sendo objetivo da CILPE2019 refletir sobre o valor de duas línguas pluricêntricas – o espanhol e o português, que representam atualmente um universo de quase 800 milhões de falantes –, centrarei as minhas reflexões sobre o diálogo intercultural, a competência intercultural e a formação de professores para desenvolver competências de intercompreensão. O documento Educação 2030, Declaração de Incheon (2015) salienta os seguintes elementos, que se articulam diretamente com a formação dos educadores: 1) Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade; 2) Promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 3) Empoderar os educadores; 4) Treinar e qualificar profissionalmente; 5) Motivar os educadores. Clarifica o documento que «A educação facilita o diálogo intercultural e fomenta o respeito pela diversidade cultural, religiosa e linguística, aspetos vitais para alcançar a coesão e a justiça social» (idem, p. 26).

O ensino e a aprendizagem das línguas nos documentos europeus oficiais

O documento Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (2001) constitui um elemento basilar para o ensino e a aprendizagem das línguas. A este documento o da Comissão Europeia, denominado Proposta de Recomendação do Conselho Relativa a uma Abordagem Global de Ensino e Aprendizagem de Línguas (2018), introduz complementos, enquanto o documento Cadre Européen

Commun de Référence pour les Langues: apprendre, enseigner, évaluer – Volume complémentaire avec de nouveaux descripteurs (2018) vem clarificar pontos relevantes nesta matéria. Este último documento faz corresponder, às competências gerais de *saber, saber fazer, saber ser e saber aprender*, as atividades comunicativas da língua de Receção, Produção, Interação e Mediação. Esta última desdobra-se na *mediação na comunicação – Mediating communication –*, na *mediação de um texto – Mediating a text –* e na *mediação de conceitos – Mediating concepts*. O desenvolvimento da mediação efetiva-se no *uso criativo e interpessoal da língua – Creative, Interpersonal Language Use –*, no *uso transaccional da língua – Transactional Language Use –* e no *uso da língua para avaliação e resolução de problemas – Evaluative, Problem-solving Language Use*. Salientamos a referência à *mediação*, uma vez que, sem o domínio proficiente da língua onde esta se processa, as suas técnicas, sobretudo aquelas que potenciam o saber ouvir – *active listening –*, não permitem aos intervenientes nem o compreender a situação, nem a interação entre participantes, comprometendo assim o alcançar de um resultado que seja aceite pelas partes envolvidas e, como consequência, a resolução do potencial conflito.

Com efeito, se a proficiência linguística não estiver presente, num processo de comunicação com o fim de resolver conflitos, corre-se o risco de chegar a soluções parciais ou mesmo a um reforço do conflito porque, no processo utilizado, não foi possível cumprir as técnicas próprias da mediação.

Os conceitos de competência e competência intercultural

Os elementos abordados no ponto anterior remetem para o conceito de *competência*. Este tem suscitado interpretações várias assim como diferentes abrangências em função

das áreas e dos contextos de ensino e de aprendizagem em que é utilizado e da própria idade e momento de formação dos aprendentes. O conceito em si parece viver de um crescimento permanente, como que tendo de responder às solicitações constantes da evolução técnica e da sociedade atual. Ultimamente, as *competências de vida* têm sido objeto de uma atenção crescente por parte quer do mundo do trabalho quer da investigação, abrangendo um espectro amplo de disciplinas (psicologia, economia, saúde, educação, etc.). A própria terminologia não é menos complexa e abrangente, desmultiplicando-se, por exemplo, em: competências do século XXI, *soft skills*, competências transversais, competências transferíveis, competências não académicas, competências socio-emocionais, competências gerais, entre outras. Destacamos o conceito de *competência intercultural* reconhecendo, como referido no documento Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural (Conselho da Europa, 2008), que ser competente interculturalmente é essencial para a coexistência pacífica num mundo caracterizado pela diversidade.

Como referem Huber e Reynolds (2014), a competência intercultural parece decorrer sempre da necessidade urgente de eliminar determinados problemas sociais e, concretamente, como forma de resolver os «problemas mais virulentos das sociedades contemporâneas» (p. 7), decorrentes da estereotipia, da discriminação e de todas as formas de racismo, sempre em articulação com *direitos humanos, democracia, papel da lei*.

A preocupação por esta temática e pela aquisição e demonstração de que se possui uma competência intercultural levou ao desenvolvimento de um *questionário sobre as competências interculturais dos professores* (da iniciativa de organizações do Conselho da Europa), testado por 50 professores e diretores de escola em 14 países, que foi finalizado tomando em consideração as sugestões pertinentes

recebidas durante o período de testagem (Silva, 2016). A finalidade era a sua aplicação em contextos educativos a fim de *reconhecer* nos professores a competência intercultural e, na sua ausência, identificar os elementos a trabalhar. Na Introdução ao questionário (elaborada por responsáveis do Programa europeu Pestalozzi), o conceito de *competência intercultural* é definido como uma competência-chave que todos os indivíduos deveriam trabalhar tendo em vista o desenvolvimento e a manutenção de sociedades democráticas sustentáveis (idem). Sendo um questionário de reflexão pessoal é introduzido por uma pergunta inicial – *O que mostra que eu sou competente interculturalmente?* – e finaliza com as seguintes questões: *E agora? Onde me situo? Que caminho tomar?*

O questionário estrutura-se em três categorias – *atitudes, capacidades e conhecimentos* – num total de 57 questões elaboradas como afirmações e a serem respondidas numa escala de Likert de cinco pontos (*nunca; raramente; por vezes; frequentemente; sempre*). Em nossa opinião, trata-se de um instrumento que, mais do que medir, funciona como um regulador individual do desenvolvimento individual do sujeito respondente, o resultado da sua reflexão sobre: as suas atitudes face ao Outro; o conhecimento e a compreensão que possui do Outro; os *skills* que terá de adquirir e desenvolver para um relacionamento com o Outro. Tudo com o objetivo de um encontro verdadeiramente intercultural.

A formação de professores para a competência intercultural

Uma análise cuidada das subcategorias e dos respetivos indicadores do questionário acima referido, que se articulam diretamente com as atividades comunicativas da língua – *Receção, Produção, Interação e Mediação* –, permite-nos salientar os indicadores que a seguir apresentamos, tendo

sempre presente que os mesmos se pretendem constituir como *skills* que cada professor tem de possuir para ser considerado competente interculturalmente.

1 – Subcategoria *Capacidades de interação* que se desdobra em: (i) Ouço atentamente os outros; (ii) Asseguro que a minha mensagem é compreendida no sentido em que a quis transmitir; (iii) Encorajo os outros a expressarem as suas necessidades e opiniões; (iv) Reajo apoiando as emoções que vejo à minha volta; (v) Procuo e clarifico necessidades e expetativas partilhadas.

2 – Categoria *Conhecimento sobre* nas subcategorias:

2.1 – *Interação* com os seguintes indicadores: (i) Tenho em atenção quer as mensagens verbais quer as não-verbais; (ii) Mostro que estou consciente de que as palavras e a linguagem corporal podem ter significados diferentes em contextos também diferentes; (iii) Clarifico os significados para evitar as incompreensões; (iv) Reconheço a influência das relações de poder na interação; (v) Mostro que compreendo que diferentes formas de interação têm finalidades e regras diferentes.

2.2 – *Práticas sociais* desdobrada nos indicadores: (i) Mostro que estou consciente do facto de outras pessoas poderem pensar, acreditar e sentir de modo diferente de mim; (ii) Procuo com insistência as razões que estão por detrás de práticas e de reações diferentes.

2.3 – *Papel dos atores sociais e políticos (individuais ou instituições)* nos indicadores: (i) Reconheço as implicações sociais e políticas da diversidade; (ii) Procuo os atores sociais, culturais ou políticos apropriados quando necessito de informação ou de suporte; (iii) Atuo com o grupo de atores sociais e políticos apropriados quando ocorrem problemas.

2.4 – *Visões do mundo e sistemas de crença* desdobrados

em: (i) Reconheço que as questões espirituais e existenciais são aspetos importantes da vida; (ii) Reconheço a existência de diferenças no modo de ver o mundo e nos sistemas de crenças quando interagem; (iii) Aprendo sobre outros sistemas de crença e modo de ver o mundo através da pesquisa ativa; (iv) Mostro compreender o facto dos modos de ver o mundo e das crenças das pessoas não se manterem estáticos; (v) Reconheço que os modos de ver o mundo e os sistemas de crença influenciam mas não determinam a identidade de uma pessoa ou de um grupo.

3 – Subcategoria *Atitudes de respeito* com os indicadores:

(i) Mostro respeito pelo outro como ser humano meu igual; (ii) Dou espaço aos outros para se expressarem e ouço e reajo aos seus argumentos; (iii) Evito fazer juízos de valor com base nas primeiras impressões.

Refletindo sobre os indicadores enumerados e que devem/têm de ser possuídos por qualquer professor de uma língua para poder fazer a mediação e ser competente no diálogo intercultural, consideramos que a exigência colocada na formação se apresenta muito difícil de alcançar, o mesmo acontecendo com as atividades comunicativas da língua preconizadas pelos documentos oficiais. Ou seja, parece haver uma discrepância significativa entre o que é exigido pela teoria e o que na prática é possível alcançar. Algumas interrogações se colocam: (i) Como treinar professores para a competência intercultural? (ii) As instituições de formação inicial de professores contemplam no seu currículo os estudos sobre as questões multi/interculturais? (iii) Os formadores estão preparados para fazer esta formação? (iv) Como avaliar as capacidades e as atitudes dos formandos? (v) Qual a motivação dos futuros professores para aplicarem os conhecimentos teóricos sobre a competência intercultural na sua prática?

Consideramos que a formação dos professores tem de ser conduzida em função de cada pessoa/formando e de um plano elaborado de acordo com as suas necessidades e a sua própria vontade de aderir à mudança, sem nunca perder de vista o objetivo principal: ser um(a) bom/boa professor(a) de uma língua. Como consequência, parece-nos que os documentos oficiais têm inevitavelmente de ser analisados como referentes e não como indicadores obrigatórios que, adquiridos pelos professores, irão ser «ensinados» aos alunos.

Considerações finais

O ensino-aprendizagem do português e do espanhol não se pode restringir à didática do português e à didática do espanhol. A disciplina da didática integra-se nas Ciências da Educação e nelas assume-se como um elemento importante, mas não isolado, não podendo, por si só, preparar adequadamente quer formadores quer formandos. Por outro lado, as exigências colocadas pelos documentos acima referenciados não podem ser atingidas sem o contributo imprescindível das disciplinas que, interdisciplinarmente, constituem o referente de ensino-aprendizagem do português e do espanhol. Falar de aquisição de competências de língua, de competências interculturais e de mediação eleva a formação de formadores e de professores a um nível de exigência que, em nossa opinião, poderá roçar a irrealidade. Contudo, isto não significa a impossibilidade de abordagem destes domínios, mas exige uma preparação sólida, sobretudo dos formadores. Talvez propostas mais realistas, adequadas aos diferentes contextos de território e aos professores implicados, pudessem obter resultados mais positivos com influência direta na cidadania e nos direitos humanos.

Referências bibliográficas

- Huber, J., & Reynolds, C. (eds.) (2014), *Developing intercultural competence through education*, Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Silva, M. C. V. (2016), Avaliação e competências interculturais, in T. Estrela (ed.), «Diversidade e Complexidade da Avaliação em Educação e Formação. Contributos da Investigação», *Atas do XXII Colóquio da AFIRSE Portugal*, Lisboa: AFIRSE Portugal, ISBN: 9789898272256, pp. 1254-1267.

Lidia Brito

Oficina Regional de Ciências
da UNESCO para a América Latina e Caribe, Uruguai

Porque venho da política pública e estou na UNESCO, vou trazer uma componente que me parece que ainda não foi referida aqui.

Quando se fala de «pluricêntrico», estamos de alguma maneira a intuir que as línguas não são só o português e espanhol, neste mundo que partilhamos, não só no espaço ibero-americano, mas também no espaço da CPLP.

A Agenda 2030 que é uma agenda com a qual nos comprometemos exige algumas coisas. A primeira é que não é possível termos desenvolvimento sustentável se não temos paz e segurança. A outra, em relação a formação dos professores, implica o diálogo intercultural, o respeito mútuo. Não é possível haver desenvolvimento sustentável se não temos diálogo intercultural e respeito mútuo. Chama também a uma ética de cidadania global.

Os problemas hoje não são locais, são globais, são transnacionais, mas os impactos, em particular os impactos negativos, são sentidos ao nível local. No entanto, muitas das discussões da política pública mundial são feitas sem a participação daqueles que são mais vulneráveis em relação a essas políticas e às decisões que se tomam. Claramente que se fala de conflitos e crise e, portanto, temos de abordar essas questões e as bases dessa crise.

Nós falamos de 800 milhões, mas vamos ser claros, 800 milhões não falam português e não falam espanhol. Estamos em mundos em que se fala português e espanhol,

mas há muitos desses 800 milhões que não falam essas línguas, não têm sequer a oportunidade de aprender essas línguas, apesar de estarem em países em que as línguas oficiais e as línguas nacionais são português e espanhol, e isso cria exclusão, isso cria conflitos, isso cria desigualdade.

Fala-se também da criação de resiliência e a resiliência tem de ser social, ambiental, não pode ser apenas uma resiliência económica, só uma resiliência ambiental, tem que ser uma resiliência social também, e isso implica trazer cultura, trazer várias línguas, porque é nessas línguas, é nessas culturas que o conhecimento de resiliência dessas populações, desses povos está realmente embebido e ao tirarmos isso da equação, de alguma maneira, estaremos a perder esta possibilidade.

A verdade é que este tema, e é um tema da UNESCO há muitos anos, há muitas décadas, é um tema muito complicado, não é fácil falar de educação plurilingue ou educação bilingue. O nosso moderador falava também de questões de poder. Temos de estar conscientes de que quando tomamos uma decisão sobre as nossas políticas educativas, os nossos sistemas educativos, se vamos ou não optar por educação bilingue, a verdade é que há questões de poder que vão ser abordadas. Há questões éticas que têm de ser abordadas e, portanto, gostei imenso da apresentação da professora Maria do Carmo porque fala precisamente que isso começa com o professor.

Não é possível pensar que nós podemos ir para uma educação plurilinguística se os próprios professores não entendem a importância de falarem várias línguas e a riqueza que essas várias línguas trazem, e se não reconhecerem que os estudantes que falam outras línguas mãe têm muito a ensinar ao professor. Isso significa, a meu ver, uma mudança importante no papel do professor como facilitador de aprendizagem e não necessariamente o que vai trazer a iluminação.

Gostei muito da mensagem transmitida pelo Professor Quintanilha – a educação não é um espelho, deve ser transformada em janelas, não só para os estudantes, mas também para o professor, portanto há uma parte do papel do professor que, a meu ver, tem de mudar, e a verdade é que essas discussões são importantes.

Há uns anos, a UNESCO fez um inquérito aos jovens perguntando o que queriam aprender, e eles responderam que queriam aprender mais do que aritmética, mais do que línguas. Queriam aprender a ser críticos e a ter uma posição crítica de cidadãos responsáveis, queriam entender o mundo. Por exemplo, queriam entender porque é que, estando no Uruguai, as pessoas pensam que sou brasileira e porque é que, quando estou no Brasil, as pessoas pensam que sou portuguesa e ninguém se lembra que sou moçambicana, e em Portugal sou uruguaia. Os jovens querem garantir que as suas aspirações de futuro são uma realidade no presente e eles são autores dessa realidade e constroem esse futuro que é deles.

Claramente é importante ligar aquilo que ensinamos na escola à realidade diária. E por isso a questão da língua é muito importante. Se eu for para a escola e falo português e depois vou para casa e falo changana, há uma quebra logo automática, o que eu aprendi na escola é um mundo e o que eu aprendi em changana é outro mundo.

E a maneira como eu comunico é diferente e, portanto, o que estamos a defender na UNESCO é que, por muito difícil que seja, a educação plurilingue tem que começar por uma educação que envolve a língua materna. Não pode ser só, no Brasil, aprender o espanhol e aprender o inglês, mas é também garantir que, em algumas zonas em que a língua predominante não é o português, as respetivas línguas maternas fazem parte do sistema da educação.

Isto é importante porque precisamos que os nossos profissionais, os nossos graduados sejam claramente

competentes nos seus campos profissionais, mas também têm de compreender as realidades locais e têm de ser capazes de atuar nessas realidades, bem como de se conectarem com a realidade mundial que os rodeia.

Se não tiverem essas competências, não vão conseguir viver neste mundo incerto. Têm de ser capazes de trabalhar com disciplinas, entre disciplinas e de forma transdisciplinar. Na sua intervenção, o Professor Quintanilha referiu que as disciplinas não se falam, mas se as línguas não se falam, se as línguas não se cruzam, se não se alimentam, como lidar com as diferentes línguas que temos no espaço ibero-americano? Como lidar com essa questão a nível das ciências? Temos de ter consciência que essas línguas que fazem de nós espaços pluricêntricos têm de ser envolvidas – a questão do dinamismo, da inovação, da aprendizagem ao longo da vida, a minha língua, a minha identidade, e como me relaciono com a minha comunidade e como me relaciono com a comunidade dos meus vizinhos.

E mais, trazer também os valores que são importantes, porque os nossos graduados têm de ser responsáveis pelas questões morais, têm de ser conscientes quanto às questões políticas, têm de estar comprometidos, e é muito difícil conseguir isso.

Quando nós, através da escola, os separamos da sua comunidade de base, e isso significa que para o processo educativo temos de trazer os cidadãos, temos de trazer as suas famílias, temos de trazer a comunidade que rodeia a escola, temos de trazer as empresas e por isso é que é fundamental que se envolva a comunidade linguística. Porque muitos destes pais não falam o português, não falam o espanhol, mas os filhos sim. Então, automaticamente fazemos uma mudança que não é sequer a melhor e por causa disso defendemos a questão das línguas maternas.

A UNESCO definiu os princípios básicos a garantir no ensino da língua materna. E o primeiro é perceber que a

língua materna é importante principalmente nos primeiros anos de aprendizagem e que só depois se pode fazer a transição para outra língua que não é a materna.

Como efeito, a UNESCO propõe um sistema em que a língua materna está mais presente nos primeiros anos de aprendizagem, mudando progressivamente a percentagem das aulas nas línguas oficiais garantindo que a partir da quinta classe os estudantes já são fluentes na língua oficial do país.

Significa também que tem de haver essa parte cultural, mas também a questão da igualdade social e a paridade entre sexos e finalmente a educação para nos compreendermos uns aos outros.

O outro programa que é fundamental é um programa para a cidadania global, e os jovens querem ser cidadãos do mundo sabendo que vivem neste país que fala esta língua.

Finalmente, não posso deixar de colocar a questão do género na educação. As mulheres são as pessoas que mais sofrem quando o sistema educativo não toma em consideração o seu contexto cultural, social, a sua língua materna, e normalmente, mesmo nos processos de alfabetização, elas ficam fora do sistema e com isso dizer que esta agenda é muito importante, esta reunião é uma enorme oportunidade para todos.

Helena Peralta

Universidade de Lisboa, Portugal

As línguas servem para comunicar. Mas elas não simplesmente «servem». Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser. Outras (...) elas fazem-nos deixar de ser. Nascemos e morremos naquilo que falamos, estamos condenados à linguagem mesmo depois de perdermos o corpo. Mesmo os que nunca nasceram, mesmo esses que existem em nós como desejo de palavra e como saudade de um silêncio. (Mia Couto, 2009)¹⁴

Um dos objetivos desta Conferência, de acordo com a nota conceptual que nos foi distribuída, é contribuir para «estabelecer o Estado da Arte sobre os temas enunciados». Tentarei, assim, de forma breve e, logo, redutora, contribuir para esse fim, em relação aos temas implícitos em três das questões orientadoras deste painel: qual o lugar das línguas na educação? Que competências desenvolver? Que modalidades de E/A são utilizadas? A base de que parto não é o espanhol, mas as línguas em geral, e a minha situação de referência é o contexto português e europeu.

Proponho-me abordar estas questões a partir de três perspetivas: a do currículo, a dos números, e a da investigação.

Dada a natureza do objetivo traçado, o registo discursivo será marcadamente descritivo-informativo.

A perspetiva do currículo

O currículo de línguas estrangeiras atual, em Portugal, é em parte influenciado pelas orientações europeias,

nomeadamente da Comissão Europeia e do Conselho da Europa, no campo da educação, em geral, e do ensino de línguas, em particular, quer através de recomendações, resoluções ou mesmo de propostas concretas. O currículo segue, assim, como linha orientadora os princípios e os instrumentos (escalas de nível) do *Quadro europeu comum de referência para as línguas*. O currículo é, por isso, atualmente, tributário de uma abordagem acional, centrado no aprendente e na ação comunicativa. São ainda as escalas de nível de proficiência (A1, A2, B1, B2, C1 e C2) que orientam a progressão na aprendizagem das línguas estrangeiras.

O referencial curricular nacional atual é constituído por uma componente que especifica os conhecimentos a adquirir e as competências a desenvolver em cada uma das disciplinas ou áreas disciplinares, designada por *Aprendizagens Essenciais* (AE), uma componente global, o *Perfil dos Alunos à Saída do Ensino Obrigatório* (PA) que define as dez áreas de competências transversais a todas as disciplinas, a desenvolver ao longo de toda a escolaridade obrigatória e, ainda, uma segunda componente transversal, a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC). As AE das línguas estrangeiras comportam o desenvolvimento das competências comunicativa (compreensão, produção e interação, oral e escrita), intercultural e estratégica.

Espera-se, assim, que os alunos adquiram um alto nível de conhecimento específico, e que, em simultâneo, cresçam como cidadãos ativos, participativos, conhecedores, cultos, críticos, responsáveis e autónomos, capazes de explorar novas realidades entre as quais as potencialidades das novas opções tecnológicas.

Referindo-me apenas ao ensino básico e secundário¹⁵, o currículo oficial alberga a oportunidade de aprender quatro línguas estrangeiras (Alemão, Espanhol, Francês

¹⁵ Também é possível aprender línguas estrangeiras formalmente no ensino superior, no ensino profissional, no pré-escolar, em algumas instituições, e em escolas de línguas.

¹⁴ Couto, Mia (2009), *E se Obama fosse africano? E Outras Intervenções*. Lisboa: Editorial Caminho.

e Inglês), além da língua materna e do Português como língua não materna. É também possível aprender o Mandarim em alguns estabelecimentos de ensino, ao abrigo de um projeto piloto, e cuja frequência tem vindo a aumentar significativamente.

Há, ainda, escolas que disponibilizam outras modalidades de ensino de línguas, sob a forma de ensino bilingue ou CLIL, maioritariamente centradas no Inglês, e escolas de fronteira, estas especialmente dedicadas ao Espanhol.

O Inglês é claramente a língua privilegiada, uma vez que a sua aprendizagem se inicia no 3.º ano do ensino básico (8 anos de idade), sendo a única língua estrangeira disponibilizada no currículo até ao 6.º ano, e obrigatória até ao 9.º ano (15 anos de idade). Só a partir do 7.º ano é possível aprender uma segunda língua outra que não o inglês.

No entanto, apesar da importância crescente atribuída à aprendizagem de línguas estrangeiras nos países da União Europeia, sobretudo ao inglês, a verdade é que, de acordo com os resultados do *European Survey on Languages Competences* (2012), os alunos, de um modo geral, revelaram um baixo nível de competência nas línguas testadas. Somente 42% (4 em 10) dos alunos testados atingiu o nível de utilizador independente (B) na primeira língua estrangeira e apenas um quarto dos alunos o atingiu na segunda língua.

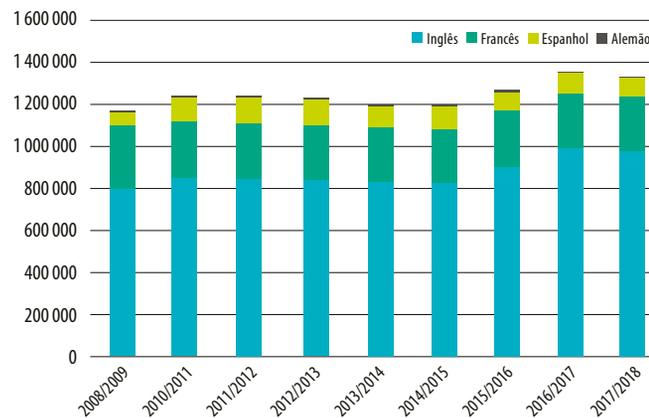
A perspetiva dos números¹⁶

Referidas as possibilidades e oportunidades de aprender línguas em Portugal, vejamos agora a relação entre o número de alunos nas quatro línguas curriculares. Seria abusivo falar aqui de escolha, sendo o Inglês língua obrigatória durante a maior parte do percurso escolar dos alunos portugueses.

16 Os dados numéricos sobre a inscrição em línguas, em Portugal, são provenientes da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e da Direção-Geral da Educação (DGE).

O gráfico 1 mostra a evolução das matrículas em LE, de 2008 a 2018, verificando-se o aumento da escolha do Espanhol ao longo dos anos.

Gráfico 1
Alunos do ensino básico e secundário matriculados em LE de 2008 a 2018.



A relação entre as várias línguas tem-se mantido relativamente constante com exceção do Alemão, cuja frequência decresceu significativamente desde a introdução do Espanhol no currículo.

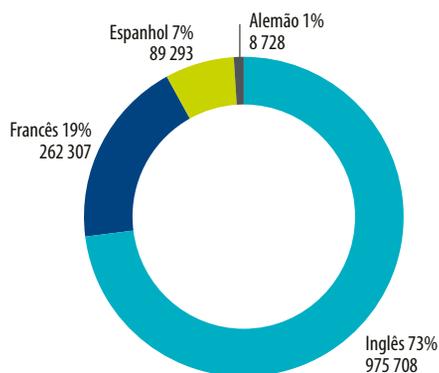
É evidente o predomínio de inscritos em Inglês, mormente pelo seu estatuto de língua obrigatória no ensino básico e pela impossibilidade de alternativa a esta língua nos dois primeiros ciclos do ensino básico. Ademais, esta tendência é comum à que se verifica quer ao nível europeu quer mesmo mundial. Segundo dados do *European Survey on Languages Competences* (2012), aplicado a mais de 52 000 alunos de 14 países, no fim do ISCED2¹⁷, verifica-se que 97% dos jovens europeus aprendem Inglês como primeira língua estrangeira, que aprender uma segunda

17 International Standard Classification of Education, da UNESCO. Classificação internacional dos níveis de educação. O ISCED 2 corresponde ao 3.º ciclo em Portugal.

língua estrangeira não é obrigatório em todos os países e que raramente se aprendem outras línguas além do Inglês, Francês, Alemão e Espanhol.

Quanto à relação entre a aprendizagem do Português e do Espanhol, como línguas estrangeiras, respetivamente em Espanha e em Portugal, dizem-nos os dados que a língua espanhola tem ganho terreno na preferência dos alunos portugueses, sendo de 89.293 o número de alunos matriculados no ensino básico e secundário em Portugal, em 2017/2018 (gráfico 2). No mesmo ano letivo, segundo dados apresentados neste painel pela Subdirectora General de Ordenación Académica do Ministerio de Educación y Formación Profesional¹⁸, o número de alunos espanhóis inscritos em cursos de Português língua estrangeira, em Espanha, era apenas de 12 685.

Gráfico 2
Alunos de LE por língua e ciclo de ensino em 2017/2018.



18 Fonte referida: Estadística de las Enseñanzas no universitarias. Ministerio de Educación y Formación Profesional.

A perspetiva da investigação

Apesar das recomendações europeias sobre multilinguismo, multiculturalismo, plurilinguismo, diversidade linguística, etc., o espetro da oferta de línguas no currículo nacional permanece o mesmo ao longo de muitos anos (Inglês, Francês e Alemão)¹⁹, com a exceção da introdução relativamente recente do Espanhol, em 1997²⁰. Esta parece ser mais fruto do hábito do que de decisões consistentes sobre a política de língua, nunca sendo claramente explicitada a razão das escolhas, nem a sua fundamentação. As opções tomadas parecem, assim, carecer de diagnóstico e de investigação científica credível, suscetível de fundamentar a intervenção futura.

Verdade se diga que não é extensa a produção científica nem o é a investigação em LE no nosso país. São referências dois estudos meta-analíticos, que são contributos para a definição do estado da arte da investigação portuguesa em línguas. O primeiro (Alarcão & Araújo e Sá) foi publicado em 2010 e abarca textos publicados entre 1996-2006, proporcionando às comunidades académicas e profissionais e aos decisores políticos, um corpo de conhecimento coerentemente sistematizado; o segundo (Vieira, Moreira & Peralta) data de 2014 e incide sobre publicações entre 2006 e 2011. O último estudo abre para duas áreas interrelacionadas da investigação em línguas: a pedagogia e a formação de professores. Os temas que mereceram maior interesse por parte dos investigadores foram: intercompreensão e plurilinguismo; autonomia do professor e do aluno; o Português como LNM e a aprendizagem e ensino baseados em tecnologias digitais.

19 Por exemplo, na reforma de 1894-95, o Plano curricular dos liceus incluía, além das línguas portuguesa e latina, as línguas alemã, francesa e inglesa. (Jorge do Ó, 2003, *O governo de si mesmo*, Lisboa: educa, p. 237).

20 Refere-se aqui a data da publicação do primeiro programa de Espanhol e da abertura à sua escolha em todas as escolas, embora a introdução do Espanhol date já do início dos anos 90, mais precisamente 1991, mas a título experimental.

Verifica-se que o volume dos estudos é muito desigual nas várias universidades, sendo maior naquelas em que se desenvolvem comunidades de investigadores.

Salientam-se como algumas das conclusões relevantes: a relação direta entre investigação em LE, pedagogia e formação de professores; em relação à pedagogia nas escolas, há evidências de críticas às práticas estabelecidas e propostas de abordagens alternativas; sobre a formação de professores de línguas, verifica-se a coexistência de diferentes abordagens, o mesmo se podendo afirmar em relação aos modos e metodologias de investigação.

De um modo geral, é evidente uma posição crítica às práticas dominantes no ensino de LE (sobretudo ao ensino transmissivo) e na cultura de formação de professores e uma acentuada necessidade de transformar certas situações de aprendizagem de PLN, de maior intervenção, quer ao nível da prática, quer, sobretudo, da política. São feitas sugestões claras para apoiar essa mudança; a exploração de novos meios digitais serve para desenvolver abordagens centradas no aprendente, que pode desempenhar novos papéis pedagógicos.

Conclui-se que a investigação realizada tem em si potencial transformador da pedagogia, da formação de professores, das políticas de língua e da própria investigação. No entanto, por um lado, parece ser exígua a sua influência na real mudança das práticas e, por outro lado, não desafiam as políticas instituídas.

Já referimos algumas das influências que sustentam decisões sobre o ensino das LE no nosso país, algumas emanadas de instituições europeias, outras enraizadas na tradição ou em convicções das entidades oficiais que têm poder sobre o currículo, nomeadamente o currículo de línguas. Seria relevante saber se as decisões sobre as línguas a incluir no currículo são tomadas com base em resultados da investigação, ou, dito de outro modo, será que a investigação

que em Portugal é feita neste domínio, embora escassa, tem algum impacto nas decisões políticas sobre esta matéria? Ou, ainda, tomando em consideração a imagem inversa, será que o conhecimento produzido pela investigação em línguas estrangeiras em Portugal é aplicável fora do cenário da investigação? Será, ainda, que esta investigação desafia as políticas instituídas?

Conclusão

Na nota que nos foi distribuída pressupunha-se que se procurasse responder às questões enunciadas em cada painel e que novas questões fossem identificadas.

Como referi nas primeiras linhas deste texto, tentei responder a questões que o painel sugeria, formularei agora algumas questões que emergiram do conteúdo desta apresentação.

A primeira diz respeito ao predomínio da língua inglesa no(s) currículo(s): como se justifica a flagrante dissonância, ou mesmo contradição, entre o discurso sobre as línguas e a realidade da sobrevalorização e do poder da língua inglesa?

A segunda tem implícitas outras questões que não me permito agora formular e que dizem respeito à sala de aula e às metodologias e estratégias de ensinar e de aprender e, sobretudo, aos modos e modelos de formação dos professores de língua estrangeira: como se explica que apesar da ênfase dada ao ensino de línguas, os níveis de proficiência alcançados pelos alunos sejam, em média, tão baixos?

A última refere-se à investigação nesta área e surge da reflexão sobre os dois estudos enunciados. A investigação realizada, sistematizada no segundo estudo, tem em si potencial transformador da pedagogia, da formação de professores, das políticas de língua e da própria investigação. No entanto, não desafiam as políticas. Não desafiar as políticas não é reduzir significativamente o potencial transformador da investigação? E não se inspirar nos resultados

da investigação nem tomar em consideração o conhecimento por ela produzido não debilita as decisões políticas sobre as línguas no currículo?

Certamente, ao longo das suas múltiplas iniciativas, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), organização promotora desta conferência, lhes dará a competente resposta.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, I. & Araújo e Sá, H. (2010), *Era uma vez... a Didáctica de Línguas em Portugal: Enredos, actores e cenários de construção de conhecimento*, Aveiro: Cadernos LALE (Período abordado: de 1996 a 2006).
- Conselho da Europa (2001), *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, ensino e avaliação*. Lisboa: Asa.
- European Commission (2012). *First European Survey on Languages Competences. Final Report*. Brussels: European Commission.
- Ó, Jorge (2003), *O governo de si mesmo*. Lisboa: educa.
- Vieira, F. & Moreira, M. A. & Peralta, H. (2014), *Research in foreign language education in Portugal (2006-2011): Its transformative potential*. *Language Teaching*, v.47, Issue 2, pp. 191-227.

Montserrat Grañeras

Ministerio de Educación y Formación Profesional,
España

Esta comunicación comienza describiendo el lugar de las lenguas en la educación y su enseñanza en España. Continúa con la enseñanza del portugués y los proyectos de lengua y cultura existentes. Concluye con una mirada hacia el futuro y una perspectiva de los retos y propuestas a los que habrá que hacer frente.

El lugar de las lenguas en la educación en España

La diversidad lingüística es un patrimonio cultural objeto de especial respeto y protección en España. Además del castellano, la Constitución española reconoce de un modo explícito las diversas lenguas de España que son también oficiales en distintas Comunidades Autónomas.

Por otro lado, la mejora de la competencia lingüística de nuestros jóvenes constituye una prioridad estratégica del Ministerio de Educación y Formación Profesional (MEFP en adelante). Esta competencia supone una garantía de movilidad tanto para la formación como en el acceso al mercado laboral, y facilita la integración en una sociedad abierta en la que los ciudadanos amplían cada vez más sus horizontes de formación, de trabajo y de convivencia con otras culturas. Además, el desarrollo de la competencia lingüística en varias lenguas representa una oportunidad y una herramienta clave para construir sociedades diversas, democráticas y prósperas.

De este modo, la enseñanza de lenguas extranjeras está firmemente implantada en el sistema educativo español. En

la Educación Infantil, las administraciones educativas promueven una primera aproximación a la lengua extranjera desde la edad de 3 años. En todos los cursos de la Educación Primaria, Secundaria y Bachillerato, todos los alumnos cursan obligatoriamente una primera lengua extranjera. La enseñanza de una segunda lengua extranjera se incorpora en función de la administración educativa, y así, en Educación Primaria se puede cursar una; en cada curso de Secundaria, entre una y cuatro; y en cada uno de los cursos de Bachillerato, entre una y tres.

En relación a las lenguas que se enseñan, por el momento se han regulado cinco idiomas: alemán, francés, inglés, italiano y portugués. En cuanto al nivel que se espera que adquiera el alumnado al finalizar cada etapa educativa, actualmente se está trabajando para establecer la correspondencia entre los currículos de idiomas de la educación escolar y los niveles del MCER.

Por otra parte, para las etapas de educación escolar el MEFP desarrolla programas de cultura y lengua en estrecha colaboración con Francia, Portugal, Reino Unido y Marruecos. Más adelante detallaremos los programas dedicados al portugués.

Además de la formación en idiomas en la enseñanza general, cabe mencionar la existencia en nuestro país de las Escuelas Oficiales de Idiomas, unos centros de titularidad pública con currículos vinculados al MCER, dedicados a dotar de formación lingüística a los ciudadanos a partir de los 16 años. Contamos con una red de más de 300 centros repartidos por todas las provincias de España que ofrecen la posibilidad de aprender idiomas y obtener las certificaciones de los niveles A2 a C2 del MCER. Estos centros constituyen una valiosa herramienta al servicio de esta prioridad estratégica.

Concluimos esta sección resaltando que la inversión en la enseñanza de idiomas y la sensibilización lingüística

contribuyen poderosamente al desarrollo de la educación sostenible que se describe en la Agenda 2030 y, por ello, España apoya de manera firme y decidida la *Recomendación del Consejo relativa a un enfoque global de la enseñanza y el aprendizaje de idiomas*.

Formación del profesorado y modalidades de enseñanza

La política de formación del profesorado se concentra en ofrecer metodologías innovadoras centradas en el alumno y en el empleo de las TIC, tales como el aprendizaje basado en proyectos, el aprendizaje colaborativo, *flipped classrooms* o el uso de aplicaciones informáticas en el aula. La oferta formativa del MEFP se canaliza a través del INTEF, el Instituto Nacional de Tecnologías Educativas y de Formación del Profesorado, dependiente del MEFP y responsable a

nivel nacional del desarrollo de habilidades para el s. XXI y de la competencia digital educativa.

Es de destacar el gran desarrollo de los programas bilingües en España en los últimos años, siendo un ejemplo pionero el programa del Ministerio con el British Council. Este desarrollo ha resultado en una expansión de la metodología AICLE (Aprendizaje integrado de contenidos y lenguas extranjeras), lo cual se refleja en la mayor oferta de formación inicial en las universidades españolas y también en la oferta de formación permanente para el profesorado. En este sentido, tienen especial relevancia las estancias formativas de profesores en Estados Unidos, Canadá o el Reino Unido organizadas y financiadas por el MEFP para la mejora de estos programas bilingües y plurilingües en inglés en España. Gracias a ellos, unos 10.000 docentes han participado en estos programas desde su origen hace más de tres décadas.

Alumnado que cursa lengua portuguesa. Curso 2017-2018

	E. Primaria				E.S.O.				Bachillerato			TOTAL
	1.ª lengua	2.ª lengua	3.ª lengua	Total	1.ª lengua	2.ª lengua	3.ª lengua	Total	1.ª lengua	2.ª lengua	Total	
TODOS LOS CENTROS	14	2.651	122	2.787	38	8.130	121	8.289	35	1.574	1.609	12.685
Andalucía						520		520		345	345	865
Castilla y León			122	122		311		311		16	16	449
Extremadura	14	2.651	0	2.665	36	6.131	121	6.288	0	512	512	9.465
Galicia					2	1.168		1.170	35	701	736	1.906
CENTROS PÚBLICOS	14	1.610	122	1.746	38	6.317	79	6.434	35	1.540	1.575	9.755
Andalucía						520		520		345	345	865
Castilla y León			122	122		311		311		16	16	449
Extremadura	14	1.610		1.624	36	4.318	79	4.433		478	478	6.535
Galicia					2	1.168		1.170	35	701	736	1.906
CENTROS PRIVADOS		1.041		1.041		1.813	42	1.855		34	34	2.930
Andalucía												
Castilla y León												0
Extremadura		1.041		1.041		1.813	42	1.855		34	34	2.930
Galicia												

Fuente: Estadística de las Enseñanzas no universitarias. Ministerio de Educación y Formación Profesional.

La enseñanza/aprendizaje del portugués en España

El sistema educativo español ofrece distintas opciones para el aprendizaje del portugués. Por una parte, es posible estudiarlo en la Educación Infantil, Primaria y Secundaria y en los cursos de Bachillerato, ya sea como primera o segunda lengua extranjera. Por otra, el portugués se está empezando a impartir con metodología AICLE. Existen en Extremadura tres secciones bilingües, dos de secundaria y una de

primaria que apuestan por este tipo de enseñanza.

En el cuadro de la página anterior se detallan las cifras del alumnado participante durante el curso 2017-2018.

Además de estos programas, existe la opción de estudiar portugués en las Escuelas Oficiales de Idiomas, los centros mencionados anteriormente. En el cuadro siguiente se muestran los datos del alumnado matriculado con el detalle de los que estudian portugués:

Número de matrículas¹ en enseñanzas de E.O.I. por lengua y nivel de enseñanza. Curso 2017-2018

	TOTAL	Nivel Básico	Nivel Intermedio	Nivel Avanzado	Nivel C1 ²
Alemán	34.549	21.418	7.625	4.609	897
Árabe	2.530	1.816	481	233	0
Chino	2.476	1.796	517	163	0
Danés	45	28	12	5	0
Finés	55	31	15	9	0
Francés	53.245	27.501	14.111	9.125	2.508
Griego	353	206	86	61	0
Inglés presencial	228.543	65.086	79.649	60.574	23.234
Inglés a distancia	35.792	13.373	14.546	7.873	0
Irlandés	5	5	0	0	0
Italiano	13.440	7.408	3.078	2.469	485
Japonés	1.384	1.064	244	76	0
Neerlandés	180	108	39	33	0
Portugués	4.376	2.138	1.126	925	187
Rumano	40	29	6	5	0
Ruso	2.142	1.393	518	231	0
Sueco	102	64	23	15	0
Outras lenguas extran.	177	146	31	0	0
Español para extran.	8.298	4.139	2.419	1.443	297
Catalán	1.366	332	242	299	493
Euskera	8.374	1.800	1.666	2.466	2.442
Gallego	695	157	60	325	153
Valenciano	2.348	457	205	425	1.261

1 El alumnado que cursa más de una lengua aparece contabilizado en las diferentes lenguas que cursa, no coincidiendo el total de alumnado con la suma de matrículas de las distintas lenguas.

2 Se incluyen 2.120 alumnos matriculados en el Nivel C2.

Fuente: Estadísticas de las Enseñanzas no universitarias: MEFP

Por último, también los Centros de Educación de Personas Adultas (CEPA), particularmente los de Extremadura, ofertan este idioma. El objetivo principal de estos programas es capacitar a los ciudadanos para usar el portugués de manera suficiente e interactuar en situaciones cotidianas.

Proyectos de enseñanza de lengua y cultura portuguesa

Como se ha mencionado, el MEFP y el Ministerio de Educación de Portugal tienen acuerdos sobre proyectos de enseñanza de lengua y cultura portuguesa. Estos surgieron en 1987-1988 como programas de compensación educativa para alumnos lusohablantes y con el objetivo de potenciar en el alumnado español el interés y respeto por la cultura y la lengua portuguesas. En la actualidad han pasado a ser una enseñanza del portugués como lengua extranjera, no reglada.

En el curso 2018-2019 participaron en estos programas 5.492 estudiantes de Educación Primaria y Secundaria de siete comunidades autónomas: Asturias, Castilla y León, Cataluña, Extremadura, Galicia, Madrid y Navarra.

Existen también diferentes proyectos consecuencia de los acuerdos establecidos entre el Ministerio de Educación portugués y tres comunidades autónomas del Estado español: Extremadura, Castilla y León y Andalucía.

En Extremadura, desde el curso 2010-2011 funciona el *Plan Portugal* destinado a facilitar la enseñanza del portugués como materia no evaluable en diferentes centros, principalmente de enseñanza primaria. De la provisión del profesorado se encarga la Consejería de Educación y Empleo de Extremadura, y se dota de una flexibilidad para que cada centro establezca el modelo organizativo que mejor se ajuste a las necesidades de su población escolar, así como a los recursos de los que dispone. En el curso escolar 2019-2020, participan en el programa 21 centros de Educación

Infantil y Primaria en la provincia de Cáceres y 42 en la provincia de Badajoz.

En Castilla y León existe el Proyecto EMPRETIC, financiado por la primera convocatoria del Programa Operativo Interreg V-A (2014-2020), con el objetivo del fomento del espíritu empresarial en alumnos de educación secundaria. El proyecto desarrolla proyectos transfronterizos de innovación educativa, basados en el uso de las TIC y las redes sociales para promocionar e impulsar actividades económicas tradicionales.

Asimismo, en el periodo 2007-2013, y al amparo del Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España Portugal (POCTEP), se llevaron a cabo dos proyectos: ATICA (Apoyo TIC a los Aprendizajes) y FIAVAL.

El Proyecto ATICA (2008-2010) se centró en el aprendizaje con pizarra digital de matemáticas y la lengua española. Se crearon veinte asociaciones con alumnos de los últimos cursos de Primaria y los primeros de Secundaria. El proyecto FIAVAL (2011-2012) continuó la colaboración entre las regiones a través de las citadas asociaciones y sus espacios virtuales, centrándose en la enseñanza y aprendizaje del español y portugués e incluyendo encuentros entre alumnos.

En Andalucía funciona desde el curso 2010-2011 el programa José Saramago. Se trata de una iniciativa de carácter fronterizo en la que la lengua portuguesa se incluye como opción curricular para el alumnado de Educación Secundaria y Bachillerato. Participan en él siete institutos de la provincia de Huelva y un instituto de Málaga.

Una mirada hacia el futuro: retos y propuestas

La enseñanza de lenguas y desarrollo de competencias nos plantea interesantes retos. Entre ellos cabe destacar la formación de docentes en relación con las competencias clave y el plurilingüismo, la formación del alumnado en una

primera o segunda lengua extranjera, ya sea como asignatura o desde la metodología AICLE, y en dar respuesta por medio de la educación a las nuevas necesidades.

Para hacer frente a esos retos vemos de especial importancia mantener y profundizar la colaboración entre España y Portugal reactivando antiguos acuerdos, fortaleciendo los programas existentes y desarrollando nuevas vías de cooperación. Para ello, contamos con el *Memorando de Entendimiento para la definición de una Estrategia Común de Desarrollo Transfronterizo*. Es preciso continuar la colaboración en la formación del profesorado, en innovación e investigación. Esto podría realizarse, por ejemplo, continuando el apoyo a programas tales como Erasmus+, el cual ya financia iniciativas de movilidad y de innovación e intercambio de buenas prácticas entre centros educativos españoles y portugueses.

Aprender otra lengua es descubrir todo un universo, reinterpretar el mundo que hasta entonces creías conocer, trastocar perspectivas que consideraste inamovibles, y es la estimulante percepción de que lo que te rodea adquiere otra profundidad y que accedes a una realidad más vasta y significativa.

Desde esta visión profunda, necesaria y prioritaria al mismo tiempo, de la adquisición de competencias lingüísticas de calidad para toda la ciudadanía, estamos acometiendo el nuevo ordenamiento del sistema educativo español, desde el pleno convencimiento de que el desarrollo de la competencia lingüística en varias lenguas representa una oportunidad única y una herramienta clave para la construcción de sociedades abiertas, democráticas y prósperas, las que sin duda todos nosotros deseamos construir. En este caso, trabajar por el impulso conjunto de dos lenguas como la española y la portuguesa, lenguas vecinas y hermanas, sin duda es una empresa que vale la pena impulsar.

Referencias Bibliográficas

- Estadísticas de las enseñanzas no universitarias. MEFP
<http://www.educacionyfp.gob.es/servicios-al-ciudadano/estadisticas/no-universitaria/alumnado/lenguas-extranjeras.html>
- Programa EMPRETIC
<https://www.educa.jcyl.es/profesorado/es/programas-europeos/proyecto-empretic-proyectos-transfronterizos-innovacion-edu>
<http://www.poctep.eu/es/search/node/EMPRETIC>
- Programa FIAVAL
<http://fiaval.crftic.es/gral.html>

María Matesanz del Barrio

Universidad Complutense de Madrid, España

El hecho de que la comunidad de hablantes de español y portugués alcance una cifra estimada en 800 millones de personas está muy lejos de ser una realidad de parecido número de hablantes bilingües de español y portugués. El bilingüismo español-portugués se plantea como un objetivo de cohesión entre los habitantes de los países iberoamericanos de ambos continentes. Este bilingüismo al que se aspira está muy alejado de la realidad actual, a pesar de los acuerdos y esfuerzo que los países que integran el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) e instituciones supranacionales, como es la Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), vienen haciendo para conseguirlo. Las políticas lingüísticas de los países implicados en esta meta del bilingüismo español-portugués, en caso de tener el éxito esperado, tardarán décadas en dar sus frutos.

La presión que ejercen otras lenguas, en particular el inglés, para constituirse como parte de un binomio bilingüe constituidos por lengua materna/segunda lengua adquirida, preferentemente, en el ámbito escolar, dificulta enormemente este objetivo. El bilingüismo de escolarización responde a la búsqueda consciente de un modelo de comunicación que se considera eficiente y beneficioso para los hablantes. La consecución de este objetivo requiere de un ejercicio de voluntad que puede ser individual o bien provenir de la política lingüística de la comunidad a la que pertenecen los hablantes o, muy frecuentemente, de ambos combinadamente.

En sociedades de nuestro entorno, el peso del conocimiento y dominio de una segunda lengua (L2) recae en las políticas lingüísticas escolares, en particular en comunidades en las que mayoritariamente los niños tienen una única lengua materna y están expuestos a contextos preferentemente monolingües. Pero lo que se busca actualmente es que la segunda lengua ocupe un lugar preminente en el conocimiento lingüístico de los hablantes, de modo que estos aspiran a ser hablantes bilingües, en el sentido de tener en esa segunda lengua una competencia nativa o cercana a ella, que es el concepto de bilingüismo que manejan habitualmente los hablantes. Es este modelo el que se está implementando en las escuelas y el de los hablantes en relación al inglés, la lengua que ocupa hegemoníicamente el espacio de L2 pero en una relación de asimetría si se considera el bilingüismo con lenguas realmente maternas.

El modelo **lengua materna (diversa)/segunda lengua (inglés)**, que con frecuencia pretense implantarse como bilingüe es el modelo dominante actualmente, incluso aun no siendo el modelo comunicativo más rentable en muchas circunstancias de vecindad política y lingüística. Este es el caso que con frecuencia se produce en zonas de frontera con lenguas tipológicamente emparentadas a ambos lados, que siguen patrones educativos y de comportamiento lingüístico que no se adecúan a su realidad cotidiana. A modo de ejemplo, podemos citar la situación de las fronteras entre Brasil y los países de lengua española con los que limita, a lo que hay que añadir que en una de sus fronteras no hispanófonas se habla francés (Guayana Francesa), todas lenguas románicas.

Sin embargo, en la política lingüística de Brasil actualmente no hay una política de educación bilingüe portugués-español en la frontera, ni siquiera prima el español como segunda lengua frente al inglés, ni la legislación actual lo ampara. La Ley 13.415/2017 incluye la revocación de la

Ley 11.161/2005, la llamada *Ley del español* que privilegiaba el español sobre otras lenguas. Los intereses de Brasil no van en esta dirección y es evidente que se prima la relación con países no hispanófonos, dejando de lado el potencial de una comunidad muy grande de hablantes nativos español-portugués. Pero, sin mirar hacia otros continentes, la política lingüística en Europa no prioriza tampoco una política que podríamos denominar de comunidades de habla en relación a sus grandes familias lingüísticas, concepto sobre el que volveremos.

El multilingüismo en Europa se presenta en la Unión Europea (UE) como una riqueza para sus ciudadanos. La diversidad de lenguas y su coexistencia armoniosa en el seno de la UE se considera un símbolo de su emblema *unidad en la diversidad*. Las iniciativas de la UE en favor del multilingüismo como un factor integrador y de oportunidades para la ciudadanía es recurrente desde finales del siglo pasado hasta el momento actual. El texto de la UE de 2008 sobre el multilingüismo es toda una declaración de principios de las políticas lingüísticas que se alientan desde la UE y que buscan aumentar las oportunidades de los ciudadanos, aumentar sus aptitudes para el empleo y facilitar el acceso a servicios y derechos, a la vez que se fomenta la solidaridad mediante el refuerzo del diálogo intercultural y la cohesión social (COM (2008), p. 3). La conocida recomendación de la UE en materia de lenguas –lengua materna + 2 lenguas– es ambivalente, en el sentido de que por una parte es clara en lo que se refiere al mínimo deseable pero es completamente ambigua en lo relativo a cuáles deben o pueden, si se prefiere una formulación menos conminativa, esas dos lenguas adicionales. Las interpretaciones han sido y son diversas, pero podemos considerar dos grupos de combinaciones: i) lengua materna + adquisición de, al menos, 1 lengua minoritaria de la comunidad en la que se encuentra el hablante y 1 lengua extranjera; y ii) lengua materna + 2

lenguas extranjeras. Ambos grupos tienen múltiples posibilidades de expresión y, por descontado, muchísimas formas de actualización, dada la realidad multilingüe de Europa, no solamente por sus lenguas autóctonas sino por las lenguas que trae la movilidad de personas, en particular los movimientos migratorios, que han reconfigurado el espacio lingüístico de la UE, y esto debe ser tenido en cuenta. Dentro de los modelos del grupo i) destacaríamos las siguientes combinaciones por su frecuencia de realización, aunque las dos últimas son menos habituales:

- lengua materna + 1 lengua de una zona bilingüe que no se tiene como materna + 1 lengua extranjera;
- lengua materna + 1 lengua de herencia + 1 lengua extranjera
- lengua materna + 1 lengua del país que no se tiene como materna (en zonas no bilingües) + 1 lengua extranjera;
- lengua materna + 2 lenguas del mismo país que no se tienen como maternas

Hemos evitado hablar de segunda y tercera lengua (L2 y L3) porque el orden de adquisición de las lenguas en estos patrones no es fijo ya que depende de variables no controladas, como es la combinación del sistema escolar con el entorno familiar y las decisiones personales de los hablantes. En el caso de la combinación de lengua de herencia (no adquirida como materna) y lengua extranjera, el orden de estas dos lenguas no es ni fijo ni predecible porque en ocasiones la lengua de herencia se adquiere/aprende cuando el hablante ya ha iniciado el contacto con la lengua extranjera. En el grupo ii) las actualizaciones lingüísticas son variadas pero los modelos básicos suelen ser:

- lengua materna + 2 lenguas internacionales;
- lengua materna + 1 lengua internacional + 1 lengua extranjera de elección del hablante, no necesariamente en este caso lengua internacional.

En estos dos casos, una de las lenguas extranjeras elegidas es prioritariamente el inglés, lo que también ocurre en la elección de la lengua extranjera en el grupo i) que hemos descrito. De acuerdo con los últimos datos disponibles de la UE sobre la enseñanza de lenguas en la UE (Eurostat, 2017) el inglés es la lengua más estudiada en las escuelas, hasta alcanzar el 97,3% del total, lo que supone +/- 17 millones de alumnos y el 100% en España, Dinamarca, Italia, Luxemburgo, Malta y Suecia. Además, en todos los países de la UE se elige el inglés como L2, salvo en Bélgica, Irlanda y Luxemburgo. Esta situación significa de facto la reducción de la diversidad lingüística de los hablantes adultos en un futuro próximo, puesto que es una encuesta hecha sobre datos de escolarización. La elección masiva del inglés como L2 en los sistemas educativos limita la variedad de lenguas que hablan los europeos ya que solamente un 51% de los estudiantes de secundaria estudian dos o más lenguas, con una diferencia muy grande entre los distintos países: el 100% en Luxemburgo y el 2% en Grecia (Eurostat, 2016). No obstante, hay que tener en cuenta que esta encuesta no muestra datos sobre el conocimiento de lenguas que no entran de forma general en los sistemas educativos. Pero lo que sí queda absolutamente claro es el predominio del inglés que, en realidad, va mucho más allá de lo que muestran las estadísticas. En algunos países, como ocurre en España, el modelo de escuelas bilingües con el inglés como parte del binomio se va imponiendo, dejando poco espacio a la presencia de otras lenguas en el sistema escolar con un nivel de adquisición similar al del inglés. Esta realidad reorienta la propuesta lingüística de la UE, que transforma el modelo

lengua materna + 2 lenguas
bilingüismo (lengua materna+inglés) + 1 lengua
extranjera

Este modelo de bilingüismo va imponiéndose de forma explícita o tácita, como ocurre en los propios organismos de la UE en los que el inglés como lengua de trabajo ha adquirido tal relevancia que el desconocimiento de esta lengua causa una desventaja a la propia ciudadanía europea que no la conoce o que no es suficientemente competente en ella.

Intercomprensión y generación de comunidades de habla

Hablar de multilingüismo en abstracto, como si todas las lenguas, aun siendo internacionales, tuvieran el mismo peso y se les otorgara el mismo valor resulta, cuanto menos, falaz. El propio uso de la palabra ‘multilingüe’ referida a los hablantes implica una visión anglófona de la cuestión, de la que participa la propia UE cuando traduce sus textos. En la lenguas románicas se suele hacer una diferencia entre multilingüismo —coexistencia en un mismo espacio de diversas lenguas, sin que necesariamente exista una relación de intercambio entre ellas ni entre sus hablantes— y plurilingüismo —conocimiento que tienen los hablantes de varias lenguas, lo que les permite comunicarse y comprender a otros hablantes, a pesar de que no ser competentes en el mismo grado en todas ellas—. En los textos de la UE la palabra que aparece para todos los contextos es multilingüe y sus derivados.

No cabe duda de que son limitadas las posibilidades comunicativas de los hablantes que no son plurilingües o bilingües, en el sentido de no nativos que estamos considerando, y que tampoco son suficientemente competentes para interactuar en una L2. Una opción de mejora de las capacidades comunicativas de los hablantes, cuando su lengua materna está emparentada con otras, es recurrir a la intercomprensión. La intercomprensión entre hablantes

que no comparten lenguas pero conocen lenguas (maternas o segundas lenguas) que pertenecen a la misma familia lingüística de las lenguas de sus interlocutores es un recurso que abre nuevas posibilidades comunicativas a estos hablantes. Se trata de un recurso todavía poco explotado entre los hablantes, a pesar de su potencial al implicar a una gran variedad de lenguas emparentadas, en muchos casos, por el propio desconocimiento que tienen de él los hablantes (Matesanz, 2017). Las posibilidades comunicativas de los hablantes que interactúan utilizando su lengua materna (o una L2 no compartida con su interlocutor pero de la misma familia lingüística que alguna de las lenguas que este conoce) son amplias y muy variadas, en función del número de lenguas de su misma tipología y de la distancia lingüística que media entre ellas.

Esta es la situación, por ejemplo, que reconocemos entre hablantes nativos de español y de portugués que, sin compartir ni la lengua materna ni su L2, pueden comprenderse y comunicarse hablando cada uno en su propia lengua. Dentro de la familia lingüística de las lenguas románicas, el español y el portugués son dos lenguas fácilmente intercomprensibles, a pesar que de la distancia lingüística entre ambas no es la misma si se ve desde la perspectiva de los hablantes nativos de español o de los hablantes de portugués. La distancia lingüística no es muy grande pero los hablantes de portugués entienden mejor el español que los hablantes de español el portugués, debido a que el sistema fonológico del portugués es más marcado que el del español.

En todo caso, la intercomprensión entre hablantes de español y portugués que utilizan para comunicarse sus lenguas maternas es un hecho constatable que debe ser considerado desde dos puntos de vista. Por un lado, por los hablantes como individuos y, por otro, por los hablantes como comunidad de habla, en un sentido amplio que

rebas el uso que se le ha dado en sociología, etnolingüística (Parodi y Santa Ana, 1997) y, recientemente, en traducción e interpretación (Hlavac, 2019). El uso de comunidad de habla habitualmente se entiende en términos de regularidad en la diversidad y variación dentro de una lengua o entre dos lenguas con hablantes de comunidades bilingües. Pero el concepto de comunidad de habla nunca se ha utilizado en relación a la intercomprensión.

El hecho de que los hablantes puedan comunicarse recurriendo a la intercomprensión no cabe duda de que genera comunidades de habla en las que los hablantes, en cierto modo, comprenden que hay un *continuum lingüístico* que permite una comunicación eficiente. Este *continuum*, al menos en niveles de interacción básica que, dependiendo de la competencia lingüística de los hablantes, puede llegar a ser alta. Si bien pensar en una situación de bilingüismo de 800 millones de hablantes de español-portugués resulta en lo inmediato difícil, sin embargo, aspirar a una comunidad de habla español-portugués generada por prácticas intercomprensivas no parece utópico y su logro puede resultar más inmediato. Para lograr este objetivo lingüístico, de amplio beneficio para sus hablantes, es necesario que se impulse la intercomprensión entre los hablantes, tanto desde la perspectiva educativa como su uso como recurso comunicativo entre hablantes adultos, a menudo poco conscientes de sus posibilidades lingüísticas en esta materia.

Referencias

- COM (2008) = Multilingüismo: una ventaja para Europa y un compromiso compartido. COM(2008) 566 final, de 18.9.2008. Recuperado de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:52008DC0566&from=ES>
- Eurostat 2017 = Foreign language learning statistics. Recuperado de http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign_language_learning_statistics #Further_Eurostat_information#

- Hlavac, J. (2019). Locating Translation and Interpreting in a Speech Community: Locating the Speech Community in Translation and Interpreting Studies. In *Translation and Interpreting. Convergence, Contact and Interaction* (pp.153-210) Berna: Peter Lang.
- Matesanz del Barrio, M. (2017). La intercomprensión tipológica en el enclave de las lenguas de los europeos. *LynX, Annexa 23*, pp. 123-140.
- Parodi, C. y Santa Ana, O. (1997), Tipología de comunidades de habla: del español rural al estándar. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, XLV(2), 305-320.





PAINEL 5
Línguas e Sociedade
Digital

PANEL 5
Lenguas y Sociedad
Digital

Daniel Prado

Red Mundial para la Diversidad Lingüística, Argentina

El español y el portugués en la era digital. Certezas y dudas

En el año internacional de las lenguas indígenas²¹ me parece necesario hacer hincapié en la profunda grieta que existe entre las lenguas en materia de presencia tanto virtual como real. De las más de 7.000 lenguas vivas que existen en el mundo, sólo unas 600 tienen una presencia en Internet que no sea meramente referencial, y poco más de una docena gozan de una presencia holgada en el ciberespacio.

Las lenguas española y portuguesa figuran entre las diez lenguas con mayor presencia en el mundo, no sólo por su peso demográfico u oficialidad, sino por su literatura, enseñanza, ciencia y tecnología y papel en las negociaciones internacionales, entre otros. También figuran entre las diez primeras lenguas mundiales con mayor presencia en el mundo digital.

Sin embargo, ese lugar privilegiado que ambas lenguas tienen no implica una real garantía de dar amplia satisfacción a sus hablantes en todos los ámbitos en que se requiere. Tener una presencia satisfactoria significa que el conjunto de sus hablantes pueda prescindir de recurrir a otra para tener acceso al conocimiento, a la información, a la comunicación, al entretenimiento o a la comunicación comercial, científica o diplomática, entre otros.

Pero sucede que un exceso de mediatización de ciertas estadísticas que toman en cuenta uno o algunos pocos

parámetros mensurables de nuestras lenguas pretenden mostrar un panorama idílico, induciéndonos en error en cuanto al verdadero valor, peso o presencia de las mismas. Suele suceder que los aspectos demográficos, geopolíticos, literarios, históricos y últimamente, el número de internautas, sean citados para demostrar el valor agregado que tienen las lenguas española y portuguesa con respecto a las otras, con el objetivo de incentivar cursos de lengua, turismo o inversiones.

Si bien esta actitud es la esperable de las instituciones de promoción de un país o lengua²², es necesario diferenciarla de la que se espera en el momento de confeccionar políticas de desarrollo de las Naciones que hablan esa lengua, o de las lenguas mismas, aportando parámetros que tomen en cuenta la mayor cantidad de indicadores, incluso –y agregaría, sobre todo–, aquellos que presentan una cierta debilidad al compararlas con otras lenguas de uso internacional. Esto permitiría una clasificación objetiva del peso de nuestras lenguas con respecto a otras, poniendo en evidencia los indicadores que favorecen su promoción e intentando mejorar los ámbitos que indican retrasos o deficiencias [Prado, D. H., y Varela, L. (2019)].

Algunas dificultades para medir el peso de las lenguas en Internet

Es precisamente en materia de uso y acceso a Internet que se cometen imprecisiones que nos impiden ver los desafíos a los que nuestras lenguas deben enfrentarse. El «gratificante» número de internautas que utiliza nuestras lenguas nos impide ver las debilidades de las mismas en materia de cantidad y calidad de contenidos, de comunicación internacional o de herramientas lingüísticas, obligando a muchos usuarios a recurrir a otras lenguas extranjeras que

²² Que no distan mucho de las tomadas por los institutos de promoción de las lenguas inglesa, francesa, rusa, italiana y china, por nombrar sólo las más visibles.

²¹ Ver <https://es.unesco.org/news/presentacion-del-ano-internacional-lenguas-indigenas-2019> (consultado el 05/02/2020)

den mayor satisfacción. Es la razón por la que creo oportuno señalar esos *mitos* usuales en el manejo de estadísticas que inducen en error a la opinión pública.

Un número alto de internautas NO SUPONE una mayor presencia de la lengua de los mismos.

El sitio InternetWorldStats²³ (IWS) es sistemáticamente utilizado por los medios como indicador para señalar el peso de las 10 principales lenguas utilizadas en Internet, lo que lleva a afirmar que «el español es la 3ª lengua» o «el portugués es la 5ª lengua». Ahora bien, ese indicador sólo mide el número de usuarios en los países luso-hispanohablantes, lo que no implica ni cantidad y calidad de contenidos, ni uso de la lengua en Internet.

Por otro lado, dicha fuente basa su medición en cifras demolingüísticas poco elaboradas para las lenguas estudiadas y no permite tener una base comparativa con otras. Es cierto que estimar la lengua usual de cada internauta es un ejercicio difícil, y si bien la lengua vehicular es un parámetro que se debe tener en cuenta, esta fuente le otorga un valor excesivo a la lengua oficial, en desmedro de las lenguas maternas.

Un número alto de usuarios en redes sociales TAMPOCO SUPONE una mayor presencia de la lengua de los mismos.

Otro parámetro muy mencionado a la hora de valorizar el valor o peso de las lenguas es el número de utilizadores de Facebook (español, 2ª lengua y portugués, 3ª lengua), olvidando mencionar que en muchos países existen redes sociales alternativas a Facebook, en particular en China y Rusia, induciendo en error al no cotejar la presencia de todas las lenguas en redes sociales de iguales características.

²³ <https://www.internetworldstats.com/stats7.htm> (consultado el 05/02/2020)

Ausencia de estadísticas fiables sobre contenidos.

Recordemos que desde hace más de una década que no se tienen cifras, ni siquiera aproximadas, sobre el número de páginas web producidas en el mundo. Si bien se sabe que en el Internet monitoreado por la *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN)²⁴, o sea al que accede el ciudadano común, habría cerca de 250 millones de sitios activos²⁵, ningún motor de búsqueda puede rastrear al interior del importante número de páginas encriptadas, de acceso pago o del llamado Internet *profundo* al que sólo se puede acceder contando con programas específicos, desconocidos del gran público.

Es así como los motores de búsqueda (Google, Bing, Yahoo!, etc.) dejaron de dar estadísticas fiables sobre el número de ocurrencias de una palabra o frase, no sólo por los aspectos ya mencionados, sino por razones comerciales, como es la utilización del perfil del usuario.

Otra fuente muy mediatizada en materia de *lenguas de Internet*, W3Techs²⁶, afirma que más del 58% de la web está en inglés, seguido por el ruso, español, alemán, francés, japonés, persa, turco y portugués. La razón de contradecir los estudios realizados por otros canales que hablan de menos del 30% de los sitios mundiales en inglés [Pimienta, D.; Prado, D. (2016)] y que sitúan al chino y español muy por encima del ruso y alemán, es que W3Techs basa sus resultados en la lengua declarada por los 30 millones de sitios más utilizados, excluyendo así el 80% de los sitios activos de la web visible.

²⁴ Corporación encargada de gestionar los nombres de dominio Internet. <https://www.icann.org/resources/pages/what-2012-02-25-es> (consultado el 05/02/2020)

²⁵ <https://news.netcraft.com/archives/category/web-server-survey/> (consultado el 05/02/2020)

²⁶ https://w3techs.com/technologies/overview/content_language (consultado el 05/02/2020)

Cómo medir la presencia de las lenguas en Internet

Al carecer hoy día de cifras totales sobre el volumen de información en Internet, no sólo debemos basarnos en cifras comparativas, sino que debemos tomar un sinnúmero de indicadores para medir sectorialmente el comportamiento de cada lengua. Es por eso que, en el marco de la Red Mundial por la Diversidad Lingüística, Maaya, hemos elaborado para la Organización internacional de la Francofonía [OIF, (2019)] un informe con cifras basadas en unos 350 microindicadores, reagrupados en una decena de sectores, de manera de medir la presencia de las lenguas en cada uno de ellos de forma autónoma, y tomando en cuenta tanto la lengua vernácula como la vehicular.

Es así que podemos apreciar que:

- en materia de *acceso a las tecnologías digitales*, el español fluctúa entre la 2ª y la 3ª lengua mundial y el portugués entre la 5ª y la 7ª, según el indicador elegido,
- en *comercio electrónico*, español, 2ª y portugués, 7ª,
- en *comunicación electrónica*, español, entre 2ª y 3ª, y portugués, 7ª y la 9ª,
- en *contenidos detectables*, español, entre 3ª y 4ª y el portugués, 9ª,
- en *entornos informáticos*, español entre 2ª y 3ª y portugués, 10ª y 11ª,
- en *juegos electrónicos*, español entre 2ª y 3ª y portugués, 7ª,
- en *investigación científica*, español entre 3ª y 4ª lengua y portugués, 6ª,
- en *herramientas informáticas*, español, 3ª lengua y portugués, 7ª,
- en *redes sociales*, el español entre 2ª y 3ª y el portugués, 7ª y 8ª,
- y en el universo *Wikimedia*, el español, 5º lugar y el portugués, 8ª.

Partimos de la base que no basta con un par de indicadores para establecer el dinamismo de una lengua en Internet (o en la vida real, por supuesto), sino que debemos profundizar en su análisis y descubrir que, en ciertos ámbitos, la dinámica de las lenguas es ampliamente satisfactoria, pero en otros se necesitan políticas de desarrollo.

Otras lenguas del espacio iberoamericano

De las 600 o 900 lenguas indígenas y criollas de América luso-hispana, habladas por un número que varía entre los 18 y los 50 millones de personas, pocas tienen una presencia visible tanto en la vida cotidiana como virtual.

En muchos casos, el estatus de oficialidad o cooficialidad ha facilitado el desarrollo de algunas lenguas indígenas, tanto a nivel administrativo, educativo o sanitario, como en señalética, documentación oficial o medios de difusión. Sin embargo, para ninguna de ellas se puede afirmar que dichas medidas hayan cubierto todas las necesidades de sus hablantes²⁷.

Presencia detectable de las mismas en el mundo digital.

Sabemos que ciertas lenguas de la Península Ibérica²⁸ han adquirido una visibilidad en la *red de redes* y en herramientas lingüísticas. Pero del otro lado del Atlántico, sólo muy pocas lenguas²⁹ gozan de la misma situación, tanto en motores de búsqueda como en sistemas de traducción, diccionarios, menús y plataformas, por no citar que algunos ejemplos. Y si bien ciertas lenguas cuentan con aplicaciones y/o proyectos específicos –como diccionarios en línea,

27 Incluso para las más numerosas como guaraní, quechua, aimara o náhuatl, por ejemplo.

28 En particular, el catalán y el euskera y, en menor medida, el gallego, pero también otras lenguas han tomado una cierta visibilidad como, por ejemplo, el aragonés, asturiano y mirandés.

29 Como guaraní, aimara, quechua, además de pipil, otomí y yucateco.

métodos de enseñanza, interfaces, traducción de aplicaciones y otras herramientas-, raramente se asegura la perennidad de esas herramientas.

Español, portugués y lenguas de Iberoamérica.

Necesidades y sinergias posibles

Para llevar a cabo acciones específicas de revitalización de lenguas en el mundo digital, y conscientes de las situaciones diferentes del español y el portugués con respecto al resto de lenguas iberoamericanas, me parece esencial establecer una hoja de ruta como sigue:

- **Rever** la parcialidad de los **indicadores utilizados para medir la presencia, tanto virtual como real, de las lenguas** en cuestión y poner énfasis en una ponderación consensuada de los mismos, para evaluar el peso de las lenguas en el «mundo real», superando las acciones anteriores en ese sentido que están lejos de ser exhaustivas. En efecto, los diferentes índices sobre el peso o la presencia del español y el portugués en el mundo no se condicen con la productividad³⁰ en Internet constatadas para otras lenguas con menor peso demográfico³¹ o ausentes de los organismos internacionales, por ejemplo.
- **Realizar un relevamiento profundo de uso y contenidos en Internet.** Para esto, debemos deshacernos de los mitos mencionados en la primera parte y cotejar un número cada vez mayor de microindicadores. Al mismo tiempo, como la mayoría de ellos indican cifras por país, debemos entrecruzarlos con estadísticas demolingüísticas finas que tomen en cuenta la lengua

30 Relación entre contenidos de Internet en una lengua con el número de internautas en esa lengua

31 Como el coreano, el japonés, el alemán, el sueco y el italiano, por ejemplo

vernácula y la vehicular, para así definir el lugar que tiene cada lengua, comparada con las otras.

- **Realizar un inventario de tecnologías lingüísticas existentes y de necesidades.** Si bien no faltan los inventarios de tecnologías para las lenguas española y portuguesa, así como de algunas lenguas ibéricas, no ocurre lo mismo con las carencias en la materia. Empíricamente, podemos constatar una calidad menor en la traducción automatizada o la ausencia de variantes regionales en algunas aplicaciones o carencia de terminologías adaptadas, por ejemplo, pero no contamos con los estudios sistemáticos al respecto. Las lenguas de América luso-hispana casi no cuentan con inventarios de lo existente y menos aún, de sus carencias.
- **Detectar los sectores a los que habría que prestar mayor atención.** Aquí es importante señalar que los índices de peso de lenguas no deben realizarse con una visión triunfalista para realzar el prestigio de una lengua, sino más bien para destacar las carencias que esa lengua con respecto a otras, de manera de actuar de forma sistemática en su resolución.
- Por supuesto, estas acciones deben ser completadas con un trabajo mancomunado de **elaboración de terminologías**, de **desarrollo de tecnologías lingüísticas**, de difusión de programas de **intercomprensión lingüística**, así como proponer campañas de **formación y apropiación** de herramientas de **producción textual y audiovisual** en Internet. Es fundamental integrar en esas acciones a los equipos de **lenguas vernáculas y sus autoridades locales.**

Referências Bibliográficas

- Pimienta, D.; Prado, D. (2016). Medición de la presencia de la lengua española en la Internet: métodos y resultados. *Revista Española de Documentación Científica*, 39 (3): e141 Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2016.3.1328> (consultado el 05/02/2020)
- Prado, D. H., y Varela, L. (2019). Bases para un estudio pormenorizado de la presencia del español y el portugués y de su incidencia real en el mundo. *Revista Iberoamericana De Educación*, 81(1), 35-52. Recuperado de: <https://doi.org/10.35362/rie8113538> (consultado el 05/02/2020)
- OIF – Organisation internationale de la francophonie (2019). La présence de la langue française dans le cyberspace. *La langue française dans le monde en 2018*. 337-341. Recuperado de : http://observatoire.francophonie.org/wp-content/uploads/2020/02/Edition-2019-La-langue-francaise-dans-le-monde_VF-2020-.pdf (consultado el 05/02/2020)

David Pérez Fernández

Secretaría de Estado para el Avance Digital (SEAD)
Ministerio de Economía y Empresa, España

Muchas gracias por la invitación a esta jornada. Trabajo en el organismo responsable del desarrollo de la Agenda Digital para España. Soy responsable del Plan de Impulso de las Tecnologías del Lenguaje³² que se centra en un subconjunto de la inteligencia artificial especializado en el procesamiento del lenguaje natural, la traducción automática y los sistemas conversacionales.

Este plan está estructurado en cuatro ejes:

- Eje I: Desarrollo de infraestructuras lingüísticas
- Eje II: Transferencia de conocimiento de la academia a la industria
- Eje III: Desarrollo de plataformas comunes y apertura de datos
- Eje IV: Proyectos verticales o proyectos faro

Los tres primeros ejes serían de pura política continental, en el sentido de la implementación de infraestructuras base para posteriores desarrollos, y el cuarto eje, que quizás sea la parte más anglosajona, aplica todo creado en los ejes anteriores a casos de uso concretos que garanticen la sustentabilidad de los desarrollos y además que los hagan útiles al ciudadano.

El principal sector vertical o proyecto faro en el que hemos empezado a aplicar estas tecnologías, por puro sentido común, ha sido la Sanidad. En dicho sector se concreta

³² <https://www.plantl.gob.es>

el trabajo del grupo más potente del Plan, que se encuentra ahora mismo en el Centro de Supercomputación de Barcelona³³ (BSC). Otras áreas de gran importancia son la Justicia y la inteligencia competitiva en el sector de la Ciencia y la investigación. Esperamos en breve comenzar a trabajar también en el área de Cultura y el procesamiento de noticias.

En 2019, la Real Academia Española (RAE) ha anunciado la creación, dentro del marco del Plan de impulso de las tecnologías del lenguaje, del corpus denominado Capitel³⁴. Desde aquí, quiero dar el agradecimiento a Darío Villanueva que, bajo su dirección en la RAE, comenzaron estos trabajos. Se trata del *corpus* más grande del español anotado en los distintos niveles morfosintácticos y recogiendo entidades nombradas para el desarrollo de herramientas comunes de procesamiento de textos de carácter general.

Por otra parte, la Biblioteca Nacional de España (BNE), que tiene también unos enormes recursos lingüísticos, está trasladando parte de estos recursos al Centro de Supercomputación de Barcelona para realizar procesamiento en sus instalaciones. Realmente necesitamos máquinas con grandes capacidades de cálculo porque estamos hablando de, por ejemplo, el primer *corpus* de descarga de la web en español de los últimos 10 años que ocupa unos 500 terabytes, mantenido por la BNE por el Real Decreto³⁵ que regula el depósito legal de las publicaciones en línea. El procesamiento de estos grandes *corpus* no se puede hacer en centros de proceso de datos típicos.

En el área de Justicia, se ha comenzado a procesar, entre otros, textos del Boletín Oficial del Estado (BOE) y con una

³³ <https://www.bsc.es/es>

³⁴ <https://www.plantl.gob.es/tecnologias-lenguaje/comunicacion-formacion/eventos/eventosinfoday2019/Aspectos%20destacados%20del%20Plan%20TL/corpus-anotado-Jordi-Porta.pdf>

³⁵ <https://www.bne.es/es/Colecciones/Adquisiciones/DepositoLegal/DLe/>

extensión de 1.500 millones de palabras. Trabajo que va a ser presentar, en forma de *corpus*, en los próximos días en un congreso que denominado Jurix³⁶; que es uno de los más grandes. Gracias a la apertura de datos de la Comisión Europea para la traducción de textos legales, los primeros modelos de traducción en motores como Google y DeepL fueron creados. Esperamos en breve, poder comenzar los trabajos de análisis sobre sentencias judiciales con el Consejo General del Poder Judicial.

Entre las acciones en ejecución, el proyecto de Inteligencia Competitiva está procesando las publicaciones científicas, ayudas y patentes del sector de investigación español. Este proyecto tiene dos objetivos: la dirección de política pública en el área I+D y el soporte a la evaluación de la innovación en ayudas públicas. Ambos son trabajos muy difíciles, pero es el contenido textual de estas grandes colecciones documentales donde se encuentra el verdadero conocimiento y donde tenemos que extraer toda la información. En este plan hemos colaborado con la Fundación para la Ciencia y la Tecnología española, con la Secretaría de Estado de Universidades e Investigación y con el Instituto Nacional de Ciberseguridad por medio de dos convenios. Esperamos que, en breve, los resultados sean también utilizados por el Instituto Salud Carlos III y por el Centro Superior de Investigaciones Científicas.

Entre las actuaciones de 2019, se ha trabajado en el desarrollo de formas comunes de traducción automática siguiendo la estela de la Dirección General de Traducción europea, por medio de proyectos europeos en el contexto del instrumento denominado Connected Europe Facility (CEF)³⁷. Hemos participado en diversos desarrollos que implementan los elementos comunes de todo en entorno de traducción automática, las herramientas de asistencia a la

traducción, el análisis de las memorias de traducción y otros recursos que son necesarios para entrenar los sistemas de traducción automática. Tenemos la suerte de tener en Europa el organismo más potente en traducción a nivel mundial y de vivir en España una realidad multilingüe que ha exigido a nuestra Administración un esfuerzo de traducción.

En el marco de las plataformas de procesamiento de lenguaje natural, también gracias a la participación del Centro de Supercomputación de Barcelona, podemos decir que tenemos una plataforma que puede operar con distinto niveles de escalabilidad. Alcanzando grandes colecciones documentales como las citadas en el marco de la colaboración la biblioteca nacional o las colecciones jurídicas. En el centro de supercomputación dispone de elementos para procesar ambas lenguas, portugués y español, y por supuesto es también de nuestro interés el desarrollo del procesamiento de lenguaje natural para lenguas cooficiales.

Finalmente, en lo referente a los proyectos faro del eje cuarto, en el ámbito de salud³⁸, en diciembre será presentados los resultados de este área y buena parte de los recursos —desde campañas, glosarios, *corpus* anotados, etc.— se hacen públicos para el desarrollo del sector.

Nuestro objetivo es, continuamente, solventar problemas en el interior de la administración para abrir nuevas áreas de desarrollo industrial. Este es el doble objetivo que perseguimos continuamente y creemos que puede hacer más sostenible este desarrollo del sector.

Razonablemente, todos estos esfuerzos van a tener la continuidad en la futura estrategia española en inteligencia artificial y pensamos que también dentro del nuevo programa marco europeo. La inteligencia artificial europea no creemos que pueda ser otra que aquella destinada al ciudadano y, por lo tanto, tendrá una importante componente de orientación al servicio público. En el caso español,

36 <https://jurix2019.oeg-upm.net/>

37 <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility>

38 <https://www.plantl.gob.es/sanidad/resultados/Paginas/resultados.aspx>

aproximadamente la mitad de los expertos en inteligencia artificial trabajan en el área de tecnologías del lenguaje por lo que es previsible su continuidad.

Finalmente, quiero nombrar la importancia de las infraestructuras lingüísticas. Entendiendo como infraestructuras lingüísticas todo tipo de *corpus*, modelos de lenguaje, colecciones terminológicas, *corpus* paralelos, *corpus* de dominio, colecciones de documentos de ámbito general, componentes de anotación y estándares de anotación, etc. Todos estos elementos son la base del desarrollo de este sector. Si miramos a otras áreas; la Sanidad o la Ingeniería se han dotado de grandes infraestructuras que han permitido coordinar el desarrollo internacional. Esto es muy importante y gracias a ello, la medicina ahora tiene capacidades para procesar las historias clínicas electrónicas donde hay mucho conocimiento por extraer.

Para desarrollar el sector tenemos que ponernos de acuerdo. Empezar a unir todas estas infraestructuras, hacerlas compatibles. Empezar a unir las de una manera inteligente, conseguir que crezcan de forma compatible y conseguir que sean utilizadas por la administración y la industria en favor de los ciudadanos. Y tenemos que lograr que el desarrollo de nuestras lenguas en el ámbito digital continúe y quede fortalecido porque hay una enorme oportunidad para nuestras sociedades y sin duda nadie va a hacerlo por nosotros.

Debemos cooperar con las grandes empresas, pero hay que recordar que una gran parte de la masa de nuestro lenguaje está dentro de nuestras administraciones públicas. La historia clínica, las sentencias judiciales, las historias sociales, nuestras bibliotecas nacionales, institutos geográficos, boletines oficiales, etc. son recursos principalmente codificados en lenguaje natural. Hay que aprender procesarlos para avanzar en los servicios a nuestros ciudadanos y hacer crecer nuestras capacidades como humanos.

Ana Garrido

Representação da Comissão Europeia, Portugal

Resumo

Pretende expor-se aqui o contributo da União Europeia para a presença das línguas portuguesa e espanhola na sociedade digital, como consequência direta do regime linguístico da União Europeia. A disponibilidade de *corpora* linguísticos de elevada dimensão e qualidade, com uma enorme variedade de temas e assente em investigação aprofundada a nível terminológico, abre perspectivas de futuro alentadoras para ambas as línguas.

O contexto histórico

Portugal e Espanha aderiram à União Europeia (na altura Comunidades Europeias³⁹) na mesma data: 1 de janeiro de 1986.

Antes disso, já o multilinguismo tinha sido consagrado pelo primeiro regulamento do Conselho⁴⁰, adotado em 1958, onde ainda se pode ler:

«Os regulamentos e os outros textos de carácter geral são redigidos nas línguas oficiais.»

39 Até serem fundidas numa só União Europeia pelo Tratado de Lisboa em 2009, as Comunidades Europeias eram três:

- Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, fundada em 1952 pelo Tratado de Paris e extinta em 2002;
- Comunidade Europeia da Energia Atómica, fundada em 1958 pelo Tratado de Roma; e
- Comunidade Económica Europeia, fundada em 1958 pelo Tratado de Roma e que passou a designar-se simplesmente Comunidade Europeia após a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, em 1993.

40 Regulamento n.º 1 do Conselho, que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia (JO 17 de 6-10-1958, p. 385).

As Comunidades Europeias já tinham, desde a sua fundação, quatro línguas oficiais (alemão, francês, italiano, neerlandês) a que se juntaram o inglês e o dinamarquês em 1973 e o grego em 1981. Português e espanhol elevaram para nove o número de línguas oficiais das instituições europeias⁴¹.

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, no seu artigo 24.º, dispõe:

Artigo 24.º

(...)

Qualquer cidadão da União pode dirigir-se por escrito a qualquer das instituições ou órgãos a que se refere o presente artigo ou o artigo 13.º do Tratado da União Europeia numa das línguas previstas no n.º 1 do artigo 55.º do referido Tratado e obter uma resposta redigida na mesma língua.

Estão deste modo lançadas as bases para o multilinguismo em todas as instituições⁴² e órgãos da União Europeia e cada instituição possui um serviço de tradução para assegurar a disponibilidade dos documentos nas diversas línguas oficiais. Mais tarde, é ainda criado o Centro de Tradução dos Órgãos da União, uma agência europeia com sede no Luxemburgo e que presta serviços de tradução a todas as agências e órgãos da União Europeia, espalhados por toda a geografia europeia.

A tradução no processo legislativo da União Europeia

Da redação do Regulamento n.º 1 do Conselho decorre diretamente que os atos legislativos têm de ser publicados em todas as línguas oficiais.

41 Desde então, mais 15 línguas vieram juntar-se, perfazendo as atuais 24 línguas oficiais da União Europeia.

42 Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça da União Europeia, Tribunal de Contas Europeu, Banco Central Europeu. Há ainda tradutores no Comité Económico e Social Europeu e no Comité das Regiões (serviço conjunto) e no Banco Europeu de Investimento.

Deste modo, a tradução está no centro do processo legislativo. Aliás, estamos a falar de tradução por uma questão de simplicidade. Na realidade, todas as versões linguísticas de um ato são igualmente autênticas e fazem igualmente fé, por exemplo perante um tribunal. Depois do ato publicado deixa de haver qualquer distinção entre a versão linguística que serviu de base e as restantes. Casos há em que as diversas partes de um documento foram originalmente redigidas em várias línguas diferentes.

Por outro lado, a tradução acompanha o processo legislativo e também serve para lhe acrescentar qualidade. Os tradutores apontam muitas vezes erros, incoerências ou outras deficiências dos originais que recebem para traduzir. Desta forma, a tradução contribui para a melhoria do processo legislativo europeu.

O processamento informático dos documentos legislativos na Comissão Europeia remonta à década de 1960, ainda com um sistema de cartões perfurados. A base de dados CELEX, inicialmente desenvolvida pela Comissão Europeia e progressivamente alargada às demais instituições e disponibilizada publicamente, passou a designar-se EUR-Lex⁴³ a partir de 1997, data em que passou a contar com um sítio Web, de acesso gratuito desde o ano 2000. A base EUR-Lex contém todo o direito e a jurisprudência da UE em 24 línguas. O *Jornal Oficial da União Europeia* é aí publicado diariamente. Desde 1 de julho de 2013, a versão eletrónica passou a fazer fé em vez da versão publicada em papel.

Desde sempre, a disponibilidade da legislação em formato multilingue, tal como pode ser consultada no EUR-Lex (cf. figura 1), tem sido de importância primordial para facilitar e melhorar o trabalho dos tradutores e é essencial para assegurar a presença das línguas oficiais da União Europeia na sociedade digital.

43 <https://eur-lex.europa.eu>



Figura 1. Entre muitas outras funcionalidades, o EUR-Lex permite uma visualização trilingue (Fonte: UE).

A terminologia da União Europeia

A União Europeia tem competências em domínios muito diversificados. Cooperação e desenvolvimento, assuntos económicos e monetários, energia, investigação e inovação, ambiente, alfândegas e segurança dos alimentos são apenas alguns exemplos.

Estes temas refletem-se na documentação produzida e, consequentemente, nos textos traduzidos. Tratando-se, na sua maioria, de temas com terminologias muito específicas, a sua tradução acarreta um grande esforço de pesquisa terminológica e por vezes inclusivamente de criação de novos termos.

Para tal, as instituições da União Europeia dotaram-se de importantes serviços de terminologia e das correspondentes bases terminológicas. Atualmente, a base IATE⁴⁴, de acesso público, reúne toda a terminologia produzida pelas instituições e comporta quase 1 milhão de fichas e cerca de 8 milhões de termos. Continua a ser uma importante ferramenta de trabalho e são-lhe dedicados recursos específicos em todas as instituições (Stefaniak, 2017) (cf. figura 2).

44 <https://iate.europa.eu>



Figura 2. Resultado da pesquisa na base IATE de «Organisation of Ibero-American States» para quatro línguas (a ficha 360263 completa inclui 22 línguas) (Fonte: UE).

A Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia

Entre os diversos serviços de tradução das várias instituições da União Europeia, a Comissão dispõe do maior deles todos, com um total de 2200 efetivos, dos quais 68% são tradutores⁴⁵. Diz-se, inclusivamente, que é o maior serviço de tradução do mundo, cobrindo 552 combinações linguísticas só entre as línguas oficiais⁴⁶.

Em 2018, a Direção-Geral da Tradução (DGT) traduziu 2,2 milhões de páginas. A figura 3 apresenta as páginas traduzidas em função da língua de chegada. Para espanhol foram traduzidas mais de 98 mil páginas e para português 92 mil.

Na realidade, pode observar-se, na figura 3, um bloco bastante homogêneo entre o espanhol e o maltês (85 mil páginas), que corresponde, em grande parte, aos

45 No conjunto das instituições e órgãos há cerca de 4200 tradutores e 1000 intérpretes.

46 Na realidade, a DGT dá resposta a qualquer pedido de um serviço da Comissão, recorrendo, se necessário, a serviços externos (p. ex., tradução de/para chinês, russo, árabe, turco, etc.).

documentos que são traduzidos para todas as línguas, na sua grande maioria documentos legislativos ou relacionados com o processo legislativo⁴⁷ (cf. figura 4).

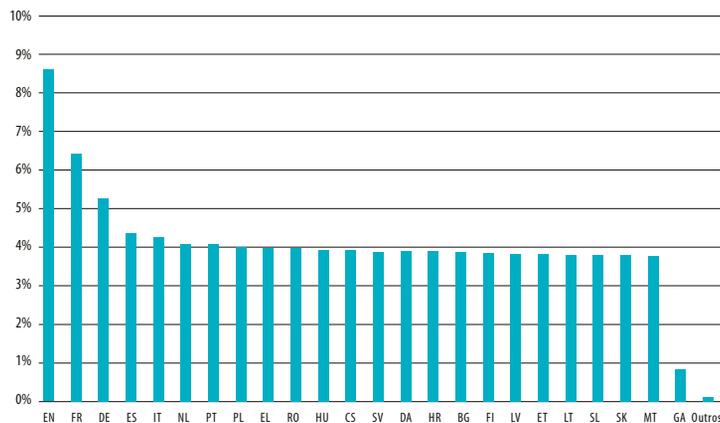


Figura 3. Repartição dos 2,2 milhões de páginas traduzidas na DGT por língua de chegada. (Fonte: UE).

As consequências para as línguas oficiais decorrentes deste volume de tradução são múltiplas:

- Disponibilidade de documentos bilíngues/multilíngues
- Terminologia numa grande diversidade de domínios
- Documentação disponível em linha para utilização livre
- *Corpora* para alimentação das ferramentas de tradução

47 O inglês (língua original da maioria dos documentos), o francês e o alemão beneficiam de um estatuto especial: são «línguas processuais» e, por isso, são utilizadas num maior número de documentos. Por outro lado, os documentos recebidos do exterior pela Comissão são traduzidos maioritariamente para inglês, o que justifica o elevado número de páginas traduzidas para essa língua. O irlandês (GA) beneficia por enquanto de um regime de exceção, pelo que nem toda a legislação é traduzida para essa língua.



Figura 4. Tipos de documentos traduzidos na DGT em 2018 (Fonte: UE).

Ferramentas de tradução

Para além das bases terminológicas já evocadas, que foram criadas e alimentadas desde a década de 1970, e da base EUR-Lex, os serviços de tradução das instituições europeias começaram, a partir da década de 1990, a adotar progressivamente a tradução assistida por computador (TAC). Para além da tradução automática, que será abordada mais adiante, as ferramentas TAC estiveram na origem do desenvolvimento da base Euramis, uma base interna que colige todas as memórias de tradução produzidas a partir dos documentos da UE. A base Euramis contém atualmente cerca de 1000 milhões de segmentos em pelo menos duas línguas.

A figura 5 apresenta o número de segmentos na base Euramis por língua de chegada. O português é a língua que apresenta mais segmentos (55 milhões), estando o espanhol em quarto lugar (46 milhões). Esta circunstância é uma consequência direta do trabalho feito ao nível dos departamentos das duas línguas no sentido de obterem uma maior eficiência. A base Euramis foi não só alimentada com as

memórias de tradução resultantes do trabalho quotidiano, mas também com o alinhamento sistemático de documentos não traduzidos com recurso à TAC e, sobretudo, o alinhamento de grande parte do acervo legislativo da União.

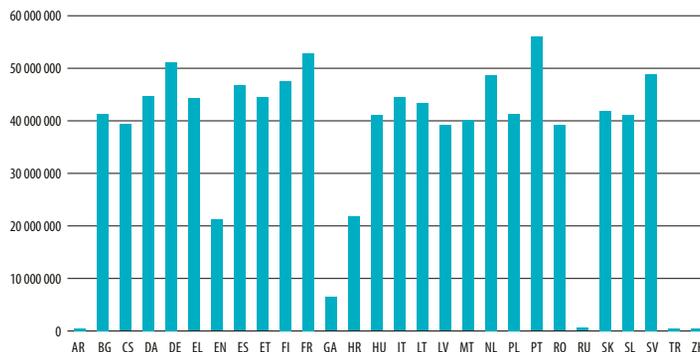


Figura 5. Segmentos na base Euramis por língua de chegada (Fonte: UE).

Para além de armazenar as memórias de tradução que são interrogadas para cada novo documento a fim de extrair os segmentos com um grau de semelhança elevado (tipicamente acima de 70 % de semelhança), há ainda uma funcionalidade muito útil de concordância em que a base é interrogada em tempo real em relação a um termo ou expressão. Apresenta-se um exemplo na figura 6.



Figura 6. Exemplo de interrogação da base Euramis. Procura da expressão «Estados Ibero-Americanos» em português e apresentação dos segmentos concordantes em espanhol e inglês (Fonte: UE).

Tradução automática

A nível da tradução automática, a DGT acompanhou a evolução tecnológica. Na sequência da adesão, o espanhol passou a dispor de tradução automática (TA) a partir do inglês e do francês e o português apenas a partir do inglês. A TA a partir do inglês era de fraca qualidade em ambos os casos, mas a TA francês-espanhol, graças ao investimento dos colegas espanhóis, tinha uma qualidade muito aceitável, pelo menos em alguns domínios. Entretanto, foram desenvolvidas macros por tradutores portugueses que «traduziam» muito rudimentarmente a partir do espanhol e do francês. Chamavam-se, com propriedade, «Sangria» e «Cognac» e produziam um texto muito imperfeito com base em regras simples que modificavam essencialmente as terminações das palavras. O par francês-português foi criado em 1999, aproveitando uma boa parte dos dicionários francês-espanhol, dando logo resultados muito interessantes, dada a proximidade das línguas. Por razões técnicas, o desenvolvimento mais aprofundado, com base nos

corpora do Euramis, dos pares francês-português e, sobretudo, inglês-português, só seria retomado em 2004 e prosseguiu até 2009, com resultados muito interessantes nos domínios objeto de desenvolvimento, mas também com muitas insuficiências noutros domínios com terminologia e fraseologia mais específicas.

A utilização da TA a partir de finais dos anos 1990 passou a ser feita em conjunção com a TAC. Ou seja, só se recorria à TA quando não havia uma tradução humana idêntica ou bastante semelhante para reutilizar.

Só já em pleno século XXI – a partir de 2010, a DGT começou a desenvolver o seu sistema próprio, MT@EC, um sistema de tradução automática estatística⁴⁸, na sequência do trabalho precursor de três tradutores do departamento de língua portuguesa (Jellinghaus *et al*, 2010) (Machado *et al*, 2010). Para tal vão ser essenciais os segmentos da base Euramis. O salto qualitativo é considerável, representando esta ferramenta um auxílio importante para o trabalho dos tradutores. A ferramenta será também disponibilizada mais tarde às administrações públicas dos Estados-membros e a outros parceiros.

Finalmente, em 2017 a DGT lançou um sistema de tradução automática neuronal, eTranslation, desenvolvido no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa⁴⁹. Este novo sistema utiliza tecnologia de vanguarda e está à altura do que de melhor se faz a nível mundial.

O eTranslation está disponível nas 24 línguas oficiais da União Europeia e ainda em islandês e norueguês, podendo portanto traduzir entre 650 combinações linguísticas. O eTranslation é também utilizado em diversas plataformas digitais, permitindo uma interação multilingue entre

48 O sistema não analisa as línguas do ponto de vista das regras gramaticais, mas antes vai comparar excertos de frases com os que constam do *corpus* de treino (memórias Euramis), construindo a sequência mais provável com base na frequência.

49 <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility>

os diversos utilizadores, dado que, para além da utilização por utilizadores individuais, permite também a comunicação direta máquina-máquina. Por exemplo, é usado numa plataforma transnacional destinada a resolver conflitos de consumo e também no sítio Europeana, dedicado ao património cultural.

Em relação a outros sistemas de tradução automática neuronal existentes, apresenta a vantagem não despendendo a garantia de uma absoluta confidencialidade. Os documentos que lhe são submetidos são destruídos e o autor conserva os direitos de propriedade intelectual tanto sobre o original como sobre a tradução. É também assegurada a coerência das traduções⁵⁰, sendo especialmente adequado para documentos institucionais, sobretudo se versarem sobre os temas de trabalho das instituições europeias.

Embora o sistema seja rápido e robusto, a sua utilização está por enquanto limitada às instituições e órgãos da UE, às universidades da rede EMT, às administrações públicas do Espaço Económico Europeu e aos serviços em linha financiados pela UE.

Nos três primeiros trimestres de 2019, a utilização do eTranslation por utilizadores externos nos Estados-membros da UE foi ainda muito reduzida, como se pode ver na figura 7. Com origem em Portugal foram pedidas 131 mil páginas e a partir de Espanha 19 mil.

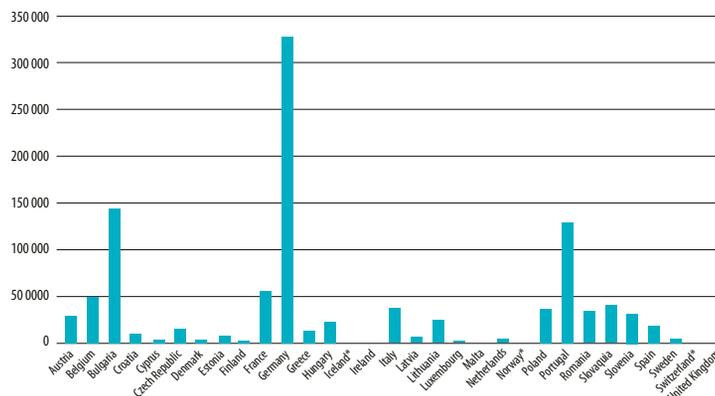


Figura 7. Utilização do eTranslation em 2019 (janeiro a setembro) por país (Fonte: UE).

As figuras 8 a 10 mostram a interface eTranslation com três pedidos de tradução de textos de diferentes origens. Na figura 8, um comunicado de imprensa do Serviço de Estatística da União Europeia apresenta um resultado que praticamente não necessita de pós-edição. O texto está completo e correto.

Na figura 9, um texto legislativo espanhol, embora transmitindo o sentido com bastante correção, omite algumas partes do texto pelo que, sem intervenção humana, se pode considerar que a tradução apresenta algumas deficiências.

Por último, na figura 10, a tradução automática não consegue resolver as dificuldades de um texto jornalístico, para o qual não está vocacionada. Por exemplo, a palavra «cerca» é traduzida por «perto de» em vez de «cerca» (do verbo cercar). A transmissão do sentido é apenas muito aproximada.

50 Na língua portuguesa, apenas a variante europeia é utilizada, com a grafia pós-acordo ortográfico de 1990.



Figura 8. Texto do Eurostat traduzido pelo eTranslation (15-11-2019)
(Fonte: UE).



Figura 9. Texto do Boletín Oficial del Estado (11-11-2019) traduzido pelo eTranslation (Fonte: UE).



Figura 10. Texto do jornal El País (18-11-2019) traduzido pelo eTranslation
(Fonte: UE).

Conclusão

Ao longo dos anos, a tradução de um elevado volume de textos para as línguas oficiais da União Europeia no conjunto das instituições da União produziu um acervo muito importante e variado de textos multilingues, que estão na base da maioria dos sistemas atuais de tradução automática com línguas europeias, e espoletou o desenvolvimento de ferramentas linguísticas que são fundamentais para fazer face à revolução digital.

No momento atual, o sistema de tradução automática eTranslation apresenta resultados de elevada qualidade e perspetiva múltiplas utilizações com utilidade para a consolidação do multilinguismo e deste modo, a defesa e a preservação das línguas portuguesa e espanhola.

Referências Bibliográficas

- Jellinghaus, M.; Poulis, A.; Kolovratnik, D. (2010), «Exodus – Exploring SMT for EU Institutions», *Proceedings of the Joint 5th Workshop on Statistical Machine Translation and Metrics*, pages 110-114, Uppsala, Sweden, pp. 15-16, July 2010.
- Machado, M. J.; Leal Fontes, H.; Rosas, J. (2010), «Sistema de tradução automática Moses e... Moses for Mere Mortals», *A Folha, Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias*, n.º 32, primavera de 2010, pp. 22-25. <https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/>
- Stefaniak, Karolina (2017), «Terminology work in the European Commission: Ensuring high-quality translation in a multilingual environment», in Tomáš Svoboda, Łucja Biel & Krzysztof Łoboda (eds.), *Quality aspects in institutional translation*, pp. 109-121, Berlin: Language Science Press.

Ana Cristina Amoroso Neves

Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal

A língua portuguesa e a sua posição geoestratégica

A construção da Internet apresenta enormes desafios. Mas é condição indiscutível e capital que esses novos espaços sejam democráticos e respeitem os direitos humanos, o que obriga a trilhar um caminho de respeito às diferenças, de superação das desigualdades, de estímulo à diversidade, possibilitando o sonho de solidariedade orgânica, rumo ao que se comumente chama de Sociedade do Conhecimento, baseada no Conhecimento que o acesso democratizado à Informação nos proporcionou.

A Sociedade do Conhecimento através da língua portuguesa, enquanto língua pluricêntrica, afirma-se como a nossa multiterritorialidade na sociedade digital. Do nosso «lugar» falamos em português. A nossa multiterritorialidade expressa-se a partir de nossos espaços em nossa língua portuguesa, em todas as suas variantes. Espaços de diálogos. Espaços de encontros. Espaços físicos. Espaços sociais. Ciberespaços. Afirmamos nossos domínios em português. Expressamos nossos saberes e emoções em português. Navegamos por nossa multiterritorialidade em português. Nossa Internet fala português. Os documentos adotados na Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (CMSI)⁵¹ realizada em 2003 e 2005, e que continuam a ser a base da cooperação internacional

51 Cimeira Mundial da Sociedade da Informação 2005 <https://www.itu.int/net/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.pdf>

nesta área no âmbito da ONU, destacam a importância destes princípios que apoiamos, em particular:

- «A sociedade da Informação é intrinsecamente global em sua natureza, e os esforços nacionais devem ser amparados pela cooperação internacional e regional eficaz entre governos, setor privado, sociedade civil e outras partes interessadas, incluindo as instituições financeiras internacionais.» (CMSI. Declaração de Princípios de Genebra ⁵², par. 60);
- Alinhamo-nos aos desafios inerentes ao desenvolvimento da Internet, também expressos na CMSI: «fortalecimento da solidariedade e da cooperação internacional voltada para permitir que todos os países [...] desenvolvam uma infraestrutura e serviços baseados nas tecnologias de informação e de comunicação que sejam viáveis e competitivos nacional e internacionalmente.» (CMSI. Agenda de Túnis, artigo 18);
- Apoiamos plataformas de discussão *multistakeholder* como o Fórum de Governança da Internet, como um «novo fórum para um diálogo multissetorial sobre políticas – chamado Fórum de Governança da Internet (IGF)». (CMSI. Agenda de Túnis. Artigo 72);
- Prosseguimos o imperativo esboçado pela Declaração NETmundial⁵³, de 2014, segundo a qual «a governança da Internet deve respeitar, proteger e promover a diversidade cultural e linguística em todas as suas formas»;
- Reconhecemos, também, o papel que a Internet tem para o progresso económico e social, especialmente dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos, por ser uma fonte quase infinita de

52 https://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0004!!PDF-E.pdf

53 Declaração NETmundial <http://netmundial.br/pt/netmundial-multistakeholder-statement/>

ferramentas capazes de auxiliar a busca e o alcance das Metas de Desenvolvimento Sustentável (Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/Res/70/1: «Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development»)⁵⁴;

- Reconhecemos a importância das organizações da sociedade civil, empresários, comunidade técnica, acadêmicos e cientistas, agentes reguladores, formuladores de políticas públicas, representantes dos governos dos países de língua portuguesa, consumidores e utilizadores em geral da Internet em língua portuguesa manterem um diálogo sobre as interfaces étnico-culturais e técnico-instrumentais de uma Internet que fala língua portuguesa.

Em suma, a minha principal mensagem é que, para assegurar o exercício da cidadania na sociedade digital, entre as demais condições necessárias, a utilização das línguas maternas é fundamental. Daí a importância da multiterritorialidade que é expressa através dos espaços em línguas portuguesa e espanhola, em todas as suas variantes. A sociedade digital passa pela nossa multiterritorialidade em português e em espanhol.

Assim sendo, lanço o desafio, nesta CILPE 2019:

Organizar uma iniciativa regional do IGF-Internet Governance Forum no âmbito dos países ibero-americanos sob a égide da OEI, com o objetivo de difundir, aprofundar e qualificar a prática do multissetorialismo no âmbito do multiterritorialismo, a fim de incentivar os representantes dos diversos setores e países a acompanharem e partilharem as suas particularidades e construir entendimentos comuns, sobre questões e soluções para a consolidação e

54 Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/Res/70/1 [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/14966Portugal\(Portuguese\)2.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/14966Portugal(Portuguese)2.pdf)

expansão de uma Internet aberta, universal, inovadora, que promova nosso conhecimento e advogue os princípios da liberdade, da privacidade, e dos direitos humanos nos países da OEI, no âmbito do IGF global.

António Horta Branco

Universidade de Lisboa, Portugal

1. Introdução

A **tecnologia da linguagem** permitirá cada vez mais comunicar na nossa língua materna com pessoas que falam outras línguas e permitirá aceder à informação veiculada em qualquer dos outros 7000 idiomas que existem no planeta e que não dominamos. Permitirá também usar a linguagem natural para interagir com todo o tipo de serviços e dispositivos artificiais, desde robôs sofisticados até simples eletrodomésticos.

Com o progresso da tecnologia da linguagem, as línguas naturais são cada vez mais um canal privilegiado de interação com todas as pessoas, serviços e bens que de forma crescente estão a ficar acessíveis na sociedade de informação. A sobrevivência e promoção das línguas naturais e da diversidade linguística e cultural face a este choque tecnológico disruptivo é um **desafio societal e civilizacional de primeira grandeza**.

Ao passo que a tecnologia da linguagem tem sido intensivamente desenvolvida para uma língua, que é o inglês, até agora as restantes línguas têm recebido uma preparação tecnológica muito insuficiente, como é evidenciado na Figura 1, com dados sobre um indicador da intensidade de investigação dedicada a diferentes idiomas.

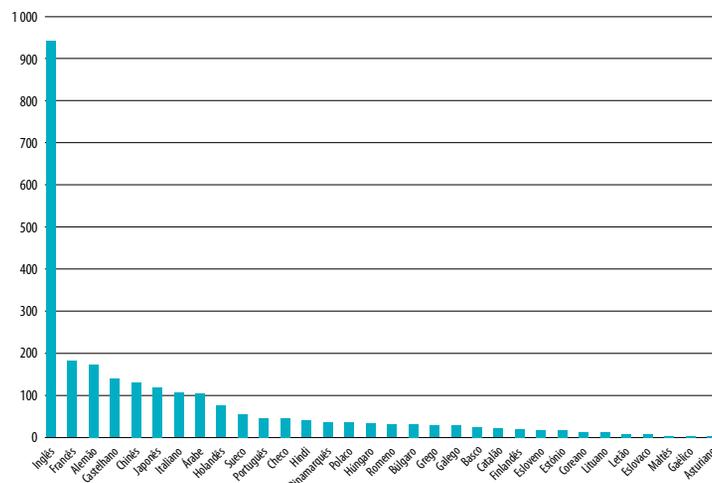


Figura 1. Número de citações de conjuntos de dados linguísticos e ferramentas de processamento para diferentes línguas em artigos de investigação publicados entre 2010 e 2012 nas dez conferências científicas de topo para a tecnologia da linguagem (Rehm *et al.*, 2012).

A língua portuguesa é um fator estruturante da nossa identidade cultural e um dos pilares da soberania nacional. É património com que o passado nos ligou a outras nações e que o futuro nos atribui a responsabilidade de partilhar.

Face a este choque tecnológico, para sobreviver e prosperar na era digital, a língua portuguesa precisa de ser convenientemente investigada e preparada tecnologicamente.

Apenas deste modo será possível assegurar que todas as pessoas, serviços e bens nos ficarão acessíveis na sociedade de informação, e apenas desta forma será possível assegurar a cidadania plena para nós e para a nossa cultura na sociedade do futuro.

Neste artigo, apresento razões que tornam um plano de desenvolvimento tecnológico para a língua portuguesa necessário, oportuno e urgente.

A finalidade deste plano é responder a este desafio através de uma contribuição diferenciada para a **preparação tecnológica da língua portuguesa para a era digital**,

contribuindo para recuperar de desequilíbrios em relação a outras línguas principais do sistema mundial. Esta finalidade é alcançável através de um leque de objetivos agrupados em torno destas grandes áreas setoriais:

- **cooperação internacional estratégica,**
- **investigação e formação interdisciplinar avançadas,**
- **capacitação científica e tecnológica,**
- **modernização administrativa e**
- **inovação especializada.**

A explicitação destas linhas do plano terá de aguardar por outra ocasião. No espaço disponível para a presente contribuição, focar-me-ei nas razões que tornam este plano necessário, oportuno e urgente.

2. Que representa a tecnologia da linguagem enquanto choque tecnológico para as línguas naturais?

Nas revoluções tecnológicas que no passado tiveram impacto na linguagem natural (como, por exemplo, o advento da escrita, da imprensa mecânica, etc.), **muitas línguas perderam a sua relevância, e algumas acabaram por se extinguir**, à medida que os seus falantes deixavam de poder beneficiar desses avanços tecnológicos e por essa razão passaram a usar outros idiomas.

Para uma língua prosperar na era digital, é necessário que esteja devidamente preparada do ponto de vista tecnológico de forma a poder ser usada para se aceder a todas as pessoas, serviços e bens que irão ficando disponíveis apenas na sociedade da informação. A tecnologia da linguagem é o novo fator disruptivo que está a desencadear um **novo choque tecnológico, sem precedentes civilizacionais**, para a linguagem natural.

Apenas uma tecnologia da linguagem desenvolvida e adaptada especificamente para a nossa língua materna

permitirá que esta sobreviva na era digital e que nos seja assegurada, a nós e à nossa cultura, uma cidadania plena na sociedade da informação.

3. Qual o grau de preparação tecnológica dos falantes do português?

De acordo com o Internet World Stats,⁵⁵ a média de penetração da internet junto da população dos países da CPLP é de 59,0%, o que a coloca em linha com a média de penetração junto da população mundial, que é de 58,8% (dados de janeiro de 2020).

Os falantes de português representam 3,7% dos utilizadores da internet a nível mundial, também em linha com o seu peso demográfico global, em que representam 3,9% da população do planeta.

Na comparação com as línguas com que se encontra em mais estreita competição, o português é a quinta língua (3,7%) em número de falantes entre os utilizadores da internet, o castelhano a terceira língua (7,9%) e o inglês a primeira (25,9%).

Entre a população do planeta, por sua vez, o português é a quarta língua em número de falantes (260 milhões), o castelhano a segunda (430), e o inglês a terceira (340), segundo os dados disponibilizados pelo Camões, I. P.

Por conseguinte, **o grau de preparação tecnológica dos falantes do português está basicamente em linha com a sua projeção demográfica no sistema mundial.**

4. Qual o grau de preparação tecnológica da língua portuguesa?

A preparação tecnológica dos falantes é porém diferente do grau de preparação tecnológica da língua, cuja aferição mais recente teve lugar no *Livro Branco sobre a Língua Portuguesa na Era Digital* (Branco *et al.*, 2012), sendo que

⁵⁵ <http://www.internetworldstats.com> consultado em 8 de maio de 2020.

desde então os desequilíbrios identificados mantiveram a tendência de se agravarem.

Uma apreciação quantitativa foi já indicada no gráfico da Figura 1. Quanto a uma apreciação qualitativa, na maior parte dos parâmetros considerados pelos peritos, a língua portuguesa foi classificada como tendo um «**apoio fragmentário**» da tecnologia da linguagem, ficando atrás ou a par de inúmeras outras línguas, algumas delas com um número de falantes e com uma projeção global bem mais modestos.

Apoio excelente	Apoio bom	Apoio médio	Apoio fragmentário	Pouco/ Nenhum apoio
	Inglês	Alemão Checo Espanhol Francês Húngaro Italiano Neerlandês Polaco Sueco	Basco Búlgaro Catalão Croata Dinamarquês Eslovaco Esloveno Estónio Finlandês Galego Grego Norueguês Português Romeno Sérvio	Irlandês Islandês Letão Lituano Maltês

Figura 2. Recursos linguísticos e orais: estado da tecnologia da linguagem para trinta línguas europeias.

Nesta medida e segundo diferentes perspetivas e indicadores, **a intensidade do esforço de preparação tecnológica da língua portuguesa é muito baixo.**

5. Poderiam os avanços obtidos para outra língua ser reutilizados para o português?

A integração da tecnologia da linguagem em sistemas mais amplos – como interfaces conversacionais ou sistemas de legendagem automática, entre os muitos outros exemplos possíveis – ou em aplicações autónomas – como sumarizadores automáticos ou detetores de plágio, entre os demais exemplos – resultam da combinação de ferramentas modulares de processamento da linguagem – como por exemplo, etiquetadores morfossintáticos, analisadores sintáticos, lematizadores, etc.

Estas ferramentas não são universais, precisando de ser desenvolvidas para cada uma das diferentes línguas. Este desenvolvimento pode em parte reaproveitar metodologias e algoritmos já testados para outras línguas, mas em grande medida é necessário que levem em consideração as especificidades linguísticas e gramaticais da língua para que devem ser desenvolvidos, as quais carecem de ser estudadas e determinadas através de investigação específica.

Acresce que, para o seu desenvolvimento, estas ferramentas de processamento necessitam de bases de dados e de conjuntos de dados textuais e outros recursos científicos da língua em questão sobre os quais podem ser treinadas e avaliadas. Para servirem essa finalidade, essas bases de dados precisam de ter uma dimensão suficiente e os conjuntos de dados precisam de ser anotados com informação linguística sofisticada.

Não é possível desenvolver soluções tecnológicas para o processamento de uma língua sem que esta seja apropriadamente investigada, sendo por isso **necessário o desenvolvimento de recursos científicos e tecnológicos específicos para a língua portuguesa.**

No seio do espaço europeu, os países bálticos encontram-se entre os mais ativos na promoção de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico nesta área. Por

exemplo, na última década, a Lituânia levou a efeito um programa nacional com um envelope financeiro de 10 milhões de euros.

O exemplo mais saliente, porém, chega-nos do país nosso vizinho. O Governo de Espanha encontra-se a executar um Plano de Estímulo para as Tecnologias da Linguagem (SETSI, 2015), que cobre o período de cinco anos, de 2015 a 2020, com um montante de **89 milhões de euros para o desenvolvimento tecnológico da língua espanhola.**

6. Porquê um plano de desenvolvimento tecnológico da língua portuguesa?

No seu artigo de fundo sobre a tecnologia da linguagem, no primeiro número de janeiro de 2017, a revista *The Economist* chama a atenção para que «os computadores em rede podem encorajar um efeito *winner-take-all*: se existe muito *software* e muitos conteúdos de boa qualidade em inglês e chinês, as línguas mais pequenas ficam com menos valor *online* [...] a sua sobrevivência pode estar em risco».

Dada a dimensão e a distribuição da população mundial dos falantes de português, é de admitir que alguns, poucos, gigantes empresariais do mundo digital – que são esmagadoramente empresas de um único país –, possam ter o interesse em se aplicarem na preparação tecnológica do português para os seus fins comerciais.

Os serviços públicos e as restantes empresas, sobretudo as de pequena e média dimensão, ficarão porém afastados dos recursos científicos e tecnológicos assim produzidos e das vantagens assim geradas. Não terão acesso a esses recursos nem terão a oportunidade e a capacidade de os explorar endogenamente.

Um plano público de desenvolvimento tecnológico da língua portuguesa é **necessário** para contrariar quer o afunilamento das condições de desenvolvimento e de competição nesta área, quer a concentração da capacidade de

processamento computacional da língua em demasiado poucas entidades, que não se subordinam necessariamente aos desígnios nacionais.

Um tal plano é **oportuno** face ao estado de maturidade alcançado pela tecnologia e face ao potencial económico transversal que representa. Num estudo encomendado pelo Camões, I. P., o Professor Luís Reto (2012) e a sua equipa estimaram em cerca de 17% do PIB nacional anual a proporção da contribuição das atividades económicas associadas à língua portuguesa para a riqueza gerada anualmente no país. Acresce porém que a tecnologia da linguagem será cada vez mais uma tecnologia transversal às mais variadas áreas de negócio nos mais diversos sectores de atividade económica, sendo uma tecnologia crucial para o acesso às mais diversas virtualidades da sociedade de informação.

Um tal plano é **urgente** face ao estado de maturidade já alcançado por esta tecnologia e face à capacidade científica seminal já instalada no país e desta forma tirar partido da janela de oportunidade existente.

E acima de tudo, a língua portuguesa é um dos pilares da soberania nacional e um dos principais ativos geoestratégicos do país. Um plano de desenvolvimento tecnológico da língua portuguesa é **imperioso** para criar condições internas e de projeção internacional que contribuam para a salvaguarda dos mais elevados interesses nacionais.

Referências Bibliográficas

- Branco, António; Mendes, Amália; Pereira, Sílvia; Henriques, Paulo; Pellegriani, Thomas; Meinedo, Hugo; Trancoso, Isabel; Quaresma, Paulo; Lima, Vera Lúcia Strube de (2012), *A Língua Portuguesa na Era Digital / The Portuguese Language in the Digital Age*, White Paper Series, Berlim, Springer, ISBN9783642295928 (impresso), ISBN9783-642295935 (ebook). <http://www.di.fc.ul.pt/~ahb/pubs/2012BrancoMendesPereiraEtAl.pdf>
- SETSI Secretaría de Estado de Telecomunicaciones y para la Sociedad de la Información, 2015, *Plan de Impulso de las Tecnologías del Lenguaje*, <https://www.plantl.gob.es/tecnologias-lenguaje/PTL/Bibliotecaimpulsotecnologiaslenguaje/Detalle%20del%20Plan/Plan-Impulso-Tecnologias-Lenguaje.pdf>
- Rehm, Georg e Hans Uszkoreit (2012), *META-NET Strategic Research Agenda for Multilingual Europe 2020*, Springer, ISBN 978-3-642-36348-1.
- Reto, Luís (org.) (2012), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Texto Editores.





PAINEL 6
Plurilinguismo,
Pluricentrismo
e Diálogos
Interculturais

PANEL 6
Plurilingüismo,
Pluricentrismo
y Diálogos
Interculturales

Gilvan Müller de Oliveira

Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Queria começar contando uma história.

Em 2012, numa Cimeira da CPLP em Maputo, quando desempenhava a função de diretor executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), um ministro das relações exteriores de um estado-membro me repreendeu publicamente porque escrevi uma carta em espanhol a ministros da Guiné Equatorial, que naquela época se aproximava da CPLP.

Eu havia participado de uma reunião entre uma delegação da CPLP e ministros equato-guineenses em Malabo uns meses antes, e notei que os ministros entendiam português apenas com grande dificuldade, o que não facilitava a aproximação, que era o propósito da visita.

A repreensão era por eu, diretor executivo do IILP, ter usado o espanhol na comunicação com a Guiné Equatorial, quando, na opinião dele – imagino – era suposto que o diretor do IILP escrevesse apenas em português, em qualquer contexto, e nunca em espanhol.

O Secretário de Estado do meu país saiu em minha defesa, mas a emenda ficou pior que o soneto: disse que isso tinha acontecido, que eu tinha escrito em espanhol, porque eu era do estado do Rio Grande do Sul... como se fosse uma excecionalidade que um brasileiro escrevesse a alguém em espanhol, e só esperável de alguém originário deste estado fronteiriço... uma situação fora da curva, portanto... Escrevi depois uma carta, explicando que

considerava adequado utilizar todas as línguas ao nosso dispor para negociar a promoção do português, podendo ser o multilinguismo, portanto, uma grande oportunidade.

Por sorte, estamos hoje aqui em Lisboa tratando do bilinguismo português-espanhol como algo positivo, como um recurso, e não como um problema, e vamos saindo das mentalidades monolíngues dos séculos XIX e XX e seguindo rumo a mentalidades muito mais favoráveis a uma abertura multilíngue.

Podemos, nesse novo contexto, aproveitar melhor uma ideia que efetivamente não é nova: a de uma parceria entre o português e o espanhol, decorrente da sua proximidade linguística e da sua história compartilhada. Isso já era claro para Gilberto Freyre, como fica claro em um artigo muito interessante de Pablo González-Velasco na *Revista Ibero-americana de Educação* da OEI (Vol.81, no.1, 2019), organizada por acadêmicos aqui presentes, e intitulado: *Gilberto Freyre: una visión brasileña de la comunidad bilingüe panibérica*.

Gostaria de destacar é que vemos paulatinamente esta valoração positiva do bilinguismo português-espanhol ganhando importância porque estamos numa transição de um modelo de *Língua Nacional* para um modelo de *Língua Internacional*. No caso específico do português poderíamos considerar, grosso modo, que o processo de transição para *Língua Internacional* começou em 1989, com as mudanças geopolíticas causadas pelo fim da guerra fria. É o ano que se propõe a ideia de um Instituto Internacional de Língua Portuguesa, e isto está associado efetivamente ao modo como as línguas passam a ganhar novos valores na percepção dos Estados e dos Mercados, acompanhando assim mudanças contemporâneas nas sociedades e exigindo novas formas de *gestão linguística*.

Podemos dizer que o português passou, na sua história, de uma situação de Língua Vernácula para uma situação de Língua Colonial, depois para uma situação de Língua

Nacional, e agora estamos indo em direção à conformação de uma Língua Internacional.

O que seria então uma língua internacional? Um modo internacional de ser língua?

Em primeiro lugar, cresce a importância da veicularidade da língua, o fato de ela ser aprendida por não-nativos e neste sentido cresce também a importância dos falantes não-nativos, que passam a ter um papel mais ampliado.

Em segundo lugar, essas línguas são línguas de abertura, de circulação, de oportunidade e uma das suas tarefas principais é conectar espaços. Quando elas são línguas oficiais em mais de um país, como é o caso do português e do espanhol, há uma demanda por maior participação na gestão da língua, para que todos possam dela participar. Isso nos leva a um sistema pluricêntrico de normas e, portanto, indica uma forma nova de tratar a gestão da língua.

Numa Língua Internacional é menos importante a monumentalização da língua, tão típica do modelo de Línguas Nacionais geridas pelos Estados Nacionais com a associação entre língua e identidade, língua e história nacional. Muito mais importante é a consciência sobre a funcionalidade e as funcionalidades necessárias para que ela possa se configurar como elemento de comunicação ampliada entre espaços nacionais e de outras naturezas.

Cada vez mais essa Língua Internacional é usada em contextos multilíngues, cada vez mais os falantes são multilíngues, passando de umas línguas às outras, cada vez mais os falantes têm consciência que essas línguas são recursos e mobilizam-se para que essas línguas possam servir-lhes durante a vida e possam trazer oportunidades às suas carreiras e às suas realizações.

Um exemplo disso é que quando, no Brasil, foi revogada pelo Governo Temer a disposição que tornava obrigatória a oferta do espanhol nas escolas secundárias, a sociedade brasileira não se calou, mas mobilizou-se num movimento

chamado «Fica Espanhol», atuou junto às assembleias legislativas dos estados e junto às câmaras de vereadores e conseguiu garantir a presença do espanhol como língua estrangeira nas escolas em vários estados e municípios. No Rio Grande do Sul e na Paraíba o fez através de mudança na constituição dos dois estados. A mobilização da sociedade fez a diferença, ao contrário de outras fases da história brasileira, uma diferença na manutenção do multilinguismo e na sua ampliação.

Portanto, podemos dizer que enquanto o funcionamento no mundo nacional implicava em territórios compactos e fechados e numa população majoritariamente monolíngue, o funcionamento em modo internacional implica percursos, deslocamentos, fluxos e *territórios reticulares*, como diz o geógrafo Rogério Haesbaert. Estes percursos, estes deslocamentos e esses fluxos modificam a forma como olhamos para as línguas, e aquilo que podemos interpretar como fenômeno linguístico.

Um exemplo é o caso do galego. Nessa nova chave de leitura, mais multilíngue, por que não poderíamos dizer que o galego é, ao mesmo tempo, uma língua autônoma e uma das normas do português, como querem partes diferentes da sociedade da Galiza? Dessa forma, o galego pode participar melhor nesse conjunto iberófono e panibérico, em diferentes formatos, como é próprio do mundo contemporâneo.

Quando falamos, então, em Línguas Internacionais, e quando falamos de pluricentrismo, estamos tratando basicamente de questões de gestão, porque o pluricentrismo, quando foi inventado como conceito por Heinz Kloss, não se referia ao fato de que uma língua tem variedades – variedades todas as línguas têm! –, mesmo aquelas faladas por pequenos grupos. O pluricentrismo é associado à existência de *normas linguísticas* diferentes e estas normas são expressões e ao mesmo tempo elementos de uma gestão.

No caso específico do português passou-se de uma situação de gestão monocêntrica para uma gestão bicêntrica que teve a ver com uma construção de uma norma brasileira na segunda metade do século XIX e no início do século XX, e nos encaminhamos agora, como projeto, para a construção de uma língua pluricêntrica com emergência de normas linguísticas em outros países, como por exemplo, Angola e Moçambique.

Passamos assim, paulatinamente, de uma situação em que temos dois núcleos gestores numa *gestão não cooperativa das normas*, Portugal e Brasil, com países tributários de uma das normas, isto é, que usam a norma portuguesa, para uma situação em que as normas de mais países se estabelecem em uma configuração mais pluricêntrica.

Quando tratamos de aspetos demolinguísticos, isto é, do número de falantes da língua, não devemos olhar só para os números, mas também para a distribuição interna e territorial desses números e para as suas implicações geopolíticas. Já foi dito aqui em outra contribuição que 95% dos falantes da língua portuguesa estariam no Hemisfério Sul em 2100, basicamente num eixo Atlântico-Índico entre Brasil, Angola e Moçambique, enquanto 5% dos falantes estariam noutras localizações.

Também, quando pensamos no espanhol, podemos dizer que esta língua teria como território central da sua presença 3 *clusters* regionais em 2100: um na conjunção México-USA com 180 milhões de falantes e um *cluster* no Cone Sul com 90 milhões, intermediado por um *cluster* central ao redor da Colômbia com 150 milhões de falantes.

Isso implica considerar que temos um lugar em que esses dois territórios se encontram, que abarca hoje uma área ampliada ao redor da Bolívia, que é basicamente onde o *coreland* do português e do espanhol têm a sua junção geopolítica.

Experiências já construídas no âmbito da nossa cooperação linguística, como o Projeto Escolas Interculturais Bilingües de Fronteira (PEIBF), do Mercosul Educacional, de 2005 a 2016, apontam para a percepção deste lugar estratégico da fronteira entre as duas línguas, operando nas chamadas *Cidades Gêmeas*, que são 26 ao longo de toda fronteira brasileira com todos os vizinhos, menos o Suriname, e partindo do projeto de educar cidadãos bilingües para este espaço multilingüe que é o Mercosul.

Esta experiência pode nos trazer uma série de aprendizados para a gestão das línguas, e esses aprendizados estão relacionados com o esforço integracionista horizontal que foi realizado, a possibilidade de oferecer ao cidadão a participação em duas comunidades nacionais e linguísticas através de um currículo comum e através do bilingüismo, a intercompreensão das variedades regionais concretas das duas línguas e a sua valorização, especialmente num país como o Brasil, em que 75% da população vive no litoral, a menos de 200 km da costa, e portanto muito longe dessas regiões fronteiriças.

Numa outra configuração, que é a CPLP, temos também uma experiência muito interessante que vale a pena ressaltar, que é a experiência do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não-Materna (PPPLE, www.ppple.org) do IILP, que foi lançada em 2013 durante a *Segunda Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial*, ocorrida em Lisboa, e que é uma plataforma que oferece hoje mais de 600 unidades didáticas gratuitas a professores de português do mundo todo.

Isso significa mais de 1300 horas de aula com unidades didáticas produzidas por Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Significa, portanto, uma forma de cooperação linguística entre os estados na criação das unidades em que cada país pode se representar e pode representar a sua cultura na língua. Alguns países

fizeram unidades para ensino de português como língua estrangeira pela primeira vez, como foi o caso de Timor-Leste. O PPPLE tem hoje mais de 16 000 utilizadores registados, que utilizam com frequência o material do portal.

O portal permite, como uma Wikipédia, que pessoas do mundo todo façam unidades didáticas e as cedam ao PPPLE, possibilitando um aumento importante das experiências do ensino de português. Teve mais de 800 mil visualizações de páginas desde que foi lançado, ainda que seja um portal com muito pouca divulgação face ao potencial interesse que ele apresenta. A experiência talvez pudesse ser uma fonte inspiradora para um portal da OEI para a promoção do bilinguismo espanhol/português.

Finalmente, gostaria de mencionar uma terceira geopolítica, que é das redes académicas, basicamente para tratar de uma área em que tenho atuado, a de PPLICES – Política e Planeamento Linguístico para a Ciência e a Educação Superior.

Apesar de estarmos de acordo que o português e o espanhol têm crescido como língua da ciência e têm uma produção significativa – o Brasil produz mais de 16 mil teses de doutorado por ano, acessíveis gratuitamente na base de dados da CAPES, por exemplo, uma pesquisa que realizamos com alunos de doutoramento a partir de base de dados SciELO com 65 mil artigos publicados em ciências agrárias exatas e engenharias no Brasil mostra que apenas 1,59% estão em espanhol contra 59% em português e 38% em inglês. Quando vamos para as ciências sociais e humanas, então o português tem 78% dos artigos, o inglês 16% e o espanhol menos de 5%.

Esses dados mostram que apesar da nossa presença no mundo como línguas da ciência, o aproveitamento interno das duas línguas, a leitura dos textos e o seu uso para a produção *entre as duas fónias* é bastante restrito. Precisamos, assim, de uma política científica que inclua as línguas

– uma política bilingue – rumo à pesquisa pós-monolíngue.

O multilinguismo, como o pluricentrismo, portanto, são projetos políticos. Não há línguas pluricêntricas, há línguas mais pluricêntricas e menos pluricêntricas, são artefatos linguísticos em construção. O grupo de trabalho das línguas pluricêntricas ao redor do professor Rudolf Muhr, da Áustria, que organiza as conferências mundiais sobre o assunto, tem trazido uma série de compreensões sobre o que é o pluricentrismo, úteis para a gestão do português, do espanhol e do bilinguismo. Em 2021 terá lugar, em Florianópolis, no Brasil, a 7.^a Conferência Mundial sobre Línguas Pluricêntricas e esperamos ter uma forte presença dos representantes do português e do espanhol.

Concluo agradecendo a atenção e faço votos que os produtos dessa conferência sejam os melhores possíveis. Espero que a OEI siga na sua liderança ao processo de construção desse grande espaço linguístico ampliado que é o bilinguismo português/espanhol.

Ladislao Alcaraz de Silvero

Secretaría de Políticas Lingüísticas, Paraguay

Bajo el título planteado, se aborda cuestiones esenciales expuestas durante el *Panel 6. Plurilingüismo, Pluricentrismo y Diálogos Interculturales* de la Conferencia Internacional de las Lenguas Portuguesa y Española (CILPE 2019). Se describen las particularidades del contacto del español con otras lenguas del Paraguay, el desarrollo del bilingüismo guaraní-español, a partir del papel de los organismos estatales y concluye con algunas pistas para el desarrollo de redes de enseñanza de lenguas y de culturas.

Inicios del contacto lingüístico

En Paraguay, como en otros países, el contacto de las lenguas autóctonas con el español se ha dado desde la llegada de los conquistadores y colonizadores. La lengua española que arribó a Asunción en las voces de los conquistadores, en 1537, fue transmitida a los hijos mestizos que nacieron de la unión entre mujeres indígenas guaraníes (carios) y españoles que las habían recibido y aceptado en señal de pacto.

El proceso de mestizaje más rápido de la región se desarrolló en Paraguay. Los mestizos o mancebos de la tierra heredan la lengua guaraní de la madre, responsable de su crianza hasta los siete años de edad, según la cultura tribal, y luego aprende el español de su padre, con lo que se convierte en mestizo bilingüe. El prestigio del español deriva de este fenómeno, al ser idioma de los «karai» (los señores).

Bartomeu Melià (1997) señala que «la sociedad colonial fue desde el principio oficialmente castellana: la lengua

guaraní no entraba en la administración ni en la política oficial». (Melià, 1997, p.41).

Este contacto intercultural y lingüístico, que ha persistido cerca de 500 años, se ha presentado de manera más pacífica que conflictiva. El mencionado autor atribuye este hecho a que cada lengua abarca un universo semántico (y cultural) propio y diferenciado, de tal modo que no se encuentran, ni se molestan en el mismo espacio. A este fenómeno lo designa «di-lingüismo» y afirma que son factores sociales y regionales los que causan una dislocación en dos campos semánticos que difícilmente llegan a superponerse:

«El español es de la clase media y elevada, cubre casi todo el campo de la expresión, ya sea técnico, administrativo o coloquial; en cambio, el guaraní no puede entrar en ciertos campos semánticos, concretamente aquellos de la ciencia y la técnica. (Melià, 1997, p. 48).

En el plano lingüístico propiamente, la lengua española y guaraní, como consecuencia de estos años de contacto, se influyen todos los niveles estructurales, generando una mezcla de códigos lingüísticos, conocida como «Jopara», acentuada en el plano de la oralidad.

El español paraguayo adopta características peculiares por la fuerte interferencia del guaraní y viceversa, el guaraní recibe influencia cada vez más fuerte en el nivel léxico-semántico. En la actualidad, el guaraní escrito registra calcos sintácticos del castellano, especialmente en textos traducidos.

Modalidades de uso del guaraní y del español

En la sociedad, es perceptible una situación diglósica como resultado del contacto lingüístico, en el que el español es de uso predominante y normalizado en el ámbito formal, especialmente como lengua de la administración de los

organismos de Estado, asociada a la cultura escrita y menos utilizada en la oralidad, salvo en los contextos urbanos, sin que éstos sean exclusivos de él y con un aumento de hablantes en la población infantil.

Por su parte, el guaraní es la lengua popular, lengua de la relación e interacción espontánea, la que es empleada predominantemente en el ámbito coloquial, en las relaciones de familia, amigos y en el espacio comunitario. Su uso es normal en la oralidad y atraviesa todos los ámbitos y estratos sociales. Su empleo es más oral que escrito.

En la actualidad, sin embargo, el carácter de lengua oficial y la planificación, tanto del *corpus* como del estatus de la lengua, realizada por entidades competentes, impulsan una paulatina y progresiva incorporación del guaraní en los ámbitos que se reservaban exclusivamente al español.

La incursión del idioma guaraní en la escritura se ha destacado notablemente en dos ámbitos importantes para la difusión y enseñanza de la lengua: el didáctico y el literario. Con el planteamiento de la educación bilingüe guaraní-castellano en todos los niveles del sistema educativo, desde el año 1994, han proliferado los textos de uso didáctico para las diferentes áreas académicas y los de ficción literaria, originados en guaraní o provenientes de la oralitura o de la traducción.

El fenómeno de la urbanización y la migración que afecta a gran porcentaje de la población rural, con el consabido desplazamiento territorial y desarraigo cultural, conlleva el desplazamiento lingüístico y la renuncia del guaraní a favor del español.

En la valoración social, el español es la expresión de la modernidad y del progreso, es la lengua internacional. El guaraní, por su parte, es la lengua popular, signo de la identidad nacional, elemento de cohesión social e instrumento de la comunicación oral para la mayoría de la población paraguaya.

Es notorio el papel clave que cumplen las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC), con las redes sociales y los medios masivos de comunicación en la difusión del empleo oral y escrito de ambas lenguas.

Desarrollo del bilingüismo oficial

El Estado promueve el fortalecimiento del bilingüismo guaraní-español, planificando el empleo equitativo de ambas lenguas oficiales en el servicio público de los tres Poderes del Estado, según las disposiciones de la Constitución Nacional del año 1992 y la Ley 4251/10, De Lenguas, orientadas a la atención de los derechos lingüísticos de los hablantes.

En el ámbito educativo, se aplica la educación bilingüe guaraní-castellano en todos los niveles del sistema educativo. En Educación Superior, se exige la incorporación del guaraní como lengua enseñada, cuya meta es lograr que los profesionales formados desarrollen competencia comunicativa para un mejor desempeño de la profesión. Sigue predominando el monolingüismo español en el tratamiento de contenidos académicos.

La SPL se ocupa de la planificación del normal empleo del guaraní, en concordancia con las disposiciones de la Ley 4251/10, De Lenguas, que establece en el Artículo 3° *De las lenguas oficiales*:

Las lenguas oficiales de la República tendrán vigencia y uso en los tres Poderes del Estado y en todas las instituciones públicas. El idioma guaraní deberá ser objeto de especial atención por parte del Estado, como signo de la identidad cultural de la nación, instrumento de cohesión nacional y medio de comunicación de la mayoría de la población paraguaya. (SPL, 2016, p. 23).

En cuanto al empleo equitativo de la lengua guaraní y del castellano en el servicio público, la SPL asume competencias como: ser la autoridad de aplicación de la Ley 4251/10,

de Lenguas, con participación de organismos públicos y privados vinculados al tema; ser responsable de planificar el uso de las lenguas, en especial las oficiales y promover investigaciones sobre el uso de las lenguas en el país.

En el Poder Ejecutivo, en virtud del Decreto Presidencial N°. 6797/17, se han creado las Unidades de Asuntos Lingüísticos (UAL) en los organismos y entidades estatales a fin de planificar el empleo gradual y progresivo del guaraní, en la expresión oral y escrita, gestión que es coordinada por la SPL.

El proceso de planificación del bilingüismo oficial equitativo enfatiza la normalización del empleo de la lengua guaraní en el servicio público, considerando que el uso del español ha logrado esta normalización, desde los primeros años de vida independiente del Paraguay.

Desde 2013, el Poder Judicial cuenta con una Dirección de Políticas Lingüísticas Judiciales, instancia de aplicación de políticas que garantizan el ejercicio de derechos lingüísticos en la administración de la justicia. Se encarga de la formación de agentes que administran la justicia, producción de materiales de referencia y la formación de intérpretes, traductores, peritos lingüísticos, facilitadores judiciales, para dar cumplimiento a las disposiciones de la Ley de Lenguas.

El uso equitativo de ambas lenguas oficiales constituye un gran desafío para los organismos estatales, ya que implica, no solo una tarea técnica de planificación lingüística, sino la vigencia de normativas claras respecto del empleo de los idiomas oficiales y las competencias de las instituciones responsables y compromete un proceso de transformación de la cultura institucional, en el sentido de concebir y llevar a la práctica una gestión bilingüe.

Villagra-Batoux (2016), al referirse al proceso de la lengua guaraní en la actualidad, afirma que «en este mismo momento, afronta un nuevo desafío: volver a ser una lengua

literaria, apta para cubrir todos los espacios de la comunicación, definidos estos dentro de un marco de la modernidad». (Villagra-Batoux, 2016, p.304).

El español y las lenguas originarias

La población indígena del Paraguay es menor al 2% del volumen poblacional del país, sin embargo, representa la mayor diversidad lingüística con 19 lenguas integradas en cinco familias lingüísticas.

Según contexto geográfico, estas lenguas entran en contacto no solo con el español, sino también con el guaraní, el alemán bajo utilizado por los colonos menonitas en el Chaco, con el portugués en zonas de frontera con Brasil y con otras lenguas indígenas, en los frecuentes contactos interétnicos.

En la Región Oriental, se produce el contacto con el guaraní, predominantemente y con el portugués; en cambio, en la región occidental, el contacto se da en mayor grado con el español.

Los datos estadísticos (DGEEC, 2014) denotan un mayor grado de conservación de la lengua indígena en contacto con el español y mayor grado de desplazamiento lingüístico, en contacto con el guaraní.

Redes de enseñanza de las lenguas y redes de cultura

Como propuestas para el desarrollo de redes de enseñanza de las lenguas y redes de cultura, se puede mencionar:

- La experiencia del Grupo de Trabajo Escuelas Inter-culturales de Fronteras (Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay) del Sector Educativo MERCOSUR, con abordaje pedagógico de núcleos temáticos y culturales comunes que vinculan elementos culturales y lingüísticos comunes: la yerba mate, fauna, flora, gastronomía,

tejeduría, danza, música, pueblos indígenas con lenguas compartidas.

- Investigación sobre lenguas en contacto: análisis de las múltiples posibilidades de bilingüismo y de contacto lingüístico, en zonas fronterizas o de gran diversidad lingüística, mediante estudios impulsados por unidades académicas de educación superior o de centros de investigación dedicados a la temática, en el gran espacio iberoamericano.
- Plataforma virtual de trabajo: otorgando valor al buen aprovechamiento de las TIC, manera transversal para iniciativas y programas que propicien el intercambio de experiencias, conocimiento, transferencia técnica, para promover las lenguas y culturas de nuestros países.

Finalmente, se expresa la expectativa de que la expansión del español y del portugués signifique más el fortalecimiento de las posibilidades del diálogo intercultural y la vitalidad de las lenguas y culturas y no tanto el debilitamiento, desplazamiento o silenciamiento de las lenguas locales, especialmente de las lenguas indígenas.

Referencias Bibliográficas

- DGEEC. (2014). III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas. Pueblos Indígenas en el Paraguay. Resultados Finales de Población y Viviendas 2012. Asunción: DGEEC.
- Melià, B. (1997). Una nación, dos culturas. 4ª. Ed. Asunción: CEPAG.
- SPL (2016). Ley 4252/10, De Lenguas. Asunción: SPL.
- Villagra-Batoux, S. D. (2016). El guaraní paraguayo: De la oralidad a la lengua literaria. Asunción: Servilibro.

Javier López Sánchez

Secretaría de Educación Pública (SEP), México

Lek ay lekil ot 'an ants winiketik, lekuk sakubel k 'inal
a wu 'unik, ich 'aik spatjibal a wot 'anik ta pisilik.
(Maya tseltal de Chiapas, México)

«Bien, mujeres y hombres de buen corazón, muy buen
amanecer, saludamos y reverenciamos la grandeza de
sus corazones»

Introducción

Gracias a la Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), a María Elena, Rosángela, Mariano, Juana, Ladisla Alcaraz, Manuel, hoy tengo la oportunidad de exponer y así escucharán el sonido de mi lengua madre. Además, de compartir con ustedes que existen otros modos de nombrar el mundo; otras maneras de expresar un saludo a través de la lengua que da sentido a toda una concepción y percepción del mundo tierra.

Así, la lengua no es sólo una simple y llana emisión de sonidos, sino expresiones con significados y que tienen que ver con la imagen del sujeto, con su cosmovisión y con la vida misma. La lengua es portadora del pensamiento y la visión de lo que existe en el mundo tierra. A la par que elementos afectivos, las lenguas son registros socialmente condensados del mundo natural, social, cultural y psicológico asociado a la identidad.

Las lenguas son similares a monumentos de la creatividad y la diversidad humana comparable a obras de arte, ya sea humanas o de la naturaleza (Smith Stark, 1995).

Erving Goffman señala (1959) que la lengua tiene que ver con la construcción de la imagen del individuo, la visión de quién es, su sentido de pertenencia y lo que lo distingue ante los demás. Las lenguas, son pues, consideradas repositorios históricos únicos de cada cultura, por ende, de la humanidad.

La lengua cumple también funciones educativas. Mediante la lengua los sujetos codifican su entorno, nombran cosas, aprehenden el universo que les rodea. Con ella también decimos que el aprendizaje de otra u otras lenguas fortalece los esquemas de pensamiento de los sujetos, amplía sus horizontes culturales, y así aprende a vivir y convivir en la alteridad, en contextos multiculturales y plurilingües, lo que da paso al diálogo intercultural.

En esta introducción es pertinente mencionar que la diversidad cultural y lingüística es una realidad tan vieja como la humanidad misma y tan variada y necesaria como la biodiversidad. Por todo ello, y con toda razón, Don Miguel León-Portilla, lingüista, antropólogo, poeta y filósofo mexicano, señaló alguna vez que cada lengua es como una atalaya que permite apreciar el universo entero, con enfoques distintos que nos acercan a él de múltiples formas. Por eso, decía él mismo, «cuando muere una lengua, muere una forma de pensar la vida; entonces, la humanidad se empobrece».

Breve análisis sociocrítico

Ahora bien, permítanme referirme muy generalmente a cómo se ha entendido y cómo se ha tratado la diversidad cultural y lingüística en México, por no decir que en toda América Latina.

Los países de Iberoamérica, cada uno con sus particulares y complejas circunstancias históricas, sociales, geográficas, ente otras, albergan numerosos conjuntos de pueblos pertenecientes a diversas etnias, culturas y lenguas.

Se calcula que existen aproximadamente 7 mil lenguas en el mundo, y en Latinoamérica existen 522 pueblos indígenas, desde el norte de México hasta la Patagonia. México cuenta con 69 lenguas, 68 lenguas indígenas y el español, reconocidos jurídicamente como Lenguas Nacionales (no oficiales). Así, México es el 2° país del Continente Americano con mayor diversidad lingüística y se encuentra entre los 15 primeros del mundo con esa característica.

No obstante lo anterior, las políticas monoculturales y monolingües vividas en México han llevado a un terrible filosoficidio, a un epistemicidio y, aún más, a un lingüicidio. El menosprecio a la diversidad cultural y lingüística ha sido la constante en las políticas públicas, generando tremendas asimetrías y desigualdades.

En México se estima que antes de la mal llamada conquista, había más de 500 lenguas. En la época colonial desaparecieron 143, en los años de la Revolución (1910-1917), 6 dejaron de existir y se calcula que para el año 2035, el 80% de las lenguas estarán en muy alto riesgo de extinción.

Entre otros factores negativos, la ignorancia del valor de la diversidad lingüística, la discriminación, el racismo, etc., han mermado las lenguas indígenas, y con ellos, a sus portadores, a los sujetos.

En materia educativa, en México se ha implementado un fuerte proceso de asimilación y de castellanización en detrimento de las lenguas indígenas. Para las niñas, niños y adolescentes indígenas han significado fuertes procesos de tortura psicológica, al ser sometidos a una lengua que no entienden. Afortunadamente, hoy en México se ve una luz en el fondo, nos encontramos ante la redefinición del pensamiento y los valores.

«La locura es hacer lo mismo una y otra vez esperando obtener resultados diferentes», dice una frase atribuida a Albert Einstein. Por ello, en esta tercera parte, permítanme exponer la visión del México actual. Hoy el Gobierno de

México está buscando construir una política de Estado para responder a la realidad multicultural y plurilingüe de la sociedad mexicana.

Busca construir y transformar una sociedad altamente descohesionada, busca repensar y reorganizar el orden social, lo que supone la construcción de una ciudadanía plurilingüe e intercultural, que no se basa en la exclusión del otro y de lo diferente, sino en la inclusión.

Así pues, el plurilingüismo y la interculturalidad que impulsa hoy el gobierno mexicano, tiene que ver con un proyecto social amplio que persigue la construcción de una sociedad plural, democrática e incluyente.

Es un proyecto que significa una oportunidad para trascender el discurso falaz de la etnofagia global universal, mediante la cual, la cultura de imposición-dominación busca engullir o devorar a las múltiples culturas y lenguas de las comunidades étnicas.

Para lograr lo anterior, en México se apuesta por una política educativa con enfoque de derechos, como un derecho humano desde la primera infancia hasta el nivel superior. Con una mirada obligatoria, universal, inclusiva y equitativa, como se señala en el objetivo 4 de la agenda 20-30 de la UNESCO. Además, plurilingüe e intercultural.

Este es el cambio paradigmático de la profundidad de la política del gobierno mexicano, consagrado recientemente en uno de los grandes acuerdos de la nación que es el Art. 3° Constitucional. Particularmente, la Nueva Escuela Mexicana se centra en la formación de las niñas, niños, adolescentes y jóvenes con enfoque humanista, lo que supone un cambio de paradigma en el currículo nacional, en el diseño de los materiales educativos y en la formación inicial y continua de los profesores.

Los planes y programas de estudio se están construyendo desde una perspectiva de género, una orientación integral, incluyendo el conocimiento de las ciencias y

humanidades: matemáticas, lecto-escritura, historia, geografía, civismo, filosofía, tecnología, innovación, lenguas indígenas, lenguas extranjeras, educación física, deporte, artes, estilos de vida saludable, educación sexual y reproductiva y cuidado del medio ambiente. Esto es, un currículo altamente incluyente e intercultural.

Conclusiones

En conclusión, hoy en México el desafío es pensar la justicia social no como derecho universal, sino como ejercicio de la no exclusión, por ello, es un imperativo ético hablar de justicia curricular.

Como lo expuse, y como nunca antes, la política del Estado Mexicano da alta relevancia a la diversidad cultural y lingüística del país. Da importancia a las lenguas indígenas en el sistema educativo nacional, así como el aprendizaje del español y alguna lengua extranjera, dando paso con ello al plurilingüismo y el diálogo intercultural. Y a propósito del tema de la conferencia, pregunto al público presente y con todo lo que he expuesto:

¿Qué queremos decir realmente con «Una comunidad, ¿dos lenguas pluricéntricas? ¿Es posible una política lingüística en Iberoamérica incluyente? Es decir, una ¿política lingüística que no excluya y subordine a otras? ¿Solidaridad y cooperación internacional son la solución?

Referencias

- Goffman, Erving (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life*, University of Edinburgh Social Sciences Research Centre.
- Smith Stark, Thomas (1995). «Ego, alter y nos: ¿por qué estudiar las lenguas indígenas de México?, ponencia presentada en el VIII Encuentro Internacional de Ciencias Sociales «Integración Cultural y Desigualdad Social», FIL, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, Jalisco, 31 de enero de 1995.
- López, Javier., Crispin, María Luisa., Rodríguez, B. (et.al) (2006). *El Enfoque Intercultural en Educación*. Coordinación General de Educación Intercultural Bilingüe: SEP, México.

Rosângela Morello

Instituto de Investigação e Desenvolvimento em
Política Linguística – IPOL
Universidade Federal de Santa Catarina

Conclusões e Recomendações

Não é tarefa fácil sintetizar este painel que refletiu sobre as seguintes questões:

- Quais as modalidades de uso das línguas?
- Como se estabelece o contato entre as línguas?
- Como se desenvolve o bilinguismo?
- Como desenvolver redes de ensino e cultura?

Primeiro foi levantado um questionamento muito pertinente sobre qual o sentido da globalização e como o cidadão global poderá interferir na política de mobilidade e internacionalização propostas pela universidade. A globalização que vivemos flui em redes, precisa de respostas complexas e é mais um cenário do que uma ideologia. Nesse quadro, há uma distância muito grande entre o que esses diferentes contextos da globalização permitem oferecer como respostas como, por exemplo, os *rankings* para classificar uma educação de qualidade ou uma produção de qualidade. Outro exemplo dessas contradições está na universalidade do ensino superior. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de estudantes universitários afro-americanos tem diminuído enquanto na América Latina essa presença cresceu enormemente. Esse modelo de globalização está dentro de uma falácia que, por sua vez, afeta um dos objetivos da universidade que é a empregabilidade e a formação profissional. Será necessário, portanto, questionar as falácias para

buscar práticas que respondam às demandas da nossa vida e trabalho.

Na sequência, abordamos a questão do multilinguismo e do pluricentrismo numa perspectiva geopolítica em que se propõe que passemos de um modelo de gestão de línguas nacionais para um modelo de gestão de línguas internacionais, como o caso do português e do espanhol. A ideia central é que os Estados Nacionais sempre pensaram as línguas como monumentos dentro de uma chave de monolingüismo, de territórios compactos, homogêneos. Enquanto o que está se propondo neste painel é que pensemos em um modelo de gestão dessas línguas pluricêntrico, em que é possível explorar um conjunto de redes e territórios reticulares que faz com que as línguas sejam percebidas em contextos multilingües em vez de monolingües e que possamos compreendê-las como recursos e não como problemas. Dois exemplos dessa perspectiva pluricêntrica foram dados. A primeira é o Portal do Professor de Língua Portuguesa Estrangeira, que contempla essa perspectiva de um português ampliado para outros países além do Brasil e Portugal, e o segundo exemplo é o Programa das Escolas Interculturais e Bilingües de Fronteira, que envolveu países membros do Mercosul numa proposta de bilingüismo horizontalizado. Será necessário, portanto, compreender o pluricentrismo como um projeto político que permita a valorização de todas as variedades na produção deste espaço linguístico.

Vimos como o Paraguai vem desenvolvendo a sua política para se transformar em um Estado bilingüe respeitando as demais línguas, através do trabalho que a Secretaria de Política Linguística tem desenvolvido para tratar o guarani (falado em casa) e o espanhol (falado na administração) de forma equilibrada. Há, portanto, uma configuração de bilingüismo e multilingüismo muito importante a serem considerados no planejamento de políticas públicas.

O direito às línguas em todos os âmbitos, inclusive o educacional, foi um dos temas ressaltados pelo palestrante do México. Dentro de uma perspectiva de que a diversidade deve ser valorizada inclusive como parte dos direitos humanos, para que possamos ter sociedades equilibradas que atendam a todas as especificidades da diversidade.

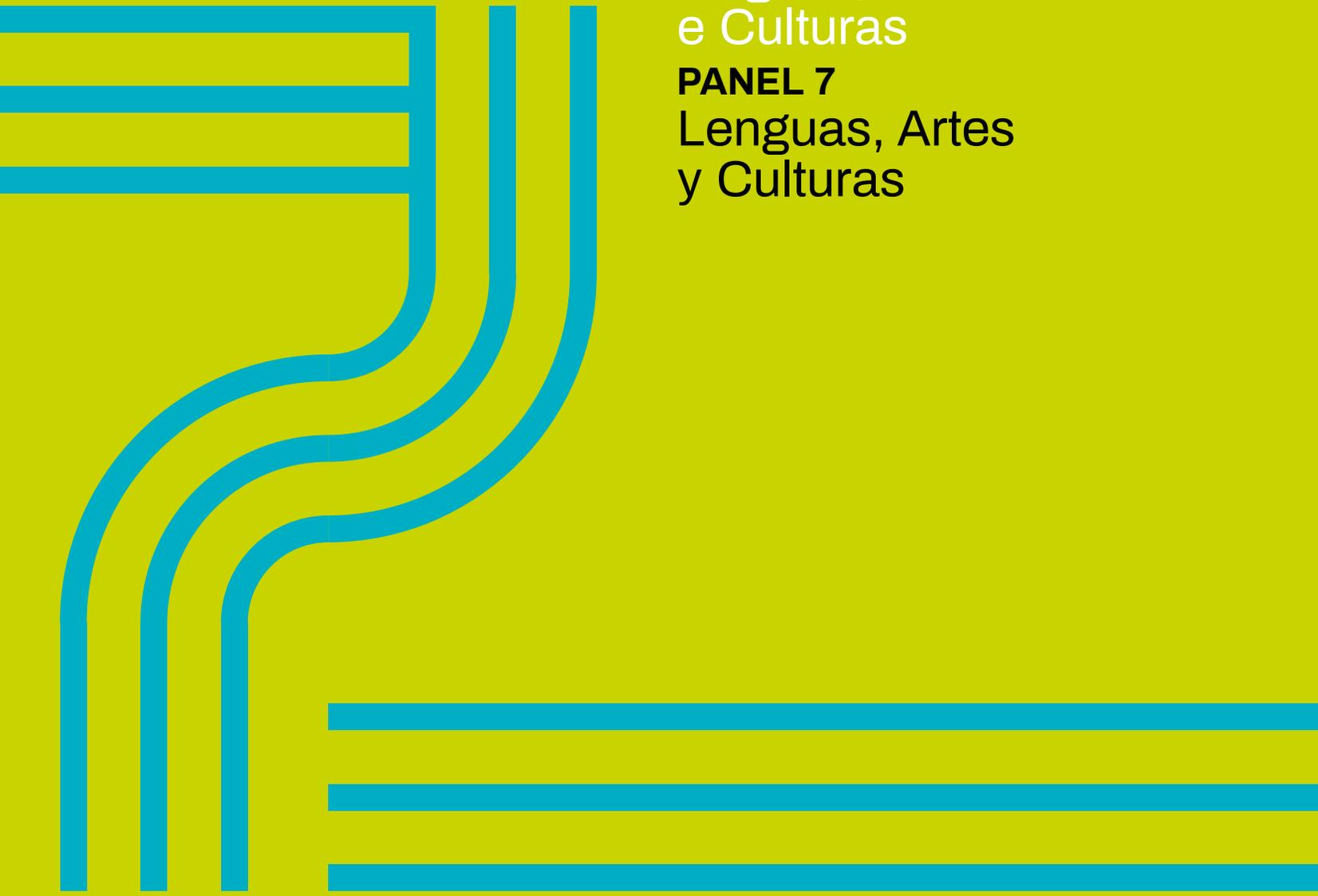
Como recomendações, gostaria de levantar os seguintes pontos:

1. Assumir uma perspectiva geopolítica para a gestão das línguas no sentido do pluricentrismo como projeto político e do planejamento para a inclusão de todas as variedades linguísticas, considerando as diferentes configurações regionais.
2. Aproveitar experiências que já se constituíram como boas práticas de gestão multicêntrica e multilateral, como, por exemplo, o Programa de Escolas Interculturais e Bilingues de Fronteira e o Portal do Professor de Língua Portuguesa Estrangeira.
3. Produzir informações sobre a situação das línguas, porque é uma ausência generalizada sobretudo na América Latina.
4. Aproveitar as tecnologias com propostas claras. Por exemplo, criar um portal para a promoção do bilinguismo português espanhol numa perspectiva de gestão ampliada e compartilhada em que se possa trabalhar nas relações com as outras línguas.
5. Explorar e compreender as relações dessas duas línguas, português e espanhol, com a produção de conhecimento, sobretudo para se pensar uma política linguística para a ciência.
6. Explorar os espaços de diálogos interculturais que temos para questionar as falácias da mobilidade e da internacionalização e promover iniciativas e demandas

que atendam às nossas necessidades antes de desenvolvimento integrado e conscientes.

O multilinguismo envolve uma relação entre línguas e agora estamos aprendendo a lidar com isso de uma maneira positiva. Estamos vendo a presença de uma língua na outra, não como um defeito ou um déficit, mas como uma alteridade que precisa de ser valorizada. Essa alteridade linguística precisa ser compreendida no sentido de como ela funciona, para que possamos desenvolver práticas cada vez mais politizadas.





PAINEL 7
Línguas, Artes
e Culturas

PANEL 7
Lenguas, Artes
y Culturas

Ramiro Noriega

Universidad de las Artes, Ecuador

Rara vez el tema de las diversidades ha sido tan pertinente, y con seguridad indispensable, como lo es ahora. *Ahora* es el tiempo de los finales; para algunos, del final. No hay foro en el que no se evoque esa posibilidad. Incluso los foros presidenciales, del tenor y del color que sean, lo tratan. Y cuando alguien refuta la idea, la platea no permanece en silencio. Las alarmas se prenden por doquier, en el mundo académico, en el campo de los activismos —los que conocíamos y los que florecen, como si siempre hubiera cabida para la primavera.

No es la primera vez.

¿Dónde comienza el mundo, dónde termina?

No hay que ir muy lejos para empezar a encontrar respuestas, pero sobre todo maneras de encarar la cuestión. El campo de la literatura, entre muchos, es uno de los sobresalientes. Vamos a pensar en Jorge Luis Borges, por ejemplo, para encontrar alguno de los modelos abismales que se esconden en estas interrogantes. El final imposible, el infinito. En *La Biblioteca de Babel*, Borges no se contenta con señalar el universo, en su aspecto sobrecogedor e imposible; mediante una vuelta que es como todo acto poético un enigma, Borges establece una metodología de la que no podemos escapar: el universo existe, el misterio de su inabarcabilidad y fuerza simbólica, porque somos lo que somos, aquí y ahora. Un siglo después, en Valeria Luiselli encontraremos que lo que sabemos no siempre

tuvo esta forma ni este propósito ni estuvo condicionado a estas ataduras. Luiselli, como otrora Juan Rulfo, que es el mejor de todos, revela los pasadizos que conectan en este mundo otros mundos, el de *Los ingrátidos*, por ejemplo, el de las estelas que a pesar de su existencia obsoleta nos siguen hablando desde el pasado, aunque a veces no queramos escucharles. En Paul Auster encontraremos la otra vertiente, la de la lengua, o su ausencia. La de la comunicación, o su ausencia. La del encuentro y del desencuentro con el otro, *lxs otrxs*. Auster no tiene empacho en imaginar, como si la literatura fuera un laboratorio, el punto en el que un ser humano habla o no habla, emprende o no el camino de la lengua. La audacia de Auster consiste no solo en colocar esa situación; Auster señala algo que es todavía más potente: el hecho de estar o no en *Relación es responsabilidad* de todos, de usted, de ella, de cualquiera. Si no levantamos el teléfono jamás sabremos quién está en el otro lado de la línea.⁵⁶ Y no es un hecho *natural*, la Relación no es un elemento adquirido, un *acquis*, es una decisión más o menos reflexiva; la Relación es una condición, pero también, una opción, y como tal, su desaparición es posible.

La Relación. ¿Dónde comienzan y dónde terminan las cosas? La verdad es que todo está unido, y por lo que sabemos, nadie flota en la nada, porque la nada no existe. Uno de los terrenos más nutritivos ahora es precisamente ese. Todo siente, todo dice, todo piensa. Los límites entre lo que llamábamos de lo racional y lo de lo irracional en este inicio de milenio también se van dibujando de otras formas, o desdibujando. En la década del 1930 Pablo Palacio, tal vez recordando a William Shakespeare, evoca la insurgencia del bosque. Los árboles toman posiciones, señalan desafíos; los árboles son capaces de la nostalgia y de la autocrítica

⁵⁶ Curiosa referencia tecno-espacial en el 2020. Esta imagen, que emerge de La Trilogía Neoyorkina antes referida, dicha hoy parece ciencia ficción. El tiempo pasa y no en vano.

(«somos nuestros peores enemigos», escribe), y eso que antes operaría como un artificio, o si quieren, como una alegoría, resulta que no, que tal vez no, que ese conjunto de arrayanes van, y no solo están.

En este contexto que es el nuestro, hablar del portugués y del español parecería casi un lugar común, pero no lo es. Lamentablemente no lo es. La Relación entre ambas geografías lingüísticas todavía es una Relación indecisa. Por ejemplo, desde donde escribo, el Ecuador, la ruta del Manaos, es decir la ruta que daría cuenta de una totalidad regional, sigue siendo una ruta irreal, conocida por unos cuantos, visitada por otros pocos, ignorada por los demás.

Conocemos poco de lo que acontece del otro lado de esa mancha verde que es (o fue) la Amazonia; las niñas y los niños de este lado apenas tienen oportunidades de descubrir la lengua de Pessoa y hay en el mundo universitario enormes dificultades para colocar programas que den cuenta de esa necesidad y de esa curiosidad. Los efectos son los que son, y no lo digo solo en términos de lo que sería la economía general sino en los que aquí nos atañen de manera más directa y que son los derechos culturales, que también se expresan en el campo económico, por cierto.

Hablar de esa Relación por lo tanto significa algo que supera ampliamente la idea del bilingüismo; hablar de esa Relación supone, en estos momentos, hablar de alguna manera de todas las Relaciones, o de todas las ausencias de Relaciones. En el fondo, se trata de hablar de las diferencias y de las diversidades, de lo que nos acerca en la diferencia y de lo que nos separa en la semejanza. (Estoy consciente que esta última frase parece y es equívoca y tal vez contradictoria, pero me parece justamente urgente volcarse por un momento en esa tensión.)

Hace tiempo, la agenda común aparecía ligada a una forma de leer el sistema de derechos humanos como un logro de justicia e igualdad. En términos generales todo

parece bien ahí. Con el tiempo, nos vamos dando cuenta de que no existe un sentido de «igualdad» *igual*, y que al final de cuentas hay igualdades que se vuelven más imperativas sobre otras formas de existencia, y que a posteriori eso significa que estamos dando a luz una sociedad global donde se imponen sentidos de «igualdad» más o menos valiosos. Alguien decía, y tal vez eso aclare en parte esta reflexión: «iguales pero diversos». El terreno de la homogenización se anuncia promisorio, como letanía del «Pare de sufrir» que se despliega como una plaga. En el terreno de la homogenización que se nos impone la sociedad funciona metafóricamente como supermercado que encontramos idéntico en la Ciudad de México, en Panamá City, en Asunción o en Tenerife. O en Ambato, en Ciudad Vitoria y hasta en Aguas Calientes, la ciudad más rara del mundo. No es tiempo de diversidades.

Las redes sociales, en especial las occidentales, se mueven empujadas por algo que se parece al número 1. En la Universidad de las Artes del Ecuador, en junio pasado, en el contexto de un encuentro sobre culturas y archipiélagos, uno de los expositores explicaba a la audiencia esa deriva. Una deriva alucinante hacia algo que no es la igualdad sino la pérdida de la singularidad; paradoja de estos tiempos, ya no somos nada, ni nadie, somos todos uno, un uno que no lo sabe. O seremos. Digamos seremos, para no caer en el pesimismo que nos mal-gobierna.

Lo digo así con Borges de nuevo en el entorno, pensando en ese laberinto en el que estamos. Y lo escribo aquí empujado por la idea de reconocer la existencia de diversas lenguas, no solo el castellano y el portugués, sino de paso todas las lenguas posibles, que nos habitan y nos extrañan. Quiero decir, de una manera elíptica y hasta risomática, que al señalar el diálogo entre estas dos vertientes lingüísticas/culturales/sociales, hacemos un gesto que es resistencia contra los absolutismos. Ese gesto, que reivindica

la Relación (la Relación entre los pueblos que las hablan, la Relación entre los mundos que los albergan...), vuelve a señalar el imperativo de la diferencia como motivo de la existencia.

Edouard Glissant recorre ese camino de manera pormenorizada en *El Discurso Antillano*, que opera como una poética de la resistencia, la del archipiélago. Esa poética, que es como un conjunto de puntos aislados, cifra lo que somos y señala algo que hoy por hoy resulta incluso problemático: la vida, tal como la conocemos, está en vilo, no sabemos adónde vamos e incluso si existe un futuro deseable.

Esta poética en el fondo vale como una metodología para celebrar la esperanza. Y la esperanza aquí está ligada a la idea de que es posible actuar ante los desafíos del mundo nuestro. De que es posible entender a los adolescentes que a lo largo del planeta, y no solo en los países del norte europeo, se preocupan por el futuro del planeta que es el suyo. De que es posible comprometerse con las causas de los movimientos sociales que luchan por los derechos de todas y todos, pero especialmente de todas, de las niñas y las jóvenes.

Esta «Conferencia Internacional de las Lenguas Portuguesa y Española» sucede en este contexto y no en otro y sería un error no considerarlo. Si sucediera en el siglo XIX tal vez habría servido para alentar suficientemente un estudio comparativo de las gramáticas y de los léxicos. Sucediendo en los inicios de este milenio, hay que valorarlo como la oportunidad de mejor comprendernos y no solo eso, como la oportunidad de mejor diseñar los problemas y las soluciones que se imponen. En otras palabras, no nos debería alarmar que una Conferencia de este calibre pueda ser objeto de reclamos de aquellos que creen, como otros creyeron desde el 1930, que había seres humanos que valían más que otros. No debería extrañarnos que esas ideas peligrosas aparezcan cuando celebremos alegremente la música

de Caetano Veloso, que es uno de los que más ha disfrutado de la diferencia que nos habita en el espacio pluricultural que es el nuestro.

Manuela Júdice

Casa da América Latina, Portugal

Qual a relação entre línguas e artes? Qual o seu lugar no desenvolvimento sustentável e nas indústrias culturais e criativas?

Minha pátria não é a língua portuguesa.

Nenhuma língua é a pátria.

*Minha pátria é a terra mole e peganhenta onde nasci
e o vento que sopra em Maceió.*

*São os caranguejos que correm na lama dos mangues
e o oceano cujas ondas continuam molhando os meus
pés quando sonho.*

Ledo Ivo, in *Minha Pátria*

Pode parecer provocatório começar, com esta epígrafe, a intervenção numa conferência intitulada «Ibero-América: Uma Comunidade, Duas Línguas Pluricêntricas» porém, eu não poderia fazê-lo de outro modo pois é com estes primeiros versos de Ledo Ivo que eu me identifico e desejo defini-lo, logo de início, em guisa de proclamação. A terra onde nasci, o oceano que a banha, as ondas e os sonhos são, sem nenhuma dúvida, a matéria de que é feita a minha língua, o português, uma língua que tem corpo, espessura, cheiro e música, a música das palavras. Virgílio Ferreira escreveu «da minha língua vê-se o mar...» e já ouvi Mário Cláudio afirmar num colóquio que da língua dele se vê o Marão. O oceano ou as montanhas, tudo faz parte da matéria da nossa língua.

Não sendo uma académica, mas sim tendo feito toda uma vida profissional como executiva, também não poderão esperar de mim um discurso teórico sobre o tema proposto para este painel: *Línguas, Artes e Culturas*. O que vos irei apresentar é um testemunho, uma breve viagem pelas experiências culturais em que tenho sido chamada a intervir, os seus objetivos, os conteúdos e os resultados obtidos.

Tradução de obras de autores portugueses

No que respeita a Literatura, Portugal tem visto crescer, desde os anos 80 do século xx, o interesse pelos nossos autores e pela tradução das suas obras. Este interesse pode dizer-se que se inicia com as traduções em França de Fernando Pessoa, num trabalho de divulgação junto de editores feito pelo então «Instituto Português do Livro», dirigido à época por António Alçada Batista, trabalho prosseguido por Eduardo Prado Coelho, conselheiro cultural junto da Embaixada de Portugal em Paris, a partir de meados dos anos 80. A dinâmica alcançada por este trabalho não deixou de se fazer sentir desde então, e autores como José Saramago, António Lobo Antunes, Lídia Jorge, António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Sophia de Melo Breyner Andersen e Nuno Júdice nunca mais deixaram de estar presentes nos catálogos das editoras em língua francesa e espanhola. Se tivermos em conta gerações mais novas, poderíamos falar de José Luís Peixoto, Dulce Maria Cardoso, Gonçalo M. Tavares e Afonso Cruz, por exemplo, autores que têm as portas abertas para a publicação das suas obras no estrangeiro. Mas neste campo Pessoa e Camões continuam imbatíveis.

A importância de autores lusófonos no contexto desta conferência não é tanto pelo valor das traduções e edições no estrangeiro, mas sim pelo trabalho que, como criadores, fazem com a língua portuguesa. É, por vezes, invocada a importância do português como língua para a poesia,

enquanto o alemão seria a língua da filosofia. Porém, o poeta brasileiro António Cícero tem uma interpretação interessante sobre esta asserção. Segundo António Cícero, é o facto de muitos dos grandes filósofos como Kant ou Hegel terem escrito em alemão que vem divulgar esta língua como língua da filosofia, enquanto é a grande poesia em língua portuguesa que determina que este idioma seja considerado uma língua da poesia.

Participação em Feiras do Livro

Outra componente na área da Literatura é a participação em feiras internacionais do livro. Portugal tem vindo a ser convidado, desde os anos 90 do século passado, a participar como «Convidado de Honra» ou como «País Tema» nas maiores e mais importantes Feiras do Livro do mundo. Em 1997, foi «País Tema» em Frankfurt, em 2018, «Convidado da Honra» em Guadalajara, e nestes 20 anos de intervalo contou com cerca de uma dezena de outras participações de destaque, entre as quais Paris (2000), Genebra e Barcelona em 2001, Turim em 2006, Belgrado, Bolonha e Madrid mais recentemente. A participação como convidado de destaque nestes certames não só permite uma chamada de atenção para os autores e os textos como determina a venda de direitos de tradução e edição, o que representa uma mais-valia cultural assinalável para o valor económico da língua portuguesa.

Não se pode deixar de referir a presença dos autores portugueses que são convidados a estar presentes e a intervir em todas estas feiras. Regularmente e sempre que possível são organizadas pelo Camões e/ou pela DGLAB, «embaixadas» de autores portugueses, mais ou menos numerosas, cuja participação nos eventos se tem revestido de grande interesse.

Se a participação de Portugal como convidado de Honra na FIL de Guadalajara foi considerada das mais

«impactantes» em muito se ficou a dever ao calor e à simpatia dos agentes culturais portugueses que lá foram, sejam eles escritores, músicos ou conferencistas e académicos. O esforço de aproximação ao público feito por eles foi determinante. E quando se critica a sua participação por terem muitas vezes recorrido ao «portunhol» nas suas intervenções, está-se a esquecer que esse recurso é a ferramenta que lhes permite chegar mais perto do público. Por alguma razão lá ouvi dizer que fomos os maiores porque à qualidade soubemos aliar *la calidez*.

Música

Quando falamos do português, da língua portuguesa, do valor que ele tem em termos culturais, temos de pensar imediatamente na música. De facto, a música do Brasil (do samba à bossa nova) e o fado (sobretudo desde que integra a lista de património cultural imaterial da UNESCO e o filme *Fados* de Carlos Saura foi, pode-se dizer, um embaixador da nossa candidatura) têm um papel preponderante no interesse e conseqüente difusão do português. Podemos dizer que esta área cultural tem conseguido fazer chegar o português aos pontos mais remotos do planeta.

A importância de Amália Rodrigues ou de Carmen Miranda no século xx e, mais recentemente, de Carlos do Carmo, Chico Buarque, Mariza, Maria Bethânia, Caetano Veloso, Camané, Gilberto Gil, Carminho, entre tantos outros, na comunicação da língua é indiscutível, pois através das suas interpretações a música em português tem percorrido o mundo e tem ajudado a criar interesse pelo nosso idioma.

Músicas popularizadas por Carmen Miranda foram e são mesmo ainda hoje utilizadas para aprender português como, por exemplo as marchinhas de carnaval. Carmen Miranda, que começou a ser conhecida na década de 30, tem canções como *Ta-Hí*, onde podemos encontrar rimas

fáceis para os alunos desde os primeiros anos do ensino básico ou para quem queira aprender português.

Outra música lindíssima, conhecida mundialmente e feita nessa época é *Aguarela do Brasil*. Ary Barroso compôs a canção, em 1939, sendo uma das músicas brasileiras que tem mais versões. Até Frank Sinatra não resistiu ao som e à bela letra de *Aguarela do Brasil*.

Ao preparar a participação de Portugal na Feira Internacional do Livro de Guadalajara, sabendo que teria de cumprir um programa que obrigava a nove dias de música na esplanada da Expo Guadalajara (lotação de 2000 pessoas) procurei que a presença da música portuguesa cobrisse vários géneros e que dialogasse com a música mexicana mas, acima de tudo, procurei que todas as obras cantadas por artistas portugueses o fossem no nosso idioma. Foi assim criado um programa que permitiu que em quatro dos nove espetáculos atuassem músicos portugueses e mexicanos sempre com um traço de união, uma relação entre eles. E foi assinalável, por exemplo, o impacto da atuação de Lilla Downs com Gil do Carmo, unidos pela música *Foi na Travessa da Palha* do filme de Carlos Saura, *Fados*, em que Lila Downs canta em português a canção imortalizada por Lucília do Carmo, avó de Gil. Nesse espetáculo não interpretaram a canção em português mas optaram por... fazer um dueto em espanhol.

Os Grammy Awards

Grammy Awards é uma cerimónia da «Academia Nacional de Artes e Ciências de Gravação» dos Estados Unidos, que premeia anualmente profissionais da indústria musical em reconhecimento da excelência do trabalho e conquistas na arte de produção musical, sendo considerado um dos maiores prémios na área da música, e é mesmo, muitas vezes, comparado ao Óscar. A Academia de Artes de Gravação, é a única associação a homenagear tanto o âmbito

artístico, quanto o técnico e ainda a excelência na indústria musical, não considerando as vendas de álbuns. A primeira cerimónia dos Grammy Awards foi realizada em 4 de maio de 1959 para homenagear as realizações musicais de artistas no ano anterior.

Com o objetivo de distinguir em particular a música latina, foi criado em 2000 o Latin Grammy Awards. Tal como na versão em língua inglesa, a versão latina do prémio tem diversos géneros, subdivididos em categorias como: gravação do ano, álbum do ano, música do ano, melhor artista revelação e o prémio de carreira.

Anteriormente existia a categoria «Brasileira» que, em 2016, foi renomeada para «Música em língua portuguesa». Entre as subcategorias dentro dessa estão: Melhor Álbum Pop Contemporâneo em Língua Portuguesa, Melhor Álbum de Rock em Língua Portuguesa, Melhor Álbum de Samba/Pagode, Melhor Álbum de MPB, Melhor Álbum de Música Sertaneja, Melhor Álbum de Música Regional ou de Raízes Brasileiras e Melhor Canção em Língua Portuguesa.

A criação em 2000 dos Grammy Latinos, que na categoria de prémio de carreira, já premiaram 14 intérpretes de canções em língua portuguesa, veio distinguir e dar visibilidade à música em português. Carlos do Carmo, em 2014, e José Cid, este ano, foram os dois portugueses que receberam este prémio, a par de Gal Costa, Milton Nascimento, Roberto Carlos e Ney Matogrosso, entre outros.

O prestígio deste prémio e a capacidade que ele tem de divulgar os premiados são de grande valia para a venda de direitos de reprodução, pelo que não se pode desconhecer o valor económico destes nossos «embaixadores da língua».

Muito se poderia ainda dizer sobre este tema, mas espero que me perdoem por esta minha apresentação, obviamente parcial e incompleta. Muito obrigada.

Deixo-vos com «Língua» de Caetano Veloso!

Pablo Platas Casteleiro

Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), España

Al anterior título «Lenguas, artes y cultura», me gustaría añadir un apellido más: comunidad. Esa comunidad de la que habla Pilar del Río, esa bella comunidad que hemos tenido la suerte de conformar entre tantas naciones, entre tantos hablantes; esa comunidad que nos une a través de dos idiomas: el español y el portugués. Estos idiomas no hacen sino ser el vehículo de dos culturas que se han convertido en múltiples culturas que, si se suman, forman hoy la comunidad iberoamericana, la comunidad lingüística hispanoportuguesa que va mucho más allá pues incorpora a todos los países africanos de lenguas portuguesa y española.

Decía Carlos Fuentes, hablando del español, que «es una lengua forjada por viajeros, andariegos e inmigrantes». Pienso que esta frase puede perfectamente trasladarse al portugués, ¿no es esta una de las razones por las que en los últimos meses hemos estado celebrando el 500 aniversario de la Circunnavegación? Esa hazaña de Portugal y de España que, de la mano, formaron lo que hoy a algunos les gusta decir que fue la primera globalización: unir el mundo en esos viajes capitaneados por Magallanes y Elcano, viajes de andariegos que formaron nuestros idiomas. El español y el portugués son el petróleo de esa gran comunidad, son nuestra principal fuerza, no debemos olvidarlo nunca. Son el vehículo de nuestra expresión.

Lo primero que me gustaría tratar es cuál es el vínculo entre lenguas y artes. A mi parecer, el español y el portugués

son lenguas de creatividad. Hablamos ambas lenguas como idiomas relacionados con la economía, la ciencia, el desarrollo, las culturas, las artes. Es imposible entender el arte si no está asociado a la maravilla de lenguas que tenemos la suerte de haber heredado. Son lenguas de creatividad, de innovación, de entendimiento. Han conformado dos comunidades que, unidas, crean belleza, crean comercio, crean industria. Nuestros idiomas son la mayor inteligencia colectiva que tenemos; el portugués y el español son nuestra mayor riqueza, debemos cuidarlos, debemos defenderlos.

Por otro lado, vuelvo al término de comunidad que mencioné anteriormente para precisar que se refiere a esa comunidad del Atlántico Sur de la que también habla Pilar del Río; esa comunidad que la filósofa y poeta Marifé Santiago definía hace poco en la Universidad de Aveiro como «Poéticas del Sur»: Saramago, Cela, Pessoa, Neruda, Octavio Paz... ¿serían quienes fueron sin ser parte de esa comunidad? Y esto no sólo se refleja en la literatura, ya que cuando hablamos del impacto de la utilización de una lengua en el arte, también debemos pensar en la obra de Tarsila do Amaral, de Ligia Clark, de Miró, de Wifredo Lam... ¿Habrían llegado a ser lo que son si no se hubiesen expresado esas lenguas, si no hubiesen heredado esas estructuras mentales que conllevan los idiomas? Si estos artistas no hubiesen estado conectados los unos a los otros en esa comunidad hispanoportuguesa con ese componente clave afrodescendiente que aportó la penetración de Portugal en el África Subsahariana, es muy difícil que esas artes plásticas hubiesen incorporado esas «Poéticas del Sur» si no hubiese sido de la mano de los idiomas.

Un ejemplo relacionado con lo anterior podría ser, en este caso, los Programas IBER. Éstos serían una buena plasmación de cómo se puede articular la cooperación dentro de la comunidad iberoamericana, de la misma forma que setenta años de trabajo de la OEI han hecho

un importantísimo trabajo para fomentar la cooperación a través de la educación y la cultura. En las reuniones de estos programas IBER hablamos en español y en portugués, nos entendemos, compartimos una misma visión de cómo deseamos que la cultura y las artes se desarrollen en nuestra comunidad.

Por otro lado, otro tema que se debería considerar aquí es el eventual efecto de las lenguas en la cohesión social. Conocer un idioma nos ayuda a sentirnos parte de una comunidad, una parte de un todo homogéneo. Pero, al mismo tiempo, existe el enorme riesgo del *asimilacionismo*, el monolingüismo, una homogeneización que muchas veces las políticas públicas intentan forzar de las poblaciones migrantes. Hoy en día, la comunidad hispanoportuguesa sigue siendo una comunidad de migrantes, emigrantes e inmigrantes. Todos buscamos la cohesión social, pero debemos recordar siempre la necesidad de defender la singularidad, la diversidad, las diferencias, el respeto a las lenguas originarias.

La AECID fue una de las primeras agencias de cooperación en el mundo en incorporar la cultura como un factor de desarrollo. Al hablar de desarrollo todos nos acercamos al mismo desde perspectivas fundamentales como el saneamiento, el agua, la salud pública; pero no debemos olvidar que la cultura, que el conocimiento de las lenguas, también contribuyen al desarrollo. En esa visión, por ejemplo, la Agencia tiene un programa de defensa de las lenguas indígenas, que busca la protección, defensa, reconocimiento, conservación y puesta en valor de las lenguas originarias.

La Agenda 2030 que regula nuestra vida (o al menos debería hacerlo en todos los ámbitos), no tiene un ODS adscrito a la cultura ni a los idiomas. Los menciona tangencialmente cuando dice que ha de evitarse cualquier tipo de discriminación por razón de sexo, religión lengua, pero no tiene un ODS claro. Sin embargo, podríamos inferir

que sí aparece en determinadas metas como, por ejemplo, cuando se habla de cómo la cultura construye ciudadanía, es decir, de la importancia de la cultura de paz. La cultura como concepto es algo que en los últimos treinta años ha ido evolucionando en lo que respecta a su definición. Antes, cultura se entendía como conjunto de disciplinas artísticas. Hoy hemos evolucionado y, hoy cultura es mucho más que las artes: es una forma de vida, unos valores, la cultura es hablar de Derechos Humanos. La cultura es hablar de igualdad de género, de tolerancia y de lucha contra la violencia.

Por último, me queda reflexionar sobre el impacto de las lenguas en las industrias culturales y creativas. Creo que el impacto es evidente cuando hablamos de comunidad: de una comunidad de unos 1.100 millones de consumidores de cultura, de expresiones artísticas. Configuramos un enorme mercado cultural con una gran riqueza, no solamente comercial, sino de desarrollo social. Lengua y cultura son desarrollo de las sociedades.

Antes de acabar, no quisiera dejar de mencionar dos pequeños programas en los que la AECID está trabajando y que reflejan bastante bien lo que he intentado transmitir a lo largo de este texto. Por un lado, está el de Formación de formadores de español. Éste, organizado junto con el Instituto Cervantes, consiste en organizar una serie de misiones académicas en las que hace, como su nombre indica, se forman a formadores de español como lengua extranjera en el África Subsahariana, un subcontinente en el que hay más de un millón y medio de estudiantes de español que no han recibido apoyo directo de los países de habla hispana. El otro programa es el de PROCULTURA, el cual está financiado por la Unión Europea y en el que, la AECID de la mano del Instituto Camões, buscan desarrollar el sector musical y escénico en los países de habla portuguesa.

Elena Vilardell

Programa Ibermedia

El cine es esa verdad que discurre 24 veces por segundo como quería Godard, encontró en América Latina, España y Portugal, formas de expresión que se acerca más al bolero, al tango, al cantejondo o al fado y también al melodrama y la telenovela y a los cronistas de Indias y a las novelas de García Marquez y Vargas Llosa o de Bolaño que a los «blockbuster» estadounidenses o a las comedias que aparecen dramas y los dramas que parecen involuntarias comedias del cine sueco, francés o japonés.

Iberoamérica tiene una forma de contar sus historias y ya en 1996, en una Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno celebrada en Margarita, Venezuela, se aprobó la creación del Programa Ibermedia.

Ibermedia para los que no lo conozcan, que la mayoría no lo conocerán, es un programa de estímulo a la coproducción de películas de ficción y documentales realizados en nuestra comunidad integrada por 21 países: Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Ecuador, España, Guatemala, Italia, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Portugal, Puerto Rico, República Dominicana Uruguay y Venezuela forman parte del Programa Ibermedia en estos momentos.

Nuestra misión es trabajar para la creación de un espacio visual iberoamericano por medio de ayudas financieras y a través de convocatorias que están abiertas a todos los productores independientes de cine de los países miembros de América Latina, España y Portugal y, recientemente incorporado, Italia.

Ibermedia promueve la excelencia del cine en la comunidad, contribuye a la realización de proyectos audiovisuales dirigidos al mercado, fomenta la integración en redes, de las empresas productoras para facilitar las coproducciones de ayuda a la formación continua de los profesionales de la producción y la gestión empresarial audiovisual a través de talleres, becas o seminarios, estimula la colaboración solidaria y a la utilización de nuevas tecnologías.

Desde que el logo apareció por primera vez en el año 1998 cuando dimos las primeras ayudas, hemos lanzado 27 convocatorias que nos han permitido apoyar a 787 proyectos de coproducción, contribuido a promocionar y exhibir 298 películas y otorgado 2842 becas de formación en todos los países de la comunidad. Evidentemente no entraron los 21 países al mismo tiempo, empezamos siendo 7 países, Portugal y Brasil formaban parte del programa desde el inicio y, a lo largo de estos años, han ido sumándose nuevos países. En total llevamos 93 millones de dólares gastados, invertidos en cine iberoamericano, lo que se ha traducido en más de dos mil proyectos beneficiados gracias al programa, más de quinientas películas estrenadas y ayuda indirecta para mil doscientas empresas y más de seis mil profesionales de la producción y gestión empresarial.

A través de sus películas, Ibermedia ha estado presente en los principales festivales de cine del mundo, como el de Berlín, Rotterdam, Cannes, La Habana, Los Ángeles, Mar del Plata, Huelva, Sundance, Toronto, San Sebastián, Tokio, Venecia, Nueva York, Valladolid, Bussan, Haifa o Calcuta. Además, varias de ellas, han sido nominadas al Oscar a la mejor película en lengua no inglesa, como la «Teta asustada» o «El abrazo de la serpiente», consiguiéndolo el año pasado con la película chilena, «Una mujer fantástica».

De Portugal podemos afirmar que coproduce con Brasil, lleva 20 años coproduciendo con Brasil y algo menos, bastante menos con España, siguiendo con el índice de visionado.

Respecto a Brasil es importante ver cómo le dio la vuelta a la relación que mantenían, su famosa endogamia, perdónenme por no utilizar una palabra más correcta, con Estados Unidos y empezó a ver que también existían otros países en América. Desde 2003 a 2005 lo empieza a intentar y en 2007 ya lo consigue, logrando apoyos para películas con Argentina, México y España. En 2009 logra su primer éxito con «Post-mortem» de Larrain con Chile y en 2012 con «La Playa» con Colombia. El paisaje que ha dejado Brasil es hermoso, ha apoyado a películas de forma minoritaria, pero todos los años desde 2009 ha tenido al menos un éxito con el que pasar a la historia del cine.

Respecto a Ibermedia Digital, es una plataforma de acceso a películas y material de apoyo. Es una herramienta educativa y pedagógica en la que el cine y los contenidos audiovisuales se convierten en un recurso favorito de gran valor. Esta plataforma ofrece películas procedentes de los 22 países iberoamericanos organizadas en contenidos vinculados a la educación, el aprendizaje, la cultura y que se encuentran adaptadas a metodologías y currículo implantados en los países iberoamericanos.

El cine y los contenidos audiovisuales son una herramienta crucial en la educación de nuestros jóvenes, forman parte ya de la curricula iberoamericana en todos los programas de estímulo y uso de tecnologías, las TICs en las aulas que está ya en fase de implantación.

Una de las primeras preguntas que debemos plantearnos es a quien va dirigido el proyecto Ibermedia Digital, su objetivo, así como el uso que le darán los usuarios. Nuestro público lo encontraremos en centros de secundaria, en los propios maestros y profesores y en las facultades universitarias de humanidades y ciencias jurídicas y económicas, principalmente y nos debemos adaptar a sus metodologías para serles útiles.

¿Por qué es necesaria Ibermedia Digital en educación secundaria y centros universitarios? Es incuestionable el impacto que tiene el cine en la enseñanza; crea una huella

positiva en la enseñanza y el aprendizaje, facilita el pensamiento crítico, la capacidad de análisis, mejora el trabajo en equipo, las habilidades de comunicación y la resolución de problemas. El cine estimula la inspiración y la motivación y mejora la experiencia del aprendizaje. El cine enriquece a los estudiantes y les facilita adquisición de las destrezas del siglo XXI.

Como instrumento para la enseñanza es necesario que Ibermedia Digital cuente con una estructura de contenidos que guíe tanto a profesores como a alumnos o a usuarios académicos interesados en descubrir el cine iberoamericano por ámbito educativo, temas, movimientos, fechas, momentos clave, vectores, directores, influencias de otras cinematografías, del arte, de la música, a utilizar el cine como recurso metodológico con ciclos atractivos que estén al servicio de la educación tanto para profesores como para estudiantes. Como decía Platón, todo aprendizaje tiene una base emocional y eso procura Ibermedia Digital.

¿Cómo se comporta el público en general a la hora de buscar un contenido en la web? La inmensa mayoría de las personas, independientemente de la edad o condicionantes socio-culturales, utiliza un buscador, normalmente Google para encontrar aquellos contenidos que quiere consumir *on line*. Esto presupone que sabe lo que busca o que alguien le ha recomendado qué buscar.

Sólo el público altamente especializado busca contenidos en una plataforma altamente especializada como la nuestra de forma autónoma porque presupone un conocimiento elevado de los contenidos. Si lo que queremos es hacer una labor de difusión amplia a público no especializado para dar a conocer nuestro cine, lo que necesitamos es encontrar qué aspectos de nuestros contenidos son interesantes y bien conocidos para nuestro público para hacer que éste se pueda mover con soltura dentro de la plataforma y halle contenidos adaptados a sus necesidades.

Ibermedia digital nació con el claro propósito de ser una herramienta para la educación, para ser usada en el ámbito pedagógico y académico y aportar la voz de la propia región en la formación de los jóvenes iberoamericanos.

Uno de los grandes desafíos de nuestra cinematografía es la distribución en países y el conocimiento compartido además de la fuerte competencia del cine norteamericano. Una vez definido el público y la dirección del proyecto, hemos dado formato a los contenidos. Para lograr nuestro objetivo se ha realizado una serie de mejoras en el enfoque del proyecto, en la propia plataforma web y en el modo de presentar los contenidos que ayuden a nuestro público a conocerlo mejor, a encontrarlo más fácilmente y a incorporarlo en sus claves y en sus conversaciones.

¿Cómo vamos a facilitar la interacción de nuestro público, maestros y profesores en primera instancia con la herramienta? Hemos sistematizado nuestros contenidos, películas y documentales en ciclos que contemplan temas que son impartidos en las aulas, además de proponer ciclos que ayuden a los maestros a dar sus clases. Hemos clasificado y etiquetado todas las películas según las materias en las que caben ser vistas para ilustrar conocimiento. Los temas principales que abordan, el lugar o región en qué tiene lugar la acción y la época en la que se desarrolla. Salimos de la lógica de «cine club» donde la ficha técnica y el género tienen todo el peso para pasar a una visión pedagógica del cine, donde la narrativa, los temas que trata y las ideas que muestra, son lo determinante.

Vamos a entender mejor esto con el ejemplo del buscador por filtros que hemos incorporado en la página de entrada, clasificado por ambiente educativo, temática, lugar y época. En ámbito educativo, tendremos antropología, historia, política, medio ambiente, filosofía, arte o comunicación. En la temática: tenemos abusos, adolescencia, biografías, corrupción, danza, desigualdad, racismo. Lugar: Argentina, Bolivia, Chile...; época: años 20', 30', 400... De este modo, quien entra

a la plataforma puede buscar fácilmente por temas o por materias, por lugares y regiones donde discurre la acción y/o por época sin que necesite un conocimiento previo de cada una de las películas.

Los resultados de las búsquedas se realizarán según los criterios marcados y también en función de un algoritmo que sugerirá películas que, aunque no cumplan todos los criterios seleccionados, se acerquen a ellos, de modo que enriquezca la búsqueda del docente. En fases subsiguientes, Ibermedia Digital permitirá a los maestros crear sus propios ciclos y enriquecer los itinerarios formativos. Los usuarios son instituciones no universitarias públicas y privadas, educación secundaria, escuelas profesionales, escuelas de adultos, colectivos, mujeres, instituciones de acogida, refugios de menores y mayores, instituciones correctivas o penitenciarias, organizaciones y asociaciones comunitarias y comunales, educación popular, bibliotecas y mediatecas de las instituciones independientes, instituciones universitarias o de educación superior, facultades de letras y humanidades, facultades de ciencias económicas y jurídicas, escuelas de negocio, bibliotecas y mediatecas universitarias.

Todo esto ¿cómo lo estamos financiando? Hemos intentado captar los usuarios de uno en uno, la verdad es que es una labor ingente y que no puede dar resultados visibles en corto plazo. Es un trabajo importante que no se va a abandonar y, a tal efecto, venimos desarrollando una labor de captación de patrocinios con grandes fundaciones privadas vinculadas a la universidad y a la innovación en la educación y también hemos propuesto a los ministerios de educación y de juventud de los países iberoamericanos su participación en los costes a cambio de incluir en la plataforma, sus centros en la plataforma. El precio será proporcional al número de centros y alumnos y permitirá a los estados proveer el material audiovisual legal a las aulas que ya están equipando con pantallas.

Pilar del Rio

Presidenta

Fundação José Saramago, Portugal

Digo mãe, digo madre

Digo pão, digo pan

Digo irmão, digo hermano

Digo solidariedade, digo solidaridad

Digo alegria, digo alegría

Digo pátria, digo patria

Digo lição, digo lección

Digo vontade, digo voluntad

Digo amor, digo amor

Digo razão, digo razón

Digo mulher, digo mujer

Digo livro, digo libro

Digo tiempo, mar, terra, luz, noite, filho, ética, responsabilidade y sabemos todos de que hablamos.

No quiero lusoparlantes hablando español. Quiero castellanoparlantes entendiendo el portugués en todo su esplendor, con la riqueza que mujeres y hombres le aportaron a lo largo de los siglos y aportan ahora, porque los idiomas crecen si las sociedades están vivas. De lo contrario, pudiera ocurrir que los idiomas fueran muriendo, por eso, para evitar ese colapso, estamos aquí reunidos, así que gracias Secretario, gracias Ana Paula por habernos convocado en Lisboa.

Decía que portugués y español somos dos idiomas como los primeros y de eso venimos hablando estos dos días. Desde el respeto por otros idiomas, desde la seguridad de que merece la pena cuidar el patrimonio común, llevándolo lo más lejos posible y, sobre todo, lo más hondo que podamos. «La lengua eres tú mismo». Gracias Javier López por recordarnos lo que oíste en Chiapas y aquí se ha ensalzado. La lengua eres tú mismo. Somos la lengua que hablamos.

Con palabras nos interpretamos a nosotros mismos. Oímos –y descodificamos– la desesperación del *Guernica* de Picasso, los suspiros de *Las tres gracias* de Rubens, las conversaciones de los aldeanos de Brueghel, los gritos de las batallas de tantas obras y de tantos pintores. Para interpretar el arte, se haya creado cerca o lejos, aquí o allí, usamos nuestro idioma, entendemos desde nuestra sensibilidad. Bach suma con nuestras palabras, Beethoven necesita oírnos, aunque el pobre nos oiga mal, y para hacer la historia crítica del pensamiento oficial se necesita poseer un idioma poderoso. Como para escribir las obras literarias más hermosas y definitivas, las que ya se escribieron, las que se están escribiendo, las que esperan ser escritas.

Un idioma poderoso, decía. He venido aquí para defender la importancia de la lengua madre de cada uno. Como estamos hablando de portugués y español, hablo de estos dos idiomas, sin olvidar, claro está, otras lenguas que conviven con el portugués y el español en los mismos ámbitos, ya sea en el continente africano, en América o en España, que es país de plurilingüismo.

He venido, decía, para defender la importancia de la lengua madre. Absolutamente. Y lo hago porque defiende el plurilingüismo y porque ayer aprendí un concepto que me llenó de gozo: «*Iberofonía*». La Iberofonía es transoceánica, acoge o se realiza en Iberoamérica, en parte de África, en Portugal y en España. Estos dos idiomas, español y portugués, portugués y español, no se pueden pervertir (aunque a veces haya que hacerlo o hayamos tenido que hacerlo) en el odioso «portuñol». Tienen que mantenerse grandes, independientes, autónomos, brillantes, deben ser conocidos y entendidos en su esplendor, porque son dos idiomas de comunicación y de conocimiento, tienen demasiada poesía dentro, demasiadas ideas y vida para ser reducidos a unas cuantas frases. Rechazo la degeneración del portuñol, no sólo por vocación, también, y sobre todo, por irritación. Y porque sé que hay males que tienen remedio.

Les recuerdo el proyecto que Umberto Eco expuso hace años y que ayer nos trajo tan sabiamente el profesor Darío Villanueva, una solución posible para evitar la tentación. Resumo, leyendo textualmente al profesor Darío Villanueva:

«Umberto Eco propone otro mito apócrifo, consistente en que para los europeos la lengua madre no fuese una sola lengua, similar al esperanto o al volapük, o a una lengua única como pudo haber sido el latín, sino el conjunto de todas las que hablamos en nuestro continente. Pero no propone ni la adopción de un solo idioma vehicular ni el triunfo de un poliglotismo exacerbado. Genera otro mito, esta vez rigurosamente contemporáneo. Una Europa de ciudadanos, que, hablando en su propia lengua, fuesen, sin embargo, capaces de entenderse suficientemente, o de entender suficientemente al otro».

Eco, que era un maestro y un provocador, no podría pensar que nos íbamos a entender en una asamblea hablando unos húngaro, otros finlandés, otros albanos otros inglés. Eco, que anunció esta provocación pensando en Europa, no llegó a saber que tal vez se podría realizar en algún lugar del mundo porque mil millones de personas, o mil cien millones según se dijo ayer, podremos entendernos en nuestros idiomas respectivos, cada uno el suyo. Lusoparlantes y castellano parlantes podemos compartir foros, familias, arte, viajes y hasta camas hablando cada uno su idioma, sin corromperlo y sin humillarlo.

¿Qué tenemos que hacer para qué así sea? ¿Estudiar el idioma del otro? Seamos realistas, eso no va a pasar, el español o el portugués no serán nunca el primer idioma ni en Argentina, Portugal, Brasil, México o España. No, ese lugar lo ocupa el inglés, que para eso ganó la guerra. Y, aunque ahora pueda parecer algo mortecino en la Unión Europea con el asunto Brexit, ya verán como resucita. El inglés es el primer idioma.

Se plantea entonces la cuestión clave: si no se está estudiando y es necesario que se entienda quienes forman una

clara comunidad, algo habrá que inventar. Pues sí, será necesario poner en marcha dispositivos fuertes y posibles, grandes como los sueños y los mejores proyectos para vencer estos obstáculos. Existen estos dispositivos, tienen nombre y su realización podría ser tan interesante como los Programas Erasmus, aunque con una dimensión mayor, generalizada, atenta, empezando por los más jóvenes. Se trata de campañas de inmersión lingüística. Insisto, inmersión lingüística: los alumnos pueden, con muy poca convivencia, descodificar el otro idioma, entenderlo, ser capaces de aprender el significado de otras culturas. La sociedad dispone de medios, habiendo voluntad política y empresarial, para que sus miembros oigan y entiendan el otro idioma y se acerquen a la otra cultura con el respeto de lo que está por descubrir, no de lo banalizado.

Excursiones de alumnos, convivencias ibéricas, intercambios musicales, programas en común en las escuelas: con muy poco, se podría provocar una inmersión de tal forma que los alumnos, sin necesidad de hablar el otro idioma, consigan entender lo que se dice y, además, se acerquen a la cultura de la que el otro procede. Así, unos y otros se expresarán en su lengua, con todos los matices y posibilidades, no usando solo tres verbos conjugados en tiempos extraños que tanto hieren y que acaban reduciendo la posibilidad de expresión y, quién sabe, reduciendo la capacidad de pensar. Mejor no intentarlo.

Campañas de inmersión lingüística, decía. A lo largo de mi vida de periodista he cubierto cumbres de jefes de estado y de gobierno de España y Portugal, también Iberoamericanas, y todos los años se anunciaba como gran logro que «el portugués o el español se va a estudiar en siete institutos...». Al año siguiente se afirmaba lo mismo, así una y otra vez, sin nunca concretar número de alumnos y con qué resultados. La realidad era que el portugués o el español se ofrecían como segundo idioma pero la mayoría elegía como segunda

lengua el francés o el alemán. Si hubiéramos podido hacer, con imaginación y con voluntad, otra norma académica, la fluidez entre los dos idiomas estaría asegurada. En Iberoamérica y en la península ibérica

Hay que darle al otro la posibilidad de ser desde su propio idioma. Se llama respeto. Quiero oír a un portugués decir «mãe», «democracia» y «copo de água». El esfuerzo no lo va a hacer el portugués que habla tratando de poner el acento en el sitio adecuado, lo tiene que hacer el oyente para entender y respetar a quien tiene enfrente y le habla en un idioma cercano. Insisto, tenemos el derecho a expresarnos, a usar nuestra lengua y el deber de entender a los otros, siendo, como es, posible entre estos dos idiomas, basta poner atención y algo de tiempo. Tenemos el deber de instruirnos –es fundamental– no para ser nosotros individualmente más sólidos, sino para que la sociedad entera sea más sabia, más libre y para que los vientos de la locura no hagan de nosotros, los ciudadanos, payasos o seres resignados, indiferentes o llenos de miedo.

Termino. Somos una comunidad con dos idiomas oficiales y otros muchos más, ya se ha dicho, tanto en América, en África o en España, que nos dan personalidad y riqueza. Las otras lenguas, de las que se ha hablado en la anterior mesa, existen como existe el lado oculto de la luna. Durante demasiado tiempo, nos lo decía el compañero de México, las lenguas originarias no se quisieron ver, no formaban parte del poder ni de la academia. Sin embargo, esas lenguas, el lado oculto de la luna, existen, solo los necios lo negaban. Ahora sabemos que esas potencias tienen que emerger y estar en pie de igual con los idiomas de comunicación que son, en Iberoamérica, el portugués y el español. Y desde las instituciones, desde lo oficial, se debe explicitar el respeto por esas otras lenguas originarias, tantas, tan completas y que dan lecciones de una fraternidad que nosotros, los fuertes, fuimos perdiendo, tal vez porque asumimos un eurocentrismo colonial hoy ya afortunadamente desvalorizado.

Estamos en el Atlántico Sur. Tal vez ha llegado la hora de avanzar en un proyecto que fue soñado en Portugal por alguien que ya no está entre nosotros aunque sí su idea, que como una jangada de piedra va y bien por el mar que tanto nos une como separa. Si la Cuenca Cultural del Mediterráneo se agotó, tal vez haya llegado la hora de pensar en la Cuenca Cultural del Atlántico Sur. La Cuenca Cultural del Atlántico Sur para proyectar ideas, cultura, comercio, intercambio y riqueza desde un espacio que engloba a África, América y Europa. El valor la Cuenca Cultural del Atlántico Sur rescataría países y ciudadanos para una comunidad distinta, sin hegemonías colonizadoras, con capacidad para expresarse conjuntamente con una voz y dos idiomas en el concierto mundial, ése que está en reconstrucción y tanto necesita de agentes nuevos para no ser este desgaste de guerras e intervenciones.

Esta comunidad que habla portugués y español va a estar integrada en muy poco tiempo por mil millones de seres humanos, cuerpos y espíritus ansiosos, aspirantes a las parcelas de felicidad personal que se construyen con las manos y la sensibilidad. Nos miramos, nos leemos, nos comprendemos. Hablamos dos idiomas que nos ayudan a ser un colectivo abierto, que el resto del mundo también tiene que entender. Trabajemos en eso, hay que ser ambiciosos no para dar la vuelta al mundo sino para estar en el mundo con una marca forjada en el tiempo, culturalmente decidida en la actualidad. Es posible. No se puede renunciar a la capacidad de ser sujeto activo si nos interesan los hombres y las mujeres con quienes compartimos tiempo –tempo– y vida. Y porque compartimos espacio e idiomas somos más valiosos, como una mesa puesta que espera y que cada día se renueva.

Si la política falla, está la cultura. Y tenemos dos idiomas globales para ser en el mundo lo que el mundo necesita y lo sabemos. No perdamos tiempo.

Lázaro Rodríguez

Grupo de Especialistas da UNESCO para a governança da cultura
Cuba/Panamá

Conclusiones y Recomendaciones

Buenas tardes. Este panel buscó responder a las preguntas: ¿Cuál es el rol que tiene las lenguas y su conexión con el arte y la cultura? ¿Cómo contribuyen a la cohesión social y al pensamiento crítico? Y ¿cuál es su lugar en el desarrollo sostenible en las industrias culturales y creativas?

El arte ha servido como herramienta de protesta, pero también como herramienta de propuesta. El arte ha servido para contar allí donde las lenguas no alcanzan. Este panel fue muy interesante, no solo por la diversidad cultural de los ponentes, pero también en la diversidad de sus temas.

Manuela Júdice habló desde el punto de vista de la literatura y la música sobre las medidas políticas de traducciones y qué impacto tienen en la participación en ferias y acciones exteriores en diversas instituciones portuguesas coordinadas. Habló también sobre el valor económico de la lengua portuguesa y sobre el valor del portugués como herramienta de cercanía de intercomprensión.

Pilar del Río habló del valor de la diversidad desde un enfoque sobre las lenguas madres asumiendo el potencial de intercomprensión entre la comunidad lingüística española y portuguesa. Al remarcar el aporte de las lenguas para sociedades vivas para encontrar sentido y remarcar el papel de la lengua para escuchar, para entender, para mantener la vida y la lengua viva. También hizo una firme defensa de la lengua madre y del plurilingüismo. Portugués y español

que tienen que mantenerse grandes, auténticas, brillantes y autónomas. Son idiomas con demasiada poesía. Para eso, del Río hace una campaña de inmersión lingüística a través de la música, la literatura y otras expresiones artísticas para poner en valor la autenticidad de la lengua. Sugiere evitar los híbridos como el portugués.

Elena Vilardell se enfocó en la experiencia de cooperación cultural de Ibermedia e Ibermedia Digital como plataformas de promoción de la creación dirigida al mercado que es sobre todo regional. Ibermedia e Ibermedia Digital hacen del cine un instrumento de creación de comunidad productiva a partir de esa comunidad creativa Iberoamericana. Habló también de la importancia de esa herramienta de formación educativa aprovechando los formatos digitales para sacar las películas de cine y festivales y ponerlas en las aulas, las casas y otros espacios educativos. Habló de la incidencia del cine iberoamericano en otros espacios de la industria global.

Pablo Platas representa la Agencia Española de Cooperación Internacional que tuvo una de las primeras estrategias de cultura y desarrollo mucho antes de la Agenda 2030. Eso hizo que hubiera un esfuerzo muy importante de tratar las políticas públicas alrededor de la cultura y las artes como ejes de transformación social.

Este panel ha presentado una historia común de la región iberoamericana, de la diversidad que se expresa en la diversidad lingüística como instrumento de cooperación. Se visualizan el portugués y el español como una plataforma de intercomprensión que sirve, de alguna manera, para fortalecer la economía creativa como un factor de desarrollo sostenible.

De cara a la elaboración del Plan de Acción de la CILPE 2019, me permito algunas preguntas para ampliar el debate:

- ¿Para qué sirven las lenguas?
- ¿A quién le sirve su uso correcto?

- ¿Quién y quienes pueden establecer cómo y cuándo se usa la lengua en situaciones creativas, de comunicación si, en fin, entenderse, es resolver conflictos?
- Si las lenguas se ven como organismos vivos, ¿se replican o se reproducen? Si se reproducen, ¿sería el «portuñol», lengua de frontera que sirven para la vida?
- ¿En nombre de quien estamos hablando? y, sobre todo, ¿para qué estamos hablando hoy de las lenguas? ¿Para qué serviría?

Aprovechando que 2019 fue Año Internacional de las Lenguas Indígenas, es importante reflexionar sobre cuál es el rol que tiene las lenguas en la consecución de la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible. Es verdad que no hay un Objetivo «18» del campo cultural, sin embargo, podemos ver que tenemos 17 maneras de ver el rol interdependiente de la cultura en el desarrollo sostenible. Por ejemplo:

Desde el punto de vista de la pobreza y la inclusión y la vida sana, ¿Cuál es el rol que tienen las competencias lingüísticas para la superación de la pobreza? Eso vincula a varios ODS – 1, 2, 4, educación inclusiva. A ello, le agregamos el tema de género y la mejora de las competencias lingüísticas como oportunidades educativas para empoderar a las mujeres y a las niñas.

El fin del hambre, la seguridad alimentaria y la mejora de la nutrición tiene relación con las lenguas porque el acto de comer tiene un «sentido de comer» y ese sentido pasa por la lengua como expresión cultural.

¿Cuál es el rol que tiene las expresiones culturales a través de las lenguas española y portuguesa para sensibilizar sobre temas claves como la disponibilidad de agua, el acceso a energía limpia o los procesos de modernización?

El rol de las lenguas será fundamental para promover crecimiento económico sostenido, inclusivo, sostenible, sobre todo, utilizando las lenguas para ampliar la

coproducción y la cooperación en toda la cadena de valor porque no solamente se trata de la difusión cultural o de la internacionalización, sino también de otros procesos de la cadena de valor ampliada.

2021 fue declarado «Año Internacional de Economía Creativa para Desarrollo Sostenible», lo cual es una enorme oportunidad para la comunidad iberoamericana para pensar estas cuestiones en la lógica de Agenda 2030 que permita la aceleración de su implementación. ¿Cuál es la huella de carbono de las lenguas? ¿Cuál es el impacto de las publicaciones? ¿Cómo el consumo editorial en nuestras lenguas impacta la diversidad? Las lenguas no son productos o servicios, son expresiones culturales de una cosmovisión, de unas políticas culturales de la vida. Su rol en la sensibilización sobre el cambio climático es fundamental.

En la construcción de la paz y justicia, las lenguas no son solamente espacios románticos de diálogo intercultural, sino también una expresión del conflicto. Lo cual nos lleva al tema de cómo encontramos las palabras de comprensión y las palabras que nos ofenden, que nos distancian, que nos excluyen. Hay un rol importante en la construcción de sociedades pacíficas e incluyentes con activar el potencial transformador de las lenguas.

Las lenguas, la cultura, incluidas las expresiones artísticas serán fundamentales para la construcción de alianzas estratégicas no solamente en organismos multilaterales, pero también entre personas que se basan en la construcción de confianza, la empatía y el pensamiento crítico. Ojalá el español y el portugués, y ¿por qué no el portuñol?, nos sirva para esto.

CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL
DAS LÍNGUAS
PORTUGUESA
E ESPANHOLA
UMA COMUNIDADE,
DUAS LÍNGUAS
PLURICÊNTRICAS





Conferência Final
Conferencia Final

Nélida Piñon

Escritora, Brasil

A península ibérica é um espetáculo. Do fundo do meu teatro brasileiro, assisto Lope de Vega criar em ambas as línguas, em espanhol e em português.

Neste palco comum a tantos, em que as tábuas rangem sob os passos da humanidade, Espanha e Portugal, instalados em meu ser, saciaram-me a imaginação, formaram meu imaginário. Ungida, pois, por estes países, bebo das águas do Tejo, que é Tajo, e do Douro, que é Duero, e ainda as do Atlântico que vence o Finisterre, a costa da morte, as escarpas afiladas do cabo de São Vicente, até o Brasil, ao qual chegou o canário José de Anchieta.

Seduzida pelas artimanhas desta faixa de terra que suas literaturas registram, recolho os sons de ambas as línguas que abasteceram a sensibilidade do mundo.

Seus saberes levaram-me a visitar seus universos urbanos e rurais enaltecidos em prosa e verso. Suas arquiteturas sob forma de mosteiros, catedrais, sobrados, casas de palhoça. Edificações que evocam os fluxos migratórios dos celtas, dos suevos, dos visigodos, dos romanos, dos mouros, que se implantaram em suas correntes sanguíneas.

Cedo vinculei-me à este solo ibérico que enlaçou o profano e o sagrado, graças à família galega que ao se radicar no Brasil, sob o risco da alma vestir-se de luto, transmitiu-me os efeitos benéficos de uma dualidade cultural. Fez-me detentora das duas culturas, capaz assim de absorver de uma delas o que me oferecia de melhor, sem repudiar a outra.

O espanhol integrou-se à casa, em Vila Isabel, desde o berço. Mas séculos antes, por força de uma trama histórica tendente a constituir-se de mil fios narrativos, esse idioma esteve no Brasil como que à espera da minha família. Isto devendo-se ao mistério que tangencia o percurso das ocorrências humanas, quando o rei Dom Sebastião, de Portugal, em 1578, obedecendo à audácia marítima dos portugueses, empreendeu nova campanha expansionista em Alcácer-Quibir, onde veio a falecer sem deixar herdeiros diretos. À sua morte sucedeu-se profunda melancolia popular, e determinou que a coroa lusa, de que o Brasil fazia parte, passasse a pertencer à Espanha de Felipe II, seu tio. Dessas inesperadas injunções advindo a fusão do império filipino, e a língua espanhola, com a vida portuguesa e brasileira, formando-se a União Latina. Um convívio que se prolongou de 1580 a 1640, tempo suficiente para Espanha espargir signos no palimpsesto brasileiro. Uma influência que, conquanto difícil de filtrar, impregnou as fundações brasileiras com seu arsenal mítico, sua semântica, sua psique, seus interstícios recônditos. Com aquela matéria, enfim, que faculta à cultura romper as fronteiras do pensamento e dos sentimentos.

A intensa presença do castelhano em Portugal da época, suscitou que estudiosos, com excessivo exagero, julgassem estar ocorrendo no país luso um certo bilinguismo. Um fenômeno cultural e poético que só viria a esmorecer bem mais tarde.

Assim, ainda naquele século, Lisboa ostentava em seu cetro cultural, em meio à disputas políticas e querelas estéticas, acentuada atração pelo uso do espanhol, tido então como língua de prestígio. Uma adoção talvez justificada pela fascinante vizinhança de Espanha, a qual pediam emprestado o seu talento verbal. Como resultado, passou a desfilar na corte, não distante do Tejo, os nomes de Calderón de la Barca, Garcilaso de la Vega, Miguel de Cervantes.

A desfrutarem todos do direito de fazer do castelhano língua própria. Um fato a ocorrer estranhamente quando existiam em Portugal criadores da magnitude inexcelsível dos geniais Luís de Camões e Gil Vicente.

As cortinas da minha memória abrem-se para Espanha e Portugal desfilarem seu cortejo artístico e linguístico. Ambos países trazendo em seu fulcro inestimável patrimônio criativo conjugado com irresistível imaginação. Sua apurada índole civilizatória condizendo com a sentença de Terêncio de que nada do humano seria estranho aos dois países.

Ligados territorialmente, vizinhos por tantas razões, Espanha e Portugal agregam e subtraem um do outro preciosa herança. Ao contar um a própria história, narra a do outro também. E ao se concederem um legado benigno e mortífero ao mesmo tempo, nutrem-se com a noção de que suas culturas são igualmente insidiosas e de raro esplendor, e respondem em uníssono pelo que somos.

A cartografia registra que a estreita faixa de terra, a partir da fronteira com França, enclausura esta península ibérica que, em distintos momentos de alto teor histórico, inaugurou o mundo, e o dominou. E aliou-se à formação ibero-americana, fazendo infiltrar sua natureza na ancestralidade continental.

Desde o leite da mãe fui orientada de que havia em mim, através da provisão do sangue, da memória e da língua, uma matriz civilizatória constituída por Portugal e Espanha. Suas línguas traziam-me fonemas, axiomas do tipo Abre-te Sésamo, versículos bíblicos, abonos metafóricos, figuras retóricas para crentes e incrédulos, vocábulos poéticos e escatológicos, louvações dominicanas e cistercienses. A reforçarem aflições, euforias, desavenças. Quando então a fala, à deriva, sem dono, de construção refinada e grosseira, recusa expurgar o que é riqueza, defende os ruídos vindos dos seres e dos bichos, enfim do caos humano. Sem se furtar de lapidar o que escrutina o coração. Pois nestes

idiomas, submersos na abundância e na miséria, refugiaram-se funâmbulos, cortesãos, alfacinhas, anacoretas, poetas, seres das odisséias, dos que fazem o verbo latejar.

Estas línguas afirmam que nenhum incunábulo, manuscrito, documento, precioso inventário do passado, caso se tenha perdido, não impediu que o escopo das duas línguas afirmasse quem somos. Sua fala e sua escrita conservaram em seus escaninhos, nas páginas amareladas, a vocação andarilha do verbo, da obra humana.

Estas línguas ibéricas, que são fartas, cedem-nos o verbo quando nos vemos coagidos a confessar pecados e a fazer juras de amor. Um legado, portanto, a dar crédito ao que provem da fonte da vida. Dos ecos poéticos, dos mitos, da verve, da fantasia.

A psique ibérica dotou-nos de uma linguagem humanitária. Ajustou na nossa consciência em trânsito e em formação o discurso teológico, pagão, inquisitorial, utópico. Ora incurso na barbárie, ora no advento civilizatório. Mas sempre sob a égide da humanidade da língua.

Por sua vez a iconografia peninsular, presente na ágora social, nos gabinetes do poder, no touro sacrificado na arena, enriquece as páginas literárias e o jargão popular. Seus enredos, pejados de emoção e de representação, refletem o transcurso do espírito crítico ibérico.

Mas o que sabemos nós da gênese de uma aventura vivida desde tempos imemoriais, sob o beneplácito do fogo inaugural, que afinal converteu-se em verbo encarregado de exprimir a gama de sentimentos que abateu sobre este fascinante universo ibérico?

PREZADOS AMIGOS

Sei que lhes falo de um promontório sob os auspícios da linguagem do Brasil. Minha, por todos os títulos. De sua altitude simbólica vislumbro o desenrolar da história pretérita e presente do mundo ibérico. Com simulada exatidão,

adoto seus timbres e coloraturas, a música e a dança, e aspiro fazer sua exegese.

A efígie ibérica, que são vários perfis acoplados, constituiu-se de bárbaros e de múltiplas greis que disseminavam e pregavam mandamentos belicosos e sublimes que, em mútuas alianças, confluíam de amanheceres e de crepúsculos que os deuses codificavam. Daqueles povos, enfim, que em contínuos deslocamentos territoriais acrescentavam ao esqueleto ibérico os pedaços que lhe faltavam. A fim de se reconhecerem filhos de todas as irradiações étnicas. Dos celtas, suevos, visigodos, árabes, gregos, latinos, das hordas vindas dos Pirineus, das beiras do Mediterrâneo, das colunas de Hércules.

Contudo, para rastrear esta genealogia a que estamos atrelados, haveria de ir ao encaixe dos traços fenícios, gregos, cartagineses, hebreus, de Adão e Eva. A emaranhada argamassa étnica que nos formou em meio à violência, à discórdia, aos acordos espúrios, às descobertas. E questionar, como exercício especulativo, que grupos faltaram na composição deste ser ibérico ao longo da tessitura da paixão humana. Assim aventemos hipóteses sobre o abraço encontro entre bárbaros e civilizados, de cuja fermentação fáustica resultou suas produções humanas. Uma civilização aprimorada enquanto derramava sangue e tecia a policrômica luminosidade da poesia.

Tais alicerces, porém, mediante as influências dos desbravadores, moldaram o gênio latino ibérico. Como os visigodos, por exemplo, cujo apego à paisagem, bordejando as margens das geografias urbanas, das aldeias, transmitiram um empedernido individualismo.

Também os ilusórios celtas, cujos druidas, de imaginário reluzente, adoravam árvores e as cercavam com aura de um erotismo místico. Enquanto respondiam por um entroncamento étnico-cultural que consolidou singular temperamento, como o amor à solidão, à iconoclastia, à

imaginação exaltada, à atração por apelos mágicos, transcendentes. Povos, no entanto, que guardaram dos romanos a língua, a lei, a filosofia calcada nos gregos.

Estas culturas ibéricas, de marca arcaica, repartiram-se entre o estoicismo romano, as filigranas árabes, a teologia judaica, e o ascetismo cristão. Vertentes que romperam limites e foram posteriormente exportadas para as Américas.

Estas manifestações, em face das novas realidades que reverberavam, repercutiam os efeitos do iluminismo que pedia a favor de outra ordem social e intelectual. Capaz, esse imperativo do século XVIII, de desequilibrar a balança da justiça e das causas públicas. Mas acaso tal diagnóstico ausculta e interpreta a retaguarda do mundo?

Somos filhos da língua lusa. Travamos a batalha do verbo. Ao pronunciarmos suas sentenças, sob a guarda dos escritores, captamos a cada despertar o cintilar do timbre sensível e universal do coração.

Esta língua de arcabouço profundo, esta língua fez-se simplória e polissêmica, lírica e erótica, escatológica e espiritual, coletiva e individual. De intensa carnalidade, seu *corpus* vernacular sobressaiu-se ao alvorecer da fala.

Esta língua enfrentou o continente americano, e o Brasil a preservou. Não se absteve de arregimentar vocábulos inovadores em busca da sua soberania. Visionária para os brasileiros sôfregos e apaixonados, a língua cumpriu a rota da grandeza sob o fervor e a luz da arte. Sempre atenta ao que provinha das brechas anímicas e geográficas, esta língua amadureceu e prestou-se à majestade do povo. Ciente de que em cada palavra encerrava-se a equação da poesia humana.

AMIGOS,

Converso com Deus em português, assim como Carlos V, do Sacro Império, admitia falar com o Senhor em espanhol.

A língua lusa acolhe-me no epicentro da vida. Facilita-me o trânsito pelas vias secretas dos sentimentos, dá abrigo às lições do amor, aos impropérios, às traições, enquanto ordena o caos do qual emerge minha escritura.

Originária do povo, a língua não se rende nem a Deus, quando muito cede-lhe o léxico. E suas palavras, que tergiversam, afirmam, negam, e turvam os sentidos, aceitam afinal o que o humano faz dela. No entanto, a língua tem paisagem, por sinal lírica e dramática. À serviço da arte, suas peripécias e alaridos sintáticos deslumbram-nos. Ela ensina-nos a entender o sopro divino de Camões, a burilar o que jaz no âmago do verbo.

Penso na língua lusa e humanizo-me. Narro com seu opulento léxico. Ela fez de mim quem sou. E na condição de brasileira, realço o advento desta língua no meu país. Reverencio assim o instante em que a frota portuguesa reunida em Lisboa no dia 8 de março de 1500, diante do rei D. Manuel para as despedidas finais, tornou o Brasil luso parlante. Uma armada aquela de treze naus ancoradas no Tejo, formada de homens desajeitados, pouco afeitos às boas maneiras, mal dissimulando a pressa de zarpar com seus barcos para as terras que suspeitavam existir abaixo do Equador. Tendo à frente da tripulação Pedro Álvares Cabral. Imersos todos no sonho voraz, feito de ouro e terras.

Pouco sabemos desta fria manhã em que o monarca, encapuçado com a lã e a melancolia, suspirou pelo ouro e pela glória que eram devidos a Portugal. Embora se presume que aqueles ávidos marinheiros acreditavam que as terras por haverem seriam em breve palco de suas representações históricas, o teatro da realidade que se transferia de Lisboa, capital do reino, para outro espaço territorial.

Impulsionados pelas correntes alísias e pela certeza do Brasil, ainda sem nome, existir em alguma parte, as caravelas deixaram a Europa para trás.

Uma viagem cheia de incertezas, até o dia em que da proa, onde se acotovelavam, enxergaram terra firme. Tinham à frente uma paisagem de contundente beleza, a lhes ferir os olhos que ainda guardavam na lembrança os sobrados lisboetas pregados nas sete colinas, e as aldeias fincadas como cabras nas montanhas do norte.

Embora inicialmente alvoroçados, esses portugueses viram-se em seguida escravos de sentimentos confusos. Como se constituísse um fardo pisar a América pela primeira vez. A ponto de alguns se sentirem febris, com calafrios, ao enfiarem as botas na praia, como prenúncio decerto das delícias e dos obstáculos de que seriam vítimas a partir daquela data.

Ninguém atentou ao nome do primeiro português a pôr os pés no Brasil. Se viera ele do Algarve, com sinais visíveis no olhar e na pele de que os ancestrais oraram em direção à Meca. Ou do Minho, perto de Galícia, um celta portanto, herdeiro de lendas e da inerente propriedade de narrar. Ou se era um desses suevos, de índole pastoril, dado a contemplações enquanto as ovelhas fabricavam o leite do queijo da Serra da Estrela. Ou ainda se teria ele sangue visigodo, de uma grei aguerrida, que varreu a Europa no curso da história.

E enquanto a primeira missa era rezada em latim, os marinheiros, desatentos com Deus, não perdiam de vista as ancas das índias de feições asiáticas, e portadoras de atavios singulares.

As novas terras exigiam rever o sistema vocabular, a fim de nomear com propriedade a visão que tinham á frente, próxima do paraíso terreal, o Eldorado.

Urgia batizar a realidade, designar o onírico e o real, o arcaico e o que lhes parecia inaugural. Provocar na prática a riqueza e a plasticidade da língua que jamais lhes falhara com seus amplos recursos poéticos. E tanto assim era que Pero Vaz de Caminha, escriba do rei, de imediato se pôs a

descrever a paisagem, pautando o relato – o primeiro documento, por sinal, da historiografia brasileira, espécie de certificado de batismo – com matizes e meticulosa noção do outro tempo americano.

Mas, para surpresa dos barbudos portugueses, as palavras chegavam-lhes tímidas. O idioma não correspondia com presteza à obrigação de descrever aquele estranho rincão.

Foi quando um velho marinheiro sugeriu que se inspirassem na singeleza, na afetividade, na algaravia da língua. Logo aprenderiam a lidar com as inovações, a fantasia inerente à América, com o que fosse de obscura tessitura.

O conselho tão providencial surtiu efeito. Em poucos dias a língua, sem renunciar à tradição consubstanciada no uso secular, bebeu do cálice da modernidade, optou pelo gerúndio, tempo que acelerava o movimento. Em breve as frases rejuvenesciam, ganharam sentido tão perturbador que o corpo, ao pronunciá-las, era tomado de intensa volúpia. Um sopro inovador que implantava de vez a língua portuguesa no Brasil, dotando-a de alentos e dobradiças que iriam no futuro afetar a fala dos brasileiros.

Não tardou para o português tornar-se hegemônico no Brasil, captando com raro engenho a produção verbal do humano.

Sob o impacto da criação literária, a língua, temperada pelos habitantes que se aventuraram pelo coração verbal, propiciou incursões ao pensamento, a transgressão criativa, acelerou os instantes constitutivos da nação.

Em mãos nativas, o idioma medrou, embelezou-se. Instaurou no cotidiano linguístico a versão sincrética do cotidiano, o ritual que abraçava as substâncias étnicas e religiosas. O país mestiço.

A cultura da língua mostrou-se indiferente às estéticas depuradoras, à limpeza de sangue. Prontamente conciliou palavras de extração popular, de assimetrias recentes, com

as etimologias clássicas, com a tradição que consagrava redutos poéticos, prerrogativas mestiças. Aquela linhagem civilizatória enfim que deixava o coração brasileiro falar.

O arrebatamento inventivo do povo, mesmo iletrado, esteve presente na criação fundacional de Gregório de Matos, de José de Alencar, de Machado de Assis. Deu margem a que a matéria inconsútil que subsiste nas culturas antigas, e que pisaram o solo inicial do mundo, estivesse também no Brasil. Sem este comparecimento enfraquecer os substratos linguísticos, psíquicos, étnicos, das genealogias autóctones. De modo a não haver clamorosas lacunas na memória brasileira, não sofresse ela do nefasto sentimento do vazio.

O português prontamente harmonizou-se com o espírito popular. O Brasil não desafinava ao falar, ao pensar, ao inventar. Com a língua o país perscruta o que subjaz na vida. E a civilização que afinal aflorou é o que o Brasil é na cozinha, na cama, no espaço público. Fabrica nos grotões profundos e entristecidos sua humanidade.

Há cinco séculos que esta língua, de necessitados e sonhadores, seduz e mitiga a sede do Brasil. Guarda ainda hoje na retina o retrato esmaecido de D. Manuel a acenar com o lenço de rendas de Bruxelas para as treze naus a caminho do Brasil.



Encerramento Clausura



Mariano Jabonero

Secretário Geral da OEI

Buenas tardes a todos, boa tarde.

Es el momento de la clausura de este acto y para ello tengo el honor de estar acompañado por el Sr. Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, Presidente del INEP de Brasil y por el Excmo. Sr. Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, Doutor Augusto Santos Silva.

Por mi parte, únicamente llega el momento de lo más grato que es agradecer a todos aquellos que han hecho posible esta iniciativa que, tal como le comentaba hace un momento al Sr. Ministro, él tiene que ver de manera notable, con que esto ocurra. En su momento fue, digamos, una propuesta que él hizo.

Nosotros, por parte nuestra, en este momento de cierre, queremos agradecer a los 44 palestrantes, coordinadores y relatores que contribuyeron para que esta conferencia tuviese el alto nivel que deseamos.

Las importantes aportaciones en cada una de las temáticas, el valor de las lenguas, la economía, intersección de las lenguas con las competencias educativas, la sociedad digital o el plurilingüismo, la relación entre arte, cultura y lengua, ponen el valor la riqueza de las contribuciones para el Plan de Acción del Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa de la OEI. Hoy anunciamos que nos encontramos en próximas convocatorias para el siguiente año en encuentros sobre diferentes temáticas.

Valoramos también el impulso que el Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa tendrá a partir de esta conferencia.

Agradecemos al equipo de la OEI de Portugal, a Ana Paula Laborinho, y en la Secretaría General de la OEI, a Ivana de Siqueira, quienes trabajaron varios meses para organizar esta conferencia.

Y también, de manera muy efusiva, al Gobierno de Portugal, al de Brasil y al de España por el apoyo que han prestado en todo momento. Y así, también, a la Fundación Gulbenkian, por la hospitalidad que nos ha ofrecido para la realización de este encuentro aquí en Lisboa.

Sin más, por mi parte, paso la palabra, en primer lugar, al Sr. Director del INEPI que tendrá el gusto de decir unas palabras para todos ustedes.

Alexandre Ribeiro Pereira Lopes

Presidente

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educaionais Anísio Teixeira (INEP)

É uma honra para mim representar o Brasil no encerramento desta Conferência Internacional de Línguas Portuguesa e Espanhola, que reafirma o tipo de parcerias que mantemos com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura – OEI, a qual cumprimento pela realização deste evento.

A Conferência foi uma excelente oportunidade para identificarmos a importância de trabalharmos juntos para a afirmação das línguas portuguesa e espanhola como expressão de nossos povos e em parcerias, que sabemos, transcendem as relações linguísticas e de cooperação na área educacional e impactam significativamente os países na sua via social, cultural e econômica.

Destaco a importância de sermos uma comunidade, como nós vimos aqui. Temos orgulho de pertencer à comunidade luso-espanhola, orgulho de nossos ancestrais, orgulho do que nós construímos fora da península ibérica, mas, ao mesmo tempo, sentimos a ameaça em relação ao nosso bilinguismo, como foi colocado aqui mais cedo por uma conferencista. É triste ter que chegar para um amigo de origem espanhola e ter que conversar com ele em inglês. Então, realmente, percebemos que somos uma potência do ponto de vista de expressão mundial, com as nossas afinidades culturais, mas também temos que trabalhar juntos,

como temos feito, como foi muito produtivo, ao longo desses dois dias, para que esse potencial se transforme em realidade.

Nossa participação integra o esforço que o governo brasileiro vem empreendendo em ações internacionais importantes como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Nós, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educaionais Anísio Teixeira – INEP, implementamos o Celpe-Bras no Brasil, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, realizando provas em 78 postos aplicadores no mundo e, somente em 2019, alcançamos 11 266 participantes.

Além disso, outro importante projeto do INEP, que quero destacar nesse momento, é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que com parcerias de instituições superiores portuguesas tem permitido com que os alunos brasileiros tenham o seu ingresso facilitado no ensino superior de Portugal. Nós já temos 47 acordos firmados, cinco deles firmados esta semana, aqui, em Lisboa, 20 por cento deles firmados em 2019.

Nós já iniciamos as tratativas junto à Embaixada da Espanha no Brasil, para estender essa parceria ao governo da Espanha, para que, no futuro, os alunos que saírem do ensino médio no Brasil possam ingressar em Instituições de Ensino Superior Espanholas e, com isso, facilitar ainda mais o intercâmbio, a comunicação e a mobilidade dos estudantes brasileiros.

Por fim, gostaria de convidar os membros dos países presentes para visitar o INEP, em Brasília, capital do Brasil, para que conheçam mais de perto nossas ações e possibilidades de cooperação técnica, para transferência de tecnologia em elaboração, aplicação e divulgação de resultados de exames, avaliações, pesquisas educacionais e levantamentos estatísticos como o Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior.

Quero agradecer aos conferencistas que nos antecederam e também aos demais presentes participantes da CILPE 2019 pelas reflexões, muito profundas. Com toda certeza, iniciativas como esta não apenas fortalecem a comunidade dos países de línguas portuguesa e espanhola, como também contribuem para expandir cada vez mais o intercâmbio de experiências e o debate educacional na comunidade internacional, a meu ver o melhor caminho para a consolidação de uma sociedade do conhecimento e de uma comunidade científica regional voltada ao desenvolvimento e à cooperação efetiva entre as nações.

Augusto Santos Silva

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros,
Portugal

Do ponto de vista de quem tem temporariamente responsabilidades na condução da política externa de Portugal, se me pergunto quais são os recursos fundamentais da influência global de um país como Portugal – mas poderia perguntar também a propósito do Brasil, da Espanha, da Argentina, da França, entre outros países – não demoro muito a colocar a língua na lista mais restrita dos recursos mais importantes.

A língua é, de facto, um dos recursos, uma das traves-mestras da influência que um país como Portugal, e tantos outros, pode projetar no mundo. Pode ser considerado o seu *soft power*.

A língua portuguesa está entre as mais faladas no mundo, é a mais falada no hemisfério sul e é também uma das línguas que mais vai crescendo em número de falantes. E esse é, portanto, um ponto de partida muito importante: pensarmos que um dos recursos fundamentais da nossa influência, da nossa projeção internacional, é um recurso que nos é tão próprio e que se situa tão no âmago da nossa identidade, como é a língua que falamos. Mas, quando partimos deste ponto de partida, rapidamente percebemos que, se a língua é um recurso muito importante da nossa influência global, ela só o é – no caso da língua portuguesa, como no caso da língua espanhola – como um recurso não exclusivamente nosso, mas como um recurso que nós partilhamos com o outro.

Esta língua, que é tão importante para a nossa projeção internacional, é uma língua que há muito tempo, felizmente, deixou de ser nossa, deixou de ser nosso exclusivo. É um recurso que partilhamos com outras nações. Partilhamos com as nações nas quais é a língua materna, como é o caso do Brasil ou de São Tomé e Príncipe; partilhamos com as nações em que é uma das línguas maternas, como é o caso de Angola, de Moçambique ou de Cabo Verde; partilhamos com nações em que, para além de ser língua materna, é também a língua veicular, como no caso de Moçambique, é a língua que quase todos compreendem e quase todos utilizam quando têm de comunicar entre si, tendo diferentes línguas maternas, é a língua da administração, da escola, dos negócios, da comunicação internacional; ou é uma das línguas oficiais de países ou de regiões dentro de países, como é o caso da Região Especial de Macau.

E, portanto, se, ponto um, a língua é um recurso muito nosso, um recurso básico nosso, ela só é um recurso básico nosso na medida em que não é exclusivamente nosso e o partilhamos com outros povos. E quando pensamos em política externa, na qual procuramos comunicar, interagir com outros, concertar as nossas posições, defender os nossos interesses, tanto quanto possível em colaboração com os outros e compreendendo os respetivos interesses, o facto de a nossa língua não ser apenas nossa é uma vantagem.

Mas não ficamos por aqui. Um outro ponto ainda mais importante: se a língua é um recurso fundamental nosso e é nosso também porque é um recurso que partilhamos com os outros, a língua é um convite a cultivar a proximidade com outras línguas. E, se Wittgenstein tinha razão e «a linguagem é o limite do meu mundo», o convite é para expandirmos os limites do nosso mundo cultivando a relação com outras línguas, começando exatamente pelas línguas vizinhas: pelas línguas que são vizinhas porque são

derivadas da mesma raiz e pelas línguas que são vizinhas porque, se nós lermos ou se falarmos devagar, ou se metermos no meio das nossas frases palavras da outra língua que são um pouco mais estranhas para nós, rapidamente conseguimos o que julgo que os especialistas continuam a chamar intercompreensão linguística. Isto é o que eu estou agora a fazer, falando devagar em português, sabendo que os hispano-falantes aqui presentes me compreendem se eu falar devagar. E se não disser «embarçado», porque isso quer dizer outra coisa e poderiam ficar surpreendidos por eu me considerar «embarzado». E se usar algumas palavras mais distintas, por exemplo «*desarrollo*» se quiser dizer «desenvolvimento» e não propriamente o ato de tirar a rolha de uma garrafa.

Estes elementos parecem-me ser absolutamente essenciais quando olhamos para aquilo que é o mais essencial numa língua, que é pensarmos (pensamos numa língua e linguisticamente), exprimirmo-nos e comunicarmos com os outros interpretando o mundo, agindo no mundo e estabelecendo relações no mundo, num «aqui» qualquer, com outros.

Língua: recurso fundamental, recurso partilhado por muitos e recurso que nos serve, também, para desenvolver relações de vizinhança com outras línguas. Estou a dizer isto apenas para explicar o enorme sentido que tem o programa de trabalhos que esta conferência integra. Esse programa de trabalhos é, em primeiro lugar, definido politicamente (palavra que uso no sentido positivo).

Quando constituímos a Conferência Ibero-Americana, isto é, quando aproveitando a experiência que já vem há setenta anos atrás da fundação da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, criámos uma organização multilateral, reunindo hoje três países da Europa e, se não me falha a memória, dezanove da América Latina na Conferência Ibero-Americana. Quando

criámos essa organização, colocámos nos seus estatutos em lugar de destaque uma responsabilidade de todos, e essa responsabilidade é garantir no nosso sistema de ensino o acesso à outra língua que não a nossa. A Conferência Ibero-Americana é uma conferência de duas línguas – o espanhol e o português – e cada um dos membros da Conferência Ibero-Americana tem essa responsabilidade de procurar assegurar que a outra língua – o espanhol, sendo países como Portugal ou o Brasil, ou o português, sendo países hispano-falantes – seja acessível no seu sistema de ensino para aqueles que a quiserem frequentar.

E entendemos que esse acesso pode ser cultivado de forma a que o espanhol ou o português sejam línguas estrangeiras, opções curriculares no ensino básico ou secundário de cada país, mas também criando possibilidades de haver educação nas duas línguas ao mesmo tempo, educação bilingue.

Um dos atos, se não o ato mais importante desta conferência, foi a comunicação pelo Secretário-Geral da OEI da fundação de dez escolas bilingues em que o ensino é ao mesmo tempo garantido em espanhol e em português. Há também experiências bilingues muito importantes na América Latina, designadamente no Uruguai, no Brasil e noutros países e, por isso mesmo, nós procuramos cumprir essa responsabilidade que assumimos voluntariamente, de fazer da Conferência Ibero-Americana uma organização comum, e para fazer dela uma organização comum, ela tem que cultivar e desenvolver as duas línguas, para que – para além de o português ser um recurso partilhado pelos países lusófonos, para além de o espanhol ser um recurso partilhado pelos países hispano-falantes – o português e o espanhol, em conjunto, possam ser um recurso partilhado por todos.

Isto aumenta o nosso potencial – seremos hoje por volta de 800 milhões de residentes neste espaço ibero-americano – e também aumenta a nossa capacidade de interagirmos

com outras línguas. Isto que é, digamos, a «poesia» (palavra que também uso no sentido positivo do termo, não conheço, aliás, sentido negativo) da nossa conferência, tem depois, como toda a poesia, consequências muito práticas, muito diretas e muito exigentes.

Vou fazer, naturalmente, o exercício apenas do lado do Estado português: nós temos uma quádrupla responsabilidade. Em primeiro lugar, a responsabilidade de garantir ensino em português, de língua portuguesa, de história e geografia portuguesas às comunidades portuguesas e lusodiscendentes espalhadas pelo mundo. Neste momento, em dezassete países diferentes, de quatro continentes, temos estruturas de ensino básico e secundário que garantem ensino de português a essas comunidades, aos seus filhos, aos seus netos, e em muitos casos também já aos seus bisnetos e tetranetos.

Temos uma segunda responsabilidade que é incentivar os países que integram o português como língua estrangeira curricular nas respetivas escolas secundárias. Neste momento, há 33 países no mundo que têm português como língua estrangeira opcional nas suas escolas secundárias com incentivos do Estado português.

Temos uma terceira responsabilidade que é apoiar as universidades, escolas superiores, escolas de língua e organizações internacionais que oferecem estudos portugueses de nível superior aos seus estudantes. Temos neste momento leitorados, cátedras ou protocolos de colaboração com universidades em 74 países diferentes do mundo, de todos os continentes.

E estas responsabilidades são muito importantes: garantir aos portugueses residentes no estrangeiro o seu direito de terem os filhos escolarizados também em português, apoiar os países que têm português no ensino secundário e apoiar as universidades e instituições semelhantes que têm estudos portugueses no ensino superior.

E todas estas responsabilidades assumimo-las com a consciência de que o português não é uma língua apenas nossa. E, portanto, temos todo o gosto, todo o prazer e todo o benefício no facto de nas escolas da nossa rede de português no ensino estrangeiro na Holanda estarem também meninos cabo-verdianos, nos Estados Unidos estarem também meninos brasileiros, no Luxemburgo estarem também meninos guineenses, e o mesmo suceder com os meninos portugueses em escolas de outros países.

Temos também todo o gosto – fazemos, aliás, questão disso – de os estudos superiores, chamados estudos portugueses ou de língua portuguesa, serem sempre entendidos como estudos das culturas de língua portuguesa e estudos das literaturas de língua portuguesa. E, como ainda agora vimos nesta sessão, a promoção da língua tem de ser, ao mesmo tempo, a promoção da cultura e, em particular, dessa forma cultural tão ligada à língua que é a literatura.

E, por isso, sempre que participamos nas feiras do livro, o nosso Instituto Camões faz questão, e bem, de trazer autores lusófonos, isto é, autores de outros países, que não apenas Portugal, de língua portuguesa. Isto é muito importante para assegurar a projeção da língua, mas isto só se consegue realmente com uma quarta responsabilidade.

E a quarta responsabilidade é exatamente trabalharmos ao nível multilateral com outros países, para a promoção da nossa língua comum ou das nossas línguas comuns. Fazemo-lo, no que diz respeito à língua comum, no âmbito do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que é, digamos assim, sem militarismo, o «braço armado» da CPLP para a língua, e Portugal este ano fará mais uma contribuição extraordinária para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa para apoiar a investigação-ação em português, e fazemo-lo justamente no contexto da OEI e da Conferência Ibero-Americana em geral, no sentido da promoção

conjunta do português e do espanhol, da língua portuguesa e da língua espanhola.

Esta conferência realiza-se ela própria, também, no âmbito das comemorações conjuntas da Viagem de Circum-Navegação e é muito importante assinalá-lo porque a viagem de circum-navegação iniciada por Fernão de Magalhães e completada por Sebastián Elcano foi a viagem que, enquanto abria mundos, fazia ver ao mundo que o mundo era só um, percorrível como tal.

Da mesma forma que as línguas nos mostram mundos, mostram-nos também que a nossa humanidade é só uma e que é dentro dessa humanidade que cabem todas as línguas e todas as culturas. E por isso mesmo este trabalho conjunto, multilateral, de promoção das nossas línguas comuns, é muito importante.

Quando cultivamos as relações de vizinhança, cultivamos também as relações de mestiçagem e quando cultivamos as relações de mestiçagem enriquecemos o que somos e conseguimos superar as diferenças, porque rapidamente percebemos que as diferenças são inventadas e que o que nos une é muito mais importante do que aquilo que nos separa. E quando cultivamos as relações de mestiçagem estamos a enriquecer as nossas línguas: a língua portuguesa seria muito mais pobre sem a Clarice Lispector, como a língua espanhola seria muito mais pobre sem o Jorge Luis Borges ou outros.

Por isso mesmo nesta conferência falamos de escolas, de ensino, falamos de literatura e de cultura, mas falamos também desta vontade política que é a nossa, de desenvolver uma organização multilateral em que todos nos podemos rever – a Conferência Ibero-Americana –, afirmar o espaço ibero-americano como um espaço comum e um dos grandes espaços do mundo de hoje e assim poder contribuir para que as pessoas, falando entre si de forma a que se

compreendam, e lendo as poesias uns dos outros, se entendam muito melhor e, portanto, façam o mundo avançar.

Galeria de fotos
Galeria de fotos



Boas-vindas, Câmara Municipal de Lisboa
Cocktail de bienvenidas, Câmara Municipal
de Lisboa

Jantar Oficial, Teatro Thalia
Cena Oficial, Teatro Thalia





Momento de Fado. Momento del Fado



**Entrega do III Prémio
Ibero-Americano de Educação em Direitos
Humanos Óscar Arnulfo
Entrega del III Premio Iberoamericano de
Educación en Derechos Humanos Óscar Arnulfo**



Receção na Embaixada de Espanha
Recepción en la Embajada de España



Biografias

Biografias



Mariano Jabonero

Secretário-Geral, Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

Nació en San Martín de Valdeiglesias, Madrid. 1953.

Licenciado en Filosofía y en Ciencias de la Educación por la Universidad Complutense de Madrid. Desempeñó puestos de nivel técnico en el Ministerio de Educación, tales como titulado superior e inspector de Educación en Barcelona y Madrid y, posteriormente, de alta dirección también en el Ministerio de Educación español.

Es profesor en la Facultad de Educación de la Universidad Complutense y autor de numerosos artículos, conferencias y textos, especialmente referidos a la educación y a Iberoamérica.

En diferentes momentos, y con distintos programas, ha trabajado en todos los países iberoamericanos, y ha residido en varios de ellos como consultor o experto de UNESCO, PNUD, OEA y OEI.

Asimismo, ha sido director de Educación de la Fundación Santillana llevando a cabo numerosas iniciativas de cooperación educativa con UNESCO, UNICEF y gobiernos de la región.

Entre 2003 y 2010 fue director general de la OEI.

Cuenta con numerosos reconocimientos por su dedicación a la educación y la cultura, entre ellos, la Orden de Alfonso X El Sabio.



Guilherme d'Oliveira Martins

Administrador Executivo, Fundação Calouste Gulbenkian

É Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian (desde 16 de novembro de 2015).

Preside ao Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos (desde 31-08-2016); Preside ao Grande Conselho / Conselho das Artes do Centro Nacional de Cultura; É Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; Membro efetivo da Academia de Marinha; Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História; Professor Catedrático Convidado da Universidade Lusíada de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Exerceu as funções de Presidente do Centro Nacional de Cultura (2002-2016), do Tribunal de Contas (2005-2015), do Conselho de Prevenção da Corrupção (2008-2015), da EUROSAI – Organização das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da Europa (2011-2014) e do Comité de Contacto dos Presidentes das Instituições Superiores de Controlo da União Europeia (2011-2012); Auditor Geral da Assembleia da UEO – União Europeia Ocidental (2008-2011); Ministro da Presidência (2000-2002), das Finanças (2001-2002) e da Educação (1999-2000); Secretário de Estado da Administração Educativa (1995-1999); Deputado à Assembleia da República (1980-1985, 1991-1995, reeleito em 1995, 1999, 2002-2005); Vice-Presidente da Comissão Nacional da UNESCO (1988-1994).

Foi Presidente da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1985-1995); e Presidente do Steering Committee do Conselho da Europa que elaborou a Convenção de Faro sobre o valor do Património Cultural na sociedade contemporânea (Faro, 27 de outubro de 2005).



Francisco Ribeiro Telles

Secretário Executivo, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Embaixador plenipotenciário da República Portuguesa, nasceu em 1953, em Lisboa.

Licenciado em História, pela Universidade Clássica de Lisboa, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (MNE), em 1983.

No percurso profissional, foi Adjunto do Gabinete do Primeiro-Ministro, Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Consultor e Assessor para as Relações Internacionais da Casa Civil do Presidente da República Portuguesa, e esteve na Missão Permanente de Portugal junto da ONU.

Foi Ministro-Conselheiro na Embaixada de Portugal em Madrid, entre 1999 e 2002.

Desde então, foi Embaixador de Portugal em Cabo Verde, Angola, Brasil e Itália.

Eleito Secretário Executivo da CPLP pela XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, assumiu funções em janeiro de 2019.



Rebeca Grynspan

Secretária-Geral

Nasceu em São José da Costa Rica, em 1955.

Eleita por unanimidade Secretária Geral Ibero-americana na Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores celebrada na Cidade do México, em 24 de fevereiro de 2014. Iniciou o seu mandato em 1 de abril do mesmo ano, o qual foi renovado em 2018 por mais quatro anos. Em 2010 foi eleita Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas (ONU) e Administradora Associada do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Entre 2006 e 2010 foi Diretora Regional para a América Latina e Caraíbas do PNUD.

Entre 1994 e 1998 foi Vice-Presidente da Costa Rica. Desempenhou também funções governativas no seu país como Ministra da Habitação, Ministra Coordenadora dos Assuntos Económicos e Sociais e Vice-Ministra das Finanças.

Foi ainda membro do Painel de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento, criado pelo então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, em 2001.

Reconhecida defensora do desenvolvimento humano, contribuiu para chamar a atenção do mundo e da América Latina para temas importantes como a redução da desigualdade e da pobreza, a igualdade de género, a cooperação Sul-Sul enquanto instrumento para o desenvolvimento e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre outros.

Em 2014 e 2015 foi eleita como um dos 50 intelectuais mais influentes da América Latina. Em 2017 recebeu o Reconhecimento de Excelência Forbes e o Governo de Espanha concedeu-lhe a Grã-Cruz da Ordem Civil de Afonso X, o Sábio.

Rebeca Grynspan é licenciada em Economia pela Universidade da Costa Rica e Master em Economia pela Universidade de Sussex, tendo recebido doutoramentos *Honoris Causa* pela Universidade de Salamanca, pela Universidade da Extremadura e pela Universidade Europeia em reconhecimento da sua trajetória profissional.



Márcia Donner Abreu

Secretária de Comunicação e Cultura, Ministério das Relações Exteriores, Brasil

A embaixadora Márcia Donner Abreu é Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, com pós-graduação em Desenvolvimento pelo Institut Universitaire d'Etudes du Développement e em Direito Internacional pelo Graduate Institute of International Studies, ambos em Genebra. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1986.

Brasília, trabalhou com temas de meio ambiente, negociações comerciais em serviços e negociações extrarregionais do MERCOSUL.

No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington, (1991-1995 e 2001-2005), Montevidéu (1995-1997) e Pequim (2005-2007). Ocupou também os cargos de Delegada Permanente Adjunta do Brasil na UNESCO (2009-2011) e de Representante Permanente Adjunta do Brasil na Organização Mundial do Comércio (2012-2018).

Foi embaixadora do Brasil no Cazaquistão, Turcomenistão e Quirguistão entre julho e dezembro de 2018.

Regressou ao Brasil para integrar a equipe do Chanceler Ernesto Araújo como Secretária de Comunicação e Cultura a partir de janeiro de 2019. Nasceu em Florianópolis, em 1961. Tem uma filha.



Alejandro Tiana Ferrer

Ministerio de Educación y Formación Profesional, España

Licenciado y doctor en Filosofía y Letras (Pedagogía) por la Universidad Complutense de Madrid. Catedrático de Universidad del área de Teoría e Historia de la Educación.

Rector de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) (2013-2018). Director General del Centro de Altos Estudios Universitarios de la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) (2008-2012). Secretario General de Educación del Ministerio de Educación y Ciencia de España (2004-2008). Director General de Innovación y Desarrollo de la OEI (2003-2004). Vicerrector de Innovación y Evaluación de la UNED (1999-2003).

Director del Instituto Nacional de Calidad y Evaluación (INCE) del Ministerio de Educación y Ciencia de España (1994-1996). Director del Centro de Investigación, Documentación y Evaluación (CIDE) del Ministerio de Educación y Ciencia de España (1989-1994). Director del Instituto de Ciencias de la Educación (ICE) de la UNED (1983-1988). Profesor de EGB en el Colegio Siglo XXI de Madrid (1974-1980).

Ha trabajado con organizaciones internacionales (UNESCO, OCDE, Banco Mundial, OEI, BID, ALECSO) y ha sido miembro de comisiones nacionales de Francia, Portugal, Marruecos, Argentina y México. Es autor, coautor o editor de 25 libros y más de 200 artículos de revista o capítulos de libro, de diversos temas: historia de los sistemas educativos contemporáneos y de la educación española de los siglos XIX y XX; política y legislación educativa; modelos teóricos y organizativos de la educación a distancia; organización y tendencias de la investigación educativa; sistemas educativos comparados; evaluación de sistemas educativos.



Tiago Brandão Rodrigues

Ministro da Educação, Portugal

Nasceu em Braga, em 1977, tendo crescido em Paredes de Coura.

Em 2000, concluiu a licenciatura em Bioquímica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Nos anos seguintes, realizou investigação científica na Universidade de Dallas e no Instituto de Investigações Biomédicas do Conselho Superior de Investigações Científicas, em Madrid, trabalho que conduziu ao seu Doutoramento em Bioquímica, especialidade de Biofísica Molecular, pela Universidade de Coimbra.

Durante este período, dedicou-se ao estudo do metabolismo cerebral em doenças neurodegenerativas, tendo a sua tese sido galardoada com o Prémio António Xavier, em 2008.

A partir de 2010, foi investigador na área da oncologia no Cancer Research UK da Universidade de Cambridge, estando igualmente associado ao Corpus Christi College.

Foi financiado pela Comissão Europeia, através do Programa Marie Curie, e pela Organização Europeia de Biologia Molecular (EMBO).

Sendo membro de várias sociedades científicas internacionais, publicou dezenas de artigos em livros da especialidade e em importantes revistas científicas internacionais: Nature Medicine, Proceedings of the National Academy of Sciences e Cancer Research.

O seu artigo sobre uma técnica pioneira para avaliar a eficácia dos tratamentos oncológicos, na revista Nature Medicine, valeu-lhe o British Prize da Sociedade Internacional de Ressonância Magnética em Medicina (2013).

Integrou a direção da PARSUK (Associação dos Investigadores e Estudantes Portugueses no Reino Unido), onde desenvolveu trabalho na área da comunicação em ciência.

Fez parte da Chefia de Missão da comitiva portuguesa aos Jogos Olímpicos de Londres de 2012, enquanto Adido Olímpico.

Foi eleito deputado à Assembleia da República nas XIII e XIV Legislativas pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo.



Alexandre Quintanilha

Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República de Portugal

Entrou na vida política após a reforma como docente e investigador universitário, em 2015, sendo Presidente da Comissão de Educação da AR. Filho de pai português e de mãe alemã, completou os estudos secundários em Lourenço Marques, tendo prosseguido os estudos universitários na África do Sul.

Licenciado em Física Teórica em 1968 na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, e doutorado em Física do Estado Sólido em 1972, pela mesma universidade.

Trabalhou durante vários anos na Universidade da Califórnia, Berkeley, nos Estados Unidos, onde foi diretor do Centro de Estudos Ambientais, tendo desenvolvido investigação nessa área.

Entre 1983 e 1990, foi diretor assistente no Laboratório Nacional Lawrence, secção de Energia e Ambiente, e, entre 1987 e 1990, desempenhou o cargo de diretor do Centro de Estudo de Tecnologia da Biosfera.

Em 1991 foi nomeado diretor do Centro de Citologia Experimental e professor no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS), da Universidade do Porto. É professor catedrático do ICBAS, diretor do Centro de Citologia Experimental e coordenador do Instituto de Biologia Molecular e Celular, também no Porto.

Publicou perto de 100 artigos em várias revistas científicas de nível mundial, foi editor e autor de seis volumes em áreas da Biologia e Ambiente, foi consultor redatorial da Enciclopédia de Física Aplicada e escreveu dezenas de artigos e relatórios em livros, revistas e jornais de divulgação, sendo ainda coordenador e autor de vários trabalhos nas áreas da Biologia, do Ambiente e da Física Aplicada.

A 17 de março de 1993 foi feito Grande-Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada. Em 2019 recebeu o doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de Évora.



Darío Villanueva

Real Academia Española

Director de la Real Academia Española desde diciembre de 2014 hasta enero de 2019, en 2008 su discurso de ingreso se tituló *El Quijote* antes del cinema. En ese periodo presidió la Asociación de Academias de la Lengua Española (ASALE).

Presidente de honor de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada, es catedrático de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada de la Universidad de Santiago de Compostela, de la que fue rector entre 1994 y 2002, y Decano de su Facultad de Filología (1987-1990).

Fue Vicepresidente de la Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas (CRUE) y presidió la Red de Bibliotecas Universitarias Españolas (REBIUN).

Ha recibido doctorados honoris causa por doce universidades del Reino Unido, Suecia, Estados Unidos, España, Nicaragua, Ecuador, Honduras, Argentina y Perú.

Sus libros más recientes son *Imágenes de la ciudad. Poesía y cine, de Whitman a Lorca* (2015), premio internacional de investigación humanística de la Sociedad Menéndez Pelayo, e *Introducing Comparative Literature*.

New trends and applications (Londres, 2015), escrito en colaboración con César Domínguez Prieto y Haun Saussy, ya traducido al español y al árabe.

Fue miembro nato del Consejo de Estado entre 2015 y 2019.



Nicolau Santos

Agência de Notícias Lusa, Portugal

Jornalista especializado em assuntos económicos, foi diretor-adjunto do semanário *Expresso* e copresentador do *Expresso da Meia-Noite*, transmitido na SIC Notícias.

Publicou dois livros, *Portugal Vale a Pena* e *Aroma de Pitangas*.

É o atual presidente do Conselho de Administração da Agência Lusa para o mandato 2018-2020.

Em 2006 foi feito Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.



Mario Bedera Bravo

Conselheria de Educação, Embaixada de Espanha em Portugal

Es Licenciado y Doctor en Derecho por la Universidad de Valladolid (España) en la que es profesor titular de «Historia del Derecho y de las Instituciones» desde 1992.

En el ámbito universitario, ha sido Vicerrector de la Universidad de Valladolid (1998-2004) y Vicedecano de su Facultad de Derecho (1990-1995). Dentro de su actividad institucional, ha sido Secretario de Estado de Educación y Formación Profesional (2010-2011), Diputado Nacional en las VIII y X legislaturas (2004-2008) – (2011-2016), Senador en la IX legislatura (2008-2011), Vicepresidente 1º de la Comisión de Educación del Congreso de los Diputados, Portavoz de educación del GPS en el Congreso y en el Senado, y tomó parte del Grupo parlamentario de amistad con la República de Portugal.

Recientemente ha sido nombrado miembro extranjero de la Academia Portuguesa de História y desde 2018 es el Consejero de Educación de la Embajada de España en Portugal.



Luís Faro Ramos

Instituto Camões, I. P., Portugal

Diplomata, casado, com dois filhos.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1987.

Esteve colocado em diversas representações portuguesas no estrangeiro, nomeadamente: Atenas (1993), Macau (1998), Genebra (1999), Bruxelas (2004), Tunes (2012) e Havana (2015), as duas últimas como Chefe de Missão.

Desempenhou também funções como Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (2008-2009) e Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (2010-2012).

Foi representante das categorias de secretário de embaixada e conselheiro de embaixada no Conselho Diplomático, entre 1996-1998 e 2008-2010.

A 24 de outubro de 2017 foi nomeado Presidente do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros.



Rebeca Gutiérrez Rivilla

Instituto Cervantes, Espanha

Es Responsable de la Unidad de Hispanismo del Instituto Cervantes. Desde 2002 desempeña la coordinación editorial de *El español en el mundo*.

Anuario del Instituto Cervantes, así como de otras publicaciones académicas.

Ha organizado 4 ediciones de los Cursos de Verano de la UCM en El Escorial del Instituto Cervantes sobre «El valor añadido del español 2014», «Aprendizaje, enseñanza y gestión educativa de lenguas extranjeras 2015», «El mercado de la enseñanza de las lenguas 2016» y «El español en el mundo: un activo económico sostenible 2017».

También es la organizadora de los nuevos Cursos de Verano del Instituto Cervantes: «La evolución de la lengua española en el mundo 2018» y «El futuro del español 2019».

Organizó, a su vez, el III Congreso Internacional SICELE en Alcalá de Henares en 2017, así como el I Encuentro de Hispanistas Africanos y Españoles en Las Palmas de Gran Canaria en 2019.

Es, desde 2014-2015, directora de los programas anuales de Cursos de Cultura, Turismo y Ocio del Instituto Cervantes, en colaboración con la EOI (Ministerio de Industria español), y Sefarad: Lengua, historia y cultura en Toledo, en colaboración con la UCLM.

Ha publicado diversos artículos y presentado ponencias en universidades e instituciones públicas y privadas americanas, europeas, africanas y españolas sobre cuestiones relacionadas con los estudios hispánicos, la enseñanza de lenguas, la situación del español en el mundo y el hispanismo internacional.

Fue parte del equipo del Instituto Cervantes para la traducción al español del Marco común europeo de referencia para las lenguas (2002).



Incanha Intumbo

Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)

Nasceu na Guiné-Bissau. Fez todo o seu percurso académico em português.

Em Bissau foi orientado por missionários portugueses e italianos com quem aprendeu noções do latim (que viriam a ser de suma importância nos seus estudos superiores) e o italiano elementar.

Licenciou-se pela Universidade de Coimbra, mestre em Linguística Descritiva e doutorando em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

É autor de vários artigos científicos publicados em revistas especializadas em linguística.

Ex-bolseiro do Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, Leipzig, Alemanha, tendo participado num estudo que comparou 121 traços gramaticais em cerca de 80 crioulos.

Publica a sua tese de mestrado: *Estudo comparativo da morfo-sintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português*, Ed. Benjamins.

Ex-bolseiro FCT – bolsa de Doutoramento em Letras, pelo FCT-MCES.

É Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa desde 01-01-2019.



Luís Antero Reto

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal

Professor Catedrático Jubilado do ISCTE/IUL, Ex-Reitor do ISCTE/IUL, Ex-Presidente do INDEG/ISCTE, Ex-Presidente e Director do ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Licenciado em Psicologia no ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Mestrado e Doutorado na Universidade Católica de Lovaina na Bélgica e agregação em Marketing no ISCTE/IUL.

Autor de várias obras literárias e artigos científicos entre os quais o *Potencial Económico da Língua Portuguesa* e o *Novo Atlas da Língua Portuguesa*.



José Luis García Delgado

Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Catedrático Honorario de la Universidad Complutense de Madrid y Académico de número de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas.

Titular de la Cátedra «la Caixa» Economía y Sociedad. Rector de la Universidad Internacional Menéndez Pelayo (1995-2005).

Doctor Honoris Causa por las Universidades de Oviedo, Lima, Alicante, Zaragoza y Murcia.

Premio Nacional de Investigación «Pascual Madoz» en el área de Derecho y Ciencias Sociales (2014) y Premio de Economía Rey Juan Carlos (2016). Con más de 150 títulos publicados en obras unitarias y en revistas académicas, ha estudiado el crecimiento económico moderno en España y Europa durante el siglo XX, la industrialización de Madrid y determinados capítulos del pensamiento económico y social español contemporáneo.

Desde 2006, su línea de investigación se centra en la economía del español como lengua de comunicación internacional: un proyecto multidisciplinar dentro de la Economía de la lengua (Economics of language), disciplina que mide a través del análisis económico aplicado el efecto del idioma sobre el comercio, las migraciones o los movimientos internacionales, y su importancia como materia prima en actividades económicas relevantes como las industrias culturales o las telecomunicaciones.



Lluís Bonet

Universidad de Barcelona, Espanha.

Director del programa de gestión cultural y profesor de economía de la Universidad de Barcelona

Autor de numerosas publicaciones sobre política cultural, gestión y economía de la cultura, participa como investigador de distintos proyectos europeos (Be SpectACTive!, EULAC Focus o Cultural Base).

Ha sido presidente de la red ENCATC y del premio de investigación en política cultural, vicepresidente de la AAAE y de la Cooperativa Abacus, así como miembro del consejo de diversas publicaciones y entidades académicas y culturales. Entre sus últimos libros en coautoría destacan: Challenges of cultural relations between the European Union and Latin America and the Caribbean (2019), La innovación en la gestión de la cultura: reflexiones y experiencias (2019), Breaking the Fourth Wall: Proactive Audiences in the Performing Arts (2018), o La gestión de teatros: modelos y estrategias para equipamientos culturales (2016).



Aureliano Neves

Câmara de Comércio Hispano Portuguesa

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, Lisboa. Desempenhou funções de responsabilidade de alto nível (Montepio Geral, Banco do Alentejo, Banco Fonseca & Burnay, Manufacturers Hannover Trust Co., Banco Internacional de Crédito (Grupo Espírito Santo e Credit Agricole).

Faz parte, desde há vários anos, dos órgãos sociais da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, em Portugal. Desde há 20 anos integra o Comité Executivo da Câmara de Comércio Hispano Portuguesa, em Espanha. Foi nomeado pelo Ministro da Economia de Portugal Conselheiro para a Internacionalização da Economia Portuguesa, em Espanha. Foi nomeado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, sendo o único representante de Espanha, tendo feito parte da Comissão Permanente dos Assuntos Económicos até 2015. Em Espanha e Portugal, tem participado e organizado numerosos eventos destinados a facilitar e desenvolver ações culturais e sociais, bem como as relações comerciais e de investimento entre os dois países ibéricos. Distinguido com o Grau de Comendador da Ordem de Mérito, concedido pelo Presidente da República de Portugal, em outubro de 2002.



Artur Santos Silva

Fundação La Caixa, Portugal

Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, em 1985, frequentou o Stanford Executive Program na Stanford University (EUA).

Artur Santos Silva pertence atualmente ao Conselho de Administração da Fundação La Caixa em Portugal, mas foi como presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração do BPI que desenvolveu grande parte da sua carreira profissional.

Contudo, é na sua extensa atividade cívica e, particularmente, de apoio às artes e cultura, que Artur Santos Silva mais se destaca na sociedade portuguesa e que justificou a atribuição do título de doutor *honoris causa* pela Universidade do Porto, a 30 de novembro de 2010, por proposta da Faculdade de Belas-Artes.

Do longo currículo destaca-se a presidência da Fundação Calouste Gulbenkian, da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República ou da *Porto – Capital Europeia da Cultura 2001*.

Foi também o primeiro presidente do Conselho Geral da Universidade de Coimbra.



Duarte Azinheira

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Portugal

Licenciado em Ciência Política e com formação executiva pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos e especialização em Negociação.

Há mais de 15 anos que trabalha exclusivamente na área cultural sobretudo como diretor editorial, mas também como consultor e programador de outras atividades (exposições, museus, música, conferências).

Exerceu funções executivas no setor editorial privado e foi consultor de grandes instituições culturais portuguesas como a Fundação Gulbenkian ou o Camões – Instituto da Língua e da Cooperação. Numa «outra vida» trabalhou, com funções técnicas de dirigente, consultor e docente universitário, em atividades ligadas à gestão de recursos humanos.

Trabalha na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., desde 2010, onde, neste momento, dirige a Unidade de Edição e Cultura, que assegura a gestão da Imprensa Nacional, a chancela editorial da INCM.

Dirige toda a atividade cultural da empresa em Portugal e no exterior, sendo, também, diretor do Museu Casa da Moeda.

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda resulta da fusão de duas das mais antigas instituições portuguesas: a Imprensa Nacional, criada em 1768, e a Casa da Moeda, que trabalha continuamente desde o final do século XIII. Mantém atividade docente como professor convidado na Universidade Autónoma de Lisboa, onde é responsável pela cadeira de Gestão de Projetos Editoriais da pós-graduação em Ilustração. Tem sido conferencista convidado em diversos seminários nacionais e internacionais.

É coautor de *O livro português nos PALOP e Brasil*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.



Marisa Mendonça

Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

Moçambicana, licenciada em Ensino de Português pelo Instituto Superior Pedagógico (Moçambique) e doutorada em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Docente de graduação e pós-graduação nas áreas de Língua Portuguesa (Didática e Produção, Análise e Produção de Materiais de Ensino e em Desenvolvimento Curricular).

Investigadora nas mesmas áreas. Desempenhou vários cargos, de entre os quais: Coordenadora-Geral do Programa de Formação Contínua de Professores de Português – modalidade semi-presencial (Programa desenvolvido em Moçambique, em parceria com o Instituto Camões), Diretora da Faculdade de Línguas, Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes e da Escola Superior de Contabilidade e Gestão da Universidade Pedagógica (Moçambique); Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2014-2018) e, atualmente, é Vice-Reitora da Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique.

Tem publicações na área de Língua Portuguesa e em Metodologias de Ensino e, ainda, coordenou e é autora de equipas de elaboração de Manuais Escolares para o ensino de Língua Portuguesa, no ensino secundário.

Tem, também, desenvolvido atividade de avaliadora de manuais.



Viviane Bagio Furtoso

SIPLE – Universidade Estadual de Londrina, Brasil

É graduada em Letras Anglo-Portuguesas (1994), Mestre em Letras (2001), pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/Brasil), e Doutora em Estudos Linguísticos (2011), pela UNESP/Brasil.

Realizou estágio pós-doutoral na Georgetown University, nos Estados Unidos, no período de setembro a dezembro de 2015, com bolsa Capes/Fulbright.

É professora adjunta do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UEL desde 2002.

Atua nos programas de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) e Mestrado Profissional em Letras Estrangeiras Modernas (MEPLEM).

É membro da Comissão Técnico Científica do Exame Celpe-Bras (MEC/Brasil); está na presidência da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE/gestão 2019-2017) e na vice-presidência do Programa Idiomas sem Fronteiras – Português para Estrangeiros (MEC/Brasil).

Também tem atuado como membro da Equipe Assessora Central do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE/IIILP) desde 2012.



Ángel Badillo Matos

Real Instituto Elcano / Universidad de Salamanca, Espanha

Es investigador principal del Real Instituto Elcano (desde 2013) y profesor titular del Departamento de Sociología y Comunicación de la Universidad de Salamanca (desde 2007).

Doctor y Máster en Comunicación por la Universidad Autónoma de Barcelona, ha sido además profesor de Syracuse University, ha impartido docencia en varios programas de Máster y Doctorado en España y en otros países y codirigió el Master en Instituciones y Empresas Culturales del Grupo Santillana durante cinco años, además de crear y dirigir el Grupo Interdisciplinario de Investigación en Industrias Creativas, Culturales y de la Comunicación (GRIC) radicado en la Universidad de Salamanca, institución donde ha dirigido varias tesis doctorales en el programa de «Gobernanza global y estado de derecho», y en cuyo Instituto de Iberoamérica ha desempeñado distintas tareas de gestión, en especial la Secretaría Académica, entre 2007 y 2010.

Miembro de FLACSO España, ha sido investigador visitante en las universidades de Paris 8 y 13, Université de Québec à Montréal (UQÀM, Canadá), University of Southern California (EEUU), UNAM (México), o Universidad Nacional de Quilmes (Argentina), entre otras, y ha trabajado como consultor en industrias culturales para instituciones públicas y privadas, como Freedom House.

Entre 2013 y 2015 presidió la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (ULEPICC), la organización científica más importante del campo de la investigación de política y economía de la cultura en Iberoamérica, que reúne a más de doscientos investigadores.



João Sobrinho Teixeira

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal

É natural de Mirandela, sendo licenciado em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1985) e doutorado na área de Mecânica de Fluidos pela mesma Universidade (1998).

Pertenceu aos quadros do Complexo Agroindustrial do Cachão, onde desempenhou funções de engenheiro de produção e, posteriormente, de direção do planeamento e controlo da produção.

É Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) desde 2001. Orientou e arguiu teses de doutoramento e mestrado na área de Transferência de Massa e Oxigenação de Águas.

De entre as várias publicações científicas apresentadas salienta-se a produção de um capítulo para a «Encyclopedia of Fluid Mechanics» da editora Gulf Publishers, EUA, sob o título «Axial Mixing in Gas-liquid Flow».

Foi Presidente do IPB de 2006 a julho de 2018.

De 2009 a 2013 assumiu, também, as funções de Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

De fevereiro de 2009 a outubro de 2018 é membro da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES).

De 2011 a 2014 integrou a direção da European Network for Universities of Applied Sciences.

De 2014 a julho de 2018 integrou a direção da AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa). Desde março de 2018 integra o U-Multirank Advisory Board.



Margarita Correia

Universidade de Lisboa, Portugal

Concluiu doutoramento em Linguística Portuguesa pela Universidade de Lisboa em 2000, com uma tese sobre a formação dos nomes de qualidade em português.

É docente do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa desde 1990 e Professora Auxiliar desde 2000.

Foi investigadora do Instituto Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) entre 1992 e 2014, tendo ainda sido membro da direção (1999-2007 e 2008-2014), coordenadora da linha de investigação Léxico e Modelização Computacional (2007-2014), investigadora responsável (2010-2014) e presidente da direção (2012-2014).

Atualmente é investigadora integrada, coordenadora da linha Léxico e Modelização Computacional e membro da Comissão Executiva do CELGA-ILTEC (FLUC), unidade de I&D que resultou da fusão, em 2015, do CELGA e do ILTEC.

Desenvolve atividade em Linguística Aplicada, especialmente nas áreas de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia (Neologia, Formação de palavras) e Política linguística.

Nos últimos anos tem também orientado trabalhos no domínio ensino-aprendizagem do Português Língua Estrangeira / Língua Segunda.

Com José Pedro Ferreira, coordenou os projetos VOP – Vocabulário Ortográfico do Português) e Lince – Conversor para a Nova Ortografia (2010), e ainda VOP – Vocabulário Ortográfico do Português, 2.^a edição (2017).

Coordenou, com José Pedro Ferreira e Gladia Maria de Barcellos Almeida, o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (CPLP e IILP, 2017).

É, desde 2018, presidente do Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).



Anabela Gradim

Universidade da Beira Interior, Portugal

É licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, e doutorou-se em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior com a tese «A dimensão Comunicacional da semiótica de Peirce».

Presentemente ensina Jornalismo, Comunicação e Retórica na Faculdade de Artes e Letras da UBI, e é investigadora do Labcom – Laboratório de Comunicação Online, onde coordena o Grupo de Comunicação e Media.

É autora de três livros, duas coletâneas, e diversos artigos e capítulos de livros.



Nelson Viana

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Doutorado e mestrado em Linguística Aplicada: ensino/aprendizagem de segunda língua e língua estrangeira, graduação em Letras.

Professor da Universidade Federal de São Carlos, desde 1998.

Atua na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Ensino Aprendizagem de Segunda Língua e Língua Estrangeira, desenvolvendo atividades na graduação (Letras-Português-Inglês) e na pós-graduação (Linguística – Linha de pesquisa: Ensino/Aprendizagem de Línguas).

Orienta trabalhos de pesquisa de graduação (Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão de Curso) e de pós-graduação (mestrado e doutorado). Entre os focos de estudo e de publicações, destacam-se: fundamentos da investigação em ensino e aprendizagem de línguas, ensino/aprendizagem de português para estrangeiros e de língua inglesa, formação de professores de língua estrangeira, traços culturais/interculturalidade e interação em língua estrangeira, fatores motivacionais na/da aprendizagem de língua estrangeira.

Coordena o Programa de Extensão «Linguística Aplicada-Português para Estrangeiros» e o posto aplicador UFSCar do Exame Celpe-Bras. Tem atuado como professor formador na área de Português Língua Estrangeira, em disciplinas e em diversos cursos de atualização, no Brasil e no exterior.

É membro da Comissão Nacional do Brasil para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).



María Matesanz del Barrio

Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Profesora contratada doctora en el Área de Lingüística General (Departamento de Lingüística General, Estudios Árabes, Hebreos y de Asia Oriental) de la Universidad Complutense de Madrid.

Profesora invitada en el Máster en Ciencia del Lenguaje y Lingüística Hispánica de la UNED desde el curso 2013-2014 para impartir la asignatura Etnolingüística.

Directora del grupo de investigación de LALINGAP de la UCM (930074) desde 2009.

Ha sido colaboradora del Instituto de Lexicografía de la Real Academia Española en la Sección Diccionario de la Lengua Española (Centro de Estudios de la Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española) y experta evaluadora de la UE de las acciones individuales MSCA.

Sus trabajos de investigación se enmarcan, principalmente, en tres líneas de investigación, relacionadas con su trayectoria investigadora y docente: Adquisición de Segundas Lenguas (SLA), Lexicología y Lexicografía y Análisis del Discurso (oratoria sagrada y discurso didáctico).



Maria do Carmo Vieira da Silva

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Doutoramento em Ciências da Educação, Área de Desenvolvimento Curricular e Avaliação em Educação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Aprovada com Muito Bom com Distinção e Louvor (19-09-2003).

Orientação: Professor Doutor Albano Estrela (FPCE/UL).

Coorientação: Professor Doutor José Manuel Palma Oliveira (FPCE/UL).

«Discriminatio subtilis»: estudo de três classes multiculturais.

Membro efetivo do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Representante dos Docentes.

Professora Auxiliar de nomeação definitiva. Membro do Departamento de Sociologia da NOVA – FCSH.

Membro Associado do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Interdisciplinary Centre of Social Sciences – CICS.NOVA.



Lidia Brito

Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina e Caribe. Uruguai

Ingeniera forestal, con una Maestría y Doctorado en Ciencias Forestales y Tecnología de Madera de la Universidad Estatal de Colorado en los EE.UU., nacida en Mozambique, y profesora de la Universidad Eduardo Mondlane desde su graduación en Ingeniería Forestal en 1981.

Ha ocupado altos cargos en Mozambique, como Vicerrectora de Asuntos Académicos de la Universidad Eduardo Mondlane y Ministra de Educación Superior, Ciencia y Tecnología.

Se incorporó a la UNESCO en noviembre de 2009 como Directora de Política Científica y Desarrollo Sostenible, en París, y actualmente es Directora Regional de Ciencias de la UNESCO en la región de América Latina y el Caribe.

Sus áreas de especialización van desde la silvicultura y la gestión sostenible de los recursos naturales hasta las políticas y programas de educación superior, ciencia y tecnología como parte de las políticas públicas para el desarrollo sostenible.

Ha presidido varios equipos y comisiones de trabajo, en particular en Educación Superior y TICs para el Desarrollo Sostenible. Co-presidió el Comité Organizador Científico para la Conferencia «Planeta bajo Presión» en Londres (2012), una importante conferencia para la preparación de Río+20, y ha sido miembro de varios Consejos Internacionales, como el Consejo de Administración del Foro De los Forestales Africanos, de la Universidad de Naciones Unidas (UNU), del Stockholm Environmental Institute, de BIOVERSITAS, entre otros.

Actualmente es copresidenta del Comité Organizador del 3er Foro Abierto de Ciencias para América Latina y el Caribe (CILAC 2020).



Helena Peralta

Universidade de Lisboa, Portugal

Doutorada em Ciências da Educação – Desenvolvimento Curricular e Avaliação – pela Universidade de Lisboa, mestre em Literatura Alemã, pela Universidade Nova de Lisboa e licenciada em Filologia Germânica, pela Universidade de Lisboa.

É professora auxiliar, aposentada, do Instituto de Educação, da Universidade de Lisboa, no qual continua a desenvolver atividades de investigação em Desenvolvimento Curricular, Avaliação, Tecnologias Educativas e Didática das Línguas Estrangeiras.

No âmbito da sua atividade docente, lecionou várias disciplinas nestas áreas científicas, tendo coordenado o Curso de Formação Avançada (Doutoramento) em Teoria e Desenvolvimento Curricular, o Curso de Mestrado em Teoria e Desenvolvimento Curricular e coordenado o Mestrado em Avaliação Educacional.

Tem várias publicações nestas áreas.

No âmbito da sua atividade de investigação, participou em projetos nacionais e internacionais e em atividades do Conselho da Europa e da Comissão Europeia.

Foi membro do grupo de peritos da Comissão Europeia, no contexto da Implementação do Programa de Trabalho sobre os Objetivos dos Sistemas de Educação e Formação na Europa (Estratégia de Lisboa), de 2002 a 2005, e do EILC Advisory Board (Advisory Board for the European Indicator of Language Competence).



Montserrat Grañeras

Ministerio de Educación y Formación Profesional, Espanha

Licenciada en Psicología por la Universidad Complutense de Madrid y Doctora por la Universidad Politécnica de Valencia.

Ha trabajado durante muchos años en el CIDE, Centro de Investigación y Documentación Educativa, del Ministerio de Educación español, como responsable del Área de Investigación Educativa y como Jefa de la Unidad Española de Eurydice, red europea de información sobre educación.

Entre las líneas de investigación en las que se ha especializado destacan el sistema educativo español, educación comparada y educación y género, contando con numerosas publicaciones en estos ámbitos.

En la actualidad es la Subdirectora de Ordenación Académica del Ministerio de Educación y Formación Profesional y es responsable de la Unidad de Igualdad desde este Ministerio desde 2014.



José Manuel Sanz Mingote

Agência EFE, Espanha

Nasceu em Madrid em 1963. Casado. Três filhos.

Formação académica em Filosofia (Madrid e Roma) e Matemática.

Diretor de Relações Internacionais – Agência EFE (Madrid, desde março de 2019).

Diretor da rede mundial da Agência EFE (Madrid, outubro 2014-fevereiro 2019).

Chefe dos escritórios da EFE nos Estados Unidos e vice-presidente executivo da EFE News Services. (Washington, junho de 2011 a setembro de 2014).

Chefe do gabinete da EFE em Bruxelas, onde coordena o maior grupo de jornalistas espanhóis dedicado à cobertura da União Europeia (UE).

Testemunha direta de todos os marcos da integração europeia desde 1987 (Bruxelas, 1996-2011).

Criou e gerou, dentro da sede da EFE, o primeiro serviço *online* sobre as atividades da UE para Espanha e América Latina, a EUROEFE (Madrid, 1993-1996).

Ingressou na equipa da EFE em Bruxelas, onde tratou sucessivamente das informações relacionadas ao Parlamento Europeu (como enviado especial para Estrasburgo, França), relações exteriores e defesa (OTAN), (Bruxelas, 1987-1993).

Membro da primeira equipa de Imprensa e Comunicação da Empresa Estatal responsável pela organização da Exposição Universal de 1992 em Sevilha (Sevilha, 1985-1986).

Membro da equipa que produziu o primeiro Anuário Latino-Americano da EFE. (Madrid, 1984).

Começou a sua carreira como jornalista estagiário em Roma (1982-1983).

Sob sua liderança, os jornalistas da EFE ganharam em 2004 o Prémio Europeu de Jornalismo (menção honrosa) *Salvador de Madariaga*, patrocinado pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu.



António Horta Branco

Universidade de Lisboa, Portugal

É o Diretor-Geral da PORTULAN CLARIN – Infraestrutura de Investigação para a Ciência e Tecnologia da Linguagem, que pertence ao Roteiro Nacional de Infraestruturas de Relevância Estratégica de Portugal, e que é parte do Consórcio Europeu de Investigação CLARIN.

É Presidente da ELRA – Associação Europeia para os Recursos Linguísticos, com sede em Paris. É membro do Conselho Executivo da META-NET – Rede Europeia de Excelência para a Tecnologia da Linguagem.

Foi Diretor Executivo (2015-2016) do Colégio Doutoral Mente-Cérebro da Universidade de Lisboa, e Coordenador (2016-2018) da Comissão Permanente da rede internacional PROPOR Processamento Computacional da Língua Portuguesa. É Professor Associado Agregado na Universidade de Lisboa, onde dirige o NLX – Grupo de Fala e Linguagem Natural.

Trabalha na área da Inteligência Artificial e Ciência Cognitiva, com enfoque especial na Ciência e Tecnologia da Linguagem.

Participou em mais de 25 projetos de investigação, tendo coordenado 10 deles.

É autor de mais de 180 publicações, com mais de 80 coautores, incluindo o *Livro Branco sobre a Língua Portuguesa na Era Digital*.



Daniel Prado

Consultor internacional, Argentina

Cibermetría de lenguas – Multilingüismo y diversidad lingüística en el ciberespacio y la sociedad del conocimiento – Promoción del lenguaje especializado.

Actualmente es Miembro del Consejo Ejecutivo de la Red Mundial para la Diversidad Lingüística, Maaya (del cual fue su Secretario Ejecutivo entre 2010 y 2013) y miembro fundador de las Redes panlatina (Realiter) e Iberoamericana (Riterm) de terminología.

Forma parte del Consejo Asesor de la Revista Española de Documentación Científica (REDC). Desde 1998 lleva a cabo acciones de observación y promoción de idiomas en el conocimiento en general y en el ciberespacio en particular, a través de investigaciones específicas, reuniones internacionales, creación de indicadores y publicaciones diversas. Desde 1984 hasta 2011 ha llevado a cabo múltiples acciones en materia de terminología, industrias del lenguaje y traducción especializada, como Director de Terminología e Industrias de la Lengua en la Unión Latina.

Trabalhos revisados : Google Scholar / ORCID



David Pérez Fernández

Secretaría de Estado para el Avance Digital (SEAD), Ministerio de Economía y Empresa, España

Es el Coordinador del Área Tecnológica de la Secretaría de Estado para el Avance Digital y Director del Plan de Impulso de las Tecnologías del Lenguaje.

Licenciado en Físicas y Doctor en Matemáticas (Geometría Diferencial) por la Universidad Autónoma de Madrid.

Experto en TI con una patente sobre enrutamiento dinámico, y una larga experiencia en SCADA, Web, Multimedia, SIG, análisis de datos de Bolsa, y análisis de datos Tributarios, etc.

Principales áreas de interés: Procesamiento del Lenguaje Natural, ITC y Matemáticas. Diseñador y coordinador del Plan Español de Impulso de las Tecnologías del Lenguaje, liderando proyectos como el sistema de monitorización SEAD de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (TIC), la plataforma de apoyo al desarrollo de políticas públicas y seguimiento de ayudas «Corpus Viewer», o la participación en proyectos europeos de traducción automática como ELRI, IADAATPA-MT BUB, NTEU, NEC DATA.



Ana Garrido

Representação da Comissão Europeia, Portugal

Engenheira química de formação, foi, no entanto, o conhecimento de diversas línguas desde tenra idade que ditou o seu futuro profissional. Após curto período como consultora numa firma de consultoria internacional, ingressou na Comissão Europeia onde trabalha até hoje.

Primeiro como corretora de provas no Serviço de Publicações Oficiais e depois como tradutora na Direção-Geral da Tradução, onde se especializou em temas técnicos.

Atualmente é Field Officer da Direção-Geral da Tradução em Lisboa, estando integrada na Representação da Comissão Europeia em Portugal. A sua função é, entre outras, divulgar as iniciativas e promover os projetos da Direção-Geral em Portugal.



Ana Cristina Amoroso Neves

Departamento da Sociedade da Informação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal

«European Digital Leader 2018» pela CIONET Internacional. «CIO do ano 2018», pela CIONET Portugal, na categoria «setor público».

Diretora do Departamento da Sociedade da Informação, na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., desde março de 2012, e Coordenadora do Secretariado Técnico do programa INCoDe.2030 – Iniciativa Nacional para as Competências Digitais.

Especialista em assuntos da União Europeia e Relações Internacionais na negociação de políticas públicas e estratégia política no âmbito da economia digital, ciência e tecnologia, governação da Internet, e relações entre os setores público/privado/sociedade civil.

Representa Portugal em diversos grupos e comités da União Europeia e Organizações Internacionais (OCDE, ONU, ITU, GAC/ICANN e IGF/ONU) e oradora em diversas Conferências nacionais, europeias e internacionais.

Mestre em Economia Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG. Foi aluna de doutoramento no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa (ABD) até 2016.



Maria Helena Araújo e Sá

Universidade de Aveiro, Portugal

É Professora Associada com Agregação no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro (UA), em Portugal.

Doutorada em Didática na especialidade Didática de Línguas, pela UA (1996), defendeu a Agregação em 2012, nesta mesma universidade, na área da Didática e Desenvolvimento Curricular das Línguas Estrangeiras. É, desde 2012, diretora do Programa Doutoral em Educação da UA, onde é coordenadora da área de Especialização Didática e Desenvolvimento Curricular.

É coordenadora do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, onde assume também a cocoordenação do LALE – Laboratório Aberto para a Aprendizagem de Línguas Estrangeiras.

É membro da Escola Doutoral da UA desde 2015.

As suas principais áreas de ensino e investigação são: Didática de Línguas, Intercompreensão e Interação plurilingue e intercultural.

Com uma vasta experiência profissional académica, supervisiona estudantes de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento na área da Didática e Formação de Professores de Línguas.

É (co)autora de mais de 50 artigos publicados em revistas fora de Portugal e de 27 capítulos de livros internacionais.

Foi editora de revistas de referência como, recentemente, o *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism* (2018), a *Revista Iberoamericana de Educación* e o *European Journal of Higher Education* (2020).

Tem vindo a integrar a equipa de diversos projetos nacionais e internacionais competitivos.



Rosângela Morello

Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), Brasil

Diretora do IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas.

Doutora em Linguística – UNICAMP. Doutorado-Sanduíche (Paris VII). Mestre em Linguística – UNICAMP. Licenciada em Língua e Literatura Portuguesa – FAFIC/Colatina.

Vice-líder do grupo de pesquisa Observatório de Políticas Linguísticas, CNPq, Brasil. Assessora na área de Política Linguística e Educacional.

Cita-se: Programa Escolas Interculturais Bilingues de Fronteira, SEM/MERCOSUL e Ministério da Educação do Brasil (MEC); Projeto Consolidação e Avaliação das Políticas Públicas para a Diversidade e Inclusão, SECADI/MEC; Coordenadora Adjunta para Avaliação de Obras Didáticas de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, UFBA; Documento Orientador das Políticas Linguísticas e Educacionais dos Povos Apurinã e Jamamadi-Deni, Médio Purus, Amazonas, COMIN e Documento Orientador Princípios Teóricos e Pedagógicos e Orientações Metodológicas para Projetos de Ensino em Escolas de Fronteira e para a Formação de Professores, OEI.

Projetos de Pesquisa: Inventário do Hunsrückisch Língua Brasileira de Imigração; Inventário da Língua Pomerana (em execução); Projeto Piloto Inventário da Língua Guarani Mbyá; Censo Linguístico e Diagnóstico Sociolinguístico do Município de Antônio Carlos, Santa Catarina, Levantamento Sociolinguístico do Fã d'Ambô, Guiné Equatorial e Observatório da Educação na Fronteira.



Gilvan Müller de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Graduado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1985); mestre em Linguística Teórica, Filosofia e História na Universidade de Konstanz, Alemanha (1990), sob a orientação de Peter Auer; Doutor em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (2004), sob a orientação de Ataliba Castilho.

Primeiro pós-doutorado na Universidade Autónoma Metropolitana Izta-palapa, no México, com Rainer Enrique Hamel (2010), segundo pós-doutorado nas Universidades de Hyderabad, na Índia e na Universidade Estatal Russa para as Humanidades em Moscovo, na Rússia (2019).

Professor associado dos Programas de Pós-Graduação em Linguística e de Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

Orientador de mestrado e de doutorado, supervisor de pós-doutorado. Coordenador Geral do IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, de Florianópolis (2002-2010), Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Cabo Verde 2010-2014).

Secretário Executivo Interino da MAAYA – Rede Mundial de Multilinguismo, com sede em Paris.

Membro Correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) (desde 2017). Coordenador do Programa de Políticas Linguísticas do Núcleo de Educação para a Integração (NEPI) da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM) (2017-2021).

Dirige a Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (2018-2022), com sede na UFSC e se dedica a pesquisas das diferentes facetas do multilinguismo. Prêmio Personalidade Lusófona do Ano do Movimento Internacional Lusófono (MIL) em 2014 e Prêmio Meendinho, da Fundação Meendinho, por serviços prestados à Língua Portuguesa e à Galiza em 2015.



Javier López Sánchez

Secretaria de Educación Pública (SEP), México

Ha sido nombrado en su comunidad de origen con el cargo de Principal y Consejero, ha sido distinguido con un reconocimiento por su labor en favor de los idiomas indígenas por la UNESCO, la Secretaría de Gobernación de México y la United For Solidarity.

Le ha sido conferido el título de «Rector Decano de Honor y Dignidad» con Grado «Magister Laudet» por la Asociación de Rectores de la República Argentina, ha sido condecorado con el título de Doctor Honoris Causa Summa Cum Laude por la Honorable Academia Mundial de Educación y por sus aportes desde la filosofía mayatseltal, como Doctor en Filosofía de la Educación.

Ha sido distinguido con la Orden Cultural Tu'uma, la Piedra Sagrada de los Wayuu, de Colombia y Venezuela. Ha sido Jefe de Departamento de Educación Indígena de Chiapas, Director de Formación Docente de la Coordinación General de Educación Intercultural y Bilingüe de la SEP, México.

Fue Director de Investigación Lingüística y Director General del Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI), presidió el Secretariado Técnico del Movimiento Nacional por la Diversidad Cultural de México.

Ha sido Embajador de Paz, Ética Global y Educación por los Clubes UNESCO para América Latina y el Caribe.

Ha sido Consultor en Políticas Educativas de la Organización de Estados Iberoamericanos (OEI) en México, así como Consultor de la OEI y del Ministerio de Educación y Ciencias del Gobierno de Paraguay.

Actualmente se desempeña como Director General de Educación Indígena.



Ladislaa Alcaraz de Silvero

Secretaria de Políticas Linguísticas, Paraguai

Docente en instituciones de Educación Media y en la Educación Superior, como catedrática de Lingüística, Morfosintaxis, Semántica y Pragmática del Español y del Guaraní, Metodología de Enseñanza de L1 y L2, Comunicación en Guaraní y en Castellano.

Ejerció funciones técnico-pedagógicas en el Instituto Superior de Educación «Dr. Raúl Peña» (ISE). Asesoró y evaluó tesinas y tesis en Carreras de Licenciatura y Maestría en institutos superiores y universidades de Asunción.

Ha participado como disertante en diversos eventos académicos del ámbito nacional e internacional.

Participó en la producción y publicación de diversos materiales, en carácter de coordinadora, coautora o colaboradora de artículos. Es miembro de número de la Academia de la Lengua Guaraní.

Desde agosto del año 2013 hasta la fecha, ejerce la función de Ministra-Secretaria Ejecutiva de la Secretaría de Políticas Linguísticas, dependiente de la Presidencia de la República.



Manuel Lucena Giraldo

CSIC e Serviço Espanhol para a Internacionalização da Educação (SEPIE), Ministério da Ciência, Inovação e Universidades, Espanha

Es Investigador del Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (CSIC), profesor asociado del Instituto de Empresa/IE University y colaborador en gestión educativa en SEPIE.

Fue profesor visitante en la Universidad de Harvard, Lecturer BOSP en Stanford University e investigador y profesor visitante en Tufts University (Boston), Pontificia Universidad Javeriana (Colombia), IVIC (Venezuela), Universidad de los Andes (Chile y Colombia), Colegio de México y St. Antony's College de la Universidad de Oxford.

Ha sido agregado de educación en la Embajada de España en Colombia y desempeñó cargos de gestión de educación superior.

Fue representante del CSIC en la Fundación europea de la ciencia, gestor de redes COST y asesor de proyectos de investigación en la Fundación Carolina.

Sus publicaciones se han ocupado de viajeros, expediciones científicas, ciudades, imágenes nacionales, imperios y globalización.

Es coautor de la «Oxford Illustrated History of the World» y profesor de no-ficción en la escuela de escritura de Penguin Random House. Es miembro de los consejos de redacción de Culture & History y Revista de Occidente.

Forma parte del consejo asesor de «National Geographic» en historia global. Es miembro de la Academia Europea.



Ramiro Noriega

Rector de la Universidad de las Artes de Ecuador

Tiene un Doctorado en Literatura General y Comparada de la Universidad Paris 3, Sorbonne Nouvelle, Francia.

Se ha desarrollado como profesor y director en el área de Literatura en diferentes instituciones académicas.

El Sr. Noriega ha ocupado cargos de relevancia nacional como Ministro de Cultura y Patrimonio de Ecuador, Agregado Cultural en la Embajada de Ecuador en Francia, entre otros.

Ha participado como invitado especial en varias conferencias y debates mundiales.

Ha sido cofundador de varias corporaciones dedicadas al arte y la cultura. Periodista, cronista, gestor cultural.

Tiene varias publicaciones que se centran en la reflexión de la sociedad, la cultura y la literatura.

Noriega ha contribuido en la generación de conocimiento y creatividad a través de la transformación de la educación artística del Ecuador.



Lázaro Rodríguez Oliva

Grupo de Especialistas da UNESCO para a governança da cultura, Cuba/Panamá

Consultor internacional en cultura, transformaciones urbanas y Agenda 2030 para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe.

Punto Focal y facilitador del proceso que convirtió a Panamá en Ciudad Creativa de UNESCO.

Miembro del Grupo de Expertos de UNESCO y la Unión Europea para la Gobernanza de la Cultura (2019-2022) vinculada con la Convención 2005 para la protección y promoción de la diversidad cultural.

Es presidente de Ibercocinas y fue el Coordinador académico del Foro Iberoamericano de Diplomacia Cultural de las Ciudades y Agenda 2030 (Ciudad de Panamá, mayo de 2019) que reunió a 20 capitales culturales iberoamericanas.

En 2018, con el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) publicó el estudio Economía creativa en América Latina y el Caribe: Mediciones y desafíos.

Fue el consultor del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo para la formulación de la Estrategia Nacional de Diplomacia Cultural del Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá (2018-2019), la primera de su tipo alineada a la Agenda 2030.

Nacido en Cuba, ha desarrollado una experiencia de 15 años en América Latina y el Caribe con múltiples agencias e instituciones como UNESCO, PNUD, BID, y agencias nacionales de cooperación, incluida la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo e Hivos.



Pablo Platas Casteleiro

Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Espanha

Nacido en A Coruña en 1971.

Licenciado en Derecho por la Universidad de A Coruña.

Aprobó las oposiciones a la Carrera Diplomática en 1999.

Ha estado destinado en las Representaciones en Moscú, Buenos Aires, Bratislava, Jerusalén, La Habana y Miami.

Entró en contacto de lleno con el mundo de la cooperación al desarrollo a su paso por Palestina.

Desde entonces la Cooperación y la Cultura se han convertido en los dos ejes principales de su carrera profesional.

Firme defensor de la cultura como factor de desarrollo.

En la actualidad es Jefe de Departamento de Cooperación y Promoción Cultural de la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.



Manuela Júdice

Casa da América Latina, Portugal

Nasceu em 1950.

Licenciada em Filologia Germânica pela Universidade Clássica de Lisboa. Especialista de Documentação e Informação no CDI dos CTT (1982 a 1985).

Diretora da biblioteca da União Postal Universal, em Berna (1985).

Diretora do serviço de conferências da União Postal Universal (1988 a 1991).

Diretora do Centro de Documentação do Congresso Postal de Washington (1989).

Responsável da Casa Fernando Pessoa, Câmara Municipal de Lisboa (1993 a 1999).

Comissária da exposição «Fernando Pessoa/Octávio Paz», Museu da Fundação Franz Meyer, em México DF (1999).

Comissária da manifestação «Portugal — La Mirada Cercana» a convite da Diputación Provincial de Córdoba (2001).

Vereadora pelo Movimento Cidadãos por Lisboa tendo assumido a responsabilidade das Relações Internacionais na Câmara Municipal de Lisboa em 2008 (2007 a 2009).

Dirige o Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos (GLEM). Promove e inicia o Festival TODOS — Caminhada de Culturas.

Promove e inicia a celebração anual da «Semana da Harmonia Inter-religiosa» sob o patrocínio do Alto Comissariado das Nações Unidas «Aliança das Civilizações» (2009 a 2017).

Vice-Presidente da Casa da América Latina (2008 a 2011).

Comissária Portugal «País Convidado de Honra» da FIL de Guadalajara 2018 (2017-2018).

Membro do Conselho Consultivo de Portugal Expo 2020 Dubai (2018-2020).

Secretária-Geral da Casa da América Latina (desde 2011).



Elena Vilardell

Programa Ibermedia

Licenciada en Filología en las especialidades de Filología Hispánica- Literatura Española y en Lenguajes Audiovisuales en 1984.

Diplomada en Historia y Estética del Cine por la Universidad de Valladolid en 1989.

Trabajó como coordinadora del Aula del Cine de la Universidad de Valencia y ha realizado también diversos seminarios sobre cine, además de coordinar varias publicaciones de diversas entidades, entre las que podríamos citar: Jacques Rivette «La Regla del Juego», editado por la Filmoteca Española y por la Filmoteca de la Generalitat Valenciana en 1991; «La Fiamma del Peccato» (l'eros nel cinema) editado por el Museo del Cinema di Torino, la Cineteca Nazionale de Roma y la Cinémathèque Française.

Además ha escrito diversos artículos para el Journal of Film Preservation, revista trimestral editada por la FIAF (Federación Internacional de Archivos Fílmicos).

Desde 1991 desempeñó diversas labores en la Filmoteca de la Generalitat Valenciana, primero en el Departamento de Programación, labor que compaginó con el de miembro del Comité de Redacción de la revista Archivos de la Filmoteca. Y desde 1994 hasta 1998 estuvo al frente del Departamento de Dirección y Relaciones Internacionales de la Filmoteca.

Ha sido miembro del Comité Asesor del Festival Cinema Jove de Valencia de 1992 a 1994, y formó parte del Comité Asesor del Festival de Cine de Huesca desde 1996 a 2000.

A partir de agosto de 1998 y hasta la actualidad desempeña el cargo de Secretaria Técnica y Ejecutiva del Programa IBERMEDIA, fondo financiero multilateral de fomento a la actividad cinematográfica, creado por la VII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, en noviembre de 1997.

Durante este tiempo ha sido miembro de la Comisión de Proyectos de la Junta de Andalucía, de la Comisión de Estudio de Proyectos del Centro Nacional de Cine de Venezuela, ha impartido conferencias en diversas universidades y escuelas de cine y ha sido miembro del jurado de distintos festivales de carácter iberoamericano.

Entre sus últimas publicaciones se encuentran «10 años de Programa Ibermedia, 1988-2008» en colaboración con Joan Álvarez para la prestigiosa revista Pensamiento Iberoamericano y un artículo sobre el Programa Ibermedia en el libro «Incentivos fiscales para la producción y coproducción audiovisual en Iberoamérica, Canadá y Estados Unidos».



Pilar del Río

Fundação José Saramago, Portugal

Nascida em Sevilha em 1950, formada em jornalismo, Pilar del Río iniciou carreira profissional na emissora *La Voz del Guadalquivir* e na revista *Triunfo*.

Trabalhou na Televisão Espanhola (TVE) e colaborou com meios como *Canal Sur*, *Cadena Ser* e *El País*.

Em 1986 conheceu o escritor José Saramago, com quem se casaria dois anos depois em Lisboa, onde fixou residência.

Trabalhou como correspondente em Portugal por vários anos.

Em 1993 o casal mudou-se para Lanzarote.

A partir de 1997 passa a traduzir os livros de José Saramago para o espanhol.

Em 2010, após a morte do marido, Pilar del Río volta a viver em Lisboa para presidir a Fundação José Saramago.

Desde 2013 está pessoalmente envolvida na elaboração da Declaração Universal dos Deveres Humanos, proposta que parte de uma ideia de José Saramago e conta com a colaboração de diversas instituições.

Em 2016 recebeu a Medalha da Andaluzia e o Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura.



Nélida Piñon

Escritora

Publicou mais de 25 livros e suas obras foram traduzidas em mais de 30 países, contemplando romances, contos, ensaios, discursos, crônicas e memórias.

Primeiro autor de língua portuguesa a receber o importante Prêmio Príncipe de Asturias, Juan Rulfo e Menendez Pelayo, entre outros.

Primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras no ano do seu I Centenário, 1997.

Recebeu vários títulos de Doutora *Honoris Causa* incluindo Brasil, França, México, USA, Espanha, Canadá.

Titular da Cátedra Henry King Stanford da Miami University e visiting professor das universidades de Harvard, John Hopkins, Columbia, Georgetown, entre outras.

Nomeada Embaixadora Iberoamericana de la Cultura, em 2012. Recebeu o Prêmio Vergílio Ferreira, em 2019, Portugal.



Alexandre Ribeiro Pereira Lopes

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasil

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e Engenheiro Químico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), desde maio de 2019.

Diretor legislativo da Casa Civil da Presidência da República, de janeiro a maio de 2019.

Subsecretário de Políticas Públicas da Secretaria de Estado da Casa Civil e Relações Institucionais e Sociais do Governo do Distrito Federal, de maio de 2016 a dezembro de 2018.

Chefe de Gabinete do Governador do Distrito Federal, de abril a maio de 2016.

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal, de outubro de 2015 a abril de 2016.

Secretário da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Governo do Distrito Federal, de julho a outubro de 2015.

Secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Governo do Distrito Federal, de janeiro a julho de 2015.

Coordenador de Assuntos Econômicos da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo, de outubro de 2013 a dezembro de 2014.

Assessor Especial da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo, de abril a outubro de 2013.

Coordenador-geral das Indústrias Químicas e de Transformados Plásticos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de julho de 2008 a abril de 2013.

Coordenador-geral das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de março de 2006 a abril de 2008.



Augusto Santos Silva

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Portugal

Nascido no Porto em 1956. Doutorado em Sociologia pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (1992). Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Membro do XXI Governo Constitucional, como Ministro dos Negócios Estrangeiros (2015-2019). Membro do XVIII Governo Constitucional, como Ministro da Defesa Nacional (2009-2011). Membro do XVII Governo Constitucional, como Ministro dos Assuntos Parlamentares (2005-2009). Deputado à Assembleia da República (2002-2005, 2011-2015).

Membro do XIV Governo Constitucional, primeiro como Secretário de Estado da Administração Educativa (1999-2000), depois como Ministro da Educação (2000-2001) e como Ministro da Cultura (2001-2002). Pró-reitor da Universidade do Porto (1998-1999). Membro do Partido Socialista.

A Conferência teve presente os compromissos inscritos na Agenda 2030, aprovada pelas Nações Unidas como plano de ação universal para a consecução do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana, onde as línguas têm presença enquanto dimensão educativa e cultural, constituindo um fator importante para uma educação inclusiva, equitativa e ao longo da vida, assim como para o desenvolvimento científico e valorização da diversidade cultural, sendo necessário promover cada vez mais o seu uso numa perspectiva de interculturalidade.

OBJETIVOS  **DE DESARROLLO SOSTENIBLE**

La Conferencia tuvo en cuenta los compromisos inscritos en la Agenda 2030, aprobada por Naciones Unidas como plan de acción universal para la consecución del desarrollo sostenible y la dignidad humana, donde las lenguas están presentes como dimensión educativa y cultural, constituyendo un factor importante para una educación inclusiva, equitativa y permanente, así como para el desarrollo científico y la valoración de la diversidad cultural, siendo necesario promover cada vez más su uso en una perspectiva intercultural.

Organização

OEI

Alto patrocínio



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA



COM EL ALTO PATROCINIO
DE SU MAJESTAD EL REY

No âmbito



Parceiros



Apoios



Media Partners



Promover as Línguas
Portuguesa e Espanhola
Plano de ação
2021-2022

Promover las Lenguas
Portuguesa y Española
Plan de acción
2021-2022

Promover as Línguas Portuguesa e Espanhola Plano de ação 2021-2022

Preâmbulo

A Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, instituição ao serviço da comunidade ibero-americana, valoriza a diversidade dos seus povos e culturas e, através dos seus programas, projetos e ações, promove o respeito e o fortalecimento da diversidade das suas línguas que fazem parte do seu rico património partilhado.

No espaço ibero-americano convergem duas línguas de origem comum, espanhol e português, com ampla projeção e diferenciação internacional, que em conjunto constituem uma comunidade linguística de quase 800 milhões de falantes distribuídos por quatro continentes, com especial presença na América, África e Europa. De acordo com as estimativas demográficas das Nações Unidas, o espanhol e o português alcançarão em meados do século XXI cerca de 1,2 biliões de falantes.

Na Agenda 2030, aprovada pela Organização das Nações Unidas como plano de ação universal para a consecução do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana, as línguas têm presença tendo em conta a sua dimensão educativa e cultural, constituindo um fator humano importante para alcançar uma educação inclusiva, equitativa, ao longo da vida, assim como para o desenvolvimento científico e a valorização da diversidade cultural, sendo necessário promover o seu uso numa perspetiva de interculturalidade. Assim, além da dimensão demográfica, importa consolidar a cooperação entre as duas línguas, assente nos alicerces da

coesão social, da qualidade democrática, do potencial económico e do desenvolvimento sustentável.

O presente documento constitui uma proposta preliminar do **Plano de Ação 2021-2022**, a ser construído e desenvolvido de forma coordenada pelas instituições que integraram a comissão organizadora da Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola – CILPE2019, entre outras que podem associar-se a esta iniciativa, com o objetivo de propiciar um trabalho colaborativo sobre os temas que foram tratados durante a Conferência.

A realização da CILPE2019, que se prevê replicar em outros países, integra-se numa das linhas de ação do Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa (PIDLP) da OEI, tendo sido realizada esta primeira conferência em Lisboa, Portugal, na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, com o tema **Ibero-América: uma comunidade, duas línguas pluricêntricas**.

Além da OEI, colaboraram na organização da CILPE2019: CPLP, SEGIB, IILP, Ministério das Relações Exteriores (Brasil), Ministério da Cultura e Desporto (Espanha), Ministério da Educação (Portugal), Camões, I. P. (Portugal), Instituto Cervantes (Espanha), INEP (Brasil) e a FCG.

A redação deste Plano de Ação teve por base não apenas as conclusões apresentadas pelos relatores dos sete painéis, mas ainda o conteúdo das diferentes intervenções (a partir das gravações disponibilizadas pela OEI), bem como documentos orientadores como os Programas-Orçamento 2019-2020 e 2021-2022 da OEI e, ainda, os Planos de Ação para a promoção e difusão da língua portuguesa da CPLP e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável que constituem a Agenda 2030 das Nações Unidas.

O desenvolvimento deste Plano pressupõe a realização de ações conjuntas e coordenadas entre instituições, que

se poderão desenvolver por meio de reuniões de trabalho, encontros científicos e estudos conjuntos que permitam o seu aprofundamento e operacionalização, sustentando-se nas estratégias, ações e na própria programação que as entidades parceiras realizam.

O presente documento encontra-se assim organizado:

- I. **Linhas orientadoras da ação da OEI** para promoção e difusão das línguas portuguesa e espanhola como línguas pluricêntricas.
- II. **Plano de Ação** de acordo com eixos temáticos identificados na CILPE2019.

I. Linhas orientadoras da ação da OEI

O Programa-Orçamento da OEI para 2019-2020 apresentou, pela primeira vez, como uma das suas prioridades a valorização das duas línguas oficiais – espanhol (LE) e português (LP) –, além do apoio e a promoção das centenas de línguas originárias existentes na região ibero-americana. Para a prossecução deste objetivo, foi criado o Programa Ibero-Americano de Difusão da Língua Portuguesa (PIDLP), tendo como objetivo geral «*potencializar o uso da língua portuguesa num modelo bilingue junto com o espanhol na região ibero-americana, ampliando os espaços políticos, educativos, culturais, convertendo a OEI numa organização essencialmente bilingue e de referência na região*».

O Programa-Orçamento para 2021-2022, aprovado na 78.^a Reunião Ordinária do Conselho Diretivo da OEI, apresenta cinco linhas estratégicas para o PIDLP:

1. Fortalecer a presença das línguas portuguesa e espanhola na produção e divulgação no âmbito da ciência e da tecnologia;
2. Promover experiências de bilinguismo e interculturalidade em escolas de fronteira.
3. Converter a OEI em uma organização bilingue de referência regional.
4. Promover o desenvolvimento profissional de professores e de outros profissionais para reforço das línguas.
5. Fomentar a cooperação, a promoção e a divulgação internacional das línguas portuguesa e espanhola.

A linha estratégica de valorização internacional das línguas espanhola e portuguesa inclui a realização de conferências e seminários internacionais, destacando-se a organização regular da Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola – CILPE, que tem como finalidade analisar a situação das duas línguas, sua difusão e promoção em diversos domínios, de modo a contribuir para reforçar o bilinguismo da região ibero-americana e a internacionalização do espanhol e do português, em benefício de suas comunidades de falantes e ampliando o cenário linguístico a partir da cooperação internacional.

II. Plano de Ação CILPE2019 para o período 2021-2022

Eixo Temático 1. Promoção do bilinguismo dos falantes de espanhol e de português

- a. Contribuir para o reforço do ensino e a integração curricular das duas línguas nos sistemas educativos ibero-americanos.
- b. Criar e/ou reforçar programas de diferentes níveis de ensino em regiões de fronteira entre Estados de LE e de LP.
- c. Promover o ensino extracurricular da LE e da LP, em particular para fins profissionais.
- d. Estabelecer parcerias para reforço da LP e da LE nos continentes africano e asiático.

Eixo Temático 2. Reforço do espanhol e do português como línguas globais

- a. Promover a investigação, as redes de conhecimento e a

produção de indicadores sobre o valor e potencial das duas línguas em diferentes domínios.

- b. Contribuir para o reforço da LP e da LE em Organismos Internacionais (OI).
- c. Melhorar as competências digitais e os índices de formação para aumentar a competitividade dos países de línguas oficiais espanhola e portuguesa.
- d. Disseminar a certificação internacional da LP e da LE, sobretudo em modelo virtual.

Eixo Temático 3. Incremento do espanhol e do português nos domínios da ciência, das tecnologias e do ensino superior

- a. Incentivar redes colaborativas de ciência e desenvolvimento tecnológico, nomeadamente através dos repositórios científicos de acesso aberto.
- b. Valorizar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico em LE e LP.
- c. Contribuir para a promoção e preparação tecnológica da LE e da LP como componente duradoura das políticas de ciência.
- d. Reforçar as mobilidades de estudantes e professores do ensino superior nos espaços de LE e de LP, através do intercâmbio de conhecimento e experiências incluindo as plataformas digitais.

Eixo Temático 4. Desenvolvimento de competências para o ensino-aprendizagem das línguas

- a. Contribuir para o desenvolvimento de competências de intercompreensão linguística, cultural, interdisciplinar e transdisciplinar.
- b. Reforçar a utilização das TIC na aprendizagem das línguas.
- c. Colaborar na implementação de metodologias de

aprendizagem integrada de conteúdos em língua estrangeira.

- d. Incentivar o intercâmbio de conhecimento, de experiências e a mobilidade por meio de projetos transnacionais de professores e alunos nos espaços das duas línguas, em especial nas zonas de fronteira.

Eixo Temático 5. Valorização do plurilinguismo, do pluricentrismo e da interculturalidade

- a. Promover a partilha de boas práticas de gestão pluricêntrica e multilateral de LE e de LP.
- b. Valorizar as línguas nacionais e as articulações com LE e LP nos contextos ibero-americanos.
- c. Desenvolver investigação sobre usos e âmbitos de circulação das línguas.
- d. Articular as políticas linguísticas de promoção do plurilinguismo e do pluricentrismo com outras políticas setoriais, com especial relevância nos domínios da cooperação em educação, ciência e cultura.
- e. Desenvolver e ampliar as competências interculturais dos professores e alunos valorizando e promovendo a diversidade dos sujeitos e das comunidades.

Eixo Temático 6. Cultura, diversidade e inovação no desenvolvimento sustentável

- a. Apoiar a criação e desenvolvimento de plataformas de livre circulação de agentes e bens culturais nos espaços das duas línguas.
- b. Reforçar as competências em gestão cultural e as redes colaborativas no domínio das artes.
- c. Contribuir na promoção do acesso digital nas duas línguas às artes e culturas ibero-americanas.
- d. Apoiar e reforçar programas transversais de Educação em Arte e Cultura como meio de fomentar a criatividade, a inovação e a diversidade.

Siglas e abreviaturas

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

OEI – Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

LE – Língua Espanhola

LP – Língua Portuguesa

Promover las Lenguas Portuguesa y Española Plan de acción 2021-2022

Preámbulo

La Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI, institución al servicio de la comunidad iberoamericana, valora la diversidad de sus pueblos y culturas y promueve el respeto y el fortalecimiento de la diversidad de sus lenguas que forman parte de su rico patrimonio compartido, a través de sus programas, proyectos y acciones.

En el espacio iberoamericano confluyen dos lenguas de origen común, el español y el portugués, con amplia proyección y diferenciación internacional, que juntas constituyen una comunidad lingüística de casi 800 millones de hablantes repartidos por cuatro continentes, con especial presencia en América, África y Europa. Según las estimaciones demográficas de las Naciones Unidas, el español y el portugués alcanzarán unos 1.200 millones de hablantes a mediados del siglo XXI.

En la Agenda 2030, aprobada por Naciones Unidas como plan de acción universal para el logro del desarrollo sostenible y la dignidad humana, las lenguas tienen presencia teniendo en cuenta su dimensión educativa y cultural, constituyendo un importante factor humano para lograr una educación inclusiva, equitativa brindada a lo largo de la vida, así como para el desarrollo científico y la valoración de la diversidad cultural, siendo necesario promover su uso en una perspectiva intercultural. Así pues, además de la dimensión demográfica, y en razón de su proximidad lingüística, es importante consolidar la cooperación entre

las dos lenguas, sobre la base de la cohesión social, la calidad democrática, el potencial económico y el desarrollo sostenible.

El presente documento es una propuesta preliminar del **Plan de Acción 2021-2022**, que se construirá y desarrollará de forma coordinada por las instituciones que integraron el comité organizador del Congreso Internacional de las Lenguas Portuguesa y Española – CILPE2019, entre otras entidades que puedan sumarse a esta iniciativa, con el objetivo de brindar un trabajo colaborativo en los temas que se abordaron durante el Congreso.

La celebración del CILPE2019, que se espera replicar en otros países, se enmarca en una de las líneas de actuación del Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa (PIDLP) de la OEI. La primera edición de este congreso se celebró en Lisboa-Portugal, en la Fundación Calouste Gulbenkian, los días 21 y 22 de noviembre de 2019, con el lema «**Iberoamérica: una comunidad, dos lenguas pluricéntricas**».

Además de la OEI, colaboraron en la organización de CILPE2019 la CPLP, la SEGIB, el IILP, el Ministerio de Asuntos Exteriores (Brasil), el Ministerio de Cultura y Deporte (España), el Ministerio de Educación (Portugal), Camões, I.P. (Portugal), el Instituto Cervantes (España), el INEP (Brasil) y la FCG.

La redacción de este Plan de Acción se ha basado no sólo en las conclusiones presentadas por los ponentes de los siete paneles celebrados, sino también en el contenido de las diferentes intervenciones (a partir de las grabaciones puestas a disposición por la OEI), en los documentos orientadores como los Presupuestos-Programas 2019-2020 y 2021-2022 de la OEI así como los Planes de Acción para la promoción y difusión de la lengua portuguesa de la CPLP y el marco que brindan los Objetivos de Desarrollo Sostenible a través de la Agenda 2030 de Naciones Unidas.

El desarrollo de este Plan presupone la realización de acciones conjuntas y coordinadas entre las instituciones, que podrán desarrollarse a través de reuniones de trabajo, encuentros científicos y estudios conjuntos que permitan su profundización y operatividad, a partir de las estrategias, acciones y programaciones que realicen de forma conjunta y coordinada las entidades asociadas.

El presente documento está organizado de la siguiente manera:

- I. Directrices para la actuación de la OEI en la promoción y difusión de las lenguas portuguesa y española como lenguas pluricéntricas.
- II. Plan de acción según los ejes temáticos identificados en el CILPE2019.

I. Directrices para la actuación de la OEI

El Presupuesto-Programa de la OEI para 2019-2020 presentó, por primera vez, como una de sus prioridades la potenciación de las dos lenguas oficiales —el español (LE) y el portugués (LP)—, además del apoyo y promoción de los cientos de lenguas originarias existentes en la región iberoamericana. Para perseguir este objetivo, se creó el Programa Iberoamericano de Difusión de la Lengua Portuguesa (PIDLP), cuyo objetivo general es *«potenciar el uso de la lengua portuguesa en un modelo bilingüe junto con el español en la región iberoamericana, ampliando los espacios políticos, educativos, culturales, convirtiendo a la OEI en un organismo esencialmente bilingüe y de referencia en la región»*.

El Programa-Presupuesto para 2021-2022, aprobado en la 78ª Reunión Ordinaria del Consejo Directivo de la OEI, presenta cinco líneas estratégicas para el PIDLP:

1. Reforzar la presencia de las lenguas portuguesa y española en la producción y difusión de la ciencia y la tecnología;
2. Promover experiencias de bilingüismo e interculturalidad en las escuelas fronterizas;
3. Convertir la OEI en una organización bilingüe de referencia regional;
4. Promover el desarrollo profesional de los profesores y otros profesionales para el refuerzo del lenguaje;
5. Fomentar la cooperación, la promoción y la difusión internacional de las lenguas portuguesa y española.

La línea estratégica de valorización internacional de ambas lenguas incluye la celebración de conferencias y seminarios internacionales, destacando la organización periódica del Congreso Internacional de las Lenguas Portuguesa y Española – CILPE, que tiene como objetivo analizar la situación de las dos lenguas, su difusión y promoción en diversos ámbitos, para contribuir a reforzar el bilingüismo en la región iberoamericana y la internacionalización del español y el portugués, en beneficio de sus comunidades de hablantes y ampliando el escenario lingüístico a través de la cooperación internacional.

II. Plan de acción del CILPE2019 para el período 2021-2022

Eje temático 1. Fomento del bilingüismo para hispanohablantes y portugueses

- a. Contribuir al fortalecimiento de la enseñanza e integración curricular de las dos lenguas en los sistemas educativos iberoamericanos.
- b. Crear y/o reforzar los programas de los distintos niveles educativos en las regiones fronterizas entre los países de habla hispana y portuguesa.
- c. Promover la enseñanza extracurricular de la LE y la LP, en particular con fines profesionales.
- d. Establecer asociaciones para reforzar la LP y la LE en los continentes africano y asiático.

Eje temático 2. Reforzar el español y el portugués como lenguas globales

- a. Promover la investigación, las redes de conocimiento y la producción de indicadores sobre el valor y el potencial de las dos lenguas en diferentes ámbitos.
- b. Contribuir al fortalecimiento del LP y LE en las Organizaciones Internacionales (OI).
- c. Mejorar las competencias digitales y los índices de formación para aumentar la competitividad de los países de habla hispana y portuguesa.
- d. Difundir la certificación internacional de la LP y la LE, especialmente en un modelo virtual.

Eje temático 3. Potenciar el español y el portugués en la ciencia, la tecnología y la enseñanza superior

- a. Fomentar las redes de colaboración científica y de desarrollo tecnológico, concretamente a través de repositorios científicos de acceso abierto.
- b. Potenciar la investigación científica y el desarrollo tecnológico en LE y LP.
- c. Contribuir a la promoción y preparación tecnológica de las LE y LP como componente sostenible de las políticas científicas.
- d. Reforzar la movilidad de los estudiantes y profesores de educación superior en los espacios de LE y LP, mediante el intercambio de conocimientos y experiencias, incluyendo las plataformas digitales.

Eje temático 4. Desarrollo de competencias para la enseñanza y el aprendizaje de idiomas

- a. Contribuir al desarrollo de competencias de intercomprensión lingüística, cultural, interdisciplinaria y transdisciplinaria.
- b. Reforzar el uso de las TIC en el aprendizaje de idiomas.
- c. Cooperar en la aplicación de metodologías de

aprendizaje integrado de contenidos en lenguas extranjeras.

- d. Fomentar el intercambio de conocimientos, experiencias y movilidad a través de proyectos transnacionales de profesores y estudiantes en las áreas de las dos lenguas, especialmente en las zonas fronterizas.

Eje temático 5. Potenciar el plurilingüismo, el pluricentrismo y la interculturalidad

- a. Promover el intercambio de buenas prácticas de gestión pluricéntrica y multilateral de LE y LP.
- b. Potenciar las lenguas nacionales y su articulación con las LE y LP en contextos iberoamericanos.
- c. Desarrollar la investigación sobre el uso de la lengua y los entornos de circulación.
- d. Articular las políticas lingüísticas que promueven el plurilingüismo y el pluricentrismo con otras políticas sectoriales, con especial relevancia en los ámbitos de la cooperación en educación, ciencia y cultura.
- e. Desarrollar y ampliar las competencias interculturales de profesores y alumnos valorando y promoviendo la diversidad de sujetos y comunidades.

Eje temático 6. Cultura, diversidad e innovación en el desarrollo sostenible

- a. Apoyar la creación y el desarrollo de plataformas para la libre circulación de agentes y bienes culturales en los ámbitos de las dos lenguas.
- b. Reforzar las competencias en materia de gestión cultural y redes de colaboración en el ámbito de las artes.
- c. Contribuir a promover el acceso digital en ambas lenguas a las artes y culturas iberoamericanas.
- d. Apoyar y reforzar los programas transversales de educación artística como medio para fomentar la creatividad, la innovación y la diversidad.

Acrónimos y abreviaturas

CPLP – Comunidad de Países de Lengua Portuguesa
OEI – Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura
IILP – Instituto Internacional de la Lengua Portuguesa
INEP – Instituto Nacional de Estudios e Investigación Educativa
FCG – Fundación Calouste Gulbenkian
LE – Lengua Española
LP – Lengua portuguesa





Título Ibero-América: Uma Comunidade, Duas Línguas Pluricêntricas
Edição Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI
Impressão Imprensa Nacional-Casa da Moeda – INCM
Edição digital e edição impressa

Título Iberoamérica: Una Comunidad, Dos Lenguas Pluricéntricas
Edición Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI
Impresión Imprensa Nacional-Casa da Moeda – INCM
Edición digital y edición impresa

Dezembro de 2021
ISBN 978-972-27-2979-6
Depósito legal n.º 490 564/21
Edição n.º 1025309